

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

M.^o JOÃO FERNANDES

«RHETOR CONIMBRICENSIS»

A ORAÇÃO SOBRE A FAMA
DA UNIVERSIDADE
(1548)

PREFÁCIO, INTRODUÇÃO, TRADUÇÃO E NOTAS

DE

JORGE ALVES OSÓRIO



COIMBRA
1967

(Página deixada propositadamente em branco)

A ORAÇÃO SOBRE A FAMA
DA UNIVERSIDADE
(1548)

(Página deixada propositadamente em branco)

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

M.^e JOÃO FERNANDES

«RHETOR CONIMBRICENSIS»

A ORAÇÃO SOBRE A FAMA
DA UNIVERSIDADE
(1548)

PREFÁCIO, INTRODUÇÃO, TRADUÇÃO E NOTAS

DE

JORGE ALVES OSÓRIO



COIMBRA
1967

(Página deixada propositadamente em branco)

APRESENTAÇÃO

A participação de Portugal na cultura europeia do século XVI fez-se na língua sábia da época — o latim — e não em português, idioma então quase ignorado na Europa. As publicações com que nos apresentámos ao convívio internacional tornaram-se livros raros, existentes só em poucas bibliotecas. São, portanto, de acesso difícil.

Os estudiosos da cultura portuguesa, do século XVIII em diante, conheceram muitos desses livros, mas a forma como os citaram não se coaduna com as exigências da investigação nossa contemporânea. Investigadores mais próximos de nós também os mencionaram sem grande rigor. Todavia, o início da publicação sistemática de alguns dos textos mais importantes, acompanhados de tradução, pertence já aos dias em que vivemos e deve-se principalmente à iniciativa do Professor Artur Moreira de Sá, da Universidade de Lisboa.

Cremos, entretanto, que texto e tradução não chegam, sendo necessário juntar às obras dos nossos humanistas notas explicativas que nos revelem as possíveis fontes utilizadas e elucidem mais perfeitamente o significado, nem sempre acessível à primeira vista, dos seus escritos em prosa ou em verso.

Esta tarefa tem de ser realizada por latinistas com o devido treino. Com efeito, dada a crescente ignorância do latim entre nós, a censura de

«leigos e latinófobos», que D. Carolina Michaelis⁽¹⁾ dirigiu a certos eruditos do seu tempo, seria ainda mais justificada hoje.

À ignorância do latim junta-se, em Portugal, a má vontade, generalizada, a uma língua culta e difícil. Assim, quando, ainda há pouco, a Igreja Católica promoveu o uso dos vernáculos modernos na Liturgia, houve quem logo visse nessa medida, aliás justificada, a intenção, que não existiu, de pôr de parte o latim na formação eclesiástica, como disciplina anacrónica. Ora a verdade é que os últimos Pontífices têm procurado intensificar o ensino da língua latina nos seminários, nomeadamente, o Papa João XXIII com a constituição apostólica *Veterum Sapientia*⁽²⁾ e o Papa Paulo VI através da criação do «*Pontifium Institutum Altioris Latinitatis*»⁽³⁾, fundado em 1964. Mas isto poucos o sabem.

O presente trabalho do Dr. Jorge Alves Osório saiu do Seminário de Latim da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e a sua publicação tornou-se possível, graças a uma dotação do Fomento de Acção Educativa, promovido pelo Ministério da Educação Nacional. De entre as várias Orações de Sapiência, do Humanismo coimbrão, já traduzidas e comentadas por licenciados em Filologia Clássica pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, esta de 1548, pronunciada por «*Ioannes Fernandus, Rhetor Conimbricensis*», é das mais significativas. Por isso, a escolhemos para publicação.

Outros estudos, referentes aos fins do século XV e primeiros anos do século XVI, quando Cataldo Parisio Sículo exercia entre nós a sua actividade pioneira, encontram-se prontos também. Alguns dos melhores serão igualmente impressos, se nos forem dados os necessários meios para isso.

Do interesse de tais trabalhos não quero falar antecipadamente, receoso que estou de críticas como a da Forneira da tragicomédia vicentina do Triunfo do Inverno, embora saiba que em nossos dias se não vê muito praticado o seu rifão :

Qui semet ipsum laudat,
Despicit honorem suum.

Coimbra, 27 de Dezembro de 1967.

Américo da Costa Ramalho

(¹) *Archivo Historico Portuguez*, Lisboa, III (1905), p. 164, n. 17.

(²) Cf. JOSÉ GERALDES FREIRE, «Os Estudos Clássicos e a Santa Sé», *Bracara Augusta*, Braga, XX (1966), n.^{os} 43-44 (55-56), pp. 42-68.

(³) Cf. A. COSTA RAMALHO, «A Santa Sé e o Latim», *Humanitas*, Coimbra, XVII-XVIII (1965-66), pp. 251-254.

(Página deixada propositadamente em branco)

PREFÁCIO

Ao terminar a revisão do texto que foi apresentado em Julho de 1963 como tese de Licenciatura em Filologia Clássica na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, ficou mais avivada a impressão do muito que resta indagar em volta de figuras e acontecimentos de uma época ainda tão pouco estudada entre nós.

O texto em latim que serviu de núcleo ao presente trabalho pode bem ser o exemplo do vasto campo de investigações a que se presta o século do Humanismo, mas é também amostra do intrincado em que há mister embrenharmo-nos para iluminar um pouco esses tempos, em que, em pleno Conselho da Universidade (1543), se avisava o rei de que «quẽ tirar liberdade & fauor aas letras tiralhe o ser de letras ã não por outra Rezaõ se chamaõ as artes liberaeis». Se muitos dos nomes tratados no trabalho que se segue se diluíam na mediania do tempo, outros houve que orgulhosamente poderiam ter dito, como Ermolao Barbaro, num dos seus discursos latinos, que «Nihil est tam arduum quod humanum ingenium penetrare non possit; sed sine labore, sine vigiliis pervenire nemo potest ad ea quae nos a vulgo separant et a populo». Não estará

nesta passagem algo de básico do que se entende, no século, por Humanismo?

Para levar a cabo a realização do presente trabalho foi-me, evidentemente, imprescindível o auxílio dos meus Mestres; à Senhora Professora Doutora D. Maria Helena da Rocha Pereira e ao Senhor Doutor Walter Medeiros reconhecidamente agradeço as informações que diversas vezes lhes solicitei.

No entanto, é para com o Senhor Professor Doutor Américo da Costa Ramalho que a minha dívida se apresenta mais vultosa, pelo auxílio com que assiduamente me foi ajudando; sem o seu interesse pelas coisas do Humanismo e sem o amparo com que acolheu todas as minhas sugestões que, sempre que disso tive necessidade, junto dele levei e sem as informações preciosas com que completou lacunas que surgiam, a edição desta tese não teria sido possível.

Por tudo isto, e pelos ensinamentos que colhi da sua acção de Professor, fica aqui o meu mais sincero agradecimento.

JORGE ALVES OSÓRIO

I

JOÃO FERNANDES MESTRE DE RETÓRICA EM COIMBRA

1. João Fernandes, mestre de Retórica na Universidade, de bastante fama no tempo, era castelhano, natural de Sevilha; vários indícios adiante apontados testemunham esta afirmação.

Cumprе desde já notar o erro em que caíram alguns autores, como D. Nicolau de Santa Maria⁽¹⁾, cronista dos crúzios; atrás dele foram outros, como Leitão Ferreira, quando escreveu «João Fernandes, (que sem duvida era Portuguez) depois de ter sido Lente de Rhetorica em algũas Universidades de Hespanha, veyo por ordem del Rey Dom Joaõ o 3.º a ensinalla na Universidade de Coimbra, principiando a leitura neste anno de 1539»⁽²⁾; na mesma falta incorrem Barbosa Machado⁽³⁾ e Carneiro Figueiroa⁽⁴⁾.

Mas ao contrário destas opiniões, era castelhano, tendo nascido cerca de 1499, pois em 1533 tinha à volta de 34 anos, como adiante se verá. No rosto da edição dos *Colóquios* de Erasmo («ad meliorem mentẽ reuocata») feita por ele, vem⁽⁵⁾: «Per Ioannem Fernandum hispalensem Rhetorẽ regium in inclyta Conimbricensi Academia». Por outro lado, no exemplar que a Biblioteca de Lisboa possui do livro «Doctissimi viri... Ioannis Regiomonte, de triangulis omnimodis quinque... Accesserunt huc... D. Nicolai [de Cusa] de Quadrata circuli... Norimbergae... MDXXXIII»,

(1) *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes*, II, p. 302, cit. in M. BRANDÃO, *Duas Cartas de Nicolau Clenardo*, p. 6.

(2) *NC*, p. 2.ª, vol. I, p. 340.

(3) *Bibliotheca Lusitana*, t. II, p. 657.

(4) *Memórias*, p. 77.

(5) Vid. fac-simile in MARCEL BATAILLON, *Études sur de Portugal au temps de l'Humanisme*.

e outrora pertencente ao Colégio que a Companhia de Jesus teve em Coimbra, lê-se a seguinte nota manuscrita: «Dedit mihi dono hūc librū Ioānes Fernādus — natione Baeticus uariae magnaēque eruditionis uir qui olim Compluti tunc Conimbricæ rhetoricem profitebatur. Anno 1546»⁽¹⁾.

A própria oração de que tratamos neste estudo, e alguns documentos que teremos de referir, não farão mais que abonar em favor da sua verdadeira nacionalidade.

Mas há um curioso incidente que nos lança mais alguma luz sobre a origem deste mestre. Ocorreu o caso em Coimbra, neste ano de 1548, quando João Fernandes foi insultado por um morador da cidade⁽²⁾. Qual o motivo dessa cena escandalosa? Segundo o que pensava o próprio João Fernandes, o caso originou-se no «triste animo & danada vôtade q̃ todos os da çidade tinhã aos doctores lêtes & estudantes & p.^{as} de vniversidade». O certo é que, por razões que hoje desconhecemos, um morador de Coimbra, escrivão de «ante» o vigário, questionou com João Fernandes e insultou-o. O professor apresentou queixa no conselho de 11 de Agosto, onde «se alevantou em presença de todos e com voz triste e palavras sentidas» lamentou que «as desaRozoadas. & feas e çujas. palavras q̃ a Elle disera [...] eram tam inormes. q̃ as ãõ ousaua Referir por ãõ ofêder as orelhas ãẽ emcruar os corações dos .S.^{res} q̃ Estauam presentes»; porém, pondo «os olhos no cham ã sinal de sêtim.^{to} q̃ tinha e a vergonha q̃ padeçia», acabou por dizer o que de mais leve afirmara o ofensor. E o que era? Este queixava-se de que o rei tenha trazido para Coimbra homens como João Fernandes e seus colegas professores; e mais, chamava-lhe, e à mulher, «castelhanos/bebados. Judeus auenediços»...

Portanto, João Fernandes, além de castelhano⁽³⁾, era, muito provavelmente, de origem judaica; esta interpretação dos insultos do morador coimbrão não está, aliás, muito afastada de certos aspectos da cultura do nosso mestre de Retórica, como se verá; e também Marcel Bataillon⁽⁴⁾ suspeita do sangue judaico que lhe corria nas veias.

Abramos aqui um pequeno parêntesis, antes de entrarmos na vida

(1) *N. C.*, Adit. p. 2.^a, vol. III, t. 1, p. 670.

(2) Vid. *Actas*, vol. II, 1.^a parte, p. 75, acta do dia 11 de Agosto. Cfr. M. BRANDÃO, *Duas Cartas de Nicolau Clenardo*, pp. 6 e segs.; o doc. foi publicado por ROCHA BRITO, *O primeiro dia d'aula*, p. 143, tirado do Arquivo da Un., *Conselhos*, t. I, liv. 4, fls. 49-51v. e cit. in *N. C.*, Adit., 2.^a parte, vol. II, p. 403; vid. também SOUSA VITERBO, *A Literatura Espanhola em Portugal*, que já se referira a ele antes de R. BRITO.

(3) Pode ainda invocar-se, como testemunho da sua nacionalidade castelhana, a assinatura de um doc. de 1536, publ. in M. BRANDÃO, *Cartas*, cit., p. 7.

(4) Ob. cit., pp. 221-222.

escolar do mestre. Já depois de termos coligido o material sobre este professor, deparámos com uma passagem de Aubrey Bell ⁽¹⁾, em que se fala de um João Fernandes português que teria ensinado em Santiago e Salamanca. Pensámos a princípio que se tratava de erro do autor, levado pelos outros que o tinham dado como português. Mas ao lermos o vol. I das *Actas dos Conselhos* deparámos com o seguinte ⁽²⁾:

«29 João frz̃ [m^{te} ã artes]

30 ...

3i Joã frz br. ã artes».

E por todo o ano lectivo de 1546-47 nos aparece constantemente um João Fernandes, conselheiro, às vezes designado por bacharel, outras vezes sem grau. E menos raramente aparece João Fernandes, Mestre. Trata-se de dois indivíduos diferentes, um castelhano, o mestre, e outro português, o bacharel. E com certeza foi a este que se referiu Aubrey Bell; quanto à data da sua partida para terras de Espanha, nada sabemos, por tarde se nos ter deparado este caso nas investigações; mas, pelo facto de não termos encontrado nenhum João Fernandes bacharel em 1548, talvez se possa concluir que nesse ano já não estava, pelo menos, em Coimbra ⁽³⁾.

E, a título de curiosidade, notemos que não são estes os únicos indivíduos com o mesmo nome; há ainda um João Fernandes boticário, que recebeu carta de privilégios em 7 de Maio de 1545 ⁽⁴⁾, e que deve ser o que aparece nos processos de Diogo de Teive e João da Costa, relacionado com a morte de André de Gouveia; mas o mais curioso é que este João Fernandes, boticário, também era castelhano ⁽⁵⁾. Ainda podemos citar mais um João Fernandes, este sem sombras de dúvida português: «Johã frz̃. trabalhador Rendeiro das. Rendas. das miunças da igreja de penella». ⁽⁶⁾.

Isto é, nada menos que quatro indivíduos com o nome de João Fernandes relacionados com a Universidade, na mesma época!...

Mas voltemos ao nosso: Mestre João Fernandes.

⁽¹⁾ *O Humanista Dom Jerónimo Osório*, p. CXVII.

⁽²⁾ *Actas*, vol. I, p. 141; acta de 23 de Junho de 1545; trata-se da ordem por que prestariam provas os bacharelados em leis e cânones.

⁽³⁾ Sobre esta personalidade nada sabemos, além do que vem nas *Actas*; vid. por ex. a acta de 19 de Julho de 1547, vol. I, pp. 422 e 423, em que aparecem os dois.

⁽⁴⁾ *Docs.*, II, p. 242.

⁽⁵⁾ Vid. M. BRANDÃO, *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes*, vol. I, p. 598.

⁽⁶⁾ *Actas*, vol. II, 1.ª parte, p. 59; acta de 3 de Julho de 1548. Este João Fernandes deve ser o mesmo que aparece nos *Livros de Notas de S.^{ta} Cruz*, tomo 7, como fazendeiro.

Se não pode haver dúvidas quanto à sua origem, a mesma certeza não nos acompanha em relação à data da vinda para Portugal. Veio cedo para Coimbra, mesmo antes da transferência da Universidade, e foi, com toda a certeza, um dos professores chamados do estrangeiro para ensinar em Santa Cruz, à semelhança de Vicente Fabrício, que tão elogiosamente é referido por Clenardo.

A mais antiga referência em terra portuguesa é uma escritura de empraçamento⁽¹⁾ feita em 4 de Fevereiro de 1536 pelo Mosteiro de Santa Cruz, de um lagar de vinho com terra de bacelo e oliveiras, na quinta de Vale das Custas. A escritura foi feita pelo Mosteiro crúzio ao «muyto pzado m^{te} Joam frz catedratico ê os estudos do dito m^{ro}»⁽²⁾. Os representantes do Convento declararam dar essa propriedade por empraçamento «avendo elles Resp^{to} ao dito Joam ffrz ser p^a q̃ muỹ bem has ha daproueytar & p̃ os sruyços q̃ faz Ao dito m^{ro} & ao dyamte esperam q̃ fara & p̃ o amor q̃ lhes tẽ». O contrato sobre a quinta, que rendia «10 almudes de vinho «mole» de 9 medidas cada, além do dízimo das novidades», fora feito por três vidas: a dele, a da mulher, Ana da Cruz, e descendentes, se os tivesse; caso contrário herdá-la-ia quem ele designasse, desde que não fosse pessoa de qualidade superior aos testadores.

Mas em 27 de Abril de 1547, João Fernandes renuncia ao referido prazo, argumentando que por «ser m^{to} ocupado com suas letras & leytura de sua cad^{ra} nã podya gramgear A ditã v^a nem aproueytalla como Era obrigado». O mesmo já fizera o anterior possuidor da propriedade, o sineiro do convento, Pedro Lopes.

A segunda referência vem da carta que Nicolau Clenardo lhe escreveu em 23 de Setembro de 1536⁽³⁾. O humanista, protegido do infante D. Henrique, conhecera João Fernandes em Salamanca, nos anos de 1532 e 1533; aliás as carreiras de ambos apresentam, naquela cidade, um certo paralelismo.

⁽¹⁾ Vid. M. BRANDÃO, *Cartas*, cit., p. 8; o doc. faz parte dos *Livros de Notas de Santa Cruz*, t. 7, liv. 14, fls. 70-71v.

⁽²⁾ No doc., o escrivão registara antes «estudos & vnyuersydade da ditã cydade».

⁽³⁾ A carta deve ser de 1536 e não de 1537, pois a passagem «Proinde cum nouam isthic Academiam institutam accepisset...» deve referir-se aos Colégios de Santa Cruz; se se tratasse de 1537, Clenardo já não estava em Évora nessa altura, e daí é que é datada a carta. Observe-se, seg. M. BRANDÃO, *Cartas*, cit. p. 5 (opúsculo que vimos seguindo) que só a partir de 1535-36 é que os estudos em S.^{ta} Cruz se desenvolveram de forma a receberem o nome de «academia», graças aos esforços de Fr. Brás; a data de 1528, dada por D. Nicolau de Santa Maria, é, assim, posta de parte, sem nos esquecermos que em 1533 já Vicente Fabrício estava em Coimbra (vid. GONÇALVES CEREJEIRA, *Clenardo*, p. 99, nota).

Na carta alude a um concurso em que João Fernandes figurara, mas em que foi preterido, com injustiça no juízo de Clenardo.

Realmente, em 1533 faleceu Garcia del Castillo, pelo que vagou a cátedra de prima de Gramática de Salamanca. A ela logo correram o Comendador Hernán Núñez «Pinciano», Hernando de la Torre, que era cego, Almofara e João Fernandes. O primeiro queria a provisão da cadeira, argumentando com a pouca experiência de Almofara e Fernandes (ele tinha 55 anos, e estes dois, em Setembro de 1533, deviam ter mais ou menos 34), e ainda baseando-se em exemplos anteriores⁽¹⁾. Núñez serviu-se também das declarações elogiosas de Clenardo a seu respeito, pois alcançara a amizade do flamengo ao ensinar-lhe alguns rudimentos de árabe, verdadeira pedra mágica para Clenardo⁽²⁾.

No fim de contas, quem venceu foi Hernando de la Torre, exactamente o que tinha mais probabilidades. Ora Clenardo, ao recomendar o livreiro amigo a João Fernandes, devia partir do princípio de que este não sabia das suas declarações sobre Hernán Núñez.

O que interessa, porém, do desfecho desta opposição à cadeira de prima de Gramática em Salamanca, é que esta universidade, não querendo perder o ensino de João Fernandes, o encarregou de ler retórica com o ordenado de 30 000 maravedis. Isto leva à suposição de que o mestre já alcançara certa fama, até porque se abalançara à opposição de uma cadeira de prima. De onde vinha ele então?

Sabemos que ensinou em Alcalá, na segunda cadeira de retórica, «selon le témoignage très sûr d'Alvar Gómez de Castro»⁽³⁾; eis o texto «...alteram cathedram rethoricae constituere. Haec primum Joanni Fernandio Hispalensi, cujus nunc doctrina Conimbricensis Academia permultum juvatur, deinde J^o Petreio Toletano comissa est...»⁽⁴⁾.

Assim, no mesmo dia em que Fernandes tomou posse do encargo

(1) Vid. «Narciso Alonso Cortés, *Datos acerca de varios maestros Salmantinos*, (Homenaje a Menéndez Pidal, Madrid, 1925, t. I, pp. 785-6). Le document de la Chancilleria de Valladolid utilisé par N. Alonso Cortés orthographe «hernandez» le nom de notre personnage, et donne cette indication à son sujet... «...los dichos Almofara y Juan Hernández y Hernando de la Torre son maestros desta Universidad» de Salamanca; «...los dichos Almofara y Juan Hernández son hombres mancebos de hedad de treinta y quatro años poco más o menos». Transcrito de MARCEL BATAILLON, *ob. cit.*, p. 223, nota 3. (O sublinhado é nosso).

(2) Vid. *Cartas, Epistola Ad Christianos*, in GONÇALVES CEREJEIRA, *ob. cit.*

(3) M. BATAILLON, *ob. cit.*, p. 223.

(4) *De rebus gestis a Francisco Ximeno Cisnerio* (Reimp. no t. I da «Hispania illustrata» [compil. por A. Scholt], Francfort, 1603, p. 1141, t. 17-20; vid. nota 2 da p. 223 da *ob. supra cit.*; vid. ainda Francisco de Monçon, *Libro primero del espejo del Principe*

de ler retórica em Salamanca, ou seja em 5 de Novembro de 1533, Clenardo também tomou posse de uma lição de latim e outra de grego ⁽¹⁾.

Gonçalves Cerejeira ⁽²⁾ diz que os historiadores da Universidade de Salamanca ignoram Clenardo; o autor português refere, porém, uma informação que lhe foi fornecida por M. Bataillon. Trata-se de um documento não paginado, do Arquivo Universitário de Salamanca, que consta do registo de provisões de cadeiras e eleições administrativas desde 19 de Outubro de 1532 até 16 de Junho de 1535, e que confirma as afirmações de Clenardo àcerca do seu ensino nessa universidade, além das informações sobre João Fernandes. Pela importância de que se reveste para o nosso autor, convém transcrevê-lo:

«En Salamanca a cinco dias del mes de noviembre de mill e quinientos e treynta e tres años los señores don alvaro de mendoza rretor matia pinelo gaspar hortiz pero Gonçalez rrebelo e ber^{ral} min ⁽³⁾ e pero salamanques consyliarios estando en su claustro e ayuntamiento hizieron colaçion e canonica yustitucion por enposycion de un birrete que puso el rretor en las cabeças de M.^o Clenardo e M.^o Juan Hernandez de los salarios que la Uni.^{dad} les dio por su voluntad e mandaron al bedel e ... [palavra ilegível] de la Uni.^{dad} que les mete (*sic*) en la posesyon de los dichos salarios e al hazedor de la Uni.^{dad} que le acuda con los dhos maravedís a cada uno que fueron al M.^o Clenardo quarenta mill mrs e a Juan Hernandez treynta mil mrs. T(estigo)s san Juan de mendiola e fran^{co} Salydo.

E luego los dichos señores rretor e consyliarios señalaron hora al M.^o Juan Hernandez que le (*sic*) las dos horas que la Uni.^{dad} le mando leer una de diez a honze leçion de rretorica en el general de decreto [espaço em branco] en el general del dottor Tapia e que no lea alli otro ninguno e que lea de dos a tres. T(estigo)s los dichos e yo el dicho notario [segue-se a parte relativa a Clenardo]. E luego este dicho dia el dicho geronimo de almaraz bedel por mandado de los dichos señores rretor e consyliarios metia en la posesyon do lo suso dicho a los dichos M^{os} Juan Hernandez e Clenardo».

Christiano, ed. de 1544, fl. lxiii: «...que leyo la cathedra de rethorica en entrambas (Alcalá e Salamanca), cit. in M. BRANDÃO, *Cartas*, cit., p. 6; vid. também a nota manuscrita do livro de Regiomontano atrás referido.

⁽¹⁾ Vid. o doc. adiante transcrito; por ele se vê que Fernandes já era mestre ao vir para Salamanca, pelo que só podia ter obtido esse grau em Alcalá. Por outro lado, a auréola da sua reputação não devia ser pequena, pois entregaram-lhe duas lições, como o mesmo doc. revela.

⁽²⁾ *Clenardo*, p. 46, nota 29.

⁽³⁾ É um erro por Ber (= bachiller) Martinez.

A transcrição foi extensa, mas julgámo-la necessária pelo valor informativo.

Até aqui estivemos a observar João Fernandes em terras de Espanha; antes de tornarmos a entrar em Portugal para o vermos em Coimbra, recuemos mais um pouco, até onde é possível, na biografia do nosso mestre. Servir-nos-á de guia o já citado M. Bataillon⁽¹⁾. Conforme observa este autor, e como tornaremos a ver mais adiante, «Il semble que ce sévillan ait été, dès 1527, un érasmistre en rapports avec l'élite des érasmistes espagnols»; por agora interessa fixar a data de 1527, que é a mais recuada de que temos notícia sobre João Fernandes (salvo a do nascimento, que se obtém por dedução). Deve ser o mesmo Joannes Ferdinandez várias vezes nomeado na correspondência latina de Diego Gracián de Alderete; este Juan Fernandez tem em seu poder, durante algum tempo, o *Diálogo de Lactancio com um Archidiacono*, na cópia que Gracian fez do diálogo de Valdés.

Por volta de 1528 João Fernandes devia estar ligado ao secretariado de alguma grande personagem, talvez D. João Manuel, patrono de Gracián de Alderete, talvez o Arcebispo de Sevilha, D. Alonso Manrique, Inquisidor geral e protector de erasmistas. É, pelo menos, o que se pode depreender da carta que em 1 de Fevereiro de 1528, quando a corte se prepara para trocar Burgos por Madrid, Gracián de Alderete envia ao Arcebispo del Alcor, cónego de Palência, tradutor do *Enchiridion* de Erasmo, anunciando que lhe mandará por Fernandes o Saltério e o Novo Testamento, livros que, com certeza, lhe emprestara, segundo Bataillon, para as leituras de D. Juan Manuel, quando a corte esteve em Palência⁽²⁾.

Conclui-se, desde já, que, logo nos primeiros tempos da sua vida, João Fernandes conviveu em meios erasmistas, por um lado, e, por outro, que foi talvez desses meios que levou a reputação que em Salamanca lhe permitiu concorrer à vaga de uma cadeira; não era, na verdade, um indivíduo sem nome conhecido que se iria propôr a uma cadeira de prima de Gramática sem um passado que o apoiasse.

Mas voltemos a Salamanca, em 1533, já que não temos conhecimentos sobre o intervalo entre as duas datas.

(1) *Ob. cit.*, pp. 222-223.

(2) «Mittam per Joannem Ferdinandez Psalterium et Novum Instrumentum quum jam adornamus decessum Mantuam»; in ms. das cartas latinas de Diego Gracián Alderete, no Archivo de la Casa de Alba, Palacio de Liria, Madrid (Caja 136, n. 26) f.º 16^{ro}, Carta ao Arcebispo del Alcor (Burgos, 1 de Fev. de [1528]; vid. nota 1 de p. 223 da *ob. cit.*, de BATAILLON.

É a partir daqui que o seu rasto é mais conhecido. Deixámo-lo nomeado em 5 de Novembro com Clenardo, para os cargos que Salamanca lhe atribuiu. Logo em Setembro o humanista flamengo veio para Évora ⁽¹⁾, mas Fernandes só mais tarde é que entrou em Portugal. De qualquer forma, em 1536 já estava em Coimbra, como mostra a carta de empraçamento de Fevereiro desse ano. João Fernandes, portanto, nos princípios de 1536 já estava a dar aulas em Santa Cruz; doutra forma não se deve interpretar a referida carta de 4 de Fevereiro: «& p̃ os seruyços q̃ faz Ao dito m^{ro} & ao dyamte *esperam* q̃ fara». Os serviços a que alude não podem ser senão as aulas que dava nas escolas crúzias, onde já brilhava, desde 1533, pelo menos, Vicente Fabrício.

De atenção são, entretanto, as seguintes palavras de Mário Brandão ⁽²⁾: «É natural que antes de passar a ensinar retórica tivesse regido nos Colégios de Santa Cruz gramática. No *Livro de receita e despesa do Mosteiro* ⁽³⁾. fl. 61, extractado por Vergílio Correia, *Obras*, I, p. 246, encontra-se a verba seguinte, relativa a Junho de 1535: «item pagamos ao mestre francisco fernandes e começo de pago de seu ordenado de dez mill reaes...» Não se tratará de João Fernandes, no caso do termo dizer respeito a um professor?»

A primeira parte destas palavras já está demonstrada: João Fernandes ensinou em Santa Cruz antes de ir para a Universidade. Quanto a identificar o «francisco fernandes» do texto com João Fernandes é mais problemático. Não quer dizer que seja de afastar a hipótese da troca do nome; a data de Junho de 1535 não será estranha, pois é muito provável que Fernandes já tivesse ensinado no ano lectivo de 1535-36.

Uma vez em Coimbra, onde muito provavelmente em 1539 pronunciou uma oração latina, relacionou-se com a família dos Meneses e Noronhas, detentora de uma notável tradição cultural, como o revela a correspondência do humanista Cataldo Parísio Sículo ⁽⁴⁾. O Mosteiro de Santa Cruz não era estranho aos membros dessa família: um D. João de Noronha ⁽⁵⁾

⁽¹⁾ GONÇALVES CEREJEIRA, *ob. cit.*, pp. 51 e segs.

⁽²⁾ *A Inquisição*, I, p. 542, nota.

⁽³⁾ *Livro de receita e despesa deste Mostr^o de sancta cruz o q̃ll se começou a dezoito dias do mes de Junho de 1534 años e se acabara per outro tal dia q̃ vira de 1535* — conserva-se na Torre do Tombo.

⁽⁴⁾ Sobre este assunto o melhor trabalho é a tese de licenciatura em Filologia Clássica de MARIA BEATRIZ SILVESTRE, *A Correspondência de Cataldo com os Condes de Alcoutim*, Coimbra 1965 (dactilografada).

⁽⁵⁾ Vid. CAETANO DE SOUSA, *História Genealógica*, tomo V, 1948, p. 120. A data de 1480 foi estabelecida na tese supra citada, p. 25.

fora nomeado prior do mosteiro muito certamente em 1480; era tio de D. João de Noronha, pai do reitor a que se refere a Oração de 1548, e tio também de D. Pedro de Meneses, a quem o sevilhano chama «mecenas» na dita oração⁽¹⁾. Aí contactou com o que os Crúzios estavam fazendo em matéria de cultura⁽²⁾, de que pode ser exemplo um Vicente Fabrício que, desde 1533, ensinava em grego, e aí deve ter conhecido o livro de João Rodrigues de Sá e Meneses, publicado em reedição em 1537. A obra, cujo título era *De uera Platano apud nos Regesta*, saída em primeira edição em 1527, inclui uma carta⁽³⁾ de Mestre João Fernandes contestando as conclusões a que chegara o autor do livro, afirmando a certa altura que, por falta de livros — «in hoc secessu parum instructa bibliotheca (nam ne Theophrastum quidem habuimus)» não continuava a disputa⁽⁴⁾. No frontispício da carta lê-se: «M^o joãnes fernãdus Conñbriensis Rhetor», o que mostra como antes de 1537 o sevilhano ensinava Retórica em Coimbra.

Mas voltando a Santa Cruz; por alturas de 1535 foi o médico do Mosteiro, Simão Dias, encarregado de ir buscar regentes a Alcalá, entre os quais veio Afonso do Prado; no já citado *Livro de receitas*⁽⁵⁾ de Santa Cruz, na fl. 56v (Maio de 1535), fls. 57 (Junho) e fl. 60v (Junho) registaram-se os gastos havidos com as viagens desses mestres. Teria vindo

(1) Este D. Pedro de Meneses era o 3.^o Marquês de Vila Real, neto do 1.^o Marquês de Vila Real também chamado Pedro. O 3.^o marquês, quando ainda era conde de Alcoutim, a 18 de Outubro de 1504 pronunciara em Lisboa, perante D. Manuel, uma Oração latina que vem publicada nas *Epistole*, vol. II, de CATALDO; vid. LUÍS DE MATOS, *Nótulas sobre o Humanista Italiano Cataldo Parisio Sículo*, in *A Cidade de Évora*, vols. X-XI. Este D. Pedro de Meneses não foi o professor do mesmo nome que houve em Lisboa, como o mostrou COSTA RAMALHO, *D. Diogo de Sousa e o Introdutor do Humanismo em Portugal* in *Bracara Augusta*, XX, n.^{os} 1-2, 1966, p. 14 n. 14.

(2) Conforme mostrou já Alexandre Herculano, os Crúzios dedicavam-se à elaboração dos «milagres» de D. Afonso Henriques, que João Fernandes exalta na oração de 1548.

(3) Sobre esta carta, que existe incompleta no ms. 84 da Biblioteca do Porto, vid. LUÍS DE MATOS, *Les Portugais en France*, p. 151, nota 1; a cópia do ms. 84 do Porto é do século XVI e é proveniente de Santa Cruz; está publicada pelo MÁRIO BRANDÃO in *Alguns Docs.*, p. 64. A ela também se refere BARBOSA MACHADO na *Bibliotheca Lusitana*, tomo II, ao falar de João Rodrigues de Sá e Meneses.

(4) Com os dados presentes é difícil avaliar o exagero de João Fernandes em semelhante afirmação. Cataldo também dizia que em Portugal não havia, ao contrário, da Itália, «multas: suavissimas» bibliotecas, como a que o bispo de Lamego trouxera de lá. Será o mesmo a quem ele alude em carta a D. João II, recordando-lhe que viera de Bolonha «solicitado por D. Fernando Coutinho, decerto o bispo de Lamego»? Vid. COSTA RAMALHO, *D. Diogo de Sousa e o Introdutor do Humanismo em Portugal*; e ainda do mesmo autor, *Uma Bucólica Grega em Gil Vicente* in *Humanitas*, XV-XVI (1963-64), p. 335 n. 1.

(5) Vid. M. BRANDÃO, *A Inquisição*, I, p. 442, nota 1, cit. de VIRGÍLIO CORREIA, *Obras*, vol. I, pp. 239-246.

João Fernandes no meio deles? A hipótese não é de excluir, embora tenhamos de ver que nessa altura devia estar em Salamanca, e não em Alcalá. Mas mesmo sem se precisar a data, é evidente que João Fernandes foi chamado para Santa Cruz para contribuir para a renovação e intensificação dos estudos nas Escolas do Convento; errou assim, Leitão Ferreira, quando, no passo que transcrevemos no início, o dá como chamado por D. João III para a Universidade.

Até finais de 1538-39 ensinou no dito mosteiro, onde teve ocasião de mostrar o seu saber numa oração⁽¹⁾ que aí pronunciou em 1539, e cujo título é «Oratio pro rostris pronunciata in conimbricensi Academia a M. Johãne fernando anno secũdo a novae academiae institutione». A oração pode ter sido lida depois de 17 de Setembro desse ano, apesar de desta data ser o alvará de D. João III⁽²⁾ que autoriza João Fernandes a ir ensinar aos Paços Reais, com a obrigação de ler duas lições de Retórica, uma de manhã e outra de tarde, com o ordenado de 80 mil réis anuais, e ainda com o encargo de examinar os estudantes que, concluídos os preparatórios de gramática, desejavam matricular-se em outras ciências; a provisão era válida por três anos, a contar do primeiro de Outubro seguinte.

Qual o motivo que teria levado o monarca a transferir o mestre de Retórica (pois as aulas de Teologia, Artes e Medicina foram dadas nos Gerais de Santa Cruz, enquanto as faculdades maiores de Cânones e Leis ficaram instaladas na parte alta da cidade, situação que se manteve até 1544) para os Paços Reais, em 1539? É possível que, além de ter «obedecido ao desejo de facilitar aos estudantes juristas a frequência da retórica, cujo estudo era para eles da maior utilidade»⁽³⁾, se tivesse como objectivo aliviar o trabalho escolar, evitando que os exames dos preparatórios de gramática se viessem fazer a Santa Cruz.

Assim parece ter sido. Na verdade, o ensino de gramática em Santa Cruz enfermava de defeitos, a tal ponto que em 1541 o novo reitor da Universidade escrevia ao rei, pedindo-lhe que ouvisse sobre o caso M.^{te} João Fernandes⁽⁴⁾; a queixa de D. Bernardo deve ter sido motivada⁽⁵⁾ por hostilidade aos cruzios, numa época em que a Universidade estava

(1) A oração encontra-se copiada no já referido ms. 84 do Porto; no opúsculo cit., *Cartas*, de M. BRANDÃO, p. 13, vem a data de 1536, também referida por PINTO DE CARVALHO; mas trata-se de erro tipográfico, como concluímos quando o consultámos sobre o caso o Prof. DOUTOR M. BRANDÃO.

(2) *Docs.*, I, p. 186.

(3) M. BRANDÃO, *Cartas*, cit., p. 15.

(4) *Docs.*, II, p. 46.

(5) M. BRANDÃO, *A Inquisição*, I, pp. 443-444.

dividida, mas o facto de, a partir de 1542, D. João III se dedicar a fundar um Colégio de Humanidades em Coimbra apoia a impressão de que o ensino da gramática (de que os estudantes de Cânones e Leis mais se deviam ressentir), em Coimbra, deixara muito a desejar.

Pensamos, por outro lado, e baseados numa alusão das orações de 1543 e 1548, que nesta altura João Fernandes foi a Lisboa; mas mais adiante trataremos disto.

Como em 1542 se aproximava o fim do prazo marcado pelo alvará de 1539, por um outro de 4 de Maio desse ano, D. João III concede-lhe a posse vitalícia da cadeira de Retórica, com o mesmo ordenado e encargos ⁽¹⁾. No ano seguinte, por alvará de 6 de Abril, aumenta-lhe o vencimento anual em 10 mil réis, pelo trabalho que leva em examinar os estudantes que passam de Gramática a outras Faculdades ⁽²⁾.

A sua carreira universitária continua sem nada de notável até 1548, salvo um ou outro caso sem importância, em que o nome afflora nos documentos, como em festividades ou outras cerimónias; por exemplo, em Junho de 1547 redige um édito a convocar os mestres e alunos dos Colégios a assistirem às solenidades a realizar em Santa Clara, e incluído no ms. 84 do Porto ⁽³⁾.

Chega-se assim ao ano de 1548, capital tanto para a história do Humanismo português, como para a vida escolar de João Fernandes ⁽⁴⁾.

A 21 de Fevereiro desse ano inaugura-se o Colégio das Artes, que ficará a ser o centro do ensino das Humanidades entre nós, e que, durante o curto lapso de tempo de pouco mais ou menos um ano, foi preenchido por nomes aureolados pela maior fama entre os humanistas do tempo. A oração inaugural foi pronunciada por Arnaldo Fabrício ⁽⁵⁾, um dos mestres *bordaleses* que acompanharam André de Gouveia.

(1) *Docs.*, II, p. 91; vid. também *N. C.*, Adit. P. 2.^a, vol. II, pp. 247 e 742.

(2) *Docs.*, II, pp. 114-115; *N. C.*, Adit. P. 2.^a, vol. II, p. 383.

(3) *Alguns docs.*, p. 153: «Pro conuocandis musarum cultoribus ad solemnem pompam / quae ad templum Diuae clarae primum indicta est. M. / Johãnis fernandi literae denunciatoriae /». Sobre o mesmo assunto há um outro édito de Vicente Fabrício (ms. 84); vid. *ob. supra cit.*, p. 154.

(4) Adiante aludiremos à publicação, cerca 1552, dos *Colloquia* de Erasmo, «ad meliorem mentem reuocata».

(5) Vid a tese dactil. de MARIA JOSÉ FREITAS SOUSA PACHECO, *A Oração Inaugural do Colégio das Artes, de Arnaldo Fabrício*, Coimbra, 1959; LUÍS DE MATOS, *Quatro Orações Latinas*. No início desta oração, Arnaldo Fabrício declarou: «Orationem de liberalium artium studiis hic a me anno superiore habitam...»; no frontispício vem: «...oratio Conimbricæ habita in Gymnasio regio pridie quã ludus aperiretur IX. Cal Martii M.D.XLVII». Isto não quer dizer que o discurso tenha sido pronunciado em 1547

Este simples facto foi, no entanto, de graves consequências para os professores de gramática e retórica, já que estas disciplinas seriam ensinadas por novos e famosos mestres do recém-fundado colégio.

Por isso, mestres como o Dr. Marcos Romeiro não deram aula nesse dia, tendo-lhes sido perdoada a falta no conselho de conselheiros de 10 de Julho de 1548⁽¹⁾. Outro dos professores mais atingidos pelo êxodo dos alunos foi o nosso M.^{te} João Fernandes, que durante três dias não deu aulas, conforme invocou no conselho de 3 de Outubro desse ano, ao justificá-las⁽²⁾.

As aulas, no Colégio das Artes, começaram logo no dia seguinte ao da inauguração, mas só alguns dias depois é que os dois professores de Artes da Universidade foram ensinar no Colégio, conforme carta de D. João III, lida no conselho de 27 de Fevereiro.

Os novos mestres *bordaleses* não foram bem vistos pelos lentes já instalados em Coimbra, quase todos *parisienses*: as próprias escolas de origem levavam-nos a hostilidades, se a arrogância de uns e a inveja de outros tivessem estado alheias à formação dos dois partidos⁽³⁾.

A nós, porém, interessa seguir o caso de João Fernandes. Este era⁽⁴⁾, com Vicente Fabrício e Gaspar Bordalo, dos únicos lentes de Artes que tinham nomeação vitalícia. Ao contrário do que Pedro de Mariz⁽⁵⁾ parece dar a entender, não deve ter ensinado no Colégio Real, pois o seu nome não vem no rol dos professores deste estabelecimento, além de que aparece nas actas dos conselhos a 9 de Novembro⁽⁶⁾, por exemplo, em que assina a acta; além do mais, não é de crer que André de Gouveia⁽⁷⁾ viesse para Coimbra sem um professor de retórica.

mas que Fabrício seguiu o cômputo florentino, usado em Bordéus; vid. MÁRIO BRANDÃO, *O Colégio das Artes*, I, p. 92, nota. Em Julho de 1547 ainda os mestres do futuro Colégio estavam em Lisboa (vid. *Actas*, I, p. 423, acta de 19 de Julho, em que o conselho pede ao rei que não demore mais na capital os professores).

(¹) *Actas*, II, 1.^a parte, p. 23. Levanta-se aqui um problema, de saber que mudança do Colégio foi essa. M. BRANDÃO, in *Cartas*, p. 16, nota 1, observa que as faltas a que se refere a acta pertencem «à de Radeira 3.^a», isto é, ao período desde 20 de Abril até ao fim do ano lectivo»; o colégio era o das Artes, mas quanto à mudança é que é mais difícil de a determinar; no entanto, não nos parece que possa tratar-se de outra além da que referimos.

(²) *Ibid.*; vid., actas de 26 de Julho, p. 29; 31 de Julho, p. 33; e 3 de Outubro, p. 35.

(³) Sobre o assunto vid. M. BRANDÃO, *A Inquisição*, I, em especial, pp. 548 e ss.

(⁴) *Docs.*, II, p. 91.

(⁵) *Diálogos de vária história*, p. 356v, ed. de 1598.

(⁶) *Actas*, II, 1.^a parte, p. 154.

(⁷) M. BRANDÃO, *Cartas*, cit., pp. 16-17, e *Colégio das Artes*, I, p. 370; razão tinha, por isso, L. FERREIRA, ao escrever «Sempre leo nos Paços, até que El Rey, por Alvará

Mas o seu prestígio descera. É certo que ainda é o orador da Universidade no recebimento do infante D. Luís, mas esse é o seu último acto de relevo na vida académica, que ornamentara já com outras duas orações anteriores.

Em 25 de Maio de 1549⁽¹⁾ D. João III dispensa-o do ensino universitário e permite-lhe ir leccionar para casa do Duque de Bragança, como mestre de seu filho D. João, em Vila Viçosa. É certo que o rei concedia-lhe a manutenção fora de Coimbra dos privilégios de lente da Universidade e a licença para regressar à cátedra quando quisesse.

Pela data do alvará conclui-se que ainda levou a cabo o ano lectivo de 1548-1549. Em Julho estava ele em Coimbra, examinando em Artes D. Fulgêncio, irmão do duque de Bragança, D. Teodósio, e a 28 do mesmo mês aparece como testemunha na cerimónia da concessão do respectivo grau. Uma acta de 16 de Dezembro de 1549⁽²⁾, entre os votantes na opposição da cadeira de Instituta, a que concorriam Rui de Couros (§ De verborum obligatione in principio iusti), Manuel da Fonseca (§ Posthumo iusti, delega), Bento de Videira (§ Sed si uxori delega), Pedro Soares (§ Longe magis delega), Álvaro Afonso e João Moreno, que foi o vencedor, inclui um «Johão fr̄». Estamos, porém, inclinados em crer que este indivíduo não é o mestre sevilhano; deve tratar-se de um outro João Fernandes, português, que era bacharel e que aparece nas *Actas* na década de 1540. Assim, por exemplo, em 19 de Julho de 1547⁽³⁾ ambos estão presentes no conselho em que se resolveu pedir ao rei o estabelecimento em Coimbra do Colégio das Artes; distinguem-se porque o sevilhano traz o título de «mestre». Tendemos, por isso, a concluir que, durante as férias do verão de 1549, João Fernandes, mestre de retórica, se mudou para Vila Viçosa, iniciando aí o novo ano lectivo⁽⁴⁾.

de 25 de Mayo de 1549. lhe deo licença para ir para casa do Duque de Bragança, a ensinar seu filho Dom João...», *N. C.*, P. 2.^a, vol. I, § 674; T. BRAGA, já pensa o contrário, *Hist. da Univ.*, I, p. 509.

⁽¹⁾ Arquivo da Un., *Actos e Provas de cursos*, t. 3, l. 3, fl. 105v; vid. *Docs.*, IV, p. 370.

⁽²⁾ *N. C.*, P. 2.^a, vol. III, t. 2, pp. 965 ss. (Adit.); vid. *Actas*, II, P. 1.^a, pp. 179-184; na lista dos votantes vêm também Manuel da Costa (com dois votos), Fábio Arcas e Ascânio Escoto, mestres de que falaremos adiante, além de António Ferreira.

⁽³⁾ Vid. *Actas*, vol. I, pp. 422 e 423.

⁽⁴⁾ Quando, pela primeira vez, estudámos este assunto, um pouco precipitadamente concluímos pela identidade de ambos os indivíduos com o mesmo nome de João Fernandes, inferindo que em Dezembro de 1549 ainda se mantinha em Coimbra o mestre sevilhano. Isso levou, então, o Prof. Doutor Costa Ramalho a admitir, com certas reservas, o que havíamos afirmado, in *A propósito do «Amato Lusitano» de Ricardo Forge*, sep. da *Revista Portuguesa de História*, tomo X, Coimbra 1962, p. 11, nota 11.

Luís de Matos⁽¹⁾ escreve que foi ensinar, desde 1549, em Vila Viçosa: «As suas relações com D. Teodósio e seus irmãos em Coimbra por um lado, por outro as questiúnculas em que recentemente se achara envolvido explicam fàcilmente a sua preferênciã pela tranquilidade de Vila Viçosa, donde certamente não voltou a sair durante cerca de trinta anos». Por outro lado, se olharmos à data de 2 de Maio de 1560, em que lhe é passada, a seu pedido, uma carta de privilégios de lente pelo reitor D. Jorge de Almeida, e àquela outra de 31 de Janeiro também de 1560, do Breve em que o papa Pio IV autorizava D. Teodósio a fundar no mosteiro de Santo Agostinho de Vila Viçosa uma «universidade de estudos gerais, de que os mestres seriã os Religiosos do mesmo mosteiro e o Prior o Reytor della⁽²⁾», teremos vislumbrado os motivos que levaram João Fernandes a Vila Viçosa.

Em 1557, em 13 de Outubro, foi provido na Comenda de Santiago de Parada por D. Teodósio I; conservou-a até 1578, ano em que morreu, antes, no entanto, de 10 de Dezembro, pois nessa data a referida comenda é concedida a João de Tovar Caminha, por D. João I, duque de Bragança⁽³⁾. Foi durante a estadia nos paços ducaes que ele traduziu para latim a *Chronica do Condestabre*, a que aludiremos adiante⁽⁴⁾.

2. Depois de termos discorrido sobre a vida do sevilhano⁽⁵⁾ João Fernandes, convém aludir a referências que lhe fizeram alguns autores. Entre eles, Francisco de Monçon, que, quando alude aos professores da Universidade de Coimbra, escreve: os «lectores ã todas faculdades merecieron ser celebrados. Como lo fue el consumado varon el maestro Juã Fernandez de otro que los escriuio: porque no solo es perfecto orador mas en todas artes y theologia es muy docto. y por tal le desseã las dos yllustres

(1) *A Corte Literária dos Duques de Bragança no Renascimento*; vid. ainda C. SOUSA, *Hist. Geneal. da Casa Real Port.*, t. VI (1739), caps. XIII e XV, cit., in *N. C.*, Adit., P. 2.^a, vol. III, t. 2, p. 865, e ainda *Docs.*, IV, pp. 370-71.

(2) Vid. *N. C.*, Adit., P. 2.^a, vol. III, t. 2, p. 865.

(3) Vid. SOUSA, *Provas da Hist. Genealógica*, vol. IV (Lisboa, 1735), pp. 214-126.

(4) Apesar de termos tentado obter informações da sua estadia em Vila Viçosa, junto do Director da Biblioteca, nada conseguimos, por o arquivo se ter destruído no terramoto de Lisboa de 1755.

(5) Pode ainda transcrever-se o assento que, no Arquivo da Un. de Coimbra, secção paroquial, Freguesia de S. Tiago de Coimbra, *Baptizados de 1510 a 1569*, M. BRANDÃO encontrou: «Item aos xxiii^o dias doutub^{ro} (de 1541) bautizey simão filho de bellchioll frz & de antonya lopez sua molher. foy padrinho johã frz o m^{te} grego Reitorico & madrinha c^a de carçeres molher de fr^{co} mascarenhas cõ ha part.^{ra}. À margem «simão»; vid. *A Inquisição*, I, p. 535, nota 3.

vniuersidades de Alcalá y Salamanca por hõrrarsse cõ su presencia: como se alegrarõ en el tiẽpo que leyo la cathedra de rethorica en entrambas». E na edição de 1571 da mesma obra, fls. 85v, testemunha: «Entre los mas sabios varones que vinieron a fundar la Vniuersidad de Coimbra, fue el maes- Juan fernandez, que auia professado y leyo Rethorica con grande fama en las vniuersidades de Alcalá y Salamanca, por donde essa misma cathedra tiene eneste: el es perfecto orador y muy docto en toda las sciencias y lenguas, y tan general en todas, que raramente se hallara otro su ygal en la Vniuersidad de Paris, ni en ninguna otra»⁽¹⁾. E Pedro de Mariz, num passo que com certeza é imitação do autor anterior, afirma: «o Mestre João Frz, q̃ tendo ensinado Rhetorica nas duas Vniuersidades de Salamãca & Alcalá, nesta [Coimbra] também fez o mesmo cõ muyta satisfação & applauso: porq̃ foy perfeyto Orador, & muyto douto nas sciencias & linguas, & tão gẽral em todas que raramente se acharia seu igual, en nenhũa Vniuersidade do mundo»⁽²⁾.

3. Se bem que Leitão Ferreira⁽³⁾ afirme que «Naõ consta que desse a luz alguns escritos, mas sabe se, que traduzio na lingua latina a Chronica do grande Condestável de Portugal, o Conde Dom Nuno Álvares Pereira (que já corria impressa em Lisboa, no anno de 1526, por Germam Galharde)...», nós sabemos que, além desta obra, João Fernandes editou duas orações em 1548 (embora uma fosse de 1543); na mesma officina de João Barreira e João Álvares publicou os *Colóquios* de Erasmo, que dedicou a D. João e ao cardeal Infante. Sousa Viterbo⁽⁴⁾, no catálogo que organizou de edições quinhentistas de gramáticas latinas, inclui uma atribuída a João Fernandes: «De anno incerto e sem designação de typographia ha ainda um compendio intitulado *Elementa Grammatica*, de João Fernandes, sevilhano, um dos professores chamados por D. João III para reger na Universidade de Coimbra. Cita-o Manuel Monteiro na prefacção do seu *Methodo de Grammatica Latina*».

Deixando as orações para outro lugar, começemos por aludir ràpidamente à tradução para latim da *Chronica do Condestabre*. A informação

(1) *Libro primeiro del espejo del Principe Christiano*, 1544, fl. 1 x iiiii; vid. M. BRANDÃO *Cartas*, cit., p. 6, nota 1; e tb. *N. C.*, P. 2.^a, Vol. I, § 675.

(2) *Diálogos de varia historia*, ed. de 1598, fl. 356v; cit. in M. BRANDÃO, *Cartas*, cit., p. 6, nota 1; vid. ainda *N. C.*, P. 2.^a, vol. I, § 675.

(3) *N. C.*, P. 2.^a, vol. I (§ 676), p. 341.

(4) Cit. *ibid.*, Adit., p. 875 e, in *A Lit. Esp.*, p. 271, fala de uma *Ars Rhetorica*, de cujo exemplar diz desconhecer o paradeiro, na Bibl. Nac..

deste trabalho radica em Vaseu que, na *Chronica rerum memorabilium Hispaniae* ⁽¹⁾, cap. IV, fl. 6v da ed. de 1552, escreveu: «Extat praeterea Comitis Nonii Alvari Pereira, Brigantiae domus authoris historia impressa, quem Comitem Lusitaniae Camillum recte dixeris. Eam, ut audio, latine vertit Joannes Ferdinandus, quem illustrissimus Brigantiae Dux Theodosius filio suo unico Joanni in successionem amplissimae ditionis nato praeceptorem prudenti consilio delegit, cujus eruditio varia Compluti, Salmanticae, Conimbricae celebrior est, quam ut alienae preadicationis indigeat» ⁽²⁾. A afirmação de Vaseu não é categórica, pois limita-se a escrever «*ut audio*», pelo que pouco de concreto nos fornece; mas não se deve duvidar da informação, à falta de provas em contrário. João Vaseu tê-lo-ia conhecido, como pensa M. Bataillon, em Vila Viçosa ⁽³⁾; e foi aqui que deve ter feito a tradução ⁽⁴⁾.

⁽¹⁾ Também aparece o título *Chronicon rerum Hispanicarum*.

⁽²⁾ No passo transcrito seguimos a lição de L. FERREIRA, P. 2.^a, vol. I, § 676. BARBOSA MACHADO transcreveu o mesmo passo no tomo II, p. 657, da sua *Bibl. Lus.* com algumas diferenças do anterior, como *eum* (Eum. ut audio) em vez de *eam*, *Theosius* por *Theodosius*, *domus* (domus nato), em vez de *ditionis*. A fonte de ambos foi D. NICOLAU ANTÓNIO, *Bibl. Hisp.*, tomo III, p. 689.

⁽³⁾ *Ob. cit.*, p. 225, nota 2.

⁽⁴⁾ LUÍS DE MATOS, *ob. cit.*, p. 24.

II

JOÃO FERNANDES A EDIÇÃO DOS «COLLOQUIA ERASMI»

Uma obra que, na actividade pedagógica de Mestre João Fernandes, ocupa um lugar muito especial é a edição dos *Colóquios* de Erasmo «ad meliorem mentē reuocata». Hoje conhece-se o paradeiro de um único exemplar, o da Biblioteca Pública de Évora — *Res.* 708 — com o seguinte frontispício: «Ad serenissimū / Lusitaniae Princi / pem Ioannem Regem / / feliciter designatum / Erasmi colloquia ad me / liorem mentē / reuocata. / / Per Ioannem Fernandum hispa / lensem Rhetorē regium in incl / ta Conimbricensi Academia / Cum facultate sanctae / inquisitionis. / Cum Privilegio / domininostri Regis //». Há, porém, notícia de um outro exemplar citado e descrito por António Joaquim Anselmo⁽¹⁾, que M. Bataillon⁽²⁾ já não encontrou na Biblioteca Nacional; talvez tenha sido a este exemplar que Teófilo Braga se referiu⁽³⁾.

O exemplar eborense não indica a data da edição e tem o nome «Erasmi» riscado. No entanto, não é possível fazer recuar a publicação para além de Novembro de 1545, como demonstra Bataillon; antecedendo a dedicatória a D. João (1537-1554)⁽⁴⁾, que só foi proclamado príncipe herdeiro em 30 de Março de 1544, em Almeirim, vem uma carta-prefácio a D. Henrique, tratado como cardeal, título que obteve em 1545. Mais ainda: o Dr. Marcos Romeiro examinou a obra como professor de Antigo Testamento, para que foi nomeado em 31 de Outubro de 1545⁽⁵⁾.

Se estes argumentos aduzidos pelo investigador francês citado marcam,

(1) *Obras Impressas em Portugal no Século XVI*, n.º 1113.

(2) Para este assunto é importante o artigo *L'Édition Scolaire Coimbroise des Colloques d'Érasme*, in *Études*, cit., pp. 219-256.

(3) *Hist. da Univ.*, t. I, cit., p. 583.

(4) É de notar que foi a D. João que Jorge Ferreira de Vasconcelos dedicou também a *Comédia Eufrosina*.

(5) Vid. *Docs.*, II, p. 285.

na realidade, com bastante certeza o limite *a quo*, diversamente sucede com o termo *ad quem*. Bataillon, baseado no facto de o Index de 28 de Outubro de 1547 proibir os *Colóquios* de Erasmo em latim e em vulgar ⁽¹⁾. conclui que dificilmente se poderá conceber como o sevilhano tenha posto a público a referida edição, sem aludir à proibição do Inquisidor-Mor. Todavia acontece que deve ter sido assim mesmo que as coisas se passaram. Pelo menos é o que nos leva a pensar uma carta do Cardeal D. Henrique, escrita em Évora em 22 de Fevereiro de 1553, cujo teor inclina a lhe atribuímos o ano de 1552, provavelmente. Nela se diz expressamente que «os dias passados mandou imprimir Joam fernandez que leo ã coimbra hũs colloquios derasmo que emendou e lhe tirou as cousas que era periguoso leremse contudo uios mestre Jeronimo dazambuja e lhe achou q̃ tinham aimda algũas cousas por que se nam deuiam lleixar uemder e me deo conta diso polo que me pareço bẽ nam se leixarem uemder ate eu nam tomar concrusam niso cõ parecer de mais letrados q̃ nã pude fazer com outras ocupações aguora me pede Joam fernandez que lhos mamde desembarguar...» ⁽²⁾. Esta carta, como se vê, é um pesado argumento a favor de uma data posterior a 1547; repare-se que a passagem «que leo ã coimbra» se pode entender como indicando que, na altura, o mestre sevilhano já saíra desta cidade, sem que, com isso, perdesse o título de mestre da Universidade, como se viu pelo alvará de 1549 atrás referido.

Sendo assim, se é certo que o documento a que alude Bataillon, em que Mestre Francisco Sancho, teólogo de Salamanca encarregado de controlar a depuração das bibliotecas, perguntava se a proibição dos *Colóquios* se estendia aos que iam de Portugal, impressos com a autorização do Santo Ofício e de que, tirados os maus, os bons serviam de exercício da língua latina, diz respeito à edição fernandina, então temos que lhe atribuir uma data posterior a 1551 ⁽³⁾. Tendo em conta, no entanto, o facto de o príncipe D. João, a quem é dedicada a edição, ter falecido em 1554 ⁽⁴⁾,

⁽¹⁾ Vid. I.-S. RÉVAH, *La Censure Inquisitoriale Portugaise au XVI^e Siècle*, vol. I.

⁽²⁾ Vid. JOSÉ SEBASTIÃO DA SILVA DIAS, *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal (Séculos XVI a XVIII)*, t. I, pp. 499-500. Na página 182 o A. dá a João Fernandes o grau de «doutor», que nunca vimos em documento algum. O cap. «O signo de Erasmo e de Lutero» é importante para esta matéria. Note-se que na p. 183, nota, vem a data de 22 de Janeiro de 1553 para a carta em questão, o que deve ser lapso em relação ao que se regista na p. 500.

⁽³⁾ Cf. BATAILLON, *Études*, p. 252. A resposta à pergunta de Francisco Sancho foi afirmativa; note-se que o exemplar de Évora tem, ao fundo do frontispício, a nota manuscrita «nõ prohibentur».

⁽⁴⁾ *Ibid.*, p. 227.

talvez não seja arriscado admitir 1552 como o ano que viu aparecer os *Colóquios* «ad meliorem mentē reuocata» em Coimbra.

Portanto, é com certa segurança que se pode dizer que a refundição levada a cabo por João Fernandes é posterior à sua saída de Coimbra e que, antes de poder circular com relativa facilidade, esteve retida para uma análise mais minuciosa. Mas, mesmo depois disso, é provável que o seu conhecimento não extravasasse um limitado círculo⁽¹⁾. Não estava, pois, de todo enganado Sousa Viterbo ao indicar o ano de 1550⁽²⁾ para a referida edição; Teófilo Braga data-a de 1549, confundindo o D. João da dedicatória com D. João III⁽³⁾.

A aprovação vem assinada pelos «Doctissimos doctores Marcum Romerum Veteris Testamenti professorem eximum, et fratrem Martinum Ledesmium Divi Thomas interpretem eruditissimi» e ainda pelo «doctissimi Doct. Alfonsi a Prato in sacra Theologia Cathedrarii Primarii». É curioso notar, desde já, que estes professores pertencem ao grupo dos que, em 1548, João Fernandes elogiara perante o infante D. Luís, como adiante se verá.

Interessa, pois, saber em que moldes o sevilhano deve ter abordado a obra de Erasmo; embora a data da edição se tenha de colocar após 1549, é evidente que o contacto com a doutrina e obras erasmistas vinha de muito antes. É que João Fernandes, por ter chegado a Coimbra antes de 1539, apanhou toda a década dos anos quarenta, durante a qual a Universidade praticamente se formou e se impôs como escola humanística. Assistiu ao reitorado de Fr. Diogo de Murça, que frequentara alguns dos centros mais célebres do humanismo europeu e que era leitor bastante assíduo de Erasmo⁽⁴⁾, como a maioria dos professores de formação estrangeira que, durante pouco mais de uma década, dominaram o ensino na Universidade. Assistiu, também, à preparação e abertura do Colégio das Artes e à invasão dos «bordaleses» no meio académico; é certo que o problema da influência cultural destes homens de formação transpirenaica não é de fácil solução, porque, devido à censura, que entre nós se mostrou mais exigente para com as obras de Erasmo, provavelmente desapareceram muitos textos que hoje seriam eloquentes neste assunto⁽⁵⁾.

(1) Diz o Doutor Silva Dias: «Se os *Colloquia*... *Revocata* chegaram portanto a entrar no mercado, parece que só depois de 1553 teriam tido essa honra;» in *ob. cit.*, p. 184, nota 3.

(2) *A Literatura Espanhola em Portugal*, pp. 270-271.

(3) *Ob. cit.*, p. 583.

(4) Vid. JOAQUIM DE CARVALHO, *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XVI*, vol. II; SILVA DIAS, *ob. cit.*, p. 107, nota 5, etc.

(5) I.-S. RÉVAH, *cit.*, p. 35.

Toda esta ambiência, entre outros factores, nos permite pensar que João Fernandes teve tempo de em Coimbra ir preparando e meditando a doutrina dos *Colóquios*. A abertura do Colégio das Artes prejudicou alguns mestres de retórica na Universidade, ofuscados pela auréola europeia dos novos professores; entre estes vinham simpatizantes inegáveis de Erasmo, a começar pelo próprio principal Mestre André de Gouveia ⁽¹⁾, cujo falecimento, pouco depois, havia de vir a ser um dos pontos mais abordados pelo Santo Ofício nos Processos de 1550 ⁽²⁾. É visível que existia um ambiente favorável à penetração das ideias humanistas influenciadas em muitos aspectos pela doutrina erasmista, ambiente esse que não deve ter sido estranho à elaboração dos *Colloquia Erasmi ad meliorem mentē reuocata*. Assim é possível compreender que um Fr. Martinho de Ledesma, que na Oração de 1548 João Fernandes elogiara como discípulo de Francisco de Vitória, achasse publicável a versão do texto erasmiano. Apesar disso, e olhando à data de 1552 que se oferece como mais aceitável em face do que se sabe sobre o assunto, a edição fernandina não é tanto um índice do meio cultural coimbrão, como o é da formação humanística do seu elaborador. ⁽³⁾.

Desde 1526 que a Sorbonne vinha expurgando e até proibindo completamente os *Colóquios* de Erasmo; em Espanha, a Inquisição impede a sua circulação primeiro na tradução castelhana, em 1536, depois em 1537, na versão latina, embora permitisse, indulgentemente, a circulação de outras obras. No entanto, os *Colóquios* eram demasiado atraentes para serem proibidos pura e simplesmente; daí a série de adaptações que desde 1534 vinham sendo elaboradas.

Se se confrontar a de João Fernandes com essas outras existentes,

⁽¹⁾ Sobre o pensamento destes mestres «bordaleses» são fundamentais os Processos na Inquisição, cheios de informações acerca da nossa cultura quinhentista.

⁽²⁾ Segundo as testemunhas, Mestre André respondia ao eclesiástico que o fora assistir que se confessava só «A dẽ A dẽ & q̃ tinha hũa cruz Nos bracos & dezia q̃ Xpo nõ morera p̃ os Justos senaõ p̃ os pecadores temos concyencya & q̃ nuca esperara aJuda de nhũa creatura...»; vid. *O Processo na Inquisição de M.^{te} João da Costa*, publ. por MÁRIO BRANDÃO, p. 77; João da Costa, porém, que devia conhecer M.^{te} André muito melhor que a maioria das testemunhas, era de opinião que a recusa à confissão auricular se devia à doença ter surgido inesperadamente...; vid. *ibid.*, p. 37.

⁽³⁾ Portanto não serve de base ao que pensa M. BATAILLON, *ob. cit.*, p. 254, quando opina que a referida edição revela a existência, entre nós, de um ambiente favorável às novas correntes teológicas e ainda menos de um liberalismo desconhecido que tenha presidido à renovação da Universidade portuguesa; vid. p. 227. Melhor é o testemunho de Azpilcueta, em 1545, no *Commento em romance*, Coimbra, MDXLV, fo. A ii, ao declarar que preferia o «stilo algo logico. scholastico y disputativo» de S. Tomás ao estilo retórico.

verificar-se-á a omissão de somente seis diálogos⁽¹⁾, introduzindo modificações de alcance variável em mais ou menos outros tantos. Na carta-prefácio ao Cardeal D. Henrique explica o mestre sevilhano o seu ponto de vista: «Et, ut ingenue loquar, Homini erudito, et citra controuersiam catholico, quod declarant aediti in lutherum libri, et mors pio homine digna, ut non defuit animus propensus in orthodoxas partes, ita desideratur delectus quidam in uerbis quibus longe aliud assere uidetur, quam forsan mente conceperat». Tirando alguns aspectos, principalmente no capítulo da linguagem, considerava João Fernandes, o conteúdo da obra erasmiana era perfeitamente sã e aproveitável. A orientação que o guiava era sobretudo pedagógica, inserindo-se naquela tradição que conhecera em Espanha aí por 1527, antes de vir para Portugal⁽²⁾.

É essa a razão por que na mesma carta deixa expressa a sua opinião acerca de Erasmo: «Attigisset hunc scopum feliciter Erasmus hoc maxime colloquiorum opera si, dum euellendae superstitioni dat operam minus quod non arbitror ex animo factum, pietatem offendisset». Qual era, então, a finalidade que o sábio roterdamês poderia ter atingido? A resposta vem mais adiante, na carta ao príncipe D. João, revelando o objectivo pedagógico da edição que levara a efeito: «Ut iam princeps, inter quos infantilis tuae aetas propitio christonata est, et in summa dignitas fastigio educata, rei latinae strenuam operam dare debeant, qua homines praestant hominibus, et principes principibus. Huc tendunt conatus nostri, princeps serenissime, offerimus celsitudini tuae hunc Erasmi libellum unde litterarum lacte bibas pietatem, quae tamen e longa generis tui serie, aequae pijssimis parentibus tuis iure haereditario tibi debetur». Estas palavras talvez queiram mostrar como o sevilhano não tinha por descabida, na educação de um príncipe, a utilização dos *Colóquios*, devidamente aproveitados. É claro que tudo dependia do «aproveitamento» que deles se tirasse;

⁽¹⁾ Os diálogos omitidos foram: *Peregrinatio religiosus ergo*, Ἰχθυοφαγία, *Funus*, *Synodus grammaticorum*, *Concio sive Merdarches* e *Exequiae Seraphicae*; vid. BATAILLON, *cit.*, p. 229; cf. S. DIAS, p. 183, nota 1.

⁽²⁾ Apesar da finalidade pedagógica da refundição, que nos parece mais conforme a um mestre de retórica, convém observar que ela não exerceu excepcional influência no nosso meio, o que se compreende se se atender ao momento em que veio a público. Esta maneira de aproveitar Erasmo aparece já, embora com ideias opostas, em AIRES BARBOSA na *Anti-Moria* (Coimbra 1536): «Utinam et Christiani et theologi in eo opere titulum adipisci maluissent. Quamvis enim Moriae Encomium summa cum delectione ab eruditis legatur, intelligentibus scilicet leporem illum suauissimum ipsis innoxium, tamen ab illis, qui turba maxima est, non sine noxa legi potest»; in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXVI, p. 28.

no caso presente, explica-se desta forma: «Utimum ex industria eiusdem uocibus, phrasibus, ac prouerbiis, quo magis ipse loqui uideatur. Et interdum tam paucis res quasdam perstringimus, ut uix quicquam mutatum uideatur. Nonnulla etiam expunximus colloquia, quod non putemus usque adeo gloriam in alieno opere ingeniosus uideri». Parece querer demarcar o alcance da sua intromissão na obra original, insinuando que o Erasmo dos *Colóquios*, salvo pequenas alterações, podia ser proveitosamente lido; nisto concordava com a grande maioria dos humanistas peninsulares⁽¹⁾.

Atendendo aos cortes feitos em alguns dos diálogos, veremos que visam o afastamento de assuntos particulares, demasiado candentes, como os que pertenciam à crítica social directa, que não seria bem recebida no meio. É principalmente a atitude sarcástica do holandês contra os frades, acerca das cerimónias religiosas quando obscureciam a verdadeira piedade, sobre a verdadeira superstição com que eram venerados os santos no entender de Erasmo, contra a credence em milagres, que o sevilhano afasta para longe. Mas isso não leva à conclusão de que o fundamento da crítica erasmista⁽²⁾, pugnando por uma religiosidade mais interior e sincera que a que via à sua volta, no comum das gentes, ficasse deturpada no pensamento fernandino.

O ponto de vista do mestre conimbricense, como ele o confessa, é o de que Erasmo era mais conciliável com o dogma católico do que se poderia pensar⁽³⁾. Punha-se naquela posição que permitia aproveitar da doutrina erasmista uma resposta ao problema religioso, tendo como base uma mística que mergulhava em fundas raízes tradicionais. Mas diferentemente do autor que adapta, Fernandes mantém o dogma intacto, julgando que o mal estava essencialmente nos homens. Veja-se, por exemplo o que escreve nesta passagem: «...Volo igitur aureos stare dignos, eburneos aut marmoreos, templa et aras illis [refere-se aos santos] erigi, solicitari ad

(1) Olhando à tradição religiosa, cuja importância no complexo ideológico quinhentista é bem maior do que à primeira vista poderá parecer, porque muito do que lhe pertence anda rotulado de «erasmismo» (cf. EUGENIO ASENSIO, «El Erasmismo y las Corrientes Espirituales Afines (Conversos, franciscanos, italianizantes)», in *Revista de Filología Española*, tomo XXXVI, Madrid, 1952) será de perguntar que alcance atingem essas alterações. Só o confronto minucioso dos dois textos poderá elucidar o problema.

(2) Como se deu a entender, «erasmismo» é um termo com um significado bastante mais vasto do que o que tem na realidade; a atracção exercida por Erasmo, para além da sua posição na questão religiosa, veio em grande parte do estilo simples do seu latim.

(3) O confronto apurado tanto com o texto do *Colóquios* de Erasmo como com algumas obras peninsulares neles inspiradas deve trazer revelações interessantíssimas; até que ponto Fernandes foi pessoal na sua interpretação do holandês?

opem humanam Dei benignitatem per illos implorari, absit modo superstitio, et non improbetur qui recta tendit ad Christum»⁽¹⁾. É assim que a frase «Qui religionem Christianam profiteamur, iidem vanam ac temerariam superstitionem detestamur»⁽²⁾ recebe um significado novo que, para Fernandes, não contradiz o pensamento original.

É esta orientação que o leva a reformar certos diálogos, capacitado de que interpretava as intenções do autor; a mudança de alguns títulos é um exemplo. Isso verifica-se ao aproveitar um colóquio como o *Naufragium*, fazendo dos santos modelos que o crente deve ter presentes. Quanto se trata de práticas da devoção tradicional, em que o papel dos santos era tido como mais de taumaturgos, Fernandes substitui *superstitiosus* por *religiosus*. Um outro ponto, no qual o sevilhano se mostra particularmente peninsular, é-nos fornecido pela forma como aborda o assunto dos frades. As críticas do holandês contra o monaquismo são omitidas a ponto de transformar radicalmente um diálogo: o *Virgo Poenitens* é refundido no *Virgo Constans*⁽³⁾. Salvando os aspectos exteriores da vida religiosa, Fernandes apresenta, no referido diálogo, uma Catarina seduzida para a vida claustral pelos encantos desse tipo de vida, cujas práticas são profundamente simbólicas⁽⁴⁾.

João Fernandes deve ter seguido a orientação que conheceu muitos anos antes nos meios erasmizantes espanhóis, mas com certeza não se

(1) Texto extraído de BATAILLON, *cit.*, p. 235. Repare-se no papel atribuído aos santos, embora não se confunda com o que dizia Azpilcueta, o Navarro: «No confieso empero ser intolerabile del todo, como lo dixo vn varõ docto, ni aũ digno de fe quitar, quando sin aluoroto se pudiese, como lo dixo otro mas renõbrado [Erasmo], la costumbre que de adorar vn çapato y paños de narizes de aquel glorioso. S. Thomas arçobispo de Canthuaría...», in *Commento en romance* (1545), p. 339.

(2) BATAILLON, *cit.*, p. 243, nota 1; pertence ao *De votis pie susceptis*, nome que na edição coimbrã passou a ter o original *De votis temere susceptis*.

(3) Vid. BATAILLON, *cit.*, p. 248, nota 1. Será um dos pontos em que a Inquisição mais incidiu nos Processos de 1550: vid., p. ex., *O Processo de Costa*, pp. 37 e 92, etc.

(4) Esta atitude não é «necessariamente» de tom erasmista; trata-se, como já se disse, de uma corrente cujos antecedentes se podem ir buscar a muita da religiosidade anterior. No caso de João Fernandes, porém, há a ter em conta a sua provável ascendência judaica; Bataillon recorda este facto, que o aparentava com muito do clero espanhol que foi erasmizante (*ob. cit.*, p. 222); segundo o crítico francês, o converso tenderia para uma religiosidade do espírito «desnuda de las exterioridades y aún de las devociones y prácticas ancladas en los usos del cristiano»; vid. E. ASENSIO, *cit.*, p. 56. Argumenta, no entanto, este autor que o escasso apreço de Erasmo pelos livros cerimoniais e proféticos pouco podia contentar os judaizantes. A ascendência judaica pode não explicar o seu «erasmismo», mas não deixou de ser invocada por um morador de Coimbra, como já vimos. Problema idêntico foi tratado por Mário Brandão acerca dos Gouveias, in *A Inquisição*, I, pp. 7-8.

ficou por aí. O contacto em Coimbra com professores vindos de além Pirinéus deve ter-lhe motivado considerações e pontos de vista próprios, e deve ter sido talvez por isso que tão poucos diálogos omitiu na sua edição, sem, contudo, se tornar um fiel sequaz daquele erasmismo que subjace nos Processos Inquisitoriais, à mistura com outras correntes ideológicas e religiosas.

É provável que o mestre sevilhano se tenha sentido pouco à vontade em Coimbra a partir de 1548, quando os ventos começam a soprar diferentemente com as rivalidades entre «bordaleses» e «parisienses», pois nem a uns nem a outros pertenceria. Daí, talvez, o desejo de, numa altura em que a Universidade atravessava uma reviravolta na sua orientação, contribuir para uma conciliação através da publicação dos *Colloquia ad meliorem mentē reuocata*, fruto, no entanto, da sua formação humanística. Pouco conhecida, esta obra é muito significativa do ambiente cultural de meados do século. João Fernandes valeu-se certamente da formação que recebera em Alcalá de Henares, como provavelmente se tornaria visível confrontando-o cuidadosamente com produções daquele meio. Talvez em parte por isso, Marcos Romeiro, Martinho de Ledesma e Afonso do Prado, todos elogiados em 1548 na Oração sobre a fama da Universidade, não tenham achado heresia que impedisse a publicação da obra; e Ledesma era tido por introdutor em Coimbra da teologia tomista de Vitória e Romeiro participara na elaboração dos Processos na Inquisição de João da Costa, Diogo de Teive e Jorge Buchanan. Atendendo, porém, à corrente marcadamente europeia que o meio coimbrão foi tomando na década quarenta, e atendendo à própria formação de João Fernandes, temos que frisar que os *Colloquia* editados em Coimbra não são bem um produto dos teólogos conimbricenses (no sentido em que, por exemplo, o *Diálogo de Doutrina Cristiana* de Juan de Valdés o pode ser dos de Alcalá⁽¹⁾), mas a contribuição de um erasmizante peninsular para o problema religioso na segunda metade do século entre nós. E a nota manuscrita «nō prohibentur» no exemplar de Évora, aposta muito provavelmente depois de 1553, revela bem da ortodoxia do mestre de retórica em Coimbra. Aliás o momento histórico não permitia grandes liberdades na matéria, pelo que a circulação dos exemplares desta edição deve ter sido muito restrita⁽²⁾.

(¹) Vid. BATAILLON, *Introdução ao Diálogo de Doutrina Cristiana* de JUAN DE VALDÉS, p. 63.

(²) É o que nos autoriza a supor a já referida carta de D. Henrique de princípios de 1553.

III

JOÃO FERNANDES — AS SUAS TRÊS ORAÇÕES

A oração *De Celebritate Academiae* de 1548 afasta-se um tanto das restantes orações que conhecemos, porque o elogio das ciências é feito através dos mestres que as ensinavam então em Coimbra.

Se compararmos com a de Arnaldo Fabrício, de 21 de Fevereiro, ou com a de Belchior Beleago, de Outubro, ambas desse mesmo ano, notamos essa diferença, acentuada ainda pelo facto de João Fernandes se ter servido de material (aliás de valor oratório discutível) que os outros não usaram: a série de reis de Portugal até D. João III. Esta matéria, que convinha à intenção laudatória do discurso pronunciado perante o infante D. Luís, já ele a usara em 1543, quando fez a oração fúnebre a D. Duarte; há, no entanto, uma diferença que devemos de acentuar, e que é: se na oração fúnebre enumera todos os reis, na de 1548, além de ser mais sucinto, omite dois.

I — *Oratio pro rostris* (1539)

Mas João Fernandes pronunciara ainda, anos antes, uma outra oração, em 1539⁽¹⁾, e cujo título é: «*Oratio pro rostris pronunciata in conimbricensi Academia a M. Johãne fernando anno secũ | do a nouae academiae institutione*»⁽²⁾.

Trata-se de um discurso de conteúdo diferente do de 1548, feito

(¹) A data deste discurso, como se vê pelo título, é 1539; no trabalho de MÁRIO BRANDÃO, *Duas Cartas de Glenardo*, p. 13, por erro de imprensa, vem 1536; PINTO DE CARVALHO, in *Biblos*, XVII, repete este lapso.

(²) Esta oração existe inédita, que saibamos, no Ms. 84 da Biblioteca Pública Municipal do Porto.

em Santa Cruz, pois as alusões aos estudos no Mosteiro e a Fr. Brás de Braga são directas: «cui debemus candidissimum hieromyni pectus»; «haec est data lex in hoc Regio lyceo, hanc tu pater optime cõmitijs centurialis rogas et in ea scribas. O felices literas quae te nactae sunt p̃fectum. O felices scholas quibus tu Jacis fundamenta».

Este d'curso, apesar de ter sido feito em Santa Cruz⁽¹⁾ em 1539, muito provavelmente em Outubro, não quer dizer que João Fernandes ainda estivesse incorporado no mosteiro; é muito de crer que tivesse sido convidado por Fr. Brás para o fazer, pois o último ano do seu magistério em Santa Cruz parece ter sido o de 1538-39.

O título é igual ao de outros discursos congêneres, alguns anteriores, como o de André de Resende (1534) e o de Jerónimo Cardoso (1536)⁽²⁾. Não acontece o mesmo com a matéria, ou mais precisamente, com a maneira de a apresentar. Não se trata de um elogio das ciências no tom de outras orações latinas, como as que estão publicadas por Luís de Matos nas *Quatro Orações Latinas*, mas de um discurso de aspecto um tanto polémico contra correntes religiosas que se mostravam contrárias à ortodoxia. Dessa forma, todas as ciências são utilizadas com vista a uma única: a Teologia, que pressupõe, naquele que a quer possuir, o conhecimento de todas as outras⁽³⁾.

Tal enquadramento não é novo; remonta aos autores religiosos medievais, onde a Teologia submete os restantes ramos do saber. Dentro do esquema medieval, e correspondendo ao esforço da Patrística na adaptação da filosofia clássica (principalmente de filiação platónica e neo-platónica) à doutrina cristã, compreende-se que assim sucedesse. Mas para compreender João Fernandes é necessário recordarmo-nos de que entre os doutores da Igreja e os humanistas medeiam os comentadores e glosadores medievais, que «desviaram» da verdadeira pureza o estudo e a interpretação dos textos. Por isso o «remontar às fontes» constitui um dos aspectos básicos do século XVI, na busca de um pensamento mais isento de «barbaridades». Assim pensava o sevilhano, para quem o conhecimento humano era só um, existindo uma única actividade do homem

(1) Neste mosteiro faziam-se destes «divertimentos» literários, como se pode ver pelas cartas de Vicente Fabricio a Fr. Brás, in *Alguns docs.*

(2) Pode, porém, verificar-se que a expressão *pro rostris* parece usar-se mais até cerca de 1540; tirando esta de João Fernandes, não conhecemos outra feita em Coimbra posteriormente com esse subtítulo.

(3) Esta preponderância da Teologia vinha da tradição medieval e manteve-se pelos tempos fora: em Fr. Heitor Pinto ainda o teólogo é tido sempre ao par de todos os conhecimentos possíveis.

culto, que é o estudo de divindade; não fora a isso, cogitava ele, que se haviam dedicado os escolásticos, mas a discussões mesquinhas e ridículas, sem utilidade alguma.

A oração começa com a exemplificação do sofista Hípias para o que constituirá pròpriamente a matéria do discurso. Hípias, segundo o sevilhano, juntava as aptidões manuais aos conhecimentos enciclopédicos: «Erat ille hippias eloquẽtia insigni et artium omnigena eruditione ad miraculum doctus, nullam in homine desiderares disciplinã, nullam artem quãtũuis sellulariam, non credebat grãmaticis diligẽtia, dialectis acumine, grauitate oratoribus»⁽¹⁾. Fernandes deve ter ido buscar este exemplo às *Vidas* que os humanistas conheciam desde os bancos das escolas⁽²⁾. A seguir invoca o velho tema das rivalidades entre os homens: «Si hominem conferas cum homine, lupum conferas cum lupo, et melius conuenit inter lupos quã inter homines»⁽³⁾. João Fernandes pergunta: «Eritne vlla aut in terra pars, vbi regnet pax exacto bello? Certe aut nusquã aut in vnis literis (*sic*) quieta sunt omnia»⁽⁴⁾. As «humanidades» incluem a concórdia entre os saberes falsamente contraditórios e necessitam do ócio que proporcione o seu cultivo; e o ócio, por sua vez, implica o mecenas protector do humanista.

«Haec est nobis hodie futura materia orationis viri optimi. Dicam quã male cõueniat inter literas (*sic*) et ad mutuã pacem exhortabor»⁽⁵⁾. Porquẽ esta intenção? Porque nas discórdias se entretinham os espíritos escolásticos, perdendo o tempo em ridicularias, como estas dos gramáticos: «Deque gerũdijs et gerũdiuis, Deque supinorum ethimologia an ab omnibus deducantur verba impersonalia, an ex ullo cum nomine construaturn signifianti personam. An diphtongi vocales expeditas habeant pronuntiationes (*sic*), quare thalatta et thalassa graecis, quare optimis et optumus latinis, fueritne olim epistula quod hodie epistola. Et in praesentia habuerit in praesentiorum...»⁽⁶⁾; e muitas outras discussões, como de saber qual a verdadeira mãe de Eneias, ou o pé que Jasão primeiro colocou em terra ao desembarcar da nau Argos. Assim vai o mestre sevilhano discorrendo, exclamando a certa altura: «O vtinã mihi pro fide orthodoxa mortem

(1) O ms. 84 do Porto não está numerado; para facilitar as referências, utilizámos o processo de contar as páginas a partir da primeira da oração. Neste caso, p. 2.

(2) Teofrasto é um dos autores mais citados e utilizados pelos humanistas, que gostavam dos seus escritos exemplificadores.

(3) P. 2. O tema, como se diz, é clássico, além de ser usado por outros. Vid. HORÁCIO, *Epod.*, VII, 11 ss.

(4) P. 3.

(5) P. 4.

(6) P. 5.

oppetere»⁽¹⁾. O motivo para essa exclamação estava num livro de que vai falar até final do discurso; trata-se do *De Vanitate* de Cornélio Agripa, que afirma haver mencionado no ano anterior naquele mesmo lugar. Considera-o má obra para cristãos⁽²⁾, proclamando em determinado ponto: «O nimis occultatū agrippam qui vincit Augustini diligentiam, nō vidit Augustinus repugnātem Johani matheum, et vidit agrippa. O vtinā tertium de concordantia euāgelistarum legisset agrippa...»⁽³⁾; não eram só as letras que estavam maltratadas por Agripa, mas a piedade que corria perigo também. Tudo o que ele dizia era teologia escolástica, no pensar do sevilhano. Mas havia mais: Agripa corria o risco de ser tido por anátema, considerando que havia duas verdades: uma segundo a lógica, outra segundo a fé. A argumentação do professor conimbricense vai-se desenrolando, baseada em Santo Agostinho, Beda, S. Jerónimo, Santo Ambrósio, etc. E conclui que «non est igitur haeretica Rhetorica sed forsā Rhetoricus, non theologia sed theologus: multos nouimus ex Augustino, ex hieronymo literarum (*sic*) prorsus expertes, et tamen insignes haereticos, multos etiam insigniter eruditos et turpiter eosdem in haeresium lapsos, quāquam qui potest esse Rhetoricus haeticus, si ex Demosthenes, Cicerone et Quintiliano nullus colligit haereses? Deprauat, Inquis, et detorquet scripturas, si hieronymo credis perniciosius detorquēt philosophiam, quos haeresiarchas appellat, et paulus caete ait, a falsa philosophia, nec uos seducat»⁽⁴⁾.

Por esta oração podemos fazer uma ideia mais completa da formação cultural do mestre sevilhano; o que se disse sobre a sua edição dos *Colloquia ad meliorem mentē reuocata* fica mais claro com o que, sem se aprofundar a matéria que faria parte de outro trabalho, agora vimos sobre a *Oratio pro rostris*. Para ele não devia haver separação das doutrinas de ambos os textos, de maneira que falava verdade, quando, no final do discurso, elogia as Escolas do Mosteiro dos Cruzios, onde via a piedade isenta das más interpretações vindas de fora: «Jnuexisti (fala do Mosteiro) conimbriae

⁽¹⁾ P. 11.

⁽²⁾ Isto não vem senão reforçar a afirmação de Álvaro Gomes, segundo a qual em Lisboa havia pessoas que possuíam exemplares daquele livro, que já aparece proibido no Index português de 1547. Vid. *Regestum sacrosanctae Facultatis Theologiae Comentararius sive Censura*, cit., in I.-S. RÉVAH, *La Censure Inquisitoriale*, cit., pp. 39-40.

⁽³⁾ P. 14.

⁽⁴⁾ Pp. 15-16. Sobre o problema de os autores clássicos serem tidos ou não por herejes, cfr. o texto do Index do Concílio de Trento: «Antiqui vero ab ethnicis conscripti, propter sermonis elegantiam, et proprietatem, permittuntur; nulla tamen ratione pueris prelegendi erunt»; vid. COSTA PIMPÃO, *Hist. da Lit. Port.*, vol. II, p. 49.

Romam, hierosolymã et athenas, sacris lithurgijs jam extincta reuiuiscet charitas, pietas et peregrinationis Religio vna cum christiana literatura (*sic*) pullulat vberime, Palladiae eruditionis vigor in dies magis et magis accipit incrementum...»⁽¹⁾. Não falta o elogio do rei e da expansão: «et regis nostri Jnuictissimi Johãnis cordatam munificentiam et altum consilium, qui tibi dum summam tradit rerum, quo sit animi candore erga pietatem et literas (*sic*), vel caecis ostendit qui in tanto rerum tumultu, in tam frequentibus expeditionibus, dum hic mauritaniae littora, illic etiam et continẽtem praesidio defendit, Et Jmperij pomeria ultra circũfluum oceanum vltra anni solisque via, vbi jacet extra sydera tellus, vbi coelifer athlas exem humeris torquet stellis ardẽtibus aptum foelicissima suorum dilatat fortitudine...»⁽²⁾.

II — *Oratio funebris* (1543)

Oratio funebris Qvam in funere inclyti Eduardi .F. D. N. R. habuit Ioannes Fernandus Rhetor Conimbricensis Apud inclytam Conimbricam; trata-se de um discurso proferido quando das exéquias feitas pela Universidade, em 1543, por morte do infante D. Duarte⁽³⁾. A estrutura desta oração que, pelo momento a que se destinava, continha inevitavelmente um panegírico ao infante falecido a 11 de Novembro com a peste, é mais parecida com a de 1548. Na verdade, há uma parte dedicada à genealogia do Infante, subindo até D. Henrique e D. Afonso I, isto é, o mesmo que fará para o infante D. Luís.

Começa por indicar que a elaboração fora um tanto apressada por incumbência do senado universitário; segue-se o discurso em estilo retórico, onde surgem imagens como a da lamentação da morte do infante, ainda quando não arrefecera a urna que o continha, o que devia impressionar a assistência. O drama é tão grande, que exclama: «O rem dignã tragoedia a ut si quid est acerbius tragoedia» (pág. 691). Dirige-se a Fr. Diogo de Murça, que viera do Mosteiro da Costa para reitor da Universidade: «Tu vero pater optime Costẽsis olĩ iuuentutis moderator iã coetus ductor & tantis praefectus Scholis...» (págs. 691-692). E depois de algumas tiradas, que nos pareceram algo melhores do que outras da oração de 1548, «O mors inuida decerpis acerba, transis per imatura, poma relinquís in matre uieta,

⁽¹⁾ P. 17.

⁽²⁾ P. 18; *exem* = *axem*. Cf. VIRG., *En. IV*, 481-2: *Atlas | Axem umero torquet stellis ardentibus aptum*.

⁽³⁾ Esta oração encontra-se publicada nos Aditamentos às *N. C.*, P. 2.^a, vol. III, t. 1, pp. 689-701, e foi editada no mesmo tempo que a de 1548. Sempre que citarmos trechos desta oração, reportar-nos-emos às *N. C.*

fugis amantes, sectaris fugientis. Haec est materia orationis nostrae viri studiosissimi» (pág. 692), entra na parte genealógica do discurso.

Falando de D. Afonso Henriques, não esquece o lugar comum de comparar o seu túmulo aos mausoléus da Cária e pirâmides do Egipto, nem a alusão ao milagre de Ourique. Continuando pelo tempo adiante, aborda alguns pontos mais salientes, como por exemplo a batalha de Aljubarrota, que para ele foi, por um lado, o ponto de partida para a expansão em África, e por outro o motivo de tranquilidade relativamente à Espanha; se em 1548 o não há-de fazer, agora traz perante o público a figura do Infante D. Henrique, de uma forma que nos leva a acreditar que João Fernandes lera as Crónicas de Zurara (este interesse do mestre sevilhano pelos antigos textos da nossa historiografia está patente na tradução que, mais tarde, fez da *Crónica do Condestável*).

Quanto ao que esta Oração possa contribuir para a visão do saber de João Fernandes, podemos dizer que denota conhecer Homero, pelo menos o canto I da *Iliada*: «Legebam apud Homerum veterum sacrificiorum ritus, quos caeci illi homines in mactandis victimis obseruabāt Bos primum ex vniuerso armēto eligebatur» (p. 697), que corresponde a Homero, A, 430-474.

Tratando-se de uma oração fúnebre em honra de D. Duarte, não podia evitar fazer o elogio das qualidades intelectuais deste infante, aliás figura curiosa. Fala por isso da tradução para latim de uma crónica de D. Afonso I que o dito infante estava a fazer; há uma carta de Fr. Diogo de Murça para D. João III, de 8 de Novembro de 1542⁽¹⁾, em que se fala desse trabalho: «a cronyqua ã eu disse a v. a ã tornava em latim lhe achey quasi acabada ã nõ faltã se nõ sete capitolos e por aqui julgara v. a. a cõtinauaõ e deligẽcia ã em seu studo tem, pois em tão pouquo tẽpo ã çesou do cursu das artes fez obra ã outros bem exercitados nõ farã em hũ ano e mais ã nõ he obra vulgar, mas tã latina e grave ã he dina de muita estima entre os homẽs todos que disso podẽ dar verdadeiro juizo». Esta tradução⁽²⁾ existe na Biblioteca Apostólica Vaticana nas *Regimensis*

(¹) Vid. M. BRANDÃO, *D. Antõnio*, I, p. 162, doc. XIX.

(²) Vid. *Boletim Intern. de Bibl. Luso-Brasileira*, vol. I, Out.-Dez., 1960, p. 586 no Fundo de Manuscritos; o artigo é da autoria de LUÍS DE MATOS. Trata-se da «Crónica de D. Afonso Henriques» de DUARTE GALVÃO; vid. P. DE MARIZ, *Dial*, II, Cap. 5. João Fernandes ainda nos informa que D. Duarte proferira uma oração, pouco antes de falecer: «...& diligẽs Paucis diebus ante quam euolaret ad superiores in secretiori patris cõcilio orationem habuit supra aetatem grauẽ & elegantẽ», p. 696. Quanto à retroversão para latim da crónica de D. Afonso I, convém recordar que tais exercícios vinham de muito antes; Cataldo Sículo, nome tão importante para os começos do nosso humanismo, refere-se às crónicas na sua *Oratio habita a cataldo in aduentu Helisabet principis portugaliae: ante iamã vrbis ebure*; vid. *Epistole*, ed. de 1500, fo. aiiij.

latinus 938, e há uma cópia na Biblioteca da Ajuda, no tomo I da *Symmicta Lusitanica*; seu título é «*Lusitanorum regum Annales. | ac primu de rege Alþõso | Hemrrico dicendũ | erit*». Aí aparece o Conde D. Henrique como filho do rei da Hungria (esse passo transcrevemo-lo nas Anotações).

Nesta oração encontra-se ainda uma passagem que nos merece um pouco de atenção pelo carácter biográfico relativo a João Fernandes. Trata-se da alusão ao facto de já ter visto o infante D. Duarte numa outra ocasião; se o aproximarmos de outro análogo da oração de 1548, ainda que referido a D. Luís, veremos que João Fernandes os conheceu em Lisboa: «*Vidimus pro dolor: vidimus regium inuenē hac incedētē: non ciuitates, non municipia, non oppida, vici & Castella sese continere poterant quin exirent obuiam officio. Omnes ille laetis oculis excipere, roseo vultu verbis dulcissimis affari Vidi ego cū agerem Vlyssiponi claudentē alterũ regis latus nam alteri haerebat auunculus Ludouicus qui vtinã nestoreos viuat annos*» (pp. 697-8).

Quando se teria realizado esta viagem a Lisboa? Nada há em que possamos basear-nos do que conhecemos, para a datar; no entanto julgamos poder apresentar a seguinte hipótese: sabemos que o reitor D. Bernardo da Cruz escrevera a D. João III sobre o mau estado do ensino do latim em Coimbra, e que o rei lhe respondera que se entendesse com Mestre João Fernandes a esse respeito, como mostra a carta de 26 de Julho de 1541⁽¹⁾; mas como o reitor sugerira que o rei ouvisse este mestre, é muito de admitir que João Fernandes tenha ido realmente a Lisboa.

Apesar de se tratar de uma oração fúnebre, convém chamar a atenção para um passo, comum no Humanismo: a admiração do poder do homem sobre a natureza e, por outro lado, um espanto, não isento de aflicção, por não ter havido ainda um poeta épico que tratasse o tema da grandeza do homem renascentista, que sulcara os mares desconhecidos: «*Hoc vnũ deesse ad Lusitaniae felicitatis cumulum videbatur: vt regia alioqui facta per regium historicum tãto cum eruditiorum applausu venirent in mundi theatrum*» (p. 695).

Consideramos esta oração mais bem architectada que a de 1548, o que é visível na parte genealógica; isto aliás explica-se facilmente pelo facto de João Fernandes ter tido menos tempo para fazer a oração seguinte.

⁽¹⁾ *Docs.*, II, p. 46: «E quãto ao que dizes da falta q̃ ha nesa vniuersidade nos principios da latinidade & q̃ eu deuia mãdar vyr a mỹ m^{te} Jo frz & ouuillo sobre ysto vos o praticay com o dito Jo frz & escreuer me es ho q̃ lhe parece q̃ niso se deue fazer».

III — *Oratio De Celebritate Academiae* (1548)

É sobre esta que fazemos o estudo mais detalhado, pois é ela também a peça central deste nosso trabalho.

Trata-se de um discurso que, se revela em certas passagens os poderes oratórios do autor, tem, no entanto, um valor principalmente documental. Na verdade, como já dissemos atrás, esta oração afasta-se um tanto dos moldes das restantes, como a de Fabrício, por exemplo. Isto não quer dizer que o esquema seja diferente, mas que o elogio dos ramos do saber humano da época se faz através do elogio dos mestres conimbricenses respectivos.

Vimos também que João Fernandes não tivera muito tempo para a elaborar, pois foi encarregado dela em 4 de Julho ⁽¹⁾, quando ainda não se sabia ao certo a data da chegada do Infante.

Não pôde portanto esmerar o latim da sua oração, e pela mesma razão utilizou, para a primeira parte, material de que já se servira em 1543; para a segunda seguiu o caminho mais fácil: o elogio dos mestres, evitando-lhe ter que andar a consultar os livros dos clássicos para fazer as citações certas.

A oração, no fim de contas, redundava num autêntico panegírico em louvor de D. João III, pois tanto o elogio do infante D. Luís como o dos lentes vêm desaguar na pessoa do monarca. Aliás, o próprio João Fernandes o declara na introdução que fez, posteriormente à sessão solene em que leu o discurso, quando o quis editar. É até muito provável que tivesse sido esse um dos motivos da sua publicação ainda nesse ano; pode não ter agradado aos ouvidos ainda embalados na prosa ciceroniana de Arnaldo Fabrício, mas não há dúvida que ele era o melhor elogio de cerca de vinte dos seus mestres. Estes, pessoalmente, não deveriam ter ficado aborrecidos com tal ideia...

Por isso, também não vamos encontrar nele passos inteiros tirados dos autores clássicos; salvo os versos de Calímaco, que foram adicionados para a edição com a dedicatória a D. João III, encontramos antes episódios, por vezes uma ou outra frase mais extensa, mas nunca um período longo. Neste aspecto, há uma certa originalidade em João Fernandes, pois não podemos dizer que tivesse seguido este ou aquele autor de preferência aos outros, como é o caso de Arnaldo Fabrício e Hilário Moreira, por exemplo.

É certo que a adjectivação, em especial, revela clara influência de Cícero e Quintiliano; é certo que o tom panegírico não sai dos moldes em que o encontramos nos outros discursos humanísticos; é certo, também, que transparece, através das suas páginas, todo um sabor clássico bastante

(1) *Actas*, II, 1.^a parte, t. 139: «& deose CaRego ao mestre Johã frz per^a fazer nas scollas hua oração»; por lapso com certeza, apareceu a referência a este encargo em 3 em vez de 4 no trabalho de M. BRANDÃO, *Duas Cartas*, p. 15.

extenso e até um conhecimento e interesse pela História de Portugal mais largo do que o dos outros autores congéneres. Mas não é menos verdade que esta oração não se pode incluir, quanto ao tema, nas outras já conhecidas.

Dissemos atrás que a oração revela um relativamente largo saber do seu autor. No respeitante aos clássicos, é fácil de ver que leu com mais assiduidade Cícero, Tito Lívio (aureis illis Ciceronis et lacteis Liuii eloquiis), Quintiliano (illam urbanitatem [...] ut loquitur Quintilianus) e Plínio; não desconheceu Virgílio, de que há uma ou outra passagem, e Horácio, embora a alusão à «crassa Minerva» seja lugar comum.

Um problema é o de saber se Fernandes leu Eurípides; quase logo no princípio ele o cita expressamente: «Nam, si uerum est quod ait Euripides, generosas nuptias praestare opulentis». A frase não deve ser a tradução literal de algum verso euripídiano, olhando à singeleza com que é apresentada; após tentativas sucessivas de identificação, podemos indicar como fonte provável, ainda que colhida pelo sevilhano em segunda mão, os seguintes versos da *Andrómaca*:

κατ' οὐ γαμεῖν δῆτ' ἔκ τε γενναίων χρεῶν
δοῦναι τε ἐς ἐσθλοῦς, ὅστις εὖ βουλευέται,
κακῶν δὲ λέκτρων μὴ' πιθυμῖαν ἔχειν,
μηδ' εἰ ζαπλοῦτους οἴσεται φερνὰς δόμοις; (1)

(EURÍPIDES, *Andrómaca*, 1279-1282)

Mas cinjamo-nos mais à oração. Começa, em estilo laudatório, por elogiar o visitante, parando sobre as qualidades intelectuais; e parece que não sem razão, pois até um espírito severo como o de Herculano não deixou de dizer: «mas os conselhos daquelle príncipe [D. Luís], que, pela superioridade da intelligencia e pela energia da vontade, sabia muitas vezes fazer triumphar a sua opinião nos negocios mais graves» (2); foi a ele que

(1) A tradução da frase é: «E depois não deve então casar com mulher de nobre nascimento / e dar (as suas filhas em casamento) a nobres, quem bem decide, / e evitar o desejo de baixo matrimónio (leito), / ainda que este traga a casa riquíssimo dote?» (tradução indicada pelo Prof. Doutor Costa Ramalho). O sentido é, em resumo, o da passagem latina da oração; esta preciosa identificação foi levada a cabo pelo Senhor Prof. Doutor Costa Ramalho, a quem reconhecidamente agradecemos ter-no-la revelado, já quando corrigíamos as provas deste trabalho. Anteriormente, também por sugestão sua, lêramos a obra de AUBREY BELL intitulada *Francisco Sanchez. El Brocense* onde vimos que este humanista, apesar de citar Eurípides, o conheceu através da tradução de Erasmo; não terá sucedido o mesmo ao nosso mestre de Retórica?

(2) *História da Inquisição*, II (13.ª ed.), p. 198.

Pedro Nunes dedicou o *Tratado da Esfera* e ensinou matemática; e, já agora, também Francisco de Holanda, no *Tratado da Pintura* (1538) não deixa de o mencionar separadamente dos outros Infantes, ao declarar os motivos que o moveram, em 1538, a ir a Itália ⁽¹⁾.

Após isto entra na genealogia do Infante, remontando aos reis da Lusitânia. Aqui, como já dissemos, utiliza material da oração fúnebre de 1543; fala em sátrapas e dinastas, certamente querendo significar duques ou outras altas personagens, com cujas filhas os reis lusitanos casaram («sibi duxisse legimus»).

Entramos então na lista dos reis de Portugal, mas não de todos, pois omitem-se D. Sancho I e D. Fernando. Nada diz que nos permita ver a fonte donde tirou esses dados ⁽²⁾; além disso, escrevia de memória, pois de outra forma não teria caído em faltas, como a de casar D. Sancho I com D. Urraca ⁽³⁾. De acontecimentos mais salientes fala da batalha «quod vulgo a Salato appellamus», e da de Aljubarrota, sem deixar de chamar valorosos aos castelhanos.

Entronca depois nos Reis Católicos, avós do Infante (filho de D. Manuel e de D. Maria, sua segunda mulher e filha dos Reis Católicos). E, ao falar de D. Manuel, inevitavelmente alude às Navegações; mas, neste ponto, é de notar a omissão do Infante D. Henrique, que não esqueceram em 1543; este lapso, e o do milagre de Ourique, explicam-se se admitirmos, como dissemos atrás, que João Fernandes estava a escrever de memória, e que na revisão lhe escaparam. Quanto à genealogia do Conde D. Henrique, dá-o como filho do rei da Hungria; era opinião corrente no séc. XVI (vid. Camões, III, 25: «Destes Henrique, dizem que segundo / Filho de hum Rei de Hungria...»); vid. ainda a já referida *Crónica de Afonso I*, traduzida para latim por D. Duarte).

Regressa então ao visitante, agora para falar das suas qualidades morais, e, indirectamente, dos Reis Católicos, como castelhano que era: compara-o a Fernando, o Católico, tanto moral como fisicamente. Duas as qualidades mais notáveis no elogiado: «religionis cultum, cuius fons est pietas, et rei militaris scientia».

(1) Cit., in JOAQUIM DE CARVALHO, *Estudos sobre o séc. XVI*, vol. II, p. 15. Este infante desempenhou um papel importante na cedência do Colégio das Artes aos jesuítas; sobre isto vid. M. BRANDÃO, *O Colégio das Artes*, vol. II, p. 9.

(2) Agradecemos ao Sr. Doutor Arnaut tudo o que fez para tentar dar-nos alguma sugestão sobre as fontes desta parte da Oração; no entanto, é coisa tão banal o que aí disse João Fernandes, que se torna quase impossível fazer qualquer identificação.

(3) Na verdade D. Sancho I casou-se em 1174 com D. Dulce de Aragão.

Para a primeira, em que tinha antecedentes familiares, confrontemos com o que o próprio D. Luís pensava sobre a educação de seu filho ilegítimo, D. António, na carta de 4 de Setembro de 1548 ⁽¹⁾ para o Conde da Castanheira, pedindo para mudar o filho para Santa Cruz, a fim de evitar que ele se habitue a uma liberdade demasiada que lhe davam os hieronimitas.

No respeitante às qualidades militares, não podia deixar de focar o facto mais importante da vida do Infante: a campanha de Tunis em 1530. Foi, aliás, um tema conhecido e citado sempre que se falava de D. Luís; veja-se, por exemplo, o que já escrevera em 1542, no «De Nuptiis Eduardi atque Isabellae Carmen» ⁽²⁾, Manuel da Costa:

«It Regi comes exterior Ludouicus, in illo
Inuicti species ducis, aequiparanda Gradino
Emicat, eiusdem nuper sententia victrix
Fecerat, ut Carolus Lybiae progressus in oras
Pelleret immanem Tunetis ab arce tyrannum:
Sydereo Carolus demissus ab aethere Quintus,
Cuius in Hispanis habitam Victoria castris
Inde sacras aquilas, iurataque; signa tuetur:
Vt qui Magnorum titulos meruere triumphis,
Maximus, imperio pacatum temperet orbem».

Não é de arredar a ideia de que João Fernandes conheceu este poema, o que não quer dizer que se tenha inspirado forçosamente nele.

As comparações de D. Luís com heróis da Antiguidade não são nada de novo; naquele espírito de tentativa de adaptação do antigo ao moderno, e ainda dentro do panegirismo, os humanistas eram fatalmente levados a essas comparações elogiosas.

Passa-se em seguida ao lugar comum, e indispensável, do humanista português: o elogio de D. João III ⁽³⁾.

Pergunta o orador se não vale mais do que a glória dada pelas pirâmides egípcias e os mausoléus da Cária, a fama dada pelas letras, o renome das escolas acarinhadas e sustentadas magnânimamente, coisa em que «Caesares

⁽¹⁾ M. BRANDÃO, *D. António*, I, p. 167, doc. XXI.

⁽²⁾ Vid. o exemplar dos Reservados da Bibl. da Universidade. Pode ler-se também no *Corpus Poetarum Lusitanorum*, tomo I, p. 297.

⁽³⁾ Este é um dos aspectos mais interessantes do Humanismo; se no campo nacional se pode dizer que entrava em jogo o aspecto político, no campo europeu havia o interesse monetário que levava os autores a dedicarem as obras ao rei português.

omnes mihi superasse uidetur». Este tema é velho, e Fernandes já o utilizara em 1543: «Quid aliud clamant barbarae aegypti Pyramides, cariae mausolea, nostrae etiã aetatis ad insaniam vsque picta sepulchrorum marmora?»

Finda esta primeira parte, entra na segunda, aquela que mais interesse tem para nós: o elogio sistemático de cerca de duas dezenas de lentes conimbricenses⁽¹⁾. De valor documental acentuado, pois aí encontram-se informações preciosas que os documentos provaram, mas que foram desconhecidas durante muito tempo⁽²⁾, esta oração põe-nos também em contacto com o saber clássico de Fernandes, já que, à medida que vai falando dos mestres, vai-no-lo revelando. O estudo de cada um destes professores, ainda que por força rápido, vê-lo-emos adiante.

Por agora interessa observar a ordem das Faculdades: começa pela de Teologia, como não podia deixar de ser (mormente se nos lembrarmos da oração de 1539), onde se evidenciam Afonso do Prado, Marcos Romeiro, Martinho Ledesma e Paio Rodrigues Vilarinho; depois vem a de Cânones, com Martinho de Azpilcueta Navarro, que ele parece considerar como o maior professor da Universidade no tempo, João de Morgovejo, Manuel de Andrade, a seguir a de Leis, com Fábio Arcas de Narnia, Manuel da Costa, Heitor Rodrigues, Ascânio Escoto e Aires Pinhel; depois a de Medicina, com Rodrigo Reinoso, Francisco Franco⁽³⁾ e António Luís; finalmente a de Artes, com Pedro Nunes, Gaspar Bordalo, Vicente Fabrício e Mestre Eusébio.

E está terminada a lista das individualidades académicas? Ainda não. Embora o tenhamos deixado para o fim, o orador começou evidentemente pelo reitor. Este cargo estava ocupado por Fr. Diogo de Murça desde 1543; mas ausentara-se de Coimbra, pelo que fora substituído por D. João de Portugal; e como este também tinha ido visitar a mãe com autorização do rei, desempenhava as funções de reitor D. André de Noronha⁽⁴⁾. É portanto a este que João Fernandes se dirige, e da forma mais comum: gaba os feitos da família, em especial os de D. João de Noronha, pai de D. André,

(1) Já em 1534 André de Resende tinha elogiado directamente alguns mestres que ornamentavam a Universidade de Lisboa.

(2) Ainda em 1936 M. Brandão copia o título da oração de Barbosa Machado por não conhecer texto algum (Vid. *Duas Cartas*, p. 15, nota 4).

(3) Este nome foi omitido por Joaquim de Carvalho na lista que vem a seguir à Oração, nos *Adit às N. C.*, P. 2.^a, vol. III, t. 1.

(4) Foi escolhido em 15 de Julho desse ano, portanto nas vésperas de chegada do infante; vid. *Actas*, II, 1.^a parte, p. 140. Consequentemente, pelo menos este passo da oração é posterior a esta data.

que foi capitão de Ceuta e que foi morto pelos mouros em 16 de Agosto de 1524.

Mas o mais interessante deste passo é a alusão ao irmão, D. Pedro de Meneses, marquês de Vila Real, como protector de João Fernandes ⁽¹⁾: «frater Petri Villaregalensis marchionis, qui me externum hominem sic fouebat et subleuabat».

A que circunstâncias da sua vida aludirá João Fernandes? Qual teria sido o mecenato do marquês para com o mestre sevilhano?

Já atrás abordámos o problema. Na verdade pensamos que João Fernandes deve ter conhecido o *De Platano* em Santa Cruz; as relações dos Noronhas, família ligada à dos Meneses, com Santa Cruz foram grandes: João de Noronha, filho de D. Pedro de Meneses, marquês de Vila Real, foi Prior de Santa Cruz cerca de 1480, vindo a falecer em 1506 ⁽²⁾; o João de Noronha e o Pedro de Meneses da Oração eram seus sobrinhos. Não custa admitir que existisse qualquer exemplar no Mosteiro; quanto às relações com D. Pedro de Meneses, é sabido que os humanistas se «encostavam» sempre a uma figura de relevo social. Há, no entanto, na carta, que tem de ser anterior a 1537, uma passagem referente a uma biblioteca mal provida, mas com o verbo no passado... «Renuebam ita me Deus amet, vt sum in hoc secessu parum instructa bibliotheca (nam ne Theophrastum quidem habuimus) in hanc descendere arenã»; talvez a frase pareça indicar que não estava em Santa Cruz (in hoc secessu).

Fecha este discurso do recebimento de D. Luís uma exaltação da expansão portuguesa; é também um lugar comum, que tem antecedentes neste tipo de literatura (orações latinas); o discurso, de finais do séc xv, de Vasco Fernandes de Lucena, perante o Papa já fora construído em volta desse tema ⁽³⁾; e o mesmo se dirá da longa *Panagyrica Oratio* de António Luís, publicada em 1539, mas escrita antes. A expansão é vista pelo lado heróico, citando-se os nomes das famílias nobres que mais se distinguiram nela, e os feitos mais ilustres de alguns dos seus membros.

⁽¹⁾ A Oração tem, portanto, mais elementos autobiográficos do que supunha Pinto de Carvalho.

⁽²⁾ CAETANO DE SOUSA, *História Genealógica*, (ed. 1948), t. V, p. 117; a este D. João de Noronha que foi Prior e depois bispo de Ceuta, dedicou uma composição (pelo menos) Cataldo Sículo: vid. *Provas da Hist. Genealógica*, tomo VI, II parte (ed. 1954), p. 274, nota marginal; vid. A. COSTA RAMALHO, D. Diogo de Sousa e o Introdutor do Humanismo em Portugal; e ainda «Cataldo Sículo em Santarém» in *Panorama*, n.º II/IV Série (1964).

⁽³⁾ Sobre esta oração de obediência pronunciada em 1485, e o que ela revela da influência de Ptolomeu na expansão marítima, veja-se ARMANDO CORTESÃO, *Cartografia*, p. 126; cfr. ainda JOAQUIM DE CARVALHO, *Estudos sobre o séc. XVI*, vol. II, p. 19.

E o homem do séc. XVI pára estupefacto perante este duplo milagre: a existência de uma guerra heróica, em terras afastadas da pátria⁽¹⁾, como em modelos clássicos, e, no campo das letras, a existência de homens doutos em cada ramo do saber. De um lado heróis, do outro mestres famosos; o país que os possui é rico. Apesar disso, nesta exaltação dos portugueses, quando já se sofriam reveses sérios, está latente uma lamentação: a falta da Epopeia. Esta é uma atitude comum ao Humanismo que, sob a acção dos textos antigos, portadores de uma outra «realidade» já passada, julgava que no séc. XVI se podia repetir o ambiente que produziu a *Iliada*, a *Odisseia* ou a *Eneida*. A visão dos Descobrimentos, sua motivação e finalidade ficavam, assim, parcialmente influenciados pelo mundo poético dessas e outras obras; a admiração que um orador humanista revela perante a Expansão marítima mostra como ele verifica que o presente em que fala alcançou o nível heróico do passado. Em certa medida (embora com algumas reservas por causa de passos das *Orationes*, que poderiam desmentir o exagero de uma afirmação categórica) trata-se de uma atitude distinta da de espíritos como o de Pedro Nunes.

Toda a concepção final da peça, ou seja, a peroração, é de que o rei governa absolutamente, no cimo de uma pirâmide, e por incumbência divina.

É um dado a estudar este, o das ideias políticas expostas nas Orações do séc. XVI; revelam, até pelo seu tom laudatório, uma centralização cada vez maior do poder na pessoa do monarca, aliás conforme directrizes que remontam, pelo menos, a D. João II, e que respondem, na Península, às necessidades da Expansão.

Mas ainda não se esgotaram os assuntos desta Oração. Na dedicatória ao rei, Fernandes afirma que não quis elogiar a massa dos edifícios, mas os homens doutos que neles ensinavam. Se isto corresponde à verdade,

(1) Na produção literária em latim, pode encontrar-se já em Cataldo Sículo o aspecto cavaleiresco da Expansão; vid. o seu poema *Arzitinge*, em que tenta cantar a tomada de Tânger segundo os moldes clássicos. (O poema foi traduzido por DULCE CRISTINA DA SILVA na *Revista Gil Vicente*, vol. I, 2.^a série, 1950, pp. 18 ss.). Em algumas das suas cartas essa visão é também detectável: numa endereçada a D. Manuel, intitulada *Cataldus philosophantissimo : Emanueli : potētissimo portugalie regi : ethiopiae maritime et mauritaniae domino*. S. alude ao comércio do ouro e apresenta uma relação de produtos negociados pelos portugueses; um dado importante da carta é afirmar que as conquistas e a posse das cidades se fazem em serviço de Deus, frisando que a actividade portuguesa se faz sem pirataria nem roubo. O aspecto cavaleiresco da expansão está já neste passo: «Generosi equitesque quotidie pro fide christiana strenuissime in africa pugnans». E na *Oratio habita a cataldo in aduentu Helisabet* não deixa de comparar D. Afonso V a Alexandre.

ou se se trata de uma tentativa de explicação pelo facto de omitir quase o Colégio das Artes, não o sabemos.

Na verdade, pode parecer um pouco estranho que a alusão ao recém-inaugurado Colégio, a última contribuição do monarca para o Humanismo coimbrão, seja tão rápida. Esse Colégio era, na época, o principal motivo de louvor ao rei, tanto pela importância de que se revestia para o ensino do latim, como pela categoria dos seus mestres.

Não contando já com Arnaldo Fabrício, Belchior Beleago há-de louvar esta obra num passo bem mais extenso⁽¹⁾. E não ficaria muito a propósito que o orador se lhe referisse exactamente na presença do irmão do monarca?

Ao contrário do que seria de esperar, encontramos só esta passagem rápida: «si illos uiros ad hunc catalogum uocassem, qui in Regio Collegio humanitatis et Philosophiae litteras profitentur; omnes profecto summos, omnes in erudienda bona iuuentute dextere uersatos, inter quos, eloquentissimos esse oratores, dulcissimos poetas, grauissimos etiam libris editis historicos certo scimus». Em comparação com o que dissera da Universidade, isto é bem menos.

A razão para tal atitude julgamos vê-la na situação em que ficaram os professores de Artes após a abertura das aulas no Colégio Real: o seu prestígio desceu abruptamente, e os seus serviços na Universidade deixaram de ter razão de ser⁽²⁾; o ensino do latim era a principal ocupação e objectivo desse Colégio⁽³⁾, e a fama com que os mestres vinham aureolados arrancava a assistência às aulas. João Fernandes, como já vimos, não deu aula durante três dias, porque os alunos acorreram em massa à rua da Sofia a ouvir os novos mestres; e, mais tarde, Vicente Fabrício há-de lutar o mais possível para não ser incluído nesse Colégio, como era desejo de João da Costa, pelo prejuízo material que daí lhe vinha. E note-se que estes dois, com Gaspar Bordalo, eram os únicos mestres de Artes que usufruíam de pensão vitalícia, isto é, estavam em melhores condições.

Cremos, em suma, ser este o motivo por que João Fernandes passou por alto a mais recente criação escolar de D. João III. Mesmo na introdução que adicionou para a edição desse mesmo ano não há referência directa ao Colégio.

Se olharmos a que em Maio do ano seguinte é autorizado a ir para

(1) Vid. p. 73, da sua oração.

(2) Sobre isto, vid. M. BRANDÃO, *A Inquisição*, I, pp. 533-549.

(3) O Colégio tinha dezasseis regentes, dos quais oito para latim; vid. Regimento de 16 de Novembro de 1547, in *Docs.*, III, p. 120.

Vila Viçosa, donde não mais voltou a Coimbra, melhor compreenderemos os motivos dessa quase omissão: o ressentimento contra os *bordaleses*, que tão rápida baixa causaram na cotação da sua reputação. Não cremos supôr, entretanto, que, se João Fernandes tivesse ficado em Coimbra, teria sido uma das testemunhas de acusação contra os mestres do Colégio dos Franceses; lembremo-nos de que nesse ano de 1548 lhe haviam chamado «judeu avenediço», e que não lhe conviria muito chamar a atenção para os antecedentes familiares; lembremo-nos ainda de que em 1552 (mais ou menos) editará uma adaptação dos *Colóquijs* de Erasmo que, apesar de serem «ad meliorem mentem reuocata», deixarão intactos muitos diálogos. Por tudo isto, se é que João Fernandes não previu os tempos agitados que se iriam seguir (o que talvez fosse exagero defender), muito possivelmente foi movido pelo desgosto e pelo desejo de sossego que se ausentou para Vila Viçosa.

Que parentesco há entre esta Oração e a de 1543? São, evidentemente, discursos diferentes: um é o elogio fúnebre do infante D. Duarte, outro um discurso panegírico de boas-vindas ao infante D. Luís. Aquele envolvia-se de uma atmosfera de pesar (que, podemos dizer, era sentida, pois D. Duarte foi um espírito curioso, bom conhecedor dos clássicos), este de um ambiente de alegria pela chegada do Infante, no meio do pitoresco das cerimónias académicas.

Mas as diferenças concretizam-se principalmente na segunda parte das duas orações: quando em 1543 passa a falar do infante falecido, em 1548 entra no elogio dos mestres. É, portanto, na primeira parte que a identidade é visível. Como já dissemos atrás, João Fernandes, com pouco tempo disponível, usou de um processo já utilizado por ele mesmo anos antes. E se não fala do Infante D. Henrique, introduz como elemento novo a genealogia de D. Luís, donde o elogio dos Reis Católicos. Seria interessante comparar passo a passo os dois trechos, mas isso alongaria demasiado esta introdução, pelo que remetemos para as Anotações esse confronto.

IV — Tentemos uma visão de conjunto sobre João Fernandes. Sevilhano de origem, desde cedo em contacto com meios erasmistas, pertenceu a uma corrente que na Península admirou o humanista de Roterdão pelo que nele havia de construtivo e positivo (e até pelo fácil estilo latino) e de que fazia parte o próprio reitor da Universidade, Fr. Diogo de Murça, como se pode ver pela lista⁽¹⁾ das obras da sua Livraria. Na própria

(1) Essa lista pode ver-se in *Alguns docs.*, p. 237; cfr. JOAQUIM DE CARVALHO, *A livraria de um letrado do séc. XVI*, in *Estudos sobre o séc. XVI*, vol. II, p. 111.

oração de 1548 parece haver um ressaíbo de crítica erasmista, quando diz «Expressa mihi magis Roma [...] quam ea quae hodie a tam multis ambitionis potius quam pietatis causa uisitur».

Por outro lado, desde cedo se interessou pelas crónicas dos antigos reis lusitanos, e se não trouxe o gosto já de Salamanca, adquiriu-o em Santa Cruz; se outras fontes não houvesse para explicar, por exemplo, a sua alusão ao milagre de Ourique na oração de 1543, teríamos um passo do Ms. 84 do Porto. Este Ms. vindo de Santa Cruz mostra-nos o interesse que nesse Mosteiro (onde se guarda o túmulo de D. Afonso Henriques...) se manifestava pelos «milagres» acontecidos ao nosso primeiro rei (1).

Mas o seu conhecimento foi mais longe; contactou sem dúvida com a *Crónica Geral* e com as *Crónicas*, sejam as de Fernão Lopes, tenham sido as de Rui de Pina, Duarte Galvão, tenham sido quaisquer outros textos; ele próprio traduziu para latim a *Crónica do Condestável*. Esta atitude de procurar conhecer os textos antigos não é só de Fernandes: já nos referimos a D. Duarte e podemos ainda referir Manuel da Costa que na Oração fúnebre de 1557, quando da morte de D. João III, diz: «Veteris historiae annalibus testatū est, Lusitani Regi initia iā inde ab Alphonso Henrico coepisse, qui cū paternū genus ab Hūgarie, maternū à Castella & Legionis Regibus duceret...», aludindo logo a seguir ao milagre de Ourique. Isto descobre-nos uma faceta do humanista que não tem sido estudada: o interesse pela historiografia do seu país.

Dentro da literatura em latim respeitante à nossa História, não ignorou os *Commentarii rerum gestarum in India citra Gangem a Lusitanis anno 1538* (Lovaina, 1539), de Damião de Góis, como também não deve ter ignorado, de Diogo de Teive, o *Commentarius de rebus in India apud Dium gestis anno salutis nostrae M.D.XLVI* (Conimbricæ, 1548). Embora para o primeiro não tenhamos elementos concretos para afirmar que o leu, nada nos impede de optar pela afirmativa, pois estes escritos por quem eram lidos senão por aqueles que sabiam latim? Além disso, em Manuel da Costa há também referências às conquistas no Oriente; e por outro lado, estamos convencidos de que a alusão de João Fernandes, na oração de 1548, ao cerco de Diu foi directamente influenciada pela obra atrás referida de

(1) «Dizem o prior & convento do m^o de sancta Cruz desta ci / dade de Coimbra q̃ na capella moor do dito m^o está / sepultado o corpo delRey Dom Afonso Enrriquez prim^o / Rey deste reino de portugal. E Alem das mais cou / sas & milagres q̃ deus per elle e por elle em sua vida / & depois de seu falecimento q̃ constão da sua cronica / & outros documentos d'inos de fee q̃ está no dito m^o / Parece principalmente sua sanctidade das cousas seguintes: [...]» — Esta carta é posterior a 1548, mas já antes os Crúzios manifestavam as suas intenções; vid. o que dizemos nas Notas.

Diogo de Teive. Esta obra, em cuja dedicatória o autor não se esquece de elogiar o rei pelos progressos das letras na Universidade, foi conhecida de João da Costa e Buchanan, como o revelam epigramas seus ⁽¹⁾. Outra tecla batida por Teive é a da falta de um cantor épico para as grandezas lusitanas; dado interessante é a promessa de escrever uma História Universal de Portugal ⁽²⁾, que em 1565 há-de repetir ao bispo D. Julião de Alva.

Nesta ordem de ideias, não duvidamos que João Fernandes conhecesse estas obras, ele que mal chegou a Portugal leu o *Liber de platano* de Rodrigues de Sá.

Além destes autores, conheceu Cornélio Agripa e Erasmo de Roterdão, a que já nos referimos.

Quanto ao contacto com os autores clássicos, cremos que as suas leituras não diferiram muito das que nos revelam os outros oradores humanistas: Cícero, Quintiliano e Plínio principalmente, alguma coisa de Homero, Xenofonte, Aristóteles e Plutarco; da poesia lírica deve ter lido Anacreonte ⁽³⁾ e Calímaco ⁽⁴⁾, pois o transcreve no fim da dedicatória. Com certeza não se limitou a estes; no entanto, a partir de certa altura, torna-se difícil determinar quais os contactos directos e os secundários. O facto de citar textos ou episódios que aparecem noutras orações não quer dizer, porém, que se trate de cópia desses discursos, mas que os autores beberam nas mesmas fontes.

Resumindo: João Fernandes é um Mestre de Retórica que nos aparece como uma figura curiosa sob certos aspectos; como humanista, há nele uma ambição por um saber geral, que ia desde a Teologia até às Ciências do Quadrívium, pois já vimos que possuía um livro de Regiomontano, e como humanista, desejava um latim claro, o mais possível semelhante ao modelo. Ideologicamente, ainda pertence à camada que pôde contactar livremente com Erasmo, procurando neste autor uma resolução da questão intelectual em que se encontrava a Europa; mas, por outro lado, incorpora-se na longa fila de homens doutos do séc. XVI para quem a única atitude mental válida é o conhecimento directo das fontes ⁽⁵⁾. Ele mesmo o diz várias vezes na Oração, quando elogia em alguns mestres,

(1) Vid. *N. C.*, P. 2.^a, vol. III, t. I, pp. 17-21.

(2) A dedicatória é de 1 de Março de 1548.

(3) Conheceu este poeta só pelas citações dos autores antigos; em 1554 Henricus Stephanus deu publicidade às *Odes de Anacreonte*.

(4) É possível que tivesse conhecido, acerca deste poeta, a querela havida em Alexandria, no séc. III, entre Calímaco e Apolónio de Rodes.

(5) «*Ad fontes reuocare*» era a atitude de certa facção humanista, que Joaquim de Carvalho designa por *arte de restituição*.

como Marcos Romeiro, esse saber filológico; mas se o contacto com as fontes puras originou nele conclusões individuais, especulativas, isto é, dentro do livre exame, como nos Processos da Inquisição vemos que aconteceu a vários professores (e para falar só destes), não o sabemos. É, porém, muito provável que não, pois tanto em 1539 como em 1548 faz uma defesa apaixonada da Teologia escolástica, aquela que, depois de interpretada pelo método de Fr. Francisco de Vitória, há-de permanecer nas Universidade, adoptada pelos jesuítas. Conciliando isto com a ideia de que os clássicos devem ser aproveitados mais pela forma estilística e riqueza de informações do que pela sua crença religiosa (neste campo parece alimentar-se muito mais de Santo Agostinho, por exemplo), teremos cingido o humanista que foi Mestre João Fernandes.

V — Deitemos agora uma olhadela ao aspecto formal da Oração de 1548. Sabendo nós que o humanista não procurava a originalidade (no sentido que hoje damos à palavra), mas a imitação do modelo, concluiremos como é difícil determinar, nestas orações latinas, qual o estilo individual do autor.

Não foge à regra a *Oração sobre a Celebridade Académica*, de João Fernandes, apesar de a matéria ser um pouco diferente⁽¹⁾.

Na primeira parte trata-se de uma enumeração seca, sem desenvolvimentos retóricos, dos reis anteriores a D. João III; na segunda, da enumeração dos lentes mais famosos. É aqui que pode esplanar-se mais, e vê-se que o aproveita sempre. A cadência da frase é de tendência ciceroniana, em especial na adjectivação⁽²⁾. Noutros pontos, porém, pretende usar as regras de retórica que conhecia por ofício, donde em alguns casos o texto não sair bem equilibrado; por exemplo na passagem: «Quae uero et colendo hominum animo principes, aut [...] fecisse legimus...», seria de esperar que aquele *uero* se traduzisse por uma adversativa, como é uso geral nos clássicos; mas nesse caso era também de esperar um outro *et* mais abaixo, o que não acontece. É-se, portanto, obrigado a traduzi-lo como um adjectivo, o que acarreta ainda dificuldades relativas à interpretação do gerundivo *colendo*.

Se mostra, por um lado, domínio das regras de retórica, por outro lado muitas das imagens não são de bom gosto. Logo no início da genea-

(1) Mesmo trabalhando com material diverso, o esquema que Fernandes usa é o das outras orações; por exemplo, na *Oração fúnebre* diz «Ibit oratio per sua mēbra Antiquitatis vestigia ingrediemur».

(2) Por isso mesmo é impossível identificar muitas das passagens. Isto confere ao discurso alguma originalidade, como já frisámos.

logia dos reis mete «satraparum, dynastarum» que revelam leituras de Plínio, o Antigo, mas que não nos parecem muito adequadas ao caso lusitano; ao falar de Afonso do Prado, apresenta-o «uernis theologiae et suaue olentibus eruditionis floribus ornatissimum»; figura da mesma natureza para Marcos Romeiro («ut intellegant latere in cortice nucleum eruendum labore et pietate»); também nos pareceu exagerado o jogo que faz com os nomes de Heitor (da *Iliada*) e de Heitor Rodrigues.

É certo que estas e outras imagens se explicam pela intenção panegírica e de exhibir sabedoria. Não se podem, já, incluir na mesma categoria certas repetições intencionais de palavras: «ut nostra haec gratiarum actio ipso materiae nitore nitescat»; «hoc regium opus de causis illustre, illustrabis...»; «nihil est tam abstrusum et abditum quod non feliciter depromat, depromptum illustret, illustratum ea facilitate discipulis tradat...» Nestes casos, o efeito oratório destinava-se a alardear conhecimentos de estilística latina.

Mais exemplos se poderão encontrar; as falhas que a oração apresenta poderiam ter sido retocadas, certamente, se o autor tivesse tido tempo. É até muito provável que a alusão ao reitor estivesse feita para D. João de Portugal, e que se visse obrigado a refundi-la, para falar de D. André de Noronha. Por tudo isto, a Oração, se tem lapsos, não quer dizer que Fernandes dominasse mal o latim; já vimos como mostra conhecimento da Retórica; a Oração fúnebre tem passagens delicadas que o comprovam, e toda a Oração de 1539 está embalada num latim bastante fluente e bem construído. Isto parece indicar-nos que os oradores humanistas burlavam cuidadosamente os seus discursos na prosa clássica.

IV

ALGUNS MESTRES CONIMBRICENSES DE MEADOS DO SÉCULO XVI

Apresentamos neste capítulo alguns dados sobre os professores que João Fernandes elogia pessoalmente na Oração. Em caso algum esgotamos o assunto, mas o pouco que dizemos oxalá contribua para uma mais completa visão da Universidade nessa época.

Mantivemos a ordem das Faculdades e dos Mestres, que está na Oração.

Afonso do Prado era natural de Toledo⁽¹⁾, e possuía os graus de Mestre em Artes e Doutor em Teologia pela Universidade de Alcalá⁽²⁾. Veio para Portugal para ensinar teologia no mosteiro de Santa Cruz, devendo ter chegado em 1535; na verdade, no já referido *Livro de receita* de Santa Cruz diz-se que em Junho de 1535 o Mosteiro entregou ao licenciado Segura⁽³⁾ «por mandado do padre oito mil reaes para ir buscar a alcala e tornar cõ o doutor prado». Em Outubro desse ano já estava em

(1) *N. C.*, P. 2.^a, vol. I, p. 29; vid. FRANCISCO DE MONÇON, *ob. cit.*, cap. 39; ainda o ms. cit. nos Adit. às *N. C.*, *loc. cit.*, p. 471. Veja-se também o doc. transcrito por GONÇALVES CEREJEIRA, *ob. cit.*, p. 94, nota 62: «it o doutor aº prado fº de gracia de donhas e de micia de madrid m^{es} na cidade de toledo freg^a da madalena dos reinos de castela cõ lca do seu prelado». Trata-se da «ordenação a Missa do doutor Afonso do Prado, a 26 de Maio de 1537, em Coimbra»; vid. p. 136v do resp. caderno de ordenações da diocese de Coimbra, no Arquivo da Universidade.

(2) *N. C.*, *loc. cit.*, p. 27.

(3) VIRGÍLIO CORREIA, *Obras*, vol. I, p. 246; M. BRANDÃO, *A Inquisição*, I, p. 442, nota 1. O ms. «*Biografia de Lentes Conimbricenses, Faculdade de Theologia. Catalogo dos Lentes de Prima*», informa que D. João III teria pedido a Carlos V que concedesse a licença para Prado vir para Portugal «no tempo em que meditava reformar os Estudos da universidade», pp. 1-4, in *N. C.*, *loc. cit.*, Adit., p. 471; vid. ainda carta publ. por AIRES DE CAMPOS, *Cartas dos Reis e dos Infantes*, in *O Instituto*, 36, p. 584.

Coimbra, como revela a carta de D. João III a Fr. Brás de Braga, onde se pode ler: «E quãto ao trabalho que dizes q̃ levastes em asêtar co doutor prado ã a regra das artes e os frãceses que vierã de paris eu creio que seria asy e folgarey que mescreuaes quãtos lentes sam e de q̃ facultades». M. Brandão⁽¹⁾ pensa que a frase se deve interpretar no sentido de se fazer do dr. Prado um ajudante do reformador Fr. Brás, enquanto Joaquim de Carvalho⁽²⁾ entende que significa que o professor começou por ensinar Artes contra vontade, pois tudo indica que fora contratado para ensinar Teologia; parece confirmar esta interpretação a carta que D. João III enviou a Fr. Brás em 27 de Maio de 1536: «Haº que em vossa carta pedys para o doutor prado eu como sabees nõ tenho ainda asentado como se as cadeyras hão de dar ante tenho ã vontade nõ se darem...».

Posteriormente, porém, ele ensinou teologia, como se vê pelo alvará de 20 de Abril de 1537, de Évora, em que o rei informa o reitor D. Garcia de Almeida de que os professores das três cátedras de Teologia «novamente ordenadas» fossem obrigados «a leer nos ditos Colegios e faram os exercicios e leram as liçõees como antes as lia e fazia e era obrigado fazer ho doutor prado»⁽³⁾.

Ao contrário do que pensa L. Ferreira, Joaquim de Carvalho nota que o seu magistério teológico se exerceu, em Santa Cruz, não «por alguns annos», mas só no anterior à transferência da Universidade. Logo no primeiro ano desta ensinou nos Paços Reais, onde ela fora acomodada, depois de curta estadia nas moradas do reitor, D. Garcia de Almeida, à porta de Belcouce. O seu nome, com efeito, figura na *Tabula Legentium*, na alínea dos *theologos*⁽⁴⁾:

it. o doctor prado
it. o 1^{do} m^{te} mõiõ
it. m^{te} Joan de pedraza.

Assim, ao lado de Rodrigo Quintana⁽⁵⁾, Diogo de Gouveia, Francisco Fernandes e António Gomes, fez parte do primitivo quadro de professores da Universidade transferida.

(1) *O Colégio das Artes*, p. 35.

(2) *N. C.*, Adit., *ibid.*, p. 377.

(3) As duas cartas referidas estão publicadas in *Docs.*, I, pp. 15 e 27; também *N. C.*, *ibid.*, p. 24.

(4) Vid. *Actas*, I, p. 1; GONÇALVES CEREJEIRA, *ob. cit.*, p. 95, nota 63; *N. C.*, Adit., P. 1.^a, p. 435.

(5) Sobre estes mestres que em 1534-35 ensinaram em St.^a Cruz, vid. o já cit. «Livro de Receita», in VIRGÍLIO CORREIA, *Obras*, cit., vol. I, pp. 239-246.

Afonso do Prado recebia anualmente 100 000 réis, o que constituía um dos melhores ordenados pagos pelo rei.

Por provisão de 13 de Setembro de 1542⁽¹⁾, ordenou-lhe o monarca que lesse por mais três anos a cadeira de prima de Teologia, de que recebeu mercê absoluta por outra provisão de 24 de Outubro⁽²⁾ do mesmo ano, até que ocupasse um emprego, igreja ou benefício, de que haveria 60 mil réis, rendimento esse que seria independente dos 100 mil réis do ordenado.

Chegou a ocupar o cargo de reitor, em 28 de Setembro⁽³⁾ de 1555, após a demissão de Fr. Diogo de Murça. Como o cargo de reitor não era remunerado (Fr. Diogo recebia 60 mil réis por provisões régias), o Conselho, depois de discutir se também se devia pagar ao dr. Prado, acordou pela afirmativa. Sob o seu reitorado morreu o infante D. Luís; a oração fúnebre foi lida por Belchior Beleago⁽⁴⁾.

Em 11 de Outubro de 1557 jubilou, por carta que lhe foi passada.

No entanto, a 26 de Março fora chamado à corte pelo rei, «porque tinha algumas cousas que lhe comunicar»; observamos só de passagem que a 11 de Junho de 1557 D. João III falecia. E logo a seguir inicia-se um período crítico para a Universidade. O dr. Afonso do Prado e D. Jorge de Ataíde foram escolhidos pelo conselho, devida à recusa de D. Manuel de Meneses, para irem solicitar a D. Sebastião que fosse Protector da Universidade, em 30 de Junho de 1557⁽⁵⁾.

Afonso do Prado faleceu em Coimbra em 23 de Abril de 1564, sem ter pedido recondução à sua cátedra, uma vez jubilado.

Tomou parte em algumas cerimónias académicas, como não podia deixar de ser; assim em 28 de Julho de 1549 assiste ao acto em que D. Fulgêncio, filho de D. Jaime de Bragança, tomou o grau de licenciado,

(¹) *Docs.*, II, p. 99.

(²) *Docs.*, II, p. 106.

(³) TEÓFILO BRAGA, *ob. cit.*, I, p. 564, indica a data de 23 de Set.; nas *N. C.*, *Adit.*, P. 2.^a, vol. I, p. 471, vem 28 de Set.; vid. *Docs.*, IV, p. 260. A 6 de Setembro de 1556 já é reitor D. Manuel de Meneses (*Docs.*, id., p. 296). Note-se que já antes fora vice-reitor; *Actas*, II, P. 2.^a, p. 156, 3 de Abril de 1554.

(⁴) FIGUEIROA, *Memórias*, pp. 91-92; este autor engana-se quando diz que foi a 18 de Março de 1557 que Prado deixou o cargo de reitor; vid. a nota anterior.

(⁵) *Ibid.*, p. 94; sobre este período, que tem por base o litígio entre a Universidade e a rainha D. Catarina por causa das rendas a pagar por aquela ao Colégio das Artes, desde 1555 na mão dos jesuítas, vid. M. BRANDÃO, *O Colégio das Artes*, vol. II. Alguns dos mestres que se seguem também participaram activamente neste caso. Sobre a morte de D. João III, vid. *Oração fúnebre*, de Manuel da Costa, e ainda *Actas dos Capítulos de Santa Cruz*.

na Igreja de Santa Cruz, sendo, então, Decano de Teologia e Vice-Reitor. No ano seguinte, a 16 de Março, foi testemunha quando D. António, filho de D. Luís, tomou, também em Santa Cruz, o grau de bacharel. Reunido o Conselho a 8 de Janeiro de 1554, deliberou-se que Afonso do Prado pregasse no ofício que se realizaria, e a que assistiria toda a Universidade (cujos Gerais fecharam por oito dias), por morte do infante D. João; a oração fúnebre foi proferida por Marcos Romeiro, segundo nos parece.

Quando em 1559 Baltazar de Faria, enviado pela Regente D. Catarina, vem a Coimbra «visitar» a Universidade, em plena polémica por causa das rendas a pagar ao Colégio das Artes, o conselho, reunido a 2 de Dezembro, depois da eleição para o cargo de reitor ter recaído em D. Manuel de Meneses (eleição que era significativa, olhando aos antecedentes, tanto por mostrar a gratidão da Universidade ao reitor que a defendera, como por testemunhar a discordância do conselho face à atitude da regente) ⁽¹⁾, trata de escolher o vice-reitor; para esse cargo podia ser eleito ou o lente de prima de Teologia, ou o lente de véspera da mesma faculdade. No caso presente, na primeira estava Afonso do Prado e na segunda Martinho Ledesma. O dr. Prado era já jubilado, mas consultado o conselho por D. Jorge de Almeida, foi ele o escolhido, porque gozava de «todas as preeminências E liberdades de lente». Mas, como era de esperar, Afonso do Prado, por motivos de saúde, não pôde aceitar; a escolha ⁽²⁾ recafu, então, não em Ledesma, mas em Fr. João Pinheiro.

Referências ao dr. Prado encontramos-as em Francisco de Monçon ⁽³⁾, Pedro de Mariz ⁽⁴⁾, e D. Nicolau António ⁽⁵⁾ que nos informa ter ele escrito e editado em Alcalá, em casa de Miguel de Eguia, em 1530, um livro de *Quaestiones Dialecticae super libros Perihermeneias* ⁽⁶⁾.

Quanto à orientação do ensino de Teologia ⁽⁷⁾, deve ter continuado o critério tradicional, pois é legítimo admitir que a introdução em Coimbra do método salmantino, em particular de Fr. Francisco de Vitória, se deve a Ledesma; esta conclusão de Joaquim de Carvalho pode ser considerada como certa, talvez só parcialmente, pois João Fernandes, na oração de 1548,

⁽¹⁾ M. BRANDÃO, *O Colégio das Artes*, vol. II, pp. 183-184.

⁽²⁾ *Ob. supra cit.*, p. 185; vid. também FIGUEIROA, *ob. cit.*, p. 98.

⁽³⁾ *Ob. cit.*, cap. 36.

⁽⁴⁾ *Ob. cit.*, *Dial.*, 5.º, cap. 3.º.

⁽⁵⁾ *Ob. cit.*, ed. 1783, t. 3, p. 41; a mesma informação é dada pela «Biographia dos Lentes Conimbricenses», *ob. cit.*, pp. 1-4.

⁽⁶⁾ *N. C.*, P. 2.ª, vol. I, p. 29.

⁽⁷⁾ *N. C.*, *ibid.*, Adit., pp. 468 ss.

diz que «per quindecim circiter annos quanta cum dexteritate, primaria functione Thomam sit interpretatus». Silva Dias ⁽¹⁾ supõe «um facto indiscutível a orientação tomista de Afonso do Prado», manifesta nas *Quaestiones Dialecticas* de 1530, alvitando que o dr. Prado podia muito bem não ser demasiado inclinado ao uso da dialéctica na teologia, à maneira humanística, sem que, no entanto, seguisse o «método salmanticense», mais tarde introduzido em Coimbra por Ledesma. O método pedagógico a seguir em Santa Cruz foi estabelecido por Fr. Brás ⁽²⁾, no *Regimento de Lentes de Teologia, Artes e Humanidades*, que, no entanto, quase só nos fornece elementos de carácter administrativo. Pouco se tira também do auto que em 26 de Novembro de 1541 ⁽³⁾ se levantou acerca do modo como liam os lentes e aproveitavam os ouvintes: o escolar D. Sancho («de Noronha?», pergunta Joaquim de Carvalho) ⁽⁴⁾ declarou que o dr. Prado «le sempre m^{to} bem e suas lições m^{to} estudadas e q̃ ffaz mais q̃ he obriguado e que he homẽ de boa vida e exemplo faz m.^{to} fruyto»; D. Rodrigo Pereira, «nõ desfazendo nos outros», diz que a «liçaõ do doctor prado comũmente se tẽ por melhor lida e estudada»; e o mestre António Vaz afirmou «que todos os lentes de theologia lê m.^{to} bê e suas lições m.^{to} studadas prinçipalmente o doctor prado q̃ le de modo q̃ os Estudantes rreçebem m^{to} fruyto».

Estes testemunhos completam o dizer de João Fernandes: «Claudit huic dextrum latus Pratum uernis theologiae et suaue olentibus eruditionis floribus ornatissimum».

Há dele duas cartas publicadas por M. Brandão ⁽⁵⁾, uma de 25 de Novembro de 1542, dirigida a M.^e Olmedo, em que se lamenta do facto de, tendo morrido o chantre de Coimbra, e, conseqüentemente, terem vagado «dos prebendas / la chantria y vna calongia», não ter alcançado a referida chantria, apesar de a ela haver concorrido; é que o dr. Navarro a obtivera por favor da rainha. E o dr. Prado pensa que «es, razon q̃

⁽¹⁾ *Ibid.*, p. 578 este autor pensa mesmo na possibilidade de o interesse de Prado por S. Tomás, que lhe vinha de Alcalá, o ligar «a um erasmismo mais ou menos expurgado de desvios de doutrina», tal qual acontecia entre outros mestres e escolares daquela universidade. As tentativas de renovação de tomismo vinham já do cardeal Caetano e dos dominicanos de Paris; aliás humanistas e tomistas encontravam-se de acordo na opposição ao nominalismo do século XV.

⁽²⁾ *Alguns docs.*, p. 155.

⁽³⁾ *Ibid.*, p. 162: «Auto q̃ o R^{do} Snõr prior de samta Cruz de Coimbra & Cañcellario do Estudo etc. mādou ffazer para aver ã formação de como os lente leã & aproueytaõ os ouuyntes».

⁽⁴⁾ *N. C.*, Adit., *loc. cit.*, p. 470.

⁽⁵⁾ *Alguns docs.*, pp. 48 e 49.

fauoreça la theologia»; engraçada a maneira como trata Navarro: «quiça lo tomara todo el doctor nauarro, porq̃ esta pobre con setecientos mill q̃ tiene de rrenda». A carta é um eloquente documento das intrigas que se moviam para se alcançarem lugares rendosos; e o dr. Prado, na altura, estava de mal com o reitor: «como el rector no esta biê comygo...»! Tanto pior...

A outra carta é de 17 de Abril de 1549, endereçada ao rei, pedindo-lhe que faça com que lhe paguem o ordenado inteiro: «por estar este verano parado en Reqirjmjêto Con. V. A. perdj q̃si veynte ljcjones las q̃ls me multarõ». No final, depois de louvar o exame de D. Sancho, vê-se que alcançou, ao menos, a «Calõgia».

Marcos Romeiro, ou Romeu, como aparece também muitas vezes, foi capelão de D. João III e doutor teólogo pela Universidade de Paris⁽¹⁾. Na verdade deparamos com o seu nome em 1524, entre os bolseiros: «1524 — Marcus Romero Feniculensis diocesis», indicação que nos dá também a sua terra de origem; prestou juramento ao reitor Ioannes Lothon, Dez. 1523 — Março 1524; em Junho-Outubro de 1526 aparece entre os *incipientes*: «Dominus Marcus Romeiro diocesis Feniculanae inceptit sub magistro Ioanne Tartas, cuius bursa ualet quattuor solidos parisienses»; isto no reitorado de Guillaume de Lannay. Em Março de 1538 na mesma universidade «Supplicuit pro litteris gradus magistri Marcus Romero», em que se vê que deve ter alcançado o grau de mestre por essa altura.

Com Diogo de Gouveia, Paio Rodrigues Vilarinho, Gaspar dos Reis e António da Fonseca, é um dos teólogos que o principal do Colégio de Santa Bárbara recomendará particularmente a D. João III⁽²⁾. Em Paris chegou a dar aulas, pois o seu nome aparece nos *Acta Rectoria*, ao lado do de Paio Rodrigues, dentre outros. Eis a lista dos licenciados sob Romeiro: «Ioannes Sanchez, dioc. Burgensis, 1530; Renatus Leroux, dioc. Cenomanensis, 1530; Iulianus Heryer, dioc. Cenomanensis, 1530; Benedictus Niaconus, dioc. Claramontensis, 1530»⁽³⁾.

Segundo Luís de Matos, teria deixado a França em fins de 1539⁽⁴⁾ ou princípios do ano seguinte. Figueiroa⁽⁵⁾, no entanto, afirma que veio

(1) LUÍS DE MATOS, *Les Portugais à l'Un. de Paris*, p. 52; do registo 171, fl. 13v, das «Acta Rectoria Universitatis Parisiensis».

(2) M. BRANDÃO, *Processo de Costa*, p. 326.

(3) LUÍS DE MATOS, *ob. cit.*, p. 113.

(4) Vid. ainda M. BRANDÃO, *A Inquisição*, I, p. 240, nota 2; vid. ainda a carta de 17 de Janeiro de 1532, de Diogo de Gouveia, senior, para D. João III, in *O Processo de Costa*, pp. 309-310.

(5) *Memórias*, pp. 65-66.

de Paris, com Vilarinho, para ler uma cadeira de Sagrada Escritura, no reitorado de Murça. Este lapso deve-se ao facto de o primeiro alvará que o nomeia lente de Velho Testamento ser de 31 de Outubro de 1545⁽¹⁾, com 60 mil réis de ordenado. Leitão Ferreira, por seu lado, ainda que o registre, duvida de que tenha sido lente de teologia de D. Duarte⁽²⁾, baseado em que viera de Paris chamado pelo rei, para ler Escritura na Universidade, sendo já morto o infante.

Mas Gonçalves Cerejeira⁽³⁾ pensa que isso não é «impedimento bastante, porque saindo o filho bastardo do rei do mosteiro da Costa no começo de 1543, por um lado, e por outro lado, só aparecendo o Mestre Romeiro como professor da Universidade em fins de 1545 (a primeira menção que encontro nos Livros de *Conselhos* da Universidade sobre o dr. Romeu é de 23 de Novembro de 1545, e o seu nome não aparece na lista dos lentes do ano anterior): podia ter ido para Paris (ou voltando, a acreditar na *Mem. dos Estudos...*⁽⁴⁾, p. 215, que o dá como chamado para Santa Cruz já por Fr. Brás de Braga), uma vez terminados os estudos de D. Duarte».

Que pensar destas palavras? Gonçalves Cerejeira não conheceu o alvará de nomeação de 31 de Outubro de 1545 (pelo menos não o cita), portanto marcando o início da carreira de Romeiro na Universidade; por outro lado, em fins de 1539 teria abandonado a França. De que já em 1540 estava em Portugal é prova uma carta que em 1 de Novembro⁽⁵⁾ escreveu a D. João III, e que o citado autor também não cita; o tom da missiva é de que não estava entre nós há muito tempo⁽⁶⁾, não custando admitir fazê-lo regressar nas datas propostas por Luís de Matos. Por outro lado, prova absolutamente que estava a ensinar teologia no convento da Costa: «Ate agora Naõ escreuy a V. A. por que mays enteyra mente podesse dar Conta do exercitio deste collegio priincipal mête do que se faz na theologia a qual V. A. quiz & mandou ainda quem conhecia minhas forças serem fraquas que eu interpretasse...»

(1) *Docs.* II, p. 285.

(2) *N. C.*, P. 2.^a, vol. I, p. 264.

(3) *Clenardo*, p. 116, nota.

(4) Trata-se da *Memória dos estudos em que se criarão os monges de S. Jerónimo*, de autor anónimo (publ. in *Bol. da Bibl. da Univ. de Coimbra*, vol. VI, 1921).

(5) *Alguns docs.*, pp. 50-51.

(6) Esta nossa afirmação é irrevogavelmente comprovada pela carta de Fr. Pedro Barbudo a Fr. Diogo de Murça, de 5 de Março de 1540, onde se vê o seguinte passo: «mestre Romejro chegou aqui vespóra de sã matjas & lhe pesou m^{to} de nã achar aqui a vossa R.^a per q os deseJos que tẽ de o ver & de começar sua obra nã he pera crer»; segue-se o elogio de Romeiro; vid. M. BRANDÃO, *D. António*, I, p. 138, doc. III.

Isto, em primeiro lugar, leva-nos a excluir a hipótese de que Marcos Romeiro teria sido chamado por Fr. Brás para Santa Cruz; antes tendemos a interpretar aquele «& mandou ainda quem conhecia minhas forças» como sendo Fr. Diogo de Murça, prior da Costa, e que o teria conhecido lá fora.

Mas pode perguntar-se: que fez Mestre Romeiro depois de, em 1543, Fr. Diogo de Murça ter abandonado o mosteiro da Costa, para ir ocupar o cargo de Reitor da Universidade? ⁽¹⁾. Outros mestres, como Gaspar Bordalo, foram logo para Coimbra. Teria voltado para Paris? ⁽²⁾. Então concluiríamos: «E até seria uma maneira fácil de explicar porque só nos aparece em Coimbra por fins de 1545» ⁽³⁾.

Na realidade, é afirmação comum nos autores que escreveram sobre essa época da Alma Mater conimbricense que ele foi chamado de Paris por D. João III. Mas prova absoluta é a carta de 3 de Fevereiro de 1544, de Diogo de Gouveia, senior, para D. João III em que há esta passagem: «...com os out^{os} .3. q̃ la estam .s.no. m^{te} Romeiro & no. m^{te} de fonsequa & frei Jorge de Santiago por que he c^{er} to q̃ estes seis parisienses lhe farã ver as strelas no meo do dia» ⁽⁴⁾.

Ainda na carta atrás referida, pede ao rei «quererse. V. A. alembrar de m^y pera que a Rainha nossa S^{ra} me quisesse fazer esta merce de me nomiar em huñ seu indulto neste arcebispado de braga»; e está datada: «No collegio da costa de guimaraës oje primeyro dia de nouembro de 1540 annos».

Manteve a cadeira de Velho Testamento até 1558, ano em que, a pedido dos estudantes de Teologia, se lhe ordenou ler um curso da mesma, em vez de Escritura, segundo provisão de 12 de Maio; por este motivo, conforme L. Ferreira ⁽⁵⁾, erradamente se pensou que fora catedrático de véspera, como consta do epitáfio; é certo que chegou a receber mais que o lente de véspera.

Ocupou várias vezes o cargo de vice-reitor, e pronunciou a oração fúnebre, a 2 de Janeiro de 1554, nas exéquias que a Universidade fez à morte do príncipe D. João ⁽⁶⁾.

Pedro de Mariz dá testemunho das suas qualidades morais e erudição

⁽¹⁾ Alvará de 5 de Novembro de 1543; vid. *Docs.*, II, p. 142.

⁽²⁾ Assim pensamos, deduzindo da carta adiante referida, de Diogo de Gouveia a D. João III, de 3 de Fevereiro de 1544.

⁽³⁾ GONÇALVES CEREJEIRA, *loc. cit.*

⁽⁴⁾ Carta publ. in *O processo de Costa*, pp. 325-328; o trecho é da p. 326.

⁽⁵⁾ *N. C.*, P. 2.^a, vol. I, p. 98.

⁽⁶⁾ É de notar, entretanto, que a acta de 2 de Janeiro não alude a tais cerimónias, nem a do dia seguinte; vid. *Actas*, II, 2.^a parte, p. 150.

no 5.º *Diálogo*, e Diogo de Teive⁽¹⁾ inclui-o no rol das pessoas com quem costumava conversar, invocando-as em sua defesa no processo. Com Martinho de Ledesma, foi testemunha nas pesquisas que Jorge Gonçalves, deputado da Inquisição, fez em casa de João da Costa e Jorge Buchanan, quando da prisão destes; e aparece-nos no rol das testemunhas de acusação de João da Costa⁽²⁾, a interrogar em França ou Portugal.

Marcos Romeiro morreu em 1560⁽³⁾, tendo atingido a época crítica para a Universidade da questão das rendas a ceder ao Colégio das Artes; foi ainda cónego da Sé de Coimbra.

Frei Martinho de Ledesma teria tomado votos em 15 de Março de 1525⁽⁴⁾ em Salamanca, e era natural de Ledesma. Foi chamado para Coimbra por D. João III, quando estava em Alcalá, segundo parece; na Universidade portuguesa ensinou durante trinta anos⁽⁵⁾.

Principiou a ler na cadeira de Escritura em 2 de Janeiro de 1540, «mas não se acha esta Provisão⁽⁶⁾. E nós encontrámos a primeira referência a Ledesma nas Actas dos Conselhos só em Outubro de 1544: «o doctor frei martinho de ledesma lente de bespora de theol. Ī x̄rs»⁽⁷⁾. A não ser, porém, que o identifiquemos com o «doctor da briuia» e o «padre da biblia» que aparecem nas «tabula legētiũ Colegiorum 2º 3º», de 27 de Outubro de 1539 e Abril-Junho de 1540⁽⁸⁾.

Há, na realidade, um alvará de 19 de Junho de 1541,⁽⁹⁾ em que D. João III ordena ao Prior de Santa Cruz que Fr. Martinho de Ledesma cesse de ler no Mosteiro «a licaõ de brjuia» (cátedra de Escritura), para passar a ler, no mesmo mosteiro, a partir de 1 de Outubro desse ano, a cátedra de Teologia, que lia o dr. Francisco de Monçon, passando este a ler a de Escritura; isto é, trocaram as cadeiras. É de crer, portanto, que

(1) *O Processo de Teive*, p. 70.

(2) *O Processo de Costa*, p. 101.

(3) LUÍS DE MATOS, *ob. cit.*, p. 52.

(4) É o que se lê nos *Scriptores Ordinis Praedicatorum*, de QUÉTIF e ECHARD, t. II (1721), p. 230; cit., in *N. C.*, P. 2.ª, vol. II, Adit., pp. 163-4.

(5) «quod munus triginta annis solidis & amplius implevit summo & omnium plausu & auditorum fructu»; *ibid.*

(6) L. FERREIRA, *Alphabeto*, p. 254; também não se encontra nos *Docs. de D. João III*. Silva Dias, *ob. cit.*, p. 574, informa, no entanto, que Ledesma substituiu em 2 de Fevereiro de 1540, na cadeira de Terça, a Fr. Juan de Pedraza que a abandonara em Dezembro de 1539.

(7) *Actas*, I, p. 109.

(8) *Actas*, I, pp. 68 e 74, respectivamente.

(9) *Docs.*, II, p. 44; vid. ainda carta de 4 de Julho de 1541 (*ibid.*, p. 27).

já tivesse lido no ano lectivo de 1539-1540, na parte da Universidade que se albergou em Santa Cruz até 1544.

De 26 de Outubro de 1541⁽¹⁾ é ainda uma carta régia determinando que lesse a lição de S. Tomás.

Ainda neste ano sucedeu no cargo de reitor do Colégio de S. Tomás a Frei Lopo de Santarém⁽²⁾; teria empreendido a construção deste colégio, de que foi o primeiro leitor⁽³⁾.

Quando Afonso do Prado jubilou, fez-se-lhe mercê da cadeira de prima de Teologia, por provisão de 12 de Outubro de 1557, de que tomou posse a 12 de Novembro; e uma vez jubilado foi reconduzido por provisão de 4 de Abril de 1562⁽⁴⁾. Teria falecido em Coimbra em 1574, segundo Sousa Viterbo⁽⁵⁾.

Representou Portugal no Concílio de Trento, quando era lente de véspera, ordenando⁽⁶⁾ o rei por alvará de 13 de Maio de 1547⁽⁷⁾ que se lhe contasse o ordenado enquanto durasse a ausência; e no reitorado de Aires da Silva⁽⁸⁾ ocupou várias vezes o lugar de vice-reitor. Foi examinador da Inquisição na Universidade, como se depreende das seguintes obras por ele aprovadas:

Preparação espiritual de catholicos, Coimbra, 1549.

Tractado moral de louvores, de Sancho de Noronha, Coimbra, 1549.

Vida e milagres da gloriosa Raynha sancta Isabel molher do catholico Rey dõ dînis de Portugal, apud João Barreira, Coimbra, 1560.

Colloquia ad meliorem mentẽ reuocata, de Erasmo, por M.^{te} João Fernandes⁽⁹⁾.

⁽¹⁾ *Docs.* II, p. 71.

⁽²⁾ TEÓFILO BRAGA, *ob. cit.*, I, p. 575.

⁽³⁾ Segundo a obra *Historiadores del Convento de San Esteban de Salamanca*, publ. por P. Fr. JUSTO CUERVO (tomo II, 1914, pp. 601-602), cit. in *N. C.*, P. 2.^a, vol. II, Adit., p. 165; vid. carta para o rei, de 1 de Janeiro de 1552, pedindo 3 mil cruzados para as obras que se estavam a fazer, in *Alguns docs.*, p. 52. Fez também obras no Colégio de S. Domingos, que não chegou a acabar; vid. Fr. LUÍS DE SOUSA, *História de S. Domingos*, P. I, Liv. III, cap. 5; nesse Colégio foi também reitor; vid. *O Processo de Costa*, p. 122.

⁽⁴⁾ Vid. *Alphabeto*, p. 254.

⁽⁵⁾ *A Literatura Espanhola em Portugal* (1915), pp. 318-19, cit., in *N. C.*, *loc. cit.* p. 168.

⁽⁶⁾ O ordenado fora-lhe aumentado por alvará de 9 de Fevereiro para 80 mil réis; in *Docs.*, III, p. 84.

⁽⁷⁾ O alvará não está nos *Docs. de D. João III*; vid. *Actas*, I, p. 204, acta de 8 de Fevereiro de 1546, em que lhe deram quatro meses para ir a Roma.

⁽⁸⁾ FIGUEIROA, *Memórias*, p. 105.

⁽⁹⁾ Ignorou esta obra JOAQUIM DE CARVALHO; cfr. BATAILLON, *Études*, p. 220.

Por sua vez foi autor de dois volumes, que Frei Luís de Sousa elogia ⁽¹⁾, intitutados:

Commentaria in quartum sententiarum, t. I, Conimbricae, 1555; t. II, ibid., 1560; e ⁽²⁾.

Expositiones in universam D. Thomae summam.

Esta obra tem importância, pois relaciona-se com a introdução do método salmanticense, de Vitória, em Coimbra ⁽³⁾.

Esta é a sua maior contribuição ao ensino coimbrão, e a que João Fernandes não deixa de aludir: «Quod primum felicissimum doctrinae genus inuexit Salmanticam magnus ille Victoriensis Franciscus, e cuius fonte Martinus hausit». A influência desta escola fez-se sentir nas universidades de Alcalá ⁽⁴⁾ (através de Martim de Ledesma e Andrés de Tudela, entre outros), Coimbra, Sevilha, Valladolid, Évora, e outras, e não foi pequena no Concílio de Trento, além de ter vindo a ser adoptada pela Companhia de Jesus. A *Summa* teológica de S. Tomás, porém, só entrou oficialmente em Salamanca em 1561, quando da reforma dos estatutos.

Ora precisamente nos anos de 1527 a 1530 encontram-se à volta de Francisco de Vitória os seus mais famosos discípulos: Cano, autor do «De Locis theologicis» (de 1527 a 1531); Martim de Ledesma (seguramente de 1529 a 1533), Andrés de Tudela, Mancio de Corpore Christi e ainda Domingo de Soto e Bartolomeu de Medina. Esta escola, muito resumidamente, baseava-se, além do «Maestro Angélico», em Cayetano; diz Ledesma, no 4.º Livro das Sentenças ⁽⁵⁾: «Nempe etsi eruditissimus vir Cajetanus interpretatus fuerit S. Thomam, in multis multa reliquit et in omnibus infelici et confuso et parum utili stilo processit».

Nos anos turbulentos para a Universidade que se seguiram na década de 50 teve um papel de certa relevância. A influência que teria tido na entrega do Colégio das Artes aos jesuítas, sem suspeitar das atribuições que daí viriam para a Universidade, não está documentada. São, porém, facto certo as suas relações com os *Apóstolos*, pois «do alto do púlpito

⁽¹⁾ Na 1.ª parte da *Hist. de S. Domingos*, liv. 3, cap. 5; cit. também in *N. C.*, *eo loc.*, p. 164.

⁽²⁾ Estas obras existem nos Reservados da Bibl. da Universidade com os títulos *Prima .A.* (1555) e *Secundo Quartae* (1560); a primeira, na dedicatória, equipara D. João III a Alexandre e contém três epigramas de Beleago.

⁽³⁾ Cfr. a obra do Cardeal Francisco Ehrle, *Los manuscritos vaticanos de los teólogos salmantinos del siglo XVI* (trad. de P.º José M. March, Madrid, 1930), cit. in *Adit.* às *N. C.*, *eo loc.*

⁽⁴⁾ Isto leva-nos a crer que veio de Alcalá.

⁽⁵⁾ Cit. in *N. C.*, *eo loc.*, p. 181, *Adit.*

chegou a render graças a Deus pelo muito fruto que a Companhia fazia em Coimbra e pela solicitude com que ensinavam as letras e virtudes dos discípulos» (1).

Em 1557, quando da morte de D João III, foi encarregado pelo conselho de 15 de Junho de, com o dr. Gaspar Gonçalves, ajudar o reitor nos preparativos das cerimónias da Universidade, em que pronunciou a oração fúnebre Manuel da Costa (2).

Também o seu nome nos aparece com bastante frequência na questão da cedência de parte das rendas da Universidade ao Colégio das Artes, na mão dos jesuítas, e que opôs a Academia a D. Catarina; redigiu, para o efeito, vários apontamentos por encargo dos conselhos.

No conselho de 27 de Novembro de 1559, a que já aludimos em Afonso do Prado, quando se fez a votação para o novo reitor, devido à demissão de D. Manuel de Meneses, Ledesma viu-se tratado injustamente; na realidade, tendo sido reeleito o reitor, para o cargo de vice-reitor estavam indicados ou Afonso do Prado, lente, já jubilado, de prima, ou Ledesma, lente de véspera, de Teologia; ora tendo aquele desistido, seria lógico que fosse o segundo o escolhido. Mas tal não aconteceu, pois foi eleito Fr. João Pinheiro no que houve deliberada intenção de afastar Martinho de Ledesma, que dentro em pouco seria um dos mais ilustres lentes (3). Haveria algum ressentimento da parte do conselho pela atitude dele na entrega do Colégio cujas consequências se estavam a fazer sentir duramente para a Universidade?

O que é certo é que na década de 60 o seu nome aparece cada vez mais frequentemente, e em funções melindrosas; em 30 de Junho de 1563 é escolhido para ir a Lisboa tratar de assuntos da Universidade (entre eles, pedir um empréstimo, para compôr a situação afitiva das finanças) (4); da curta ausência (de 5 de Novembro a 11 de Dezembro), se não trouxe o dinheiro, conseguiu ao menos uma carta de D. Henrique sobre a questão das rendas, de tom bem diferente da de D. Catarina sobre o mesmo assunto. E em 1568, em 31 de Janeiro, é também escolhido para ir à Corte prestar juramento da Universidade a D. Sebastião, acompanhado de Jaime de Moraes, que substituiu Pero Barbosa.

Referências ao saber e qualidades de Ledesma não faltam, como no

(1) Vid. M. BRANDÃO, *O Colégio das Artes*, II, pp. 21-22; vid., aí cit., BALTAZAR TELES, *Chronica da Companhia de Iesu*, vol. II, p. 583.

(2) M. BRANDÃO, *ob. supra cit.*, p. 113.

(3) Sobre o caso, vid. M. BRANDÃO, *ob. cit.*, pp. 184-85.

(4) *Ob. supra cit.*, p. 214.

caso de todos estes professores; Fr. Luís de Sousa, já citado, refere que era costume chamarem-lhe os teólogos o «poço das letras»; e Inácio de Moraes dedica-lhe os seguintes versos do *Conimbricæ Encomium* :

«Templum etiam, Dominice, tibi candore refulget,
.....
Praefectus statuit Martinus Pallade doctus
Coelesti, atque idem relligiosus homo» (1).

Conta-se ainda que, tendo-lhe oferecido D. Catarina (2) o bispado de Viseu, respondeu: «Estimo, señora, el juício de Vuestra Alteza hace de mi persona, pero no la merced, porque yo estoy determinado de morir en la pobreza que profesé».

E Fr. Amador Arrais declara: «Em nossos tempos meu Mestre Ledesma, Catedrático de Prima, na Universidade de Coimbra, ensinava estas duas conclusões» (de Scoto, sobre o batismo dos infieis) (3).

Martinho de Ledesma também deu aulas aos crúzios em 1556, como o mostra a folha dos ordenados dos professores desses religiosos nesse ano: «O padre frei martinho de ledesma lee huã liçaõ de teologia escollastica he ade auer em cada huũ ano trinta mil r̄s paguos as terças...» (4).

Paio Rodrigues Vilarinho era natural de Beja (5) irmão do desembargador Pedro Lopes de Vilarinho. Foi estudar para a Universidade de Paris, tendo sido admitido na comunidade da Sorbonne em 13 de Abril de 1540 (6). Em carta de 17 de Fevereiro de 1538, dirigida ao rei, Diogo de Gouveia, Senior, diz de Vilarinho (7): «por ã taes [três] licoẽs no has ha Em paris como sam as de m^{te} paio». Isto mostra que já nessa altura tinha o grau de Mestre. São os seguintes os licenciados sob Rodrigues Vilarinho, em Paris (8): Claudius de Verdum, 1536; Ioannes Diasus, 1536; Petrus Cassaulx, 1536; Hieronymus Rupeus, 1536; Godefredus Heron, 1536;

(1) Cit. in *N. C.*, P. 2.^a, vol. II, p. 169.

(2) *Ibid.*, p. 166; tirado de Fr. LUÍS DE SOUSA, *Hist. de S. Gomingos*, P. I, Liv. III, cap. 5.^o; este autor tece, nesse passo, elogios às duas obras que publicou, dizendo: «Fóraõ obra de muita estima, se acabara consigo vestilla de termos mais polidos, e melhor frasi».

(3) *Diálogo* III (e não II, como informa Viterbo, cit. in *N. C.*, eo *loc.*, p. 170), «Da gente judaica», cap. III (p. 26 da ed. Sá da Costa). O nome de Ledesma aparece ainda ligado ao *Processo de João da Costa*; vid. pp. 13 e 101.

(4) *Alguns docs.*, p. 169.

(5) *N. C.*, P. 2.^a, vol. II, p. 97; *Alphabeto*, p. 53.

(6) LUÍS DE MATOS, *Les Portugais à l'Un. de Paris*, p. 77.

(7) *O Processo de Costa*, p. 323.

(8) LUÍS DE MATOS, *ob. cit.*, p. 113, nota 2.

Symon Rodoricus Vincensis dioc., 1536; Ioannes Mercator dioc. Leonensis, 1539; Gabriel Valdaura, 1539; Antonius de Gouvea Eburensis dioc., 1542.

A sua estadia em Paris estende-se até 1544; nesse ano, e de acordo com a carta de 3 de Fevereiro de Diogo de Gouveia para o rei, ficou em 3.º lugar nos exames bienais de teologia: «& m^{te} paio o t^{er} ceiro posto q̃ no rol fosse segũdo a deliberaçã dos doutores segũdo»; mas o Delfim, que na altura fora ao Colégio, e o cardeal de Paris fizeram com que «hũ castelhanos», que deveria ficar em quarto, obtivesse o segundo lugar⁽¹⁾.

Nesse ano de 1544 foi ainda leitor do Antigo e Novo Testamento, designado pela universidade de Paris; e ainda neste mesmo ano se licenciou em Teologia⁽²⁾.

No ano seguinte ensinava já em Coimbra; há, de 26 de Setembro de 1545, dois alvarás, o primeiro de nomeação para ler uma lição de Sagrada Escritura, à hora de terça, a contar de 1 de Outubro seguinte, e o outro acrescentando 20 mil réis aos 80 mil que já recebia⁽³⁾.

Mas já no dia 1 de Junho desse ano tomara posse e jurara, como se vê pela acta do conselho desse dia: «tomou posse de cathedra de theologia [...] mestre payo doctor ã theologia»⁽⁴⁾. Nestas lições era tão exímio, que algumas vezes o fora ouvir o dr. Navarro⁽⁵⁾.

De 2 de Novembro de 1545⁽⁶⁾ é um alvará mandando-lhe pagar o ordenado por inteiro. A 23 de Dezembro de 1556 é feito cónego magistral de Évora, e por carta de Almeirim de 26 de Janeiro de 1572 o cardeal D. Henrique deu-lhe o cargo de inquisidor de Évora. No ano de 1574 foi provisor do Arcebispo e governador, juntamente com os cónegos Diogo Mendes de Vasconcelos e Francisco de Melo; a 25 de Julho de 1557 é eleito procurador de todas as Igrejas colegiais e mosteiros de Évora, para as defender contra o «Motu proprio» de Gregório XIII, em que se concedia as terças dos priorados e mosteiros do arcebispado⁽⁷⁾. Veio a morrer de peste⁽⁸⁾, em 1580.

Paio Rodrigues Vilarinho (ou de Vilarinho) foi ainda principal do

(1) *O Processo cit.*, pp 325-26.

(2) LUÍS DE MATOS, *cit.*, p. 77.

(3) *Docs.*, II, pp. 270-271.

(4) *Actas*, I, p. 134; vid. ainda a carta de 7 de Maio de 1545, in *Docs.*, II, p. 243, em que o rei autoriza que Vilarinho leia desta data até às «vacações».

(5) PEDRO DE MARIZ, *Dial.*, V, cap. 3; cit. in *N. C.*, *eo loc.*, p. 97.

(6) *Docs.*, II, p. 286.

(7) *N. C.*, *eo loc.*, p. 500, Adit.; só nos arquivos de Évora é que se poderão verificar e aprofundar estas informações.

(8) *Bibl. Lus.*, t. III, p. 537.

Colégio das Artes; foi, sem dúvida, durante a permanência, em Coimbra, de D. João III, em Novembro de 1550 ⁽¹⁾, que se assentou na sua nomeação para tal cargo. E com certeza que o monarca se lembrou da recomendação de Gouveia, quando o indicou para aquela missão em 1544; na já referida carta, escrevera: «diria a.V.A. q̃ pois quer começar colegios Em coĩbra diuia de mãdar chamar meu sob^r nho & m^{te} paio por q̃ as suas vidas & prudẽcia cõ autoridade das letras nõ podera V.A. cujdar ho p^{re}ço q̃ he para as tais cousas» ⁽²⁾; era, então, prestigioso doutor parisiense e lente na mais alta das faculdades da Universidade de Coimbra (de Escritura); além disso, a escolha foi motivada, com certeza, pela intransigente ortodoxia demonstrada, havia pouco, na denúncia, à Inquisição, de dois pregadores, em cujos sermões discernia proposições errôneas: no dia 10 de Setembro, compareceu no Santo Officio de Lisboa denunciando os pregadores Fr. Francisco de Lisboa (agostinho) e P.^e Valenciola ou Valencoula (franciscano), que haviam pregado perante o rei, em 28 de Agosto e 8 de Setembro de 1550. Nessa altura Vilarinho estava na capital, sendo assinalada também a presença de Azpilcueta, Morgovejo, Romeiro, que fora com Vilarinho, o dr. Álvaro da Fonseca ⁽³⁾, M.^{te} Olmedo e o dr. António Pinheiro: chamá-los-ia D. João III para tratar da gravíssima situação criada ao Colégio e à Universidade? ⁽⁴⁾.

Em fins de Novembro, Vilarinho deixa de reger a cadeira de Teologia, mas só em Janeiro seguinte é que toma conta do principalato; e como o rei mandou contar-lhe o ordenado como se tivesse ensinado em Dezembro, provavelmente chamou-o a Almeirim nessa altura, para aí tratarem dos males da escola. E os conselhos do lente ter-se-iam reflectido nos alvarás referenciados pelo rei a 15 desse mês, tendentes a conceder ao principal uma maior autoridade ⁽⁵⁾.

Se a sua nomeação para o principalato do Colégio Real foi acolhida, com certeza, como um triunfo pelos *parisienses*, ela não constituía, segundo M. Brandão, ofensa aos *bordaleses* ⁽⁶⁾; de qualquer modo, encerra-se um

⁽¹⁾ M. BRANDÃO, *A Inquisição*, I, p. 675.

⁽²⁾ *O Processo de Costa*, p. 328.

⁽³⁾ Este haveria de suceder a Vilarinho na cátedra de Escritura em Janeiro de 1551 (vid. provisão de 10 desse mês, in *Docs.*, IV, p. 89).

⁽⁴⁾ Assim pergunta M. BRANDÃO, *A Inquisição*, I, p. 674, nota 2; vid. *Actas*, II, 1.^a parte, p. 230, acta de 21 de Março de 1551.

⁽⁵⁾ *Docs.*, IV, pp. 78 a 86; vid. *A Inquisição*, I, p. 675, e ainda *O Colégio das Artes*, I, pp. 171-172.

⁽⁶⁾ Em Paris ligara-se a Diogo de Teive; e foi a ele que João da Costa se dirigiu certo dia, para conhecer a lista dos «livros que eraõ defesos nestes reinos polla Santa

período na vida do Colégio; inicia-se outro, que terminará em 1555, com a entrega aos Jesuítas. Período mais calmo, com diferentes métodos pedagógicos, e que em só permaneceu, da primitiva equipa, M.^{te} António Mendes. Diogo de Teive, depois de liberto pelo Santo Ofício, vir-se-lhe-á juntar, mas já não será o mesmo homem ⁽¹⁾.

Paio Rodrigues Vilarinho escreveu, segundo Barbosa Machado ⁽²⁾:

Commentaria in Epistolam ad Hebraeos, cujo original o referido autor dizia estar na Livraria do Colégio dos Religiosos Paulistas, em Évora; e colaborou, com Murça, Prado, Romeiro, Álvaro Gomes, nas *Decisiones quaedam matura deliberatione, & iudicio Facultatis Theologiae Conimbricensis super articulis quibusdam in quibus hujus temporis haeritici a Catholicis dissident factae mense Julio an. 15...*, que estariam na mesma Livraria.

Martinho de Azpilcueta, o Navarro, era natural do reino de Navarra, donde o apelido por que era conhecido; era de família nobre ⁽³⁾. Nasceu em 1492, como ele próprio diz no *Manual de Confessores*, no final do prefácio «Ao prudête Leytor...» (sub fine): «Espelho de Açeyro grande & claro para penitentes, em que oxala també vejamos, & aborçamos nossas faltas & peccados, que em aquelle immenso da diuindade vejamos a infinita misericórdia, com que fomos perdoados polos rogos da muy gloriosa & esforçada virgem & martyr Syracusana Lucia, em cujo dia do anno Mil & quinhentos & cincoenta & dous, a dita composiçam acabamos em Coymbra: começando ho anno de sessenta de nossa idade, por auer nacido em seu dia do anno de mil & quatroçētos & nouenta & dous». Muito moço, foi cónego regular de Santo Agostinho, em Roncesvales; estudou em Alcalá ⁽⁴⁾ artes liberais, filosofia e teologia; passou-se então para França, talvez persuadido por seus irmãos que haviam aderido ao partido de João Sabretano, contra Carlos V.

Inquisição» (vid. *O Processo de Costa*, p. 34). E Teive, no seu processo (p. 70) inclui-o entre as pessoas com quem conversa; Vilarinho, por sua vez, dissera dele: «& que ouuy dyzer q̃ ho Reo no tpo que lya & tynha quarego de soop^rincjpall q̃ amoestava os ouvyntes do colegio q̃ se cõffesasẽ & ffosem bõs & vertuosos & que ele ts^a tynha ho Reo p̃ homẽ de bem & bom xepão» (p. 141); vid. ainda TEÓFILO BRAGA, *ob. cit.*, I, p. 547.

⁽¹⁾ *A Inquisição*, I, p. 676.

⁽²⁾ *Bibl. Lus.*, tomo III.

⁽³⁾ *N. C.*, 2.^a, vol. I, pp. 184 e ss.; *Alphabeto*, p. 307. A edição do *Manual de Confessores* que adiante citamos é a de Coimbra 1560.

⁽⁴⁾ «...vniuersidad d'Alcala de henares, ala q̃l yo muy mucho deuo y quiero por muchos respectos, y entre ellos poi q̃ ella me dio el primer grado, que en letras recebi»; vid. *Commento en romance*, Coimbra, MDXLV, p. 544. Sobre o lugar desta obra na religiosidade quinhentista, cf. SILVA DIAS, *ob. dit.*, p. 208 ss.

Ocupou a cátedra de Cânones, em Cohors e Tolosa; em 1520, com 28 anos, regressou a Espanha, indo para Salamanca, já reconciliado com o Imperador. Ele próprio se refere à estadia em França: «Aun q̃ yo nũca hasta oy he osado dexar de rezar las horas tarde, o tẽprano por cõclusiones ni par liciones, dado fuesen de oppositiõ para cathedras o de pũto, pa tomar grados: ni aũq̃ fuessẽ demuchas horas pa leer, como me fuerõ vn año ãtero de q̃tro al dia en Francia todos los dias, sacadas las Pascoas cõ domĩgos y dias de N. S. y Apostolos» (1). À estadia em Salamanca alude ao citar o seu «muy grãde señor y maestro, Hernan nũnez de Guzman», e a Alcalá e ao dr. Medina «a lo ql yo mui mucho deuo y quiero por muchos respectos, y entre ellos, porq̃ ella me dio el primer grado, que en letras recebi» (2).

Quando já era há sete anos lente de prima em Salamanca (e há vinte e quatro lente dessa universidade), foi mandado vir para Coimbra, graças à intervenção de Carlos V, a pedido de seu cunhado, D. João III (3). Chegou a Portugal em fins de 1538, não em companhia de Luís de Alarcão, que já cá estava em 1537, como dá a entender Francisco de Monçon (4). Começou a ler Cânones em 17 de Dezembro desse ano (5), mas em 13 desse mês já cá estava, pois Gonçalves Cerejeira informa encontrar a sua assinatura num assento desse dia (6).

Em carta de 7 de Dezembro o rei encomenda ao reitor o dr. Navarro, e em outra carta de 7 de Janeiro de 1539 agradece-lhe a recepção feita ao mestre (7). A primeira das cartas revela o carinho e atenções de que o monarca rodeava o novo lente; e o salário que recebia era dos mais elevados: 400 mil réis, segundo provisão de 19 de Dezembro de 1540, citada por L. Ferreira (8), aumentados por mais 20 mil por alvará de 25 de Outubro

(1) Transcr. da p. 213 do *Commento en romance*, cit. *N. C., eo loc.*, Adit., p. 658.

(2) *Commento*, cit., p. 544; vid. *N. C., loc. cit.*, p. 659.

(3) GONÇALVES CEREJEIRA, *ob. cit.*, pp. 127-28, vid. nota 81; vid. ainda *O Instituto*, vol. 33, p. 117.

(4) *Espejo*, *ob. cit.*, in *N. C.*, P. 2.^a, vol. I, p. 46. Há uma carta de D. João III, de 12 de Outubro de 1539, em que se afirma: «& nẽ tenho certeza se alarcão he ṽydo ou nã. ey por bem q̃ nã senDo lea De bspora ou Decreto o Doctor navarro. quall das licoes elle mais quiser por q̃ Ja lho asy encomenDey» (*Docs.*, I, p. 207); esta carta, que pode levar a confusão, indica tão sõmente que Alarcão se ausentara de Coimbra, pois veja-se a acta de Outubro de 1537: «Item Ldº Alarcã», in *Actas*, I, p. 8.

(5) *Actas*, I, p. 33: «Item aos xbij dias do dito mes começou a ler o doctor navarro».

(6) *Ob. cit.*, pp. 127-28.

(7) *Docs.*, I, pp. 68 e 71.

(8) *N. C., loc. cit.*, p. 185; Gonçalves Cerejeira não alude a uma carta de 12 de

para ler outra lição ⁽¹⁾. E não faltam referências nos escritos dos contemporâneos a esse ordenado tão elevado; assim, por exemplo, Clenardo em carta a Látomo, escrita de Granada em 12 de Julho de 1539 diz: «Já outra vez tive ocasião de vos contar os ordenados dos professores; por hoje só vos direi com pesar o seguinte: no inverno passado foi mandado para cá um *causífico*, com um salário anual (calculai!) de mil ducados. Ide vendo por aqui como são estimados os patronos das discórdias» ⁽²⁾.

Esta carta do protegido de D. Henrique deixa transparecer uma certa animosidade contra os *causíficos*, como ele lhes chama, talvez baseado no virtuosismo casuístico de que se serviam. Mas a referência a Navarro como tal é tanto mais de admirar quanto ele foi, ao lado de Juan Martinez Siliceo e Francisco de Vitória, aqueles nos estudos filosóficos e clássicos, este na teologia especulativa, um reformador que na universidade de Salamanca deu grande impulso ao estudo do direito canónico ⁽³⁾.

Por carta de 29 de Dezembro de 1540 é-lhe feita mercê da cadeira de prima de Cânones por toda a vida, com o salário de 150 cruzados; e outra do mesmo dia dá-lhe mais 150 cruzados além do ordenado, enquanto não possuisse a comenda de S.^{ta} Maria de Leomil ⁽⁴⁾. Mas em 1545 a questão da comenda ainda não estava resolvida; já em 1543 enviara uma petição ao nuncio para que o ajudasse ou, ao menos, deixasse ir para Roma a questão: «Suplicole me mande dar esse processo original pues todos es mio *para* ã luego lo imbie a Roma» ⁽⁵⁾. Em carta de 26 de Março de 1545 para Baltasar de Faria, embaixador em Roma, D. João III recomenda-lhe

Outubro de 1539, em que se podem ver as cadeiras de Navarro (vid. *Docs.*, I, p. 207). Não encontramos a provisão citada em L. Ferreira.

⁽¹⁾ *Docs.*, I, p. 158.

⁽²⁾ GONÇALVES CEREJEIRA, *ob. cit.*, p. 333; o próprio Azpilcueta alude ao facto, vid. p. 129; ainda a carta de Afonso do Prado a M.^{te} Olmedo, de 25 de Novembro de 1542, in *Alguns docs.*, p. 48.

⁽³⁾ *N. C.*, P. 2.^a, vol. II, Adit., p. 171.

⁽⁴⁾ *Docs.*, I, pp. 163 e 164; em carta de 3 de Agosto de 1540, o rei pede ao dr. João Machado que ceda a Azpilcueta a Igreja de Leomil, oferecendo-lhe, em troca, a de S.^{ta} Maria de Sirgueiros, no bispado de Viseu, com o rendimento de 90 mil réis (*Ibid.*, p. 143). Sobre a relação entre o ducado e o real, vid. GONÇALVES CEREJEIRA, p. 128. Note-se ainda que, no conselho de 18 de Maio desse ano, foi encarregado, com António Soares, de fazer a instrução da posse das rendas do priorado de S.^{ta} Cruz; com elas recebera a Universidade o encargo de dar uma pensão anual de 2 000 cruzados ao bispo de Osma, Pedro Álvares da Costa, e outra de 1 000 ao dr. Navarro; mas o rei tencionava tomar a seu cargo estas duas pensões, ficando assim a Universidade livre delas, para as ceder à Companhia de Jesus, que as pedira; vid. M. BRANDÃO, *O Colégio das Artes*, II, pp. 82-83; *N. C.*, *eo. loc.*, p. 536.

⁽⁵⁾ *Alguns docs.*, pp. 29-30.

que dissesse ao cristão-novo residente naquela cidade, Aires Vaz ⁽¹⁾, que desistisse da demanda que havia lançado no tribunal da Rota sobre a dita comenda, sob pena de o considerar «desnaturado» de Portugal ⁽²⁾; a demanda, além dos vexames e citações a que obrigava Navarro, impedia a execução do benefício régio ⁽³⁾.

Em 2 de Abril de 1542 escreve ao rei, pedindo dispensa de ler no ano lectivo de 1543-44 a lição extraordinária de Decreto ou Decretais, a que voluntariamente se obrigara, para poder concluir um livro que, supõe Joaquim de Carvalho ⁽⁴⁾, veio a ser o *Commento en romance*. Em 1544 estava a Universidade dividida, parte em Santa Cruz, parte nos Paços Reais; a pedido de Fr. Brás, e para maior sossego dos frades do mosteiro, o rei escreve ao reitor, Diogo de Murça, autorizando-o a transferir os mestres que ensinavam nos Colégios de Santa Cruz para os ditos Paços, ordenando que não «ouvesse differença algũa» entre os dois grupos de lentes; e, para arranjar lugar para as aulas, manda que se «despejassem os ditos Paços de todas as pessoas, que nelles assistiaõ, exceptuando a Don Antonio da Sylva, filho do regedor, e ao Doutor Navarro, Martinho Aspilcueta» ⁽⁵⁾.

Ocupou o cargo de reitor substituto, em 1543, quando se deu o caso do provimento de António Soares, provimento esse que motivou um conflito com o reitor, D. Bernardo da Cruz, e que foi resolvido por uma provisão de 27 de Outubro, que mandava que a cátedra de prima fosse paga com o salário de 150 mil réis a António Soares; a carta dirige-se ao reitor em exercício, que era Navarro, talvez para evitar um desaire a D. Bernardo ⁽⁶⁾.

Exerceu o mesmo cargo no acto de doutoramento de Diogo de Contreiras, em 22 de Maio de 1552 ⁽⁷⁾.

Por alvará de 16 de Janeiro de 1554, concede-lhe o rei que as suas aulas não durem mais do que uma hora, e um outro do mesmo dia, isenta-o das repetições ⁽⁸⁾. Nessa altura já ele tinha jubulado por carta de 15 de

⁽¹⁾ Sobre este Aires Vaz, representante dos cristãos-novos em Roma, pode ver-se HERCULANO, *Hist. da Inquisição*, vol. I, (13.^a ed.), pp. 246 ss.

⁽²⁾ *Docs.*, II, p. 240: «ho averey por desnaturado de meus regnos e senhorios».

⁽³⁾ *N. C.*, P. 2.^a, vol. II, Adit., p. 517.

⁽⁴⁾ *Ibid.*, p. 247.

⁽⁵⁾ *N. C.*, *eo. loc.*, p. 66; a carta foi mal interpretada por L. Ferreira, pois o filho do regedor era João Gomes da Silva (vid. Adit., p. 413).

⁽⁶⁾ *N. C.*, *loc. cit.*, p. 224; *Docs.*, II, pp. 140 e 157.

⁽⁷⁾ *Ibid.*, p. 506.

⁽⁸⁾ *Docs.*, IV, p. 204.

Janeiro de 1552⁽¹⁾, havendo recebido a 16 de Novembro de 1549⁽²⁾ o privilégio de se lhe pagar primeiro que aos outros mestres; este alvará deu origem a uma celeuma nos conselhos⁽³⁾, mas foi definitivamente estabelecido por outro de 5 de Setembro de 1553⁽⁴⁾.

Todos estes documentos nos mostram como o rei cuidava com desvelo deste lente que se tornou conhecido em Coimbra, e fora dela, pela intransigência dos seus costumes.

O dr. Azpilcueta foi mestre de Diogo Mendes de Vasconcelos, como este mesmo afirma: «...ubi Martinum Azpilcuetum Cantabrum... integro triennio audivimus», bem como de Manuel da Costa⁽⁵⁾.

O papel que desempenhou na cedência do Colégio das Artes aos Jesuítas não foi pequeno. Ao contrário de Ledesma, do famoso mestre de que Diogo Mirão «dizia ser a pessoa de mais letras e virtudes e mérito que havia em Portugal»⁽⁶⁾, é um facto provado a sua influência. Se de início sentia alguns preconceitos em relação à recém-fundada Companhia⁽⁷⁾, cedo os abandonou. Quis mesmo vestir a roupeta, mas o seu parente S. Francisco Xavier dissuadiu-o, por causa da idade. Ele próprio dá testemunho da sua intervenção; quando, em Dezembro de 1554⁽⁸⁾, passou em Salamanca a caminho da sua terra natal, ao visitar o colégio Salmantino dos Jesuítas, informou-os «de que tratara com o Rei e o Infante⁽⁹⁾ D. Luís da passagem da Escola real para as mãos da Companhia». Foi um dos advogados, portanto, que auxiliaram a Companhia a chegar à cedência do Colégio.

Era de Azpilcueta Navarro o primeiro livro que João Barreira e João Álvares imprimiram em Coimbra, logo após terem estabelecido imprensa

⁽¹⁾ *Docs.*, IV, p. 397; vid. também p. 399 sobre a sua precedência nos actos universitários.

⁽²⁾ *Docs.*, IV, p. 47; vid. p. 45, alvará do mesmo dia, autorizando a receber os 150 cruzados anuais de que lhe fizera mercê, além dos 850 do ordenado, depois de jubilar.

⁽³⁾ *Actas*, II, 2.^a parte, p. 125 e ss. por exemplo.

⁽⁴⁾ *Docs.*, IV, p. 175.

⁽⁵⁾ *N. C.*, P. 2.^a, vol. I, pp. 48 e 59.

⁽⁶⁾ *Monumenta Hist. S. Jesu, Ep. Mixtae*, vol. III, p. 299, cit., por M. BRANDÃO, *O Colégio das Artes*, II, p. 22.

⁽⁷⁾ Sobre a maneira como os Jesuítas foram recebidos nos primeiros tempos vid. *Os Processos de Teive* e de *Costa* (p. 30), que desconfiavam dos Apóstolos.

⁽⁸⁾ Vid. carta régia de 5 de Setembro de 1553, autorizando-o a ausentar-se ano e meio (*Docs.*, IV, p. 176).

⁽⁹⁾ Sobre o papel deste Infante no mesmo assunto, vid. *O Colégio das Artes*, II, p. 9; também chegou a querer enfiar a roupeta.

em 1542; chamava-se⁽¹⁾: *Martini ab Azpilcueta Navarri iurisconsulti in tres de poenitētia distinctiones posteriores commentarii. Adiectus est in calce libri locupletissimus index.* Conimbricae, ex officina Iohannis Alvari et Iohannis Barrerii, Ano M.D.XLII⁽²⁾.

Foi ainda autor do referido *Commento en romance a manera de repeticion latina y scholastica de Iuristas, sobre el capítulo Inter verba XI. q. III*; edições de 1544, 1550, 1551 e 1560⁽³⁾.

Manual de confesores y penitentes, depois traduzido para latim, em Salamanca, 1557⁽⁴⁾.

De Horis Canonicis & oratione (Coimbra, 1561), e outras obras que se podem ver em D. Nicolau António⁽⁵⁾; muitas delas foram editadas na Europa, o que mostra o largo conhecimento que havia de Navarro.

De mais interesse, porém, para nós, são as cartas⁽⁶⁾ que escreveu ao rei ou a D. Catarina, e que se podem dizer um complemento às transcrições do *Commento en romance* que vêm nos Aditamentos às *Notícias Cronológicas*. Assim na carta de 2 de Abril de 1542, na parte que agora nos diz respeito, escreveu algumas observações sobre o bispo, o qual, se bem que o movesse o desejo de servir «a su dios y a su Rey y enel desseo de perfetionar esta vniversidade [...] ha gobernado algo Como prior de frayles en hablar mas libre, mas sin gratia, y mas ousadamēte, que çufrē portugueses mayormēte nobles», mas «si todos fuerã de mi parecer, holgarã de çufrir algunos sin saborcillos enlas Cosas accidentales, por ver tal zelo en las sustantiales».

Numa carta de 25 de Junho de 1543 alude às intrigas e à disciplina imposta pelo bispo-reitor, desejando que o regresso dele de Lisboa

(1) N. C., P. 2.^a, vol. III, t. I, p. 724.

(2) Seria este o livro que na livraria de Diogo de Murça aparece «CVIII-Navarro»?; vid. JOAQUIM DE CARVALHO, *Estudos sobre o séc. XVI*, vol. II, p. 173; existe nos Reservados da Bibl. da Univ. esse livro.

(3) SOUSA VITERBO, in *Artes e Artistas em Portugal*, cit., in N. C., P. 2.^a, vol. I, Adit., p. 637. A. J. ANSELMO, *Bibliografia*, n.º 243, p. 65.

(4) Há uma edição aumentada (Conimbricae, M.D.L.X, apud João Barreira); no exemplar da B. G. U., uma nota manuscrita indica que: «O padre portuguez da Provincia da Piedade a que se refere o titulo parece ser Fr. Rodrigo do Porto».

(5) *Bi. Hisp.*, tomo IV, 1788, pp. 96 e ss.; as suas obras foram editadas em três volumes em 1589: «Martini Azpilcuetae doctoris Nauarri Theologorum nostrae aetatis iuris consultissimi & Iurisconsultorum maximi theologi Opera hactenus edita... Ludguni... M.DLXXXIX»; vid. COSTA RAMALHO, «Coimbra do Renascimento, Um Texto Pouco Conhecido», in *Panorama*, n.º 15, III Série (1959); nos Res. da Bibl. da Univ. há algumas das edições feitas antes. Cf. N. C., P. 2.^a, vol. I, pp. 215-308.

(6) In *Alguns docs.*, pp. 27-28.

não perturbe a paz da Universidade «q̃ nũca la vi mas assossegada q̃ agora»!

Em 7 de Junho de 1546 escreve ele uma interessante carta à rainha D. Catarina⁽¹⁾, na qual critica o sistema de apuramento final dos candidatos aos graus de bacharel⁽²⁾ e licenciado. Ao contrário do que se fazia noutras universidades, não se incentivavam os estudantes com a mira em honras, em especial aqueles que levavam mais tempo a concluir o curso, pois Navarro desconfiava dos que são como a «fructa temprana»⁽³⁾: «Assi temo, que esta Vniversidad, quitando la esperanca de honrras, y prouechos alos ingenios, que hazen tarde, y quasi atodos los que hazen temprano quede con pocos, que cõ la soberuia de pensar que saben mucho, curen poco de aprender». Por isso, se de cinquenta ou sessenta que cursaram o ano, só trinta se apresentam a exame, pensa ele muito ao contrário dos outros, que isso não é causa de honra ou proveito para a Universidade «mas de malas» coisas. O estudante português não se comportava como o das outras universidades quanto ao interesse pelo estudo: «Y temo, que al cabo, como la gente portuguesa estima mas la honrra, que aun la misma vida, no habra quiẽ quera hazerse bachiller, como ya quasi nadie se quiere hazer licenciado»; por aquele caminho, o rei, que «quiere mas pocos y buenos letrados en sus reynos, que muchos y malos», acabaria por «tener mas, y peores, aunq̃ alguno tenga mejor».

Pela carta de 2 de Dezembro de 1547⁽⁴⁾ para a rainha, podemos ver como Azpilcueta era o «informador»⁽⁵⁾ particular do rei e da rainha do que se passava em Coimbra, como é patente numa outra carta⁽⁶⁾ a D. João III, sobre António Rodrigues de Araújo, datada de 12 de Julho, mas sem indicação do ano.

Mais importante é uma outra, também para D. Catarina, datada

(1) In *Alguns docs.*, pp. 33-35.

(2) Sobre a maneira como se faziam os exames para bacharel, vid. *Actas*, II, 2.^a parte, p. 137; vid. também carta régia de 8 de Out. de 1537, in *Docs.*, I, p. 44; sobre a falta de bacharéis, vid. carta régia de 8 de Julho de 1538, in *Docs.*, I, p. 95.

(3) Este mesmo tema é abordado, por exemplo, por BELCHIOR BELEAGO, na sua *Oração*, pp. 48-50, nota 69, onde se indica também André de Resende.

(4) *Alguns docs.*, p. 38.

(5) Sobre esta faceta do observador crítico, vid. M. TEIXEIRA de CARVALHO, «Um livro raro», in *Boletim Bibliogr. da Univ. de Coimbra*, II (cit. in *N. C.*, P. 2.^a, vol. I, pp. 637-673) e «A Univ. de Coimbra no Século XVI — Guevara», in *Revista da Universidade de Coimbra* (cit. in *N. C.*, eo. loc., pp. 609-630); vid. também COSTA RAMALHO, *art. cit.*. Ambos os autores se baseiam na edição em três tomos das obras de Navarro.

(6) *Alguns docs.*, p. 39.

de 8 de Setembro de 1550⁽¹⁾, em que protesta contra a prisão de Diogo de Teive, João da Costa e Jorge Buchanan: «Aviso a .V.A. q la vnjversidad ha recebido muy grã daño por todoslo quatro cãtones de España, y aũ por hartos de fuera della Porq̃ nũca oy yo q̃ en una sola vez, se prēdiessẽ tres maestros liētes de vna vniversidad por ereies, como selo dixẽ yo al inquisidor, q̃ aca vino, q̃ es my oyēte y señor ãtiguõ»; um «letrado» para Azpilcueta, devia ser tratado doutra forma, pois no fim de contas, dava honra à escola em que ensinava, como era o caso presente. A sua atitude para com os *bordaleses* parece ter sido diversa da de outros lentes *parisienses*; o próprio Diogo de Teive o inclui entre as pessoas com quem costumava conversar⁽²⁾.

Como já se disse atrás, em 1554 ausentou-se para Castela com autorização régia; segundo parece, regressou a Portugal. Em terras de Espanha desempenhou várias funções como confessor de D. Joana, mãe de D. Sebastião; voltou a Portugal, ao que parece, donde foi chamado por Filipe II para defender a questão do Arcebispado de Toledo no Santo Ofício; em 1567 foi a Roma, em viagem relacionada com essa questão, e naquela cidade faleceu com cerca de 93 anos⁽³⁾.

João de Morgovejo era natural de Salamanca, onde estudou e se licenciou. No ano de 1541 veio para Coimbra, em cuja universidade tomou o grau de doutor, com que aparece em Outubro de 1544⁽⁴⁾: «doctor morgovejo c^{to} XX rs.» Por provisão de 7 de Abril daquele ano, foi nomeado lente de uma cadeira de Cânones⁽⁵⁾, com 300 ducados de ordenado, dando aula das dez às onze.

Depois, por provisão de 20 de Setembro de 1543⁽⁶⁾ leu a de *véspera*, e por outra de 2 de Janeiro de 1555⁽⁷⁾ a de *prima* da mesma faculdade; tomou posse desta última a 22 do mesmo mês. Jubilou por carta de 7 de Dezembro de 1562, sendo reconduzido por provisão de 13 de Dezembro do mesmo ano.

Em 1563 ainda estava em Coimbra, pois a 2 de Maio almoçava com o reitor, D. Jorge de Almeida, quando da inauguração do novo colégio de

(¹) *Ibid.*, p. 38.

(²) *Processo de Teive*, p. 70.

(³) *N. C.*, P. 2.^a, vol. I, pp. 192-193. Foi a Azpilcueta que Francisco Sanches (El Brocense) dedicou o seu Comentário aos «Emblemata» de Alciato: vid. BELL, *El Brocense*, pp. 23 e 85.

(⁴) *Actas*, I, p. 108.

(⁵) *N. C.*, P. 2.^a, vol. II, p. 2; *Docs.*, II, p. 12.

(⁶) *Docs.*, II, p. 131, concede-lhe também a nomeação vitalícia.

(⁷) *Docs.*, IV, p. 230.

S. Paulo, no lugar onde antes estiveram as Escolas Gerais do tempo de D. Dinis, e onde se ensinara gramática até ao tempo de D. João III ⁽¹⁾. Mas em 1565 voltou para Salamanca ⁽²⁾, para ler a cadeira de Leis, tendo-lhe sido também oferecida a conezia doutoral daquela Sé. Faleceu a 20 de Março de 1566 em Salamanca.

No ano lectivo de 1558-1559 ⁽³⁾ viu-se envolvido numa azeda disputa com Jaime de Moraes, sobre a heterodoxia duma proposição, donde se originou um escândalo, dentro e fora da Universidade. Este Jaime de Moraes, que já em 1548 levantara problemas à licenciatura e doutoramento de Manuel de Andrade, não via com bons olhos João de Morgovejo. Uma carta ⁽⁴⁾ do reitor, D. Bernardo da Cruz, bispo de S. Tomé, endereçada a D. João III, diz: «E como le de besperas por seu mädado não deuja de consintir q̃ tal p.^a fosse agrauada q̃ tuydo isto nace de ãueJas & paixões q̃ dom Jm^o não alcança».

Nascera a contenda ⁽⁵⁾, nessa 2.^a terço do ano, quando o bacharel Sebastião Madureira leu as lições para o grau de licenciado; o doutor Morgovejo tomou-se de razões com Jaime de Moraes sobre a heterodoxia duma proposição. O escândalo foi grande, pois ambos se insultaram com palavras e gestos descompostos, criando dois campos partidários dentro da Academia. Morgovejo queixou-se ao vigário geral, tentando desculpar a atitude violenta que tomara, e afirmando ser a proposição errónea e contra as determinações da Igreja; culpava, então, o reitor pelo escândalo, pois só tarde os mandou calar.

O conselho reuniu a 31 de Janeiro, visto que o bispo já começara a tomar testemunhas sobre o caso. Lamentou-se nesse claustro que Morgovejo não se tivesse dirigido directamente ao reitor, como era sua obrigação pelos estatutos, e acabou-se por apoiar as queixas do reitor, avisando o doutor Morgovejo de que, se tornasse a repetir o caso, seria privado das propinas.

⁽¹⁾ N. C., P. 1.^a, Adit., p. 611.

⁽²⁾ D. Henrique Esperabá Arteaga, in *Historia de la Universidade de Salamanca* (1917), não se refere a este magistério; nota de JOAQUIM DE CARVALHO, in N. C., loc. cit., Adit., p. 154.

⁽³⁾ N. C., eo. loc., pp. 150 e ss.

⁽⁴⁾ *Alguns docs.*, pp. 93-94; esta carta pode datar-se de 1559, pois refere-se às invejas de Jaime de Moraes; é de estranhar, no entanto, o tom da mesma, pedindo a protecção do rei para Morgovejo, confrontando com o que se resolveu no conselho; há uma possível explicação: Bernardo da Cruz não estava em Coimbra: «ora ei recebido m^{tas} cartas de Coimbra».

⁽⁵⁾ Vid. TEIXEIRA DE CARVALHO, *Guevara*, cit., in N. C., P. 2.^a vol. II, p. 150.

É que, na verdade, já no ano anterior, quando o dr. Luís de Castro, lente de Cânones, por ocasião das «conclusões» que sustentara como era de obrigação, defendeu proposições que haviam parecido contra a fé, o dr. Morgovejo, não se limitando só às palavras no acto oficial, injuriara da cátedra, nas aulas, aquele professor, em tais termos «q̃ diminujã m^{to} em sua honrra e letras dizendo q̃ huã opinião q̃ nas ditas conclusões sustetara era erronea e heretica».

O conselho não gostou do procedimento de Morgovejo, e deixou a censura na acta. Entretanto o bispo nomeara para estudar as conclusões o dr. Marcos Romeiro e os mestres Martinho de Ledesma, Álvaro e Diogo de Gouveia, lentes de Teologia, que tinham considerado algumas das proposições heréticas e contra os Evangelhos e concílios. Mas, por seu lado, o reitor enviou ao cardeal infante as mesmas conclusões impressas, com uma certidão em que a faculdade de Teologia, depois de as examinar, não as considerava contra a fé. O cardeal, perante duas versões diferentes, envia carta à Universidade, para que a mesma faculdade explicasse a discordância das duas informações. Com grande dificuldade se salvou a heterodoxia da Universidade neste caso... (1).

Em 1554 (2) teve também uma questão com o dr. Bartolomeu Filipe, por causa da presidência «nos exames priuados & no dar dos graos», ele por ser catedrático de véspera, e o outro por «ser mais antigo Em grao». Além disso, entregava as declarações por escrito, «per^a o doutor M^{cl} da costa não aver de ser presente ao votar nẽ falar sobre este Caso», porque Costa era favorável a Bartolomeu Filipe. De questiúnculas como esta estão as actas dos conselhos cheias, mas, no período que focamos, Morgovejo e Manuel da Costa são os nomes mais frequentes nessa matéria.

Morgovejo foi ainda cónego da Sé de Coimbra, e encarregado pelo bispo Fr. João Soares de rever o livro *Corografia* de Gaspar Barreiros, que se acabou de imprimir a 20 de Março de 1561. Diogo de Teive, no seu processo (3), inclui-o entre as pessoas com quem costumava privar: «Saepeque inuisebam [...] Morgũ velũ», testemunha essa de que Teive devia avaliar a importância...

Manuel de Andrade era natural de S. Vicente da Beira (4).

(1) É de admirar, porém, esta divergência, pois Romeiro e Ledesma eram professores naquela Faculdade...

(2) *Actas*, II, 2.^a Parte, p. 273, acta do dia 26 de Maio.

(3) *O Processo de Teive*, p. 70.

(4) *Alphabeto dos Lentes*, p. 300; dos *Adit.* às *N. C.*, P. 2.^a, vol. I, p. 443, transcreve-se o seguinte passo: Matrículas no ano lectivo de 1537-38: «Item, e ho dto mes &

Em 25 de Abril de 1545⁽¹⁾ obteve, por oposição, a cadeirilha de Cânones e por provisão de 21 de Abril de 1547 foi confirmado nesse lugar, segundo L. Ferreira⁽²⁾; no entanto Joaquim de Carvalho⁽³⁾ confessa não ter encontrado a publicação desta provisão; nos *Documentos de D. João III*, que ele cita, a sua nomeação aparece em 30 de Janeiro de 1548⁽⁴⁾, mas não viu que esse alvará diz respeito à nomeação para lente de Sexto, de que tomou posse a 24 de Fevereiro desse ano, com o rendimento anual de 60 mil réis, e por três anos; na verdade, pela acta desse dia 24, se vê que a cadeira que lia fica vaga, passando ele a ler a de Sexto⁽⁵⁾.

No entanto, a 21 de Julho de 1548⁽⁶⁾ pedia que lhe contassem os cinco ou seis dias que não lera, à razão do ordenado da cadeira de Sexto, pois se não dera aulas, foi porque os estudantes o impediram até que apresentasse a provisão. Aparece aqui já com o título de doutor; quando o teria tomado? No conselho de 24 de Dezembro de 1547⁽⁷⁾, apresentava ele um alvará do rei para «se faz 1^{do} & doutor por q̃ Reuoga as prouisoẽs q̃ en contraryo sã passadas. E pedio lhe desẽ o grao de l^{do} per^a A p^{ri} m^{ra} oytava & o de doutor per^a o p^{ri} m^{ro} dya de Jan^{ro} q ora vem»⁽⁸⁾. No conselho de 7 de Janeiro de 1548⁽⁹⁾ pede que, «por Ja ter os gastos ffeytos & ser pobre & se lhe yrẽ alguãs p^{as} q̃ pera yso tynha», os graus lhe sejam dados no dia seguinte; queixava-se ainda de Jaime de Morais lhe levantar oposição; no entanto, o conselho resolveu dar os ditos graus a Manuel de

ano asentey aquy manuel dandrade / f^o de Jm^o dandrade & ant.^a Roiz m^{res} e sã v^{te} da beira / canonista & Jurait» (Arquivo da Universidade., *Autos e Provas*, fl. 164-167). Manuel de Andrade foi, portanto, dos primeiros alunos da Universidade em Coimbra.

(1) Nos *Docs.*, III, pp. 49 e 53 há dois alvarás, um de 28 de Setembro de 1540, referente à sua substituição de Bartolomeu Filipe em Decretais, que ele leu durante dois anos, com 30 mil réis, e outro de 30, mantendo-o nesse lugar.

(2) *N. C.*, P. 2.^a, vol. II, p. 130.

(3) *N. C.*, P. 2.^a, vol. I, Adit., p. 580.

(4) Vid. vol. III, p. 133.

(5) *Actas*, II, 1.^a parte, p. 10: «ffoy hordenado q̃ se de a posse da cad^{ra} do sexto ao doutor m^{cl} dãdrade & ouueraõ p̃ vaga a cad^{ra} q elle lya he cathedrilha de canones».

(6) *Actas*, cit., p. 25.

(7) Aparece na lista dos bacharelados, em Janeiro de 1541 (*Actas*, I, p. 87) e com o grau de bacharel em 25 de Abril de 1545 (*id.*, p. 125); tomara o grau de licenciado a 4 de Maio de 1547 (*id.*, p. 409).

(8) *Actas*, loc. cit., p. 104.

(9) *Ibid.* Sobre os gastos necessários para a licenciatura, vid. o alvará de 2 de Setembro de 1539, acerca das ceias que os licenciados tinham de oferecer quando faziam exame privado, in *Docs.*, I, p. 172: «E porẽ nam daram mais yguarias que huã galinha ou perdiz asada a Cada doutor & atee duas frutas huã na emtrada & outra no cabo da cea» etc.

Andrade no dia seguinte, servindo de seu fiador Nicolau Leitão «ẽ çẽ mill r̄s pera tudo ho q̄ dito he».

A actividade de Manuel de Andrade não se limitara, porém, só à cadeira de Cânones; já um alvará de 28 de Setembro de 1546 ordenava que recebesse 30 mil réis anuais pela substituição da cadeira de *decretais* do dr. Bartolomeu Filipe, e um outro de 30 renova-lhe a nomeação por mais dois anos, declarando que houvera a dita substituição por opposição ⁽¹⁾.

Manuel de Andrade e Manuel da Costa viviam numas casas que pertenciam à Universidade, mas que a Companhia de Jesus cobiou, conseguindo de D. João III um alvará de 29 de Agosto de 1549, pelo qual a Universidade devia despejar esses prédios dentro de dez dias, passando então para a posse dos Jesuítas, que ficavam isentos do pagamento de renda, e por tempo indeterminado. A Universidade reagiu logo, protestando, do que resultou a carta de 9 de Outubro ⁽²⁾, em que o rei mantinha a ordem, embora prolongando o prazo para um mês, e ordenando que os Jesuítas pagassem qualquer prejuízo que causassem nos prédios ⁽³⁾.

Fábio Arcas de Narnia, cujo nome aparece quase sempre acompanhado do de Ascânio Escoto ⁽⁴⁾, era natural da cidade da Úmbria que lhe deu o apelido. Veio para Portugal na companhia do alemão Sebastião Stochamer ⁽⁵⁾, que foi corrector da tipografia da Universidade em 1557 ⁽⁶⁾ e, mais tarde, bedel de Cânones e Leis. Na verdade, foi em 1546 que D. João III, sendo reitor Diogo de Murça, enviou à Itália Diogo de Azevedo Coutinho, com a incumbência de contratar mestres para Coimbra ⁽⁷⁾. O pretexto para a viagem foi o envio de uns ofícios a Baltasar de Faria, embaixador, a quem recomendou não só segredo, como ajuda ao enviado ⁽⁸⁾. Em Itália entrou em contacto com Marco de Mantua Benevitis, da univer-

⁽¹⁾ *Docs.*, III, pp. 49 e 53, já referidos atrás.

⁽²⁾ *Docs.*, IV, p. 35.

⁽³⁾ M. BRANDÃO, *O Colégio das Artes*, II, pp. 67-68; esses prédios, que tinham sido doados à Universidade pelo monarca, ficavam na rua de S. Sebastião; uma dessas casas, porém, já em 1542 fora ocupada pelos Jesuítas (p. 66). Estes edificios nunca mais voltaram à posse da Universidade.

⁽⁴⁾ Por ex., nas *Actas*; vid. 26 de Out. de 1548, in vol. II, 1.^a parte, p. 38.

⁽⁵⁾ RAMOS COELHO, *Fábio Arcas e Sebastião Stochamer*; SOUSA VITERBO, *Um filho de Sebastião Stochamer*; vid. ainda TEÓFILO BRAGA, *ob. cit.*, I, p. 564, N. C., P. 1.^a, Adit. p. 886.

⁽⁶⁾ *Docs.*, IV, p. 318: alvará de 3 de Março.

⁽⁷⁾ Vid. RAMOS COELHO, *ob. cit.*, ; *Docs.*, II, p. 244: carta para o reitor sobre a escolha de Diogo de Azevedo para a missão referida.

⁽⁸⁾ *Docs.*, III, p. 17.

sidade de Pádua, Júlio Radino, que lera em Avinhão, Pádua e Perusa, com André Alciato, professor em Avinhão, Burges, Ferrara, Milão e Bolonha, com Ascânio Escoto e, além de outros dois cujos nomes não são mencionados, com Fábio Arcas de Narnia, que estava na Alemanha, ensinando jurisprudência em Ingolstadt, na Baviera.

No entanto, de todos estes, e após várias dificuldades, vieram, talvez com Azevedo Coutinho⁽¹⁾ só Fábio Arcas e Ascânio Escoto, este recomendado a D. João III por André Alciato, que se desculpou com a falta de saúde, para não vir para Coimbra.

Arcas foi lente de prima de Leis, com «grandissimo salário»⁽²⁾, por provisão de 3 de Outubro de 1547⁽³⁾, tomando posse do cargo a 29 de dito mês⁽⁴⁾. E, como cabia ao detentor desta cadeira, aceitou o cargo de chanceler, a 12 de Novembro desse ano⁽⁵⁾. Aparece-nos também na lista de deputados para o ano lectivo de 1547-48, mas no conselho de 21 de Janeiro de 1548⁽⁶⁾ deixou-nos o escrivão Simão de Figueiredo a seguinte informação: «E ellegerã o doutor eytor Roiz̄ por deputado ã luã do doutor fabyo q̄ nõ vẽ ao conselho p̄ ser nouo na tra & nõ ter esperiẽcia aynda das cousas».

Segundo L. Ferreira⁽⁷⁾, regeu a cadeira até à morte, que se deu a 10 de Junho de 1554, em Coimbra, depois de ter escolhido o ponto para o exame privado de António da Silveira; foi Manuel da Costa quem presidiu ao acto e veio a suceder na cadeira; tinha 59 anos.

O dr. Fábio Arcas possuía uma boa livraria: por isso Diogo de Murça em carta de 20 de Julho de 1554⁽⁸⁾ aconselhava o rei a comprá-la; e Stochamer ofereceu-se também ao rei para pôr a limpo as obras de Fábio Arcas.

Quanto ao seu ensino, quase nada conhecemos de concreto; o dr. Azpilcueta, no entanto, em carta de 2 de Dezembro de 1547, para D. Catarina, diz que foi, com os seus alunos, assistir à primeira lição do dr. Fábio, ficando satisfeito com «su ordẽ, su pronũciatiõ, su latin natural para

(1) Em Maio de 1547; vid. o art. cit., de R. COELHO, p. 132.

(2) L. FERREIRA, *N. C.*, eo. loc., p. 143.

(3) *Docs.*, III, p. 100; deu a primeira aula em 2 de Dezembro, segundo carta do dr. Azpilcueta para D. Catarina, desse mesmo dia (in *Alguns docs.*, p. 36).

(4) *Actas*, I, p. 430.

(5) *Id.*, II, 1.ª parte, p. 92.

(6) *Ibid.*, p. 109.

(7) *N. C.*, loc. cit..

(8) *A. N. T. T.*, *Corpo Chronologico*, parte 1.ª, maço 93, doc. 18.

leer leyes, por ser casto y facil, sin curiosidad de se mostrar latino [...], su viuez, y su manera de resoluerse cõ la debida copia de textos glosas y doctores no solamente de leyes, pero aũ canones...» (1).

Manuel da Costa, chamado entre os juriconsultos o «Doutor subtil», era natural de Lisboa (2); desde muito cedo, porém, foi viver para Vila Viçosa, em cujo paço ducal os pais foram acolhidos (3). Na dedicatória do Epitalâmio ao casamento do infante D. Duarte com D. Isabel, filha do duque Teodósio, confessa-lhe a obrigação em que estava para com aquela casa. Mais tarde também se há-de referir àquela vila, no hino em louvor da mesma (4).

Em Lisboa aprendeu gramática com Jerónimo Cardoso; depois, sob a protecção da imperatriz Isabel, irmã de D. João III e mulher de Carlos V, foi estudar leis para Salamanca, onde teve como mestre Martinho de Azpilcueta (5). Aí tomou o grau de bacharel e residiu cerca de dez anos.

Logo que a Universidade foi transferida para Coimbra, regressou a Portugal, começando a ler a cadeira de Código em Outubro de 1537 (6). Aqui, depois de feito o exame privado, tomou o grau de licenciado a 6 de Novembro de 1537 (7), e a 11 o de doutor, numa cerimónia realizada na Sé de Coimbra, e a que assistiram o bispo da cidade, D. Jorge de Almeida, e o reitor D. Garcia, seu sobrinho.

Iniciada a carreira conimbricense, passa a ler «duas lições de leys ã cada hũ dia do C ou *Digestos*» com o ordenado de 60 mil réis, e durante três anos, por provisão de 21 de Agosto de 1539 (8); «e por outras provisões de 22 e 26 de Novembro de 1543 se lhe fez mercê da Cadeira de Digesto Velho, e que não vagaria aos triennios», diz L. Ferreira (9). Ora o certo é que a sua nomeação de lente de leis deve-se a um alvará de 20 de Outubro de 1543; um outro de 20 de Novembro (e não 22) fixa em 100 mil réis

(1) *Alguns docs.*, p. 36.

(2) *N. C.*, P. 2.^a, vol. I, p. 59.

(3) LUÍS DE MATOS, *A corte literária dos Duques de Bragança*, p. 23.

(4) *Id.*, p. 31.

(5) TEÓFILO BRAGA, *ob. cit.*, I, p. 641, nota 1; *Bibl. Lusit.* (1752), t. III, p. 234.

(6) *Actas*, I, p. 8: «Tabula Legentiũ», Legistas: «Item o Brl. Manoel da Costa»; vid. p. 15: «Do Codigo»: «Item Manoel da Costa xx Rs».

(7) Não se encontram nas *Actas* (publ. M. BRANDÃO); a provisão também não está nos *Docs. de D. João III*.

(8) *Docs.*, I, p. 170.

(9) *N. C.*, loc. cit., p. 59.

o ordenado⁽¹⁾; este é ainda aumentado para 120 mil em 8 de Outubro de 1546⁽²⁾. Uma provisão de 16 de Outubro de 1555⁽³⁾ eleva-o à cátedra de prima de Leis, de que tomou posse a 29 do mesmo mês. Por carta de 10 de Abril de 1561 jubilou nessa cadeira, que ainda leu até fins de Julho.

Vai então para Salamanca⁽⁴⁾, aparentemente com o pretexto de ir em serviço do rei de Portugal ao de Castela. Passando por aquela cidade, e tendo vagado a cadeira de prima de Leis, concorreu a ela, tendo como antagonista Aires Pinhel⁽⁵⁾, que, ao saber da vaga, fez o mesmo. Venceu Manuel da Costa, mas logo a seguir faleceu, com certeza em 1562, pois em fins de 1563 ou em princípios de 1564 já a viúva, Isabel Henriques, estava em Portugal. Conta-se, a propósito que, quando corria a dita oposição, em determinada aula dada por Manuel da Costa, Aires Pinhel e os restantes ouvintes começaram a bater os pés para o distraírem, (costume frequente no tempo, a concluir pelos documentos⁽⁶⁾ que os proibem); ele, virando-se para a assistência, exclamou: «Audite, Audite, alium Papinianum auditis, et non auditis Emanuelem à Costa»⁽⁷⁾.

Mas o que é que o teria levado a Salamanca? Foi o desejo de ganhar mais, e não a suposta embaixada; pelo menos é o que deixa ver o epitáfio que lhe fez Inácio de Morais⁽⁸⁾:

«Lusitanus erat, patriis migravit ab oris,
Ut clarum auget nomen, opesque suas».

Apesar disso, deve ter morrido com pouca riqueza, pois do privilégio que Filipe II de Castela concede a seu filho João da Costa, em 4 de Novembro de 1581, se conclui que a maior fortuna estava na edição das suas obras.

(1) *Docs.*, II, pp. 140 e 157, respectivamente; um de 26 não faz mais do que confirmar os outros, mandando-lhe contar o salário por inteiro, apesar de ter estado na Corte.

(2) *Docs.*, III, p. 58.

(3) *Docs.*, IV, p. 263, com o salário de 150 mil réis.

(4) L. Ferreira fala desta viagem «sem especificarmos em que anno, nem com que caracter, nem a que negocio»; quanto à data é fácil de ver que foi em 1561.

(5) Aires Pinhel não estava em Coimbra, ao contrário do que afirma L. Ferreira, in p. 69: «que era então Lente de Coimbra actualmente...».

(6) Por ex. alvará de 23 de Set. de 1539, in *Docs.*, I, p. 202.

(7) *N. C.*, eo. loc., p. 97; esta historieta tirou-a L. Ferreira dum ms. que lhe fora comunicado, e que dava Manuel da Costa como natural de Vila Viçosa, cujo extenso título começa: «Do formoso e antiquissimo Parnaso, que avia no Mundo, agora novamente adiado e descoberto em Vila Viçosa...»; sobre esta referência a Papiniano, vid. a *Oração de João Fernandes*.

(8) *Cit.*, in *N. C.*, eo. loc. p. 71.

As datas limites da sua vida podem, pois, estabelecer-se em 1512 e 1562; na verdade, em 1552 diz ele que nas férias desse ano, tendo 40 de idade, retocara o epitalâmio que há 15 anos, com 25 de idade, fizera aos esponsais de D. Duarte. Por outro lado, depois de 15 de Março de 1562, em que dedica, de Salamanca, a Filipe II os comentários sobre o cap. *Si pater, de Testamentis. Libro Sexto*, não se ouve falar mais dele. Foi homem de pequena estatura, como diz Inácio de Moraes «*Conditā in hoc tumulto parvi corporis ossa clara viri*»⁽¹⁾.

Manuel da Costa publicou diversos estudos, todos do tipo de comentários:

In § Et quid si tantum. L. Gallus, Coimbra, 1548⁽²⁾.

In. l. Si ex cautione, Coimbra, 1549.

In § Si arbitrato. L. cum tale, Coimbra, 1551, dedicados a D. Catarina.

Selectarum Interpretationum circa conditiones, & demonstrationes, dies libri duo, 1551, dedicados a D. Catarina.

In § Posthumus. Institutionum de legatis⁽³⁾.

Ad cap. Si. Pater de Testamentis, libro sexto, de 1564 e dedicados a Filipe II de Castela.

Mas além destas de carácter jurídico, foi autor de epitalâmios e outras pequenas composições, além de uma oração fúnebre. Em 1542 escreve o *De nuptiis Eduardi Infantis Portugalliae, atque Isabellae, Illustrissimum Theodosij Brigantiae Ducis germanae, Carmen Heroicum. MDLII*⁽⁴⁾, que editou dez anos depois, retocado.

No mesmo ano de 1552 compõe o *De faelici in Ulyssiponem adventu Serenissimae Joannae Caroli Imperatoris filiae in solemni die Nuptiarum ejus cum Joanne Lusitaniae Regis*. Sobre o mesmo facto, a oração havida em Coimbra e o poema são da autoria de Diogo de Teive, e do ano de 1553. O lapso veio do facto de estarem ambos incorporados no volume que contém outras obras de Manuel da Costa. Os títulos são «*Oratio in / laudem Nuptiarum / Ioannis, ac Ioannae / illustrissimorum Principum, / Rectoris concilijque / iussu Conibricae / habit, atque aedita. / Vndecimo Calend. Iannuarij. / Iacob Teuio Lusitano / authore*», e «*Carmen in nuptias eorundem principum ab / eodem authore publice Conimbricae / pronunciatum*».

Em 15 de Julho de 1557 foi encarregado pelo Conselho da Universidade de pronunciar o elogio fúnebre do monarca, que falecera a 11 de

(1) *Ibid.*, p. 61.

(2) Extenso tratado de 226 págs., de que existe um exemplar nos Reservados da Bibl. da Univers.; deve ser a este que João Fernandes alude na Oração de 1548.

(3) O exemplar dos Reservados da Bibl. da Univers. pertenceu ao Colégio Real.

(4) Existe também nos Reservados.

Junho. Nesta oração, em «*q̃* alẽ do Estillo arte & Erudição mostrou o sentimen^{to}. *q̃* a materia pedia & elle sentia»⁽¹⁾, alude ao milagre de Ourique e à batalha de Aljubarrota: «Veteris historiae annalibus testatũ est, Lusitani Regni initia iã inde ab Alphonso Henrico coepisse, qui cũ paternũ genus ab Hũgarie, maternũ à Castelle & Legionis Regibus duceret [...] Hic CHRISTI, quẽ crucifixum vidisse fertur, numine adiutus, tot Reges Christiani nominis hostes bello vidit...» e «Ille enim ne nostra hac patria in exeri Regis ditionẽ veniret, non dubitavit in Algibarrotæ cãpis, se quodãmodò pro libertate nostra deuouere»; seguem-se referências ao esplendor da Universidade e às conquistas e expansão no Oriente, e acaba por aludir à incerteza em que ficou o reino com a morte de D. João III no respeitante à sucessão: «...Regnum instabile, incerta omnia, nos certè ac liberos nostros, perditos, & in miseranda orbitate reliquerunt» [«illi inquam prope coelestes oculi»]; elogia D. Catarina, comparando-a a Livia e manifesta as esperanças depositadas em D. Sebastião⁽²⁾.

Juntamente com a oração está o tratado *Patroi et nepotis de svccessione regni Portugaliae Tractata questio* (sic), que foi escrito logo a seguir à subida ao trono de D. Sebastião, discutindo o problema da sucessão tal qual ela se equacionava no momento entre nós: «Venisset enim in dubiam, ad vtrum legitima huiusce Regni haereditas rediret, ad filiumne minorem natu patri superstitem, an ad nepotem infantem ex filio maiore natu iam mortuo relictũ»⁽³⁾.

As obras foram reeditadas após a sua morte, tendo o filho João da Costa alcançado vários privilégios de Filipe II de Castela. Foi ainda autor de um *Epigrama* sobre um retrato feito talvez por Francisco de Holanda à infanta D. Maria, irmã do rei, cujo primeiro dístico era

«Exprimere ad vivum divinam Ollanda Mariam

Tentavit, raro dignum opus artifice»⁽⁴⁾.

(1) M. BRANDÃO, *O Colégio das Artes*, II, p. 115; consultámos esta oração nos Reservados da Bibl. da Univ.; foi publicada em 1558, juntamente com a outra obra «*Patroi et nepotis de svccessione regni Portugaliae Tractata questio*». Já antes o havia elogiado no poema «*De Conimbricensi Academia à Serenissimo Lusitanorum Rege Joanne III feliciter instituta carmen*», quando da visita do rei a Coimbra em 1550. Não foi a única Oração fúnebre em honra do rei falecido; conhecemos ainda uma de Inácio de Moraes, existente num ms. da Biblioteca da Ajuda, e outra de Diogo de Teive, que existe nos Reservados da Bibl. da Univ..

(2) Vid. pp. 203 e 213 da edição de 1558.

(3) Vid. prólogo do tratado em questão na referida edição. O mesmo problema preocupava Diogo de Teive, na sua *Oratio in laudem nuptiarum...*, p. 19 (vid. Fot. do Instituto de Estudos Clássicos).

(4) Pode ler-se no *Corpus Poetarum Lusitanorum*, vol. I (1745), p. 319.

Que se conclui de toda esta actividade literária? Para além dos elogios que Pedro de Mariz⁽¹⁾ e Duarte Nunes de Leão lhe tecem, podemos ver nele um espírito interessante; mas, quanto à matéria que ensinava e sobre que escreveu, não custa a crer que Manuel da Costa, ainda que dominando bem o latim, no qual versejava com facilidade, fizesse parte daquela corrente de «causíficos» de que fala Clenardo, isto é, fosse perito em agudezas de interpretação, apesar de o Doutor Nuno Espinosa (*Enciclopédia Verbo*, s. v. «Costa, Manuel da») afirmar: «Exame directo das fontes, prudência e realismo — apenas afectado pelo pendor da subtileza — parecem ser, pois, as coordenadas em que se moveu M. C.»

Como pessoa, Manuel da Costa não esteve ao nível dos elogios que lhe fizeram. Encontram-se referências a incidentes em que o seu nome figura entre os principais. Assim, por exemplo, durante o ano lectivo de 1547-48, litigiou com o seu substituto Gil de Vila Lobos, pois não queria que ele recebesse o ordenado pela regência da cadeira de Digesto Velho⁽²⁾.

Mais tarde, na procissão que a Universidade fizera ao mosteiro de Santa Cruz em Janeiro de 1554, «dando graças a nosso Sôr por alumear a princesa a parir hum filho», negou-se a pegar numa vara do pátio, sob que iam as relíquias, apesar de o reitor lho mandar pedir pelo bedel, por um criado seu e pelo escrivão do conselho. Chamado a conselho, desculpou-se com má disposição, e ameaçou, com base em ser o mais antigo professor (havia 18 anos), que denunciaria certas pessoas presentes, caso o multassem: «ficou o caso indeçiso»⁽³⁾.

Não admira, portanto, que, em 1554, o dr. Morgovejo, na questão que tinha com o dr. Bartolomeu Filipe, quisesse entregar as declarações por escrito, para evitar intromissões de Manuel da Costa.

Em 1558⁽⁴⁾ fez parte da comissão encarregada, em 5 de Fevereiro, de estudar a resposta a dar pelo conselho ao projecto de D. Catarina, de submeter parte das rendas da Universidade ao Colégio das Artes, na mão dos Jesuítas.

(1) *Diálogos*, fls. 353-357v, da ed. de Coimbra de 1598.

(2) Vid. *Actas*, II, 2.^a parte, ano de 1548: a 2 de Janeiro (p. 6) pede para ausentar-se; a 28 (p. 7) o bacharel Gil Vila Lobos substitui-o, tomando posse a 30 (p. 10); a questão começa a 31 de Julho (p. 25), até que a 26 (pp. 27-28) é entregue ao dr. Navarro para a resolver, pagando-se ao bacharel.

(3) *Actas*, II, 2.^a parte, p. 152; vid. TEIXEIRA DE CARVALHO, transcrito in *N. C.*, P. 2.^a, vol. I, Adit., p. 616; este autor refere-se a uma passagem da obra de Navarro, *Commento en romance*.

(4) M. BRANDÃO, *O Colégio das Artes*, II, p. 159.

Heitor Rodrigues era natural de Lisboa; foi licenciado pela Universidade de Salamanca «segundo se entende»⁽¹⁾, e tomou o grau de doutor na de Coimbra antes dos princípios de 1541⁽²⁾. Por alvará de 16 de Agosto de 1539 é nomeado lente de Leis, com o ordenado de 60 mil réis, para ler duas lições ou no *código* ou nos *digestos*, durante três anos⁽³⁾.

Em 28 de Novembro de 1543⁽⁴⁾ é nomeado lente do Código por outros três anos, com o mesmo ordenado. De 27 de Setembro de 1546 são três alvarás que lhe dizem respeito: o primeiro nomeia-o por mais três anos lente de Código, o segundo aumenta-lhe o ordenado em 20 mil réis, e o terceiro determina que passe a ler, no ano lectivo de 1546-47, a cadeira de Digesto Velho, não se lendo a sua de Código enquanto lesse a de Digesto⁽⁵⁾.

Ausentou-se para Salamanca, cremos que no fim do período concedido pelo alvará de 1546, isto é, em 1549, dizendo L. Ferreira que «Foy hum dos tres Lentes de Prima de Leis successivos, Portugueses que a dita Universidade de Coimbra deu á de Salamanca, sendo os outros dous os Doutores Ayres Pinhel, e Manoel da Costa»⁽⁶⁾.

Voltou entretanto a Portugal, chamado para ler a mesma cadeira de Digesto Velho, de que lhe foram passadas duas provisões, uma de 16 de Março de 1556, fazendo-o professor dessa cadeira durante a última terça (o que nos leva a crer que deve ter vindo por alturas da Páscoa) com 100 mil réis de rendimento, e outra de 12 de Abril de 1557⁽⁷⁾ que lhe dava a cadeira por mais três anos com 60 mil réis de rendimento, aumentados para 90 mil por alvará do mesmo dia⁽⁸⁾.

Em 1559⁽⁹⁾ foi lente de véspera, por opposição com o dr. Pedro Barbosa, sucedendo assim a Aires Pinhel. Voltou mais uma vez a Salamanca, sucedendo também aí a Aires Pinhel, como lente de prima. Na verdade, as notícias a seu respeito em Coimbra cessam em 1559⁽¹⁰⁾.

(1) L. FERREIRA, *N. C.*, P. 2.^a, vol. I, p. 311; FIGUEIROA, *ob. cit.*, refere-lhe-se na p. 66.

(2) *Actas*, I, p. 97, Jan.-Abril, 1541: «Item o doctor Eytor Royz».

(3) *Docs.*, I, p. 167; leu *código* como se pode ver por uma acta de Out. 1539 — Jan. 1540, sobre as faltas: «do 3.^o C»: «Item Eytor Royz» (*Actas cit.*, p. 61).

(4) *Docs.*, II, p. 166.

(5) *Docs.*, III, pp. 42, 43 e 44.

(6) *N. C.*, eo. loc.; a todos se refere DUARTE NUNES DE LEÃO, na *Genealogia dos Reys de Portugal*, ao falar de D. João III.

(7) *Docs.*, IV, p. 270.

(8) *Docs.*, IV, p. 324.

(9) *N. C.*, loc. cit., p. 327.

(10) *Ibid.*, p. 313.

Em Salamanca foi mestre de Caldas durante cinco anos⁽¹⁾, como este o confessa: «quem ibi per quinquennium audivimus»; da segunda vez que foi para aquela universidade teria lá permanecido durante vinte anos, vindo a falecer por volta dos oitenta.

Heitor Rodrigues tinha um irmão na Índia onde morreu, como se vê pela acta de 26 de Julho de 1548⁽²⁾.

Ascânio Escoto é para Leitão Ferreira de origem escocesa, baseado no apelido⁽³⁾; fundado no mesmo facto, também conclui da mesma maneira Figueiroa⁽⁴⁾. Pinto de Carvalho, ao publicar a Oração de João Fernandes, diz na nota à linha 419 do seu texto: «O orador chama-o *altera spes Romae*, por ser homónimo de Ascânio, filho de Enéias»⁽⁵⁾.

Esta interpretação, e a argumentação que a acompanha, parecem-nos desviadas da verdade. Seria, na Oração de João Fernandes, o único caso em que ele não se referisse à verdadeira pátria de um dos lentes.

No entanto, temos elementos documentais que nos permitem dizer que Ascânio Escoto era italiano, e não escocês.

No seu processo da Inquisição, nas contraditas aos depoimentos das testemunhas de acusação, João da Costa⁽⁶⁾ afirma: «& o doutor ascanio lête delRey noso sör em leis o qual disse m^{tas} vezes q̃ eusebio era deshonra dos Jtalianos estas palauras não dira sem causa hũ homẽ tam graue & de tãta authoridade como he o doutor ascanio sendo elle da mesma patria». Ora Mestre Eusébio era italiano, e o trecho transcrito revela-nos, por um lado, a conta em que o tinha João da Costa, e por outro, um testemunho sobre a figura de Eusébio que abordaremos adiante.

Mas ainda há mais: no Ms. 84 da Bibl. do Porto há uma carta dirigida por Ascânio Escoto ao Prior Geral de Santa Cruz e Cancelário da Universidade⁽⁷⁾ que está assinada da seguinte forma: «T^{uus} ascanius scottus perusin^{us}...». Que mais é preciso para ver que Ascânio era italiano? Mas donde lhe veio então o sobrenome Scottus? Não custa admitir que se trate de um apelido de família, e então a ascendência escocesa poder-se-á aceitar.

O que de mais remoto sabemos sobre este mestre é que foi dos lentes que Diogo de Azevedo Coutinho foi buscar a Itália; veio, decerto em

(1) In «Recep. Sent. lib. 1, q. 3, n.º 10», cit. in *N. C.*, eo. loc. p. 313.

(2) *Actas*, II, 1.ª parte, p. 27.

(3) *N. C.*, P. 2.ª, vol. II, p. 143: «o sobrenome o demonstra (sic) Escocез».

(4) *Memórias*, p. 66.

(5) *Sep. de Biblos*, XVII, p. 31.

(6) *O Processo de Costa*, p. 232.

(7) A carta está publicada em *Alguns docs.*, p. 57.

Maio de 1547, com Coutinho e Fábio Arcas, recomendado a D. João III por André Alciato⁽¹⁾.

Por provisão de 3 de Outubro de 1547⁽²⁾ sucede a António Soares no cargo de lente da cadeira de véspera de Leis, de que tomou posse a 29 do mesmo mês. Por várias vezes ocupou também o cargo de vice-cancelário. A 18 de Janeiro de 1549, a pedido seu, foi nomeado bedel da Faculdade de Leis o estudante da Universidade Piccolleli⁽³⁾; mais um indício de que era italiano... Em 1553⁽⁴⁾ ainda por cá estava, aparecendo o seu nome com mais frequência nas Actas dos Conselhos no período de 1551, chegando a assinar algumas, como a de 9 de Novembro desse ano⁽⁵⁾: «Ego Ascanius Scottus». Após o ano de 1553 o nome de Fábio Arcas passa a andar isolado, desaparecendo o de Ascânio; é muito possível que tenha partido de Coimbra.

Quanto ao seu método de ensino pouco se sabe; não é pelos costumeiros elogios dos contemporâneos que o vamos avaliar⁽⁶⁾, se bem que, na carta de 2 de Dezembro de 1547, já atrás referida, o dr. Azpiluetta informasse D. Catarina que «dio muestra de q̃ dara a entēder lo q̃ entēdiere, q̃ no leera a dīsparates, leera cōcertado y cō estudio aũq̃ al p̃sente no da muestra de mucha copia, nj de sobrada vista de sobrados authores...»⁽⁷⁾

Aires Pinhel estudou em Salamanca, onde tomou o grau de bacharel; daí veio para Coimbra. Aqui, por provisão de 2 de Setembro de 1539⁽⁸⁾, passa a ler duas lições de Digestos, com o ordenado de 60 mil réis, durante um ano, ou quanto tempo o rei determinar. Em 1543 tem já o grau de licenciado, pois é nessa categoria que assina em 13 de Julho uma carta a D. João III sobre as rendas da Universidade⁽⁹⁾.

No ano seguinte, por provisão de 15 de Fevereiro⁽¹⁰⁾, é nomeado lente

(1) Sobre isto, vid. o art. de R. Coelho atrás cit., a propósito de Fábio Arcas; e ainda as cartas publ. in *Docs.*, III, pp. 128-131, por ex.; ainda p. 415.

(2) *Docs.*, III, p. 102; era nomeado com o ordenado de 300 cruzados; deu a primeira aula em 2 de Dezembro, como se vê pela carta desse dia do dr. Navarro para D. Catarina, in *Alguns docs.*, p. 36.

(3) *Docs.*, IV, pp. 7-8; vid. também *N. C.*, P. 2.^a, vol. III, t. 2, Adit., p. 961.

(4) *Actas*, II, 2.^a Parte, p. 67, acta de 26 de Julho.

(5) *Id.*, II, 1.^a parte, p. 261.

(6) *Alguns docs.*, p. 36.

(7) Vid., por ex., PEDRO DE MARIZ, cit., in *N. C.*, P. 2.^a, vol. II, p. 143.

(8) *Docs.*, I, p. 176.

(9) *N. C.*, P. 2.^a, vol. II, p. 40; Barbosa Machado informa o mesmo.

(10) *Docs.*, II, p. 177; a provisão nomeava-o para reger durante o ano lectivo de 1544-45 uma lição de Código ou Digesto, em Leis, conforme melhor parecesse ao reitor.

de Código, cargo que lhe é mantido por outra de 27 de Setembro de 1546; outra do mesmo dia aumenta-lhe o ordenado em 20 mil réis (1). Deve ter tomado o grau de doutor nos princípios do ano lectivo de 1547-48, pois se a 2 de Agosto de 1547 ainda é licenciado, a 24 de Dezembro desse ano já é doutor (2).

Até o ano de 1548 lê esta cadeira, indo então para Lisboa ocupar o cargo de advogado da Casa da Suplicação. Mas D. João III, por provisão de 18 de Outubro de 1555, ordena-lhe que regresse a Coimbra, onde a 24 de Fevereiro de 1556 (3) toma posse da cadeira de véspera de Leis com a obrigação de ler durante onze anos, e faz-lhe ao mesmo tempo mercê do cargo de Desembargador da Casa da Suplicação «para mais o obrigar» (4).

Apesar de tais cuidados por parte do monarca, Aires Pinhel, ao fim de pouco mais de três anos de leitura, encaminha-se para Salamanca em 1559, onde lhe deram a cadeira de véspera.

Quais os motivos que o teriam levado a deixar Coimbra?

Uma carta de 12 de Setembro de 1558 (5), escrita a Pero de Alcáçova, talvez nos ilumine um pouco a resposta. A missiva pede ao destinatário que exerça a sua influência de forma que ele, Aires Pinhel, consiga reaver o dinheiro que tem direito a receber do ordenado; apesar da sua confiança na Infanta D. Joana («Eu s̃puo aa Sorã dona joana quanto quiser»), sente que tem de se ir de Coimbra: «...tem agora acabado dimprimir o segũdo liuro & lhe ficã dez melhores q̃ os dous impressos»: mas «andã nesa corte dous doctores imigos meus q̃ acõselharã contra a Serã dona joana q̃ são tam manhosos q̃ me nõ cõuem menos fauor q̃ o de v.m. para me valer deles».

Durante treze anos servira «a suas altezas», mas «as manhas e odios» levam-no a ausentar-se; se os 80 mil réis parecerem de mais, contentar-se-á com 60 mil do ordenado de professor da Universidade. Os motivos que o levaram a afastar-se de Coimbra foram, portanto, as intrigas e o atraso no pagamento do salário (6). E cremos que principalmente aquelas, se

(1) *Docs.*, III, pp. 40 e 41.

(2) *Actas*, I, p. 336 e II, 1.ª parte, p. 102.

(3) *Docs.*, IV, p. 266; receberia 120 mil réis; L. FERREIRA (*Alphabeto*, p. 71) dá a data de 16.

(4) *Alphabeto dos Lentes*, p. 71.

(5) *Alguns docs.*, p. 57.

(6) T. BRAGA, *ob. cit.*, p. 569, refere-se a esta carta, invocando-a como argumento para provar o atraso no pagamento aos lentes; no entanto deve notar-se que ela respeita mais ao caso particular de Aires Pinhel; como testemunhos desses atrasos frequentes, e que revelam crises agudas, por vezes, nas finanças universitárias, há outros exemplos,

compararmos com o que já sucedera em 1548⁽¹⁾, quanto pediu licença para se ir da Universidade, solicitando uma carta para o rei a fim de «informar na dita carta a sua alteza de quã fora era de sobornos. & doutras cousas. ã q̃ o culpauã. de monipodios. & q̃ aquela liçça & carta queria. por se sêtir doête. & por lhe parecer q̃ tinha. asaz cõprido & satisfeito ã aver nove anos. ou mais q̃ lia...»

Voltemos, porém, a Salamanca. Tendo vagado a cadeira de prima de Leis, e encontrando-se na mesma cidade o dr. Manuel da Costa, ambos foram «a ella oppositores». Venceu Manuel da Costa, que pouco tempo usufruiu da vitória, pois faleceu logo a seguir. Aires Pinhel, que até à morte do companheiro ficara como lente extraordinário de Leis em Salamanca, com 300 ducados⁽²⁾, sucedeu-lhe na cadeira. Naquela Universidade teve como discípulo Francisco Caldas Pereira, a quem Barbosa Machado chama o «Corifeo da jurisprudência»⁽³⁾. Pinhel faleceu em Salamanca, devido a uma ferida que fizera na mão esquerda com uma faca, quando assistia a um banquete⁽⁴⁾.

Natural de Coimbra, tivera em Salamanca por mestres de jurisprudência canónica e civil «aquelles dous grandes Oraculos hum Portuguez, e outror (*sic*) Castelhana, António Gomes e Martim Alpicueta (*sic*) Navarro e com a disciplina destes insignes Cathedraicos já podia ser Mestre, quando era discipulo»⁽⁵⁾.

Dotado de grandes qualidades, a crer nos elogios, não deixou de reconhecer o valor do seu grande antagonista, Manuel da Costa: «Et elegantissime defendit doctissimus, et acutissimus Doctor Lusitanus Costa, in §. Et quid si tantum, L. Gallus, p. 131» (ed. de 1548)⁽⁶⁾.

Esteve em boas relações com André de Resende, pois quando era desembargador da Casa de Suplicação defendeu-o na demanda sobre a

como as actas de 15 e 18 de Maio de 1548 (in *Actas*, II, 1.^a Parte, pp. 131 e 133), bem mais explicitas.

(¹) *Actas*, II, 1.^a Parte, p. 78, acta de 11 de Agosto.

(²) Caso nunca antes visto «e que por singular, se conservava naquella Universidade esta memoria», diz L. FERREIRA, *N. C.*, P. 2.^a, vol. I, p. 69. No *Alphabeto dos Lentes*, p. 71, Ferreira esclarece o erro de D. Nicolau António, que, baseado em Francisco Caldas Pereira, dissera que no período que correspondeu ao magistério salmantino de Costa, Aires Pinhel veio para Lisboa.

(³) *Bibl. Lusit.*; o referido Caldas alude ao mestre nos seus escritos «*De inofficioso testament. § I*» e «*ad L. si curatorem uero...*»

(⁴) BARBOSA MACHADO, *ob. cit.*.

(⁵) *Bibl. Lusit.*, t. I; os dois erros da 1.^a edição não foram corrigidos na edição de 1930.

(⁶) *N. C.*, P. 2.^a, vol. I, p. 85.

Igreja de São Joaninho, no Couto do Mosteiro, no bispado de Coimbra (1).

Segundo a lista de Barbosa Machado, foi o autor das obras seguintes:

Ad Rubricam, et L. 11. Cod. de rescindenda venditione Commentarij, Coimbra 1558, e com várias outras edições em diversas cidades estrangeiras.

De bonis maternis, Commentaria, quibus materiae successionis jura feliciter explicantur, Coimbra, 1557, e com outras edições estrangeiras (2).

Allegatio pro D. Federico de Portugal, Salamanca, 1562.

Allegatio pro D. Sancio Cardona Aragoniae, Salamanca, 1562.

É do *De bonis maternis* este passo da dedicatória a D. Sebastião (na edição de 1566) (3): «Etsi vetustissima consuetudine, multis saeculis observata, omniúmque fere gentium moribus recepta, Augustissime princeps, licuerit semper rei literariae professoribus locubrationes suas, etiam de humilioribus argumentis, magnis Regibus & Monarchis consecrare», que transcrevemos por nos parecer um testemunho da abundância de «*Commentaria*» entre as obras daqueles mestres.

Rodrigo Reinoso veio para Coimbra chamado pelo rei para ocupar a vaga deixada por Henrique Cuelhar (4), ou seja, a cadeira de prima de Medicina, passando-lhe provisão a 7 de Março de 1545 (5); era nomeado pelo período de quatro anos, a começar em 30 de Dezembro anterior, com o vencimento anual de 350 cruzados, e a obrigação de ler duas lições diárias. Mais tarde, a 16 de Fevereiro de 1546, foi-lhe aumentado em 20 mil réis e a 24 de Março de 1548 recebe nomeação vitalícia (6); diz-se neste alvará que Reinoso fora nomeado por quatro anos, dos quais três já tinham passado. E na carta que em 19 de Maio de 1548 (7) envia a D. João III, diz que esse era o quarto ano do seu ensino em Coimbra: «*agora estoy ã fin del quarto año de mi lectura y en edade de leer mas no*

(1) *N. C.*, eo. loc., p. 103; vid. também vol. II, t. I, pp. 156-157.

(2) Estas são as duas obras a que se refere na carta a Pero de Alcáçova.

(3) Pode ver-se na edição referida nos Reservados da Bibl. da Univ.; confrontemo-lo com outro semelhante, na dedicatória dos *Problematum libri quinque* de António Luís, (Lisboa, 1539), no mesmo tom.

(4) Para Luís DE MATOS, *Les Port. à l'Un. de Paris*, p. 54, Cuelhar era português, mas de ascendência castelhana.

(5) *Docs.*, II, p. 237; *N. C.*, P. 2.^a, vol. II, Adit., p. 455.

(6) *Docs.*, III, pp. 1 e 142, respectivamente.

(7) *Alguns docs.*, pp. 62-63; tinha 54 anos: «*hize agora çincueta y quatro años*»; vid. ainda PEDRO A. DIAS (*N. C.*, Adit., loc. cit., p. 459).

de esperar mds por luêgos seruiçios», donde se conclui que começou no ano de 1544-1545 a ler em Coimbra.

De que nacionalidade era Reinoso? Ao contrário do que muitos disseram, parece não ter sido português e, portanto, muito menos de Viseu ⁽¹⁾. A família Reinoso é de Toro (de Reinoso, nome duma povoação) e no séc. xv alguns dos seus membros foram para Itália, enquanto outros se dirigiram a Portugal; deste ramo teria saído Diogo Reinoso, a quem D. João de Castro confiou seu filho D. Fernando no cerco de Diu. Reinoso nasceu em 1494, e, se não viu a luz pela primeira vez em Itália, para lá foi muito cedo com seu pai, talvez incorporado no exército de Carlos V. Na verdade ⁽²⁾, o próprio Reinoso na carta de 19 de Maio diz que tem em Itália um filho como soldado: «y otro ã Jtalia Soldado». Se isto está certo, veio para Portugal quando tinha cerca de 37 anos; Amato Lusitano afirma que, estando em Portugal, o fora visitar a Almeida ⁽³⁾, a caminho de Espanha. Ora calculando o pouco tempo que Amato residiu na pátria, vê-se que Reinoso veio de Itália aproximadamente em 1531 ou 1532. Mas logo a seguir foi para Paris, onde a sua presença é assinalada em 1534 ⁽⁴⁾, ao lado da de Henrique Cuelhar. Assim pensa também Maximiano Lemos ⁽⁵⁾; Ricardo Jorge, embora não admitindo com Pedro A. Dias que foi directo a Salamanca, julga que se teria tornado a Itália. Em Paris, Laguna encontrou-se com um *Rodericus Rhenosius*, que M. Lemos julga poder identificar como o Reinoso que foi lente em Coimbra, no que andou certo, pois mais tarde assim o mostrou Luís de Matos.

Numa carta datada de 5 das calendas de Outubro de 1535, apenas ao *Anatomica methodus* de Laguna, vê-se que Reinoso, muito versado no

⁽¹⁾ Sobre o assunto, vid. PEDRO A. DIAS, *Os primeiros mestres da Faculdade de Medicina*, cit. in *N. C.*, eo. loc., Adit., p. 458; vid. também SOUSA VITERBO, *Noticias sobre alguns médicos portugueses*, cit. *ibid.*

⁽²⁾ Pedro A. Dias, que vimos seguindo, refere um ms. existente na Academia das Ciências, cujo título é: «Notize biografiche di uomini illustri portoghesi... che hanno fatto dimora in Italia. Compilazione di Alessandro Trigoni»; deve notar-se que não é Trigoni, mas Frugoni; em segundo lugar, o valor deste ms. é mínimo, como o pôde verificar o Sr. Prof. Doutor Costa Ramalho, que o consultou; e, em terceiro lugar, o nome de Reinoso não está aí inserido, o que pouca importância tem. Em Itália estudou com Nicolau Leoniceno.

⁽³⁾ A este encontro se refere MAXIM. LEMOS, in *Amato Lusitano. A sua vida e a sua obra*, Porto, 1907; vid. ainda RICARDO JORGE, *Amato Lusitano, commentos à sua vida, obra e época* (Lisboa, ed. do Centenário), pp. 150 e 151; dá-o como espanhol, e afirma que começou a ensinar em 1544.

⁽⁴⁾ LUÍS DE MATOS, *Les Port. à l'Un. de Paris*, p. 54.

⁽⁵⁾ *Contribuições para a história da medicina peninsular. André Laguna*, cit. in *N. C.*, eo. loc. Adit., pp. 461 e ss.

grego, viera da Itália e se fixara em Paris anos antes: «Dum ex Italia profectus, in Lutetiam superioribus annis advolastis». A sua viagem tê-lo-ia levado, portanto, a Portugal, onde em Almeida encontrou Amato Lusitano, que lhe foi apresentado por Pedro Brandão, irmão deste último, depois a Espanha e daí a Paris.

Desta cidade vai para Salamanca, de cuja universidade o chamará D. João III. Aqui ensinou até fins de 1557, pois, a acreditar em Barbosa Machado⁽¹⁾, repetido pelos autores posteriores, se Tomás Rodrigues da Veiga subiu à cátedra de prima em Janeiro de 1558, Reinoso era já falecido, com 63 anos de idade e cerca de 13 de magistério em Coimbra⁽²⁾.

A vida nem sempre lhe correu bem nesta cidade. Na carta de Maio de 1548 dá informes acerca da sua conduta moral, situação familiar, económica e docente, levado por certos rumores postos a circular por causa duma senhora D. Leonor que tivera em casa e que o bispo, Fr. João Soares, julgava que não era sua sobrinha⁽³⁾: «como algumas *personas* pêsasẽ ã. d. leonor ã yo tenia ã casa no era mi sobrina Supolo el obispo y rreprehendio melo y yo por euitar este escandalo la puso ã las çelas», onde a teve um ano; mas como adoeceu, tirou-a e passou-a «ã casa de la madre aries do qujtal», e depois alugou-lhe uma casa e «puse ã sũ cõpãnia vna dueña onrrada». Enfim, já que está no fim de quatro anos de serviço, ameaça ir-se para Salamanca...

Pedro de Mariz⁽⁴⁾ elogia-o, afirmando que era «nas Linguas Grega e Hebraica eruditissimo, e na sciencia, e experiencia outro Esculapio».

Francisco Franco⁽⁵⁾, natural do reino de Valença, estudou em Alcalá, onde foi lente de Medicina em 1543 e onde estava em 1544. É chamado para Coimbra, onde em 1545 passa a ler a cadeira de Avicena; o alvará⁽⁶⁾, de 24 de Setembro, fixa-lhe o ordenado em 80 mil réis, por um período de quatro anos. Foi médico de câmara de D. João III.

(1) *Bibli. Lusit.*, t. I (1741), p. 366; dá-o natural de Viseu e chama-lhe António Reinoso; sobre Tomás Rodrigues, vid. t. III, p. 748; cfr. *N. C.*, P. 2.^a, vol. I, p. 369.

(2) *Alphabeto dos Lentes*, p. 179; diz o autor aí que foi aposentado em 23 de Novembro de 1557, «pelos seus muitos achaques».

(3) Sobre este aspecto da conduta social dos membros da Universidade, veja-se, por ex., o alvará de 19 de Setembro de 1538 (in *Docs.*, I, p. 114); sobre Fr. João Soares, vid. por ex. HERCULANO, *ob. cit.*, vol. II (13.^a ed.) p. 244.

(4) *Diálogos*, V, cap. 3.^o p. 356.

(5) *N. C.*, P. 2.^a, vol. II, p. 97. Não confundir com Luís (ou Francisco) Franco que é citado na «Epistola ad Ignatium de Moraes», de Pedro Sanches, in *Corpus Poetarum Lusitanorum* (1745), vol. I, p. 21; este, segundo a nota 24, é de Lisboa.

(6) *Docs.*, II, p. 263.

Uma outra provisão de 12 de Setembro de 1550 nomeia-o por mais três anos lente de Medicina, «cõ o mesmo salario & hordenado q̃ ate qui cõ Elle tem q̃ saõ. duzentos cruzados & duzētos alq.^{res} de trigo cada anõ»⁽¹⁾. Enganou-se, por isso, Leitão Ferreira, quando disse que esse alvará aumentava o ordenado; há, sim, um de 2 do mesmo mês⁽²⁾, mas relativo ao pagamento da «moradia» e «vestiaria», ou seja, no caso do dr. Franco, «trinta & dous mil seis çētos & vinte rr̃. cada anõ alem do ordenado & salr.^o q̃ tem».

Não nos parece que Joaquim de Carvalho⁽³⁾ tenha interpretado bem este alvará de 2 de Setembro; o que aí se diz é que receberá os 32 620 réis além do ordenado que tinha da cadeira que regia; esses 32 620 réis vinham-lhe da «moradia cõ ceuada & vestieiria» que tinha do rei, «aRazaõ de dous mil rr̃. de moradia por mes, & hum alqu.^{re} de ceuada por dia paga a doze rr̃ ho alqu.^{re}». E, além disso, o alvará seguinte de 12 de Setembro não o nomeia por mais um ano, mas por mais três; é explícito: «leia daqui en diãte a dita Cadeira por tempo de tres anõs mais cõ o mesmo salario & hordenado q̃ ate qui cõ Elle teue q̃ saõ. duzentos cruzados & duzētos alqu^{res} de trigo cada anõ».

Manteve-se em Coimbra até 1554, tendo tido uma ausência no ano 1552-53⁽⁴⁾, ano em que é eleito almotacé; mas já nesse ano de 1554 pede licença ao rei para sair⁽⁵⁾: «Aos vinte e quatro dias do mes dabrill de jbcil^{ta} e quatro anõs na çidade de Coimbra [...] Em sua presença appareço o doutor fr^{co} franco lente de hũa cadeira de mediçina e apresentou hũa Carta del Rei nosso sör q̃ vinha para o Reitor [...] em q̃ sua alteza dezia q̃ o dito doutor fr^{co} franco lhe pedira licença para se hir para castella e q̃ Elle lha dera», mandando que se lhe pagasse o dinheiro que lhe deviam do salário.

Na realidade, a provisão acabara em 1553, mas ele continuara a ler por voto do conselho de 20 de Outubro⁽⁶⁾, e a 12 de Dezembro⁽⁷⁾ envia o rei um alvará, nomeando-o por mais três anos, com o mesmo salário.

(1) *Docs.*, IV, p. 69.

(2) *Ibid.*, p. 67.

(3) *N. C.*, Adit., P. 2.^a, vol. III, t. 2, pp. 1002-1003.

(4) Sobre esta ausência, vid. *Actas*, II, 2.^a parte, p. 210 (17 de Março de 1554).

(5) Do Arquivo da Un., Fazenda, 1549, p. 562, vol. I; cit. in *N. C.*, P. 2.^a, vol. II, p. 499, nota 1.

(6) T. DE CARVALHO, *Guevara*, cit. in *N. C.*, eo. loc., p. 498; vid. *Actas*, II, 2.^a parte, p. 83.

(7) *Docs.*, IV, p. 194.

Ao contrário, porém, do que supõe Max. Lemos ⁽¹⁾, em 1558 já não estava em Coimbra (não é de crer que, tendo pedido a licença ao rei para sair, a não aproveitasse), mas sim em Sevilha, onde foi lente de prima.

Francisco Franco, que em Alcalá fora aluno do célebre doutor Leon, como ele próprio confessa no *Libro de enfermedades*, e que alcançara a benevolência do rei ao intervir na contenda em que entraram dois médicos de D. João III, um deles o físico-mor Leonardo Nunes, foi um professor distinto ⁽²⁾. Parece que numa das suas lições teve como ouvintes o núncio, o reitor, o bispo e D. Fulgêncio de Bragança, como ele mesmo o afirma no livro acima citado ⁽³⁾.

Foi autor do *Libro de enfermedades contagiosas, y de la preservacion de ellas*, a que se juntou um pequeno tratado *De la nieve, y dell uso de ella*, impressos em Sevilha em 1569 por Affonso de la Barrera.

Estes dois escritos, em especial o primeiro, revelam-nos um homem virado para a experiência, isto é, um espírito que se afastava um tanto da cultura livresca do seu ambiente (exceptuemos Pedro Nunes). Dedicou-se ao estudo das plantas medicinais, frequentando, durante as férias que passava em Lisboa, os ervanários, nos dias de mercado ⁽⁴⁾.

O *Libro sobre as enfermedades* teve como ponto de partida a epidemia que grassava em Utrera; aí trata da maneira de evitar o contágio, considerando como a melhor fugir para longe; tem por portadores no contágio o ar, as emanações do solo e ainda a água; foi por um conselho seu que a cidade de Alcalá de Henares mandou secar os pântanos circundantes ⁽⁵⁾.

A outra obra, sobre a utilidade terapêutica da neve, é das primeiras sobre o assunto; aborda a utilidade das bebidas frias, que, no entanto, não recomenda para as crianças até à puberdade, nem aos velhos, asmáticos e dispépticos ⁽⁶⁾.

Estes dois tratados são de um homem que se emancipa dos cânones dos autores ensinados da cátedra; no primeiro há uma interpretação das formas de contágio das doenças que nasceu certamente de uma observação real, ou, talvez melhor, da verificação na prática do que seria uma pura especulação; e no segundo há um pequeno movimento de inovação, ao estudar a aplicação das bebidas geladas. O conhecimento mais alar-

⁽¹⁾ Cit. in *N. C.*, eo. loc., p. 495.

⁽²⁾ Pedro de Mariz elogia-o no *Dial.* 5.º, cap. 3.º.

⁽³⁾ Este passo pode ler-se nas *N. C.*, eo. loc., p. 492.

⁽⁴⁾ PEDRO A. DIAS, cit. in *N. C.*, eo. loc., p. 493; vid. ainda RICARDO JORGE, *Amato Lusitano*, p. 89.

⁽⁵⁾ Vid. *N. C.*, p. 496.

⁽⁶⁾ Vid. *N. C.*, p. 498.

gado da medicina da época lançaria uma luz mais esclarecedora sobre este espírito que, apesar de tudo, cremos mais próximo, na sua atitude mental, de um Pedro Nunes ou Garcia de Orta, do que, por exemplo, de um António Luís⁽¹⁾.

António Luís era natural de Lisboa e teve como mestre o próprio pai⁽²⁾ que, vendo nele excepcionais qualidades, lhe ensinou Medicina. Estudou em Salamanca teologia, como ele próprio afirmou no processo a que adiante aludiremos. Veio para Coimbra ler duas lições, uma de Galeno, outra de Aristóteles, segundo provisão de 11 de Janeiro de 1547⁽³⁾, de que tomou posse a 4 de Março⁽⁴⁾. Mas por outro alvará de 13 de Janeiro de 1548, foi dispensado da lição de Aristóteles, talvez a pedido seu, pois a idade já lhe devia pesar⁽⁵⁾. Estas duas lições deviam ser dadas em grego, língua em que os conhecimentos de António Luís não eram curtos, porque mereceu que lhe chamassem o «Grego»⁽⁶⁾. Tanto este alvará, como o de 11 de Maio de 1548, que lhe aumentava o ordenado para 60 mil réis pela cadeira que regia⁽⁷⁾, mostram que António tinha uma certa protecção de D. João III, por cujo «mandado» viera para Coimbra.

Aparece-nos sempre com o grau de licenciado; o facto já foi notado por Rocha Brito⁽⁸⁾ e, na realidade, nas três vezes que o seu nome é citado nas Actas dos Conselhos no ano lectivo de 1547-48 é sempre que vem «1^{do} ãr^o lujs»⁽⁹⁾.

Leu com pequenas interrupções durante as quais foi substituído

(1) Colocamos aqui os artigos citados nos Adit. às *N. C.*, P. 2.^a, vol. II sobre este médico com a respectiva localização: SOUSA VITERBO, *Notícias sobre alguns médicos portugueses*, p. 491; PEDRO A. DIAS, *Os primeiros mestres da Faculdade de Medicina*, p. 492; MAXIMIANO LEMOS, *História da Medicina Port.. Doutrinas e Instituições*, vol. I, p. 493. T. DE CARVALHO, *Guevara*, p. 498.

(2) *Bibl. Lusit.*, t. I (1741), p. 311; era, também, cristão-novo.

(3) *Docs.*, III, p. 81; o ordenado era de 80 mil réis.

(4) *Actas*, I, pp. 321-22: «& q̃ lese de dez a onze de galeno de Elemêtis & de 4. a. 5. dos p̃oblemas de aristoteles & o ouveraõ p̃ lente de medicyna».

(5) *N. C.*, P. 2.^a, vol. II, Adit., p. 563: «cuja idade era avançada», diz Rocha Brito aí citado; vid. *Docs.*, III, p. 132.

(6) *Bibl. Lusit.*, t. I, p. 311.

(7) *N. C.*, P. 2.^a, vol. III, t. 1, Adit., p. 728; L. FERREIRA só se refere ao alvará de 13 de Janeiro no *Alphabeto dos Lentes*, p. 154; *Docs.*, III, p. 168.

(8) *A Faculdade de Medicina no Renascimento*, cit. in *N. C.*, P. 2.^a, vol. II, Adit., p. 562.

(9) *Actas*, II, 1.^a parte, p. 93, por ex..

por Diogo Lopes e Cirstóvão da Silva⁽¹⁾, até 11 de Janeiro de 1550: «Acabose esta provisãõ a xj de Janeiro do ano de jº bº L» (vid. *Docs.*, III, p. 168).

Teria vivido até 1565, segundo Barbosa Machado; há, porém, provas de que essa data foi ultrapassada; é que a 2 de Dezembro de 1573⁽²⁾ serviu de testemunha no acto de aprovação do testamento de André de Resende. Este facto invalidaria a hipótese atrás emitida de que abandonara a lição de Aristóteles, em 1548, por causa da idade avançada.

Quais as razões que levaram o rei a dispensar os seus serviços? É muito possível que estejam no facto de ter bastante trabalho aos ombros, pois é em Setembro desse ano que dedica ao monarca alguns dos seus estudos sobre Galeno⁽³⁾.

Numa manhã de Fevereiro de 1539⁽⁴⁾ apareceu, nas portas da catedral e outras igrejas de Lisboa, uma proclamação anónima, em que se afirmava que o Cristianismo era um embuste e que o verdadeiro Messias ainda estava para vir. Era, portanto, um panfleto de índole judaica.

Entre as pessoas detidas por suspeitas, contava-se António Luís, a quem foi montado um processo na Inquisição de Lisboa⁽⁵⁾: «Auto ã se fez sobre ho 1º ant.º lujs xpão nouo mºr a sã giã desta cidade de lixboa ãso por ter liuros em hebraico».

Como todos os processos da Inquisição, este é interessantíssimo pelo que nos mostra da pessoa de António Luís. Segundo a testemunha Mestre Afonso, baseado no que ouvira de passagem à mulher de um tal Diogo Fernandes, iluminador, e a um seu criado, António Luís «ha perto de dous anõs ã outra cousa nã faz senã tresladar textos de briuja dizendo-lhe a elles [os donos da casa onde vivia] por sua boca o dto ant.º lujs ã nã queria vsar do seu officio de medico por ã era philosopho & letrado mas ã queria tirar textos da dita briuja & nã toda somte aquelles ã a elle melhor lhe parecerẽ»⁽⁶⁾.

(1) R. BRITO, *cit.*; vid. *Actas*, *cit.*, p. 29 (26 de Julho de 1548); aí se declara que «antº luis deixou de ler aos 12 de março & leo por Elle o mestre dº lopez. ate a paschoa. & depois leo por Elle xpovã de ilhoa ate 6 de Junho ã Elle ant.º luis veo».

(2) *N. C.*, P. 2.ª, vol. III, t. 1, p. 210.

(3) «Annotationes aliquorum locorum in quibus hallucinatus est Erasmus in transferendo Galeni libello qui inscribitur Exhortatio ad bonas artes» (ms. da Bibl. da Ajuda); vid. *N. C.*, loc. cit., p. 728.

(4) Vid. HERCULANO, *Hist. da Inquis.*, t. II (13.ª ed.), p. 228.

(5) O processo encontra-se publ. in *N. C.*, Adit., P. 2.ª, vol. III, t. I, pp. 728-746.

(6) *N. C.*, loc. cit., p. 730; sobre o conceito de Medicina, vid. RICARDO JORGE, *Amato Lusitano*, p. 45.

As testemunhas afirmaram ser voz corrente «como o dto ant.^o luys espuja ã grego & ã abrayco. & q̃ era chamado o grande philosopho p̃los xpaõs nouos & q̃ era grãde ajudam^{to} delles ã sua casa»⁽¹⁾. E segundo o próprio António Luís disse nas respostas aos interrogatórios que lhe foram feitos a 10 de Fevereiro de 1539, esteve em Castela⁽²⁾: «& q̃ sabya falar castelhano p̃ q̃ esteue ã Castela», tendo ido estudar teologia a Salamanca. Em Lisboa contactava ele «cõ todo mũdo cõ grãde & p̃qnos -s- cõ ho fto Joã de bairros & ãdre de Resende & cõ ho quattrim & ho padre frey bras»⁽³⁾.

Por fim, após estes últimos terem considerado católicos os livros que possuía, foi posto em liberdade; mas, por ter em casa livros em hebraico, considerava-se castigo o tempo que estivera preso.

Processo curioso, como a figura em volta do qual se desenrola; António Luís era uma personalidade notável pela cultura enciclopédica, pelas atitudes filosóficas, até pelo interesse em conhecer e usar textos para um fim determinado⁽⁴⁾; além disso, era uma figura de acentuada importância no meio judaico de Lisboa.

A obra que produziu não desmente esta ideia que dele se faz ao ler o processo, e, por outro lado, é bastante extensa e de tipo marcadamente humanista.

Em 1539 edita em Lisboa uma *Panagyrica Oratio elegantissima plurima rerum & historiarum copia referta Ioanni huius nominis tertio inuictissimo Lusitaniarum regi nuncupata, Antonio Lododuico Vlyssiponensi medico auctore Vlysonae. Apud Logdouicũ Rotorigiũ Tipographũ. M.D.XXXIX.*

Trata-se de um elogio de D. João III, que revela o saber clássico do seu autor⁽⁵⁾ — cita, e mais de uma vez, Plínio, Cícero, Píndaro, Homero, Opiano, Sócrates, S. Crisóstomo, Calímaco — e a sua maneira de pensar em relação aos problemas de maior actualidade no tempo;

(1) *Ibid.*, p. 732.

(2) *Ibid.*, p. 737; vid. ainda RICARDO JORGE, *ob. cit.*, pp. 75-76.

(3) *Ibid.*, p. 737

(4) Como vimos, ele chamava-se o *filósofo*; notemos esta passagem do início da *Panagyrico Oratio*: «Debet vero vir sapiētie studiosus: et vnus philosophie muneribus addictus: si modo velit politicus ciuilisue esse et existimari: in communi hominũ vita non esse morosus: sed facilis benignus et perhumanus atque etiamdum comis ad cõgressus cõuersationesque faciendas: et amicitias mutuo nexu bene agendo et patiendo captandas: et cõfirmandas...»; vid. *N. C.*, P. 2.^a, vol. III, t. 1, p. 755. O processo tem outros aspectos cuja análise nos levaria muito longe; lembremos, entretanto, que nas orações publicadas por Luís de Matos se pode encontrar uma noção do filósofo semelhante a esta, por vezes.

(5) Esta oração está publ., in *N. C.*, P. 2.^a, vol. III, t. 1, Adit., pp. 750-781; existe no Arquivo Nac. da Torre do Tombo, e ainda na Biblioteca Menéndez Pelayo, Santander, «*Orationes Antiquae Lusitanorum*», de que há fotocópia no Inst. de Estudos Clássicos.

parece-nos mesmo que deve ter lido as obras de Pedro Nunes já publicadas, pois a atitude que toma perante os problemas de astronomia, que na altura se punham às inteligências, trazidos pela prática dos mareantes, deixa entrever essa hipótese (1). É que há, nessa oração, um grande conhecimento e consciência do carácter científico dos Descobrimentos: «Ac nostri lusitani tuis auspitijs: tuoque numine atque felici sidere sepius per annos singulos Oceano delati: ad innumeros populos: qui tuo imperio colla subdiderunt: tam maritimos quam a mari longissime remotos: necnon et insulares et isthmis angustis habitantes: nullo cursus vieque impedimento proficiscuntur» (2).

Toda a oração, é como vimos, um elogio dos Descobrimentos, vistos pelo homem imbuído de cultura clássica; António Luís cita muitos escritores da Antiguidade e *exempla* que os acompanham, não só de tradição, mas por conhecimento directo; por isso, não é de admirar que ela contenha uma exortação à epopeia: «Quid futurum fuisse speramus? cum illis nō infelici profecto ingenio scriptoribus: vel mille scribendarū iliadum argumētū hec tua tempora: et copiosissimam suppeditarent materiam» (3).

Esta Oração, que L. Ferreira (4) declara nunca ter visto, é anterior a 1539, como o diz o autor (5) logo no início. Se olharmos à data do processo na Inquisição e à da impressão do longo discurso, somos tentados a admitir que António Luís teria editado a *Panagyrico Oratio* talvez para acalmar os ânimos e dissipar opiniões demasiado hostis a seu propósito (6).

Na verdade, a comparação com o exemplo clássico é constante, realçando-se assim quer a grandeza do empreendimento lusitano (que não temia o furor do mar, como acontecia com os gregos), quer a paz reinante no país: «Tanta vero vbique in tuis vrbibus pax est: vt merito pacem in

(1) Deve ter lido também a *Crónica do Imperador Clarimundo* de João de Barros; há temas comuns, como o da comparação das navegações portuguesas com as gregas; talvez que as relações entre A. Luís e J. de Barros sejam uma pista a explorar para o conhecimento das relações do historiador português.

(2) *N. C.*, loc. cit., p. 780.

(3) *Ibid.*, p. 775; outros passos se poderiam citar, como «...recta sine errore mare transigere: cū nullus viam monstret secto limite callis», que alude a uma faceta dos Descobrimentos que nos aparece em especial com D. João III (p. 765).

(4) *N. C.*, P. 2.^a, vol. II, p. 118.

(5) «Panagyricem orationem: quam ante aliquot annos Ioanni tertio Christianissimo Lusitaniarū regi inscripseram: iocundissime lector, nunc temporis oportunitatem nacti, commodum emittere & in uulgare decreuimus».

(6) O Sr. Prof. Doutor Costa Ramalho lembrou-nos que António Luís a tivesse escrito com esse fim, mas, como vemos, ele publicou com essa finalidade a obra já escrita.

etrminos orbis terre posuisse ...dicaris», bem como a expulsão dos piratas do mar: «...nũc totũ (quam late potest) Oceanũ nulle latronũ classes infestant» (1).

Pelas amostras que demos desta oração, julgamos poder afirmar que ela merece bem um estudo que a relacione com a nossa cultura do séc. XVI; é duplamente interessante: tanto pela matéria, como pela figura do autor.

A produção literária de António Luís foi bastante extensa. Todos os escritos que D. Nicolau António refere foram impressos num volume em 1540, em Lisboa, e dedicados a João de Barros (2).

Não vamos referir aqui todos os seus escritos, mas somente os seguintes:

De Pudore liber unus, dedicado a João de Barros (Lisboa, 1540).

Problematum libri quinque (3) (Lisboa, 1539).

De re medica, que contém diversos comentários sobre Galeno, (Lisboa, 1540).

Liber de erroribus Petri Apponensis in Problemat. Aristotelis exponendis.

De occultis proprietatibus libri quinque.

Sousa Viterbo (4) refere-se ainda a um inédito existente na Torre do Tombo (Corpo Chronológico, parte 1.ª, maço 239, doc. I), e cujo título é: «*Libani sophistae declamatio pulcherrima de moroso qui duxit uxorem loquacem. Antonio Iodouico medico vlyssiponense interprete*», tradução do grego, dedicada ao bispo D. António Pinheiro.

Realmente, António Luís não se limitou a produzir trabalhos seus, mas compôs traduções do grego, levado com certeza por aquele mesmo espírito de divulgação que o movia a traduzir certos passos da Bíblia.

Algumas destas obras, porém, parecem conter um espírito novo, aproximado do de Pedro Nunes e Garcia d'Orta, sem, no entanto, passar do campo puramente letrado. Aludimos a um trecho do *De occultis proprie-*

(1) *N. C.*, loc. cit., p. 797; cfr. ARNALDO FABRÍCIO, p. 19: «Quin iniurias a Lusitanis mercatoribus acceptas saepe potius de suo compensare maluit...».

(2) Trata-se do João de Barros das *Décadas*, como o testemunha Manuel Severim de Faria, in *Vida do Historiador João de Barros*, e porque no *Diálogo da Viciosa Vergonha* o seu autor alude ao tratado *De Pudore* que António Luís lhe dedicara; vid. D. NICOL. ANTÓNIO, *Bib. Hisp.*, t. III (1783), p. 141; ainda *N. C.*, P. 2.ª, vol. II, p. 117.

(3) É desta obra um passo da dedicatória em que se afirma: «Consuetudo etiam pridem recepta serenissime p̃nceps, & olim à doctissimis quibusque usurpata, ut literarum cõmendationes suas in uulgu daturi: eas principibus uiris nuncuparent, ut eorum patrocinio fultae, omnibus commendationes essent», que se pode aproximar de um outro já referido de Aires Pinhel.

(4) In *Jornal da Sociedade das Sciencias de Lisboa*, 1893, art. já cit., in *N. C.*, P. 2.ª, vol. II, Adit., p. 562.

tatibus, obra impressa em Lisboa em 1540, e que tem sido tomado⁽¹⁾ como um anúncio da teoria da atracção universal de Newton.

Joaquim de Carvalho, que nos Aditamentos e Notas às *N. C.* parece aceitar esta interpretação do famoso passo, reconheceu mais tarde que essa atitude era bastante forçada⁽²⁾; a prefiguração da Natureza como teatro de forças vitais baseia-se em analogias ilusórias «e responde a meras verosimilhanças e a conjecturais experiências possíveis, insinuadas pela erudição livresca e polemizante»⁽³⁾. Este é, na verdade, o aspecto principal do nosso Humanismo (e que em António Luís se revela claramente na oração de 1539) dentro do qual só um Pedro Nunes e um Garcia d'Orta (e poucos mais) olharam ao conhecimento prático dos factos e da Natureza.

António Luís foi amigo de Jerónimo Cardoso⁽⁴⁾, João de Barros, Diogo d'Aljaro; pensa Joaquim de Carvalho que este é o Diogo a quem dedica o tratado *De usu Spirationis*.

Finalmente convém rectificar a afirmação de Pedro A. Dias⁽⁵⁾, de que não foi lente da Universidade; basta ler a já citada acta de 4 de Março de 1547 para concluir o contrário; o que há a notar é que foi sempre conhecido por olisiponense, por pouco tempo estar em Coimbra⁽⁶⁾.

Como médico, António Luís não ingressou na corrente experimental; profundamente conhecedor do grego, as suas aulas consistiam em comentários, na língua original, às obras de Galeno e Aristóteles. Isto é, foi um comentador escolástico, que fez brilhar o texto antigo na sua pureza, perfeitamente incorporado no ambiente cultural humanístico do tempo. Diremos algumas palavras, adiante, sobre esse ambiente, e, nas notas, algumas indicações sobre a medicina no tempo. Por agora, julgamos oportuna a passagem de um outro médico, um tanto mais novo: Francisco Sanches, autor do *Quod nihil scitur* (1581): «Proinde et maior literatorum

(1) Vid. A. DA ROCHA BRITO, *A Faculdade de Medicina no Renascimento*; repete a frase e interpretação de MAX. LEMOS, in *História da Medicina em Portugal*, o qual por sua vez a transcreve de CASTRO FREIRE, *Primeiro ensaio sobre a história literari de Portugal*; vid. todos estes art. in *N. C.*, loc. cit. Há um exemplar nos Reservados da Bibl. da Universidade.

(2) *Estudos sobre o séc. XVI*, vol. I, p. 44, nota 1: «Tem-se dito —, erradamente no juízo de alguns, entre os quais nos contamos —», etc.. Já em 1882 RICARDO JORGE repudiara essa tese; vid. *Amato Lusitano*, pp. 176-177.

(3) *Ob. cit.*, p. 18; foi o Sr. Prof. Doutor Costa Ramalho quem nos chamou a atenção para estes passos, antes de termos lido o livro.

(4) Trocou mesmo correspondência com Jerónimo Cardoso.

(5) In *Arquivos de Hist. de Medicina Port.*. Este autor, baseado em José Carlos Lopes, foi já rectificado por Rocha Brito.

(6) Já não aparece em 1550, na recepção a D. João III na Universidade.

numerus his temporibus fidelis quidem est, non sciens; quippe qui ex libris quidquid habent hauriant, non adhibito iudicio, rerumque experimento, ut decet: sed creditis his quae scripta inuenit, hisque suppositis, aliis atque aliis illatis, malle iacto fundamento⁽¹⁾».

Na realidade, o Olisiponense não investigou na prática; e foi pena, pois, para nós, incluímo-lo entre as personalidades mais interessantes da Universidade na época, talvez pelo que dele conhecemos através do processo.

Pedro Nunes é, sem dúvida, de todos os mestres invocados por João Fernandes, o mais famoso e o que mais tem prendido a atenção dos investigadores. E com razão, que é um espírito de alta craveira intelectual e, ao mesmo tempo, a sua atitude é quase única⁽²⁾.

Nasceu em Alcácer do Sal em 1502. Em 1529⁽³⁾, tendo vagado a cadeira de Filosofia Moral, foi provido nela, por substituição, em 4 de Dezembro, com a obrigação de ler duas lições, uma teórica e outra prática; era então bacharel em medicina, chegado de Salamanca.

E deixando João Ribeiro a de Lógica, o conselho encarregou-o dessa cadeira em 15 de Janeiro de 1530, com 20 mil réis de ordenado. E quando Fr. João Flamengo renunciou à de Metafísica, o conselho, olhando à carência de ouvintes em lógica, deu-lhe ainda mais esta cátedra, que leu durante um ano (1532)⁽⁴⁾. Ainda em Lisboa, doutorou-se em Medicina.

Entretanto surge o conflito entre a Universidade de Lisboa e D. João III, que aliás já pensava em transferir esta escola superior; Pedro Nunes foi, então, um dos que assinaram a carta dirigida ao rei, em que se evidenciava «Que muito proveito será a seus Reinos o haver hi duas Universidades, pois em outros Reinos há muitas mais»⁽⁵⁾.

Aparece-nos depois lente de Matemática em Coimbra, sendo o primeiro em tal cargo depois da mudança da Universidade, nomeado por alvará de 16 de Novembro de 1544⁽⁶⁾, vindo a aposentar-se em 4 de Fevereiro de 1562, e a falecer a 11 de Agosto de 1578, logo a seguir a Alcácer Quibir.

(1) P. 146 da edição de MOREIRA DE SÁ, no vol. I de *Francisco Sanches, Tratados Filosóficos*.

(2) Bibliografia sobre Pedro Nunes, vid., por ex. in *N. C.*, P. 1.^a, Adit., pp. 903-904.

(3) *N. C.*, loc. cit., pp. 434 e ss.; *Alphabeto*, p. 191.

(4) *Ibid.*, eo. loc., p. 853; vid. ainda p. 452.

(5) *Ibid.*, P. 2.^a, vol. I, Adit., p. 363.

(6) *Docs.*, II, p. 207; ganharia 80 mil réis, aumentados nesse mesmo dia (p. 208) para 100 mil.

Da sua vida académica pode destacar-se, rápida e sumariamente, a presença no doutoramento de Amato Lusitano, de que foi um dos arguentes, e, em 29 de Julho de 1551, na última lição de suficiência de Diogo de Contreiras⁽¹⁾. Várias vezes foi chamado à Corte pelo rei, de quem era cosmógrafo.

Foi mestre de matemática do infante D. Luís⁽²⁾, de D. João de Castro, do príncipe D. Sebastião e talvez do infante D. Henrique.

Mas Pedro Nunes interessa-nos principalmente pelo que nele há de novo, e até de diferente em comparação com os restantes nomes de que tratamos. E esse aspecto manifesta-se, evidentemente, nas suas obras⁽³⁾ que versam assuntos de cartografia e astronomia.

A primeira obra por ele publicada foi o *Tratado da Sphaera*, tradução portuguesa anotada da *Sphaera* de Sacrobosco, a que juntou as traduções anotadas de *Theorica do Sol e da Lua*, de Purbáquio, do *Livro primeiro da Geografia* de Ptolomeu e dois tratados originais: *Tratado sobre certas dúvidas da navegação* e o *Tratado em defensam da carta de marear com o regimento da altura*, impressa em Lisboa, por Germão Galharde em 1537. Depois *De spaera epitome* e *De Crepusculis*, acabado de imprimir em Janeiro de 1542 em Lisboa, apud Luís Rodrigues. A seguir *De erratis Orontii Finaei, Regii Mathematicarum Lutetiae Professoris*, impresso em Coimbra em 1546, edição raríssima de que só há um exemplar em Portugal. Em 1567 aparece o *Libro de Algebra en Arithmetica y Geometria*, em castelhano.

Em 27 de Setembro de 1537 D. João III concede-lhe o exclusivo da impressão das obras por um prazo de dez anos; mas já no tempo de Leitão Ferreira⁽⁴⁾ eram raros os exemplares; este autor só viu o *Tratado da Sphaera*⁽⁵⁾, o 1.º livro de *Geometria* e o *Tratado em defensam da carta de marear*.

(1) *N. C.*, P. 2.ª, vol. II, Adit., pp. 185 e 505.

(2) Vid. DAMIÃO DE GÓIS, *Chronica d'el-Rei D. Manuel*, 1.ª Parte, cap. 10; PEDRO DE MARIZ, *Dial.*, 4, cap. 21; JACINTO FREIRE DE ANDRADE, *Vida de D. João de Castro* (ed. de 1839), p. 4: «Aprendeo [D. João] as Mathematicas com Pedro Nunes, o maior homem que desta profissão conheceu Portugal [...]. Nesta escola acompanhou o Infante D. Luiz...»; vid. FARIA E SOUSA e FRANCISCO DE MONÇON, *cits.*, in *N. C.*, P. 1.ª, pp. 435-436. Por volta de 1532 é que deu esses ensinamentos, «como se infere da dedicatória do tratado De Crepusculis a D. João III», TEÓFILO BRAGA, *ob. cit.*, I, p. 357.

(3) Vid. Introdução às *Obras* de Pedro Nunes. Imprensa Nacional, 1940.

(4) *N. C.*, P. 1.ª, p. 440.

(5) Compare-se esta obra, por exemplo, com o *Physices compendium* (Salamanca 1530), de Pedro de Margalho, livro ainda medieval, que foi redigido como uma síntese do saber cosmográfico do primeiro quartel do séc. XVI; vid. JOAQUIM DE CARVALHO, *Estudos sobre o séc. XVI*, vol. I, p. 35.

Há uma evolução na obra de Pedro Nunes; Gomes Teixeira⁽¹⁾ diz que nos primeiros escritos se vê «o cosmógrafo a ensinar doutrina de náutica aos pilotos portugueses, no último vê-se a sábio a divulgar as suas investigações ante os homens cultos de todos os países que se interessavam por aquelas doutrinas». Algumas das propriedades por ele descobertas referentes à linha de rumo e seu traçado na esfera e uso na navegação seriam completadas em breve por Mercator, ao inventar a carta rectangular reduzida, e ainda por Gregory, Leibniz e Bernoulli, ao deduzirem as propriedades da loxodromia; mas Pedro Nunes foi o primeiro a abordar o problema das cartas. E hoje as regras empregadas na navegação ortodrómica são baseadas nas que Pedro Nunes enunciou.

Apesar de ser um sábio de gabinete (caberia a D. João de Castro fazer a aplicação no alto-mar desses processos de determinação das latitudes), corrigindo as suas deduções com o que lhe traziam os pilotos, não deixou de ter manifesta capacidade para inventar instrumentos: o compasso, o anel graduado dividido em 45 partes iguais em vez de 90, o instrumento das sombras, aplicável à medição da altura do sol, o nónio, peça que juntou ao astrolábio para medir fracções de grau⁽²⁾.

Foi por críticas⁽³⁾ e por perguntas que lhe fizeram, que escreveu o *Tratado em defensam da Carta de marear*, como já antes acontecera com o *Tratado sobre certas dúvidas da Navegação*, conforme problema trazido por Martim Afonso de Sousa⁽⁴⁾, depois de, em 1530, haver explorado as costas centrais do Brasil e reconhecido o Rio da Prata; as respostas dadas por Pedro Nunes foram impugnadas por Diogo de Sá, nos três

(1) *História das Matemáticas em Portugal*, cit. na Introdução às *Obras* de Pedro Nunes, vol. I, pp. XX-XXIV.

(2) Observe-se, entretanto, que Pedro Nunes laborava historicamente em erro, pois confundiu o astrolábio náutico dos eu tempo com o instrumento ptolomaico, devido a um erro de interpretação textual do *Almagesto*, partindo, por isso, do princípio de que o nónio era o instrumento de Ptolomeu; vid. JOAQUIM DE CARVALHO, *Estudos sobre o séc. XVI*, vol. I, pp. 213-225.

(3) T. BRAGA, *ob. cit.*, I, p. cit..

(4) As dúvidas de Afonso de Sousa nasceram das dificuldades encontradas pelos nossos navegadores, habituados a cartear por rumos e distâncias, na utilização da carta plana quadrada, que Pedro Nunes defendia; uma segunda dúvida do mesmo piloto dizia respeito à linha loxodrómica, isto é, uma espiral infinita que se pode considerar como terminada no polo, e é a distância mais curta entre dois pontos na superfície de uma esfera. Foi a propriedade de esta linha se poder projectar numa linha recta (descoberta de Pedro Nunes) que o flamengo Gerard Mercator aproveitou no traçado do seu planisfério de 1569, projectado em latitudes crescidas, e que ainda hoje é exclusivamente usada na navegação. (Sobre isto vid. ARMANDO CORTESÃO, *Cartografia Portuguesa Antiga*, pp. 123-140).

livros *De Navigatione*, obra dedicada a D. João III e saída à luz em 1549⁽¹⁾.

Pelo que dissemos, temos na nossa frente uma figura única, ou quase única, no nosso séc. XVI. Encontrámos já, entre os mestres que abordámos, nomes acompanhados de grande número de títulos de obras maiores ou menores; mas a atitude mental é sensivelmente comum; neste império do livro⁽²⁾, em que a natureza foi quase desconhecida, o caso de Pedro Nunes é raro; além dele «nenhum mestre defrontou a natureza com ânimo resolutivo e mente despreconcebida»⁽³⁾; ele foi, na verdade, o único que olhou para a natureza com os olhos de cientista⁽⁴⁾.

É que há uma tentativa de emancipação dos cânones tradicionais, patentemente revelada nesta passagem da dedicatória do *Tratado da sphaera* a D. Luís⁽⁵⁾: «E poy de hũa lingogem em outra se pode tirar qualq̃r scriptura que naõ seja de sciẽcia sem se estranhar; nam sey entender dõde veo tamanho receo de sciẽcia: se naõ que os letrados quizerão encarecer isto por lhes parecer que desta sorte acrescentauão mais em sua autoridade. E porque ho bem quãto mais comũ e universal: tanto he mays excelente...»

A importância das obras de um tal espírito não passou despercebida aos olhos dos estrangeiros. Ainda em vida foi ele conhecido e traduzido em França, quer através de Elias Vinet, que, ao regressar a Bordéus em 1549, levou consigo o *Tratado da Sphaera*, de que fez uma edição com tradução para latim das notas em 1556, quer através do provençal Guillaume de Rascas, que traduziu o *Libro de Algebra* (tudo leva a crer que ainda no séc. XVI), quer através da tradução do *Tratado sobre certas dũvidas de nagevação* e do *Tratado em defensam da carta de marear*, também do séc. XVI⁽⁶⁾.

Pedro Nunes não acabou os seus dias em Coimbra; foi chamado para Lisboa a ensinar D. Sebastião; aí fixou residência não em 1572, como quer Teófilo Braga, pois de 1573⁽⁷⁾ é o incidente com sua filha D. Guiomar

(1) N. C., P. 1.^a, p. 448.

(2) No séc. XVI editaram-se, segundo VITERBO, em Lisboa 503 livros, em Coimbra 283, em Évora 42; vid. JOAQUIM DE CARVALHO, *ob. cit.*, pp. 81-82.

(3) Palavras de JOAQUIM DE CARVALHO, *ob. cit.*, p. 91; vejã-se ainda as pp. 92 e 93; sobre este aspecto, pode aproveitar-se o que diz TEÓFILO BRAGA, *ob. cit.*, t. 1, p. 357 ss.

(4) Referimo-nos principalmente aos lentes nomeados na Oração.

(5) *Obras*, vol. I, p. 3; outros trechos que se poderiam citar são por demais conhecidos, ainda que muitas vezes não convenientemente enquadrados.

(6) Sobre este cap. vid. LUÍS DE MATOS, *Les Portugais en France*, pp. 121-141; é de notar que foi Fernão Lopes de Castanheda que Grouchy traduziu, o que revela o interesse dos estrangeiros por certo aspecto do nosso séc. XVI.

(7) É esta a hipótese mais provável; a ele se fizeram várias poesias, como

que agrediu com um canivete o filho de um vizinho, por desmentir uma promessa de casamento, vendo-se o pai obrigado a encerrá-la em Santa Clara, não sem ela ter que atravessar o rio às costas de um homem, para evitar esperas desagradáveis do outro lado da ponte...

Gaspar Bordalo aparece-nos entre os bolseiros de 1527 que em Paris prestaram juramento perante o reitor, o espanhol Alvaro Moscoso, em Junho-Outubro ⁽¹⁾, e aí se graduou Mestre em Artes no ano de 1531-1532.

Em 1537 já está de volta a Portugal; na verdade, quando Clenardo ⁽²⁾, como escreve a João Petit, vai de peregrinação a Santiago de Compostela, em companhia do infante D. Henrique que ia para Braga, chegando ao mosteiro da Costa foi visitar o seu amigo Frei Diogo de Murça, que aí era prior. Entre os portugueses que lá encontrou a ensinar — «erão só três, e todos Portugueses», diz L. Ferreira ⁽³⁾ — conta-se Gaspar Bordalo, que lia *Ética e Física*.

Foi aí que leu, no ano lectivo de 1541-1542, um curso de Artes ao infante D. Duarte ⁽⁴⁾. Este infante, uma vez saído daquele mosteiro, veio a falecer em Lisboa a 11 de Novembro de 1543; entretanto Fr. Diogo de Murça, que já a 29 de Agosto de 1542 fora chamado pelo rei à Corte, é nomeado por D. João III reitor da Universidade, por alvará de 5 de Novembro de 1543 ⁽⁵⁾. Estes dois factos trouxeram o fim às aulas no mosteiro hieronimita da Costa.

Gaspar Bordalo entrou na Universidade com certeza chamado pelo novo reitor, que era seu amigo, pois já antes conseguira que D. João III lhe concedesse a igreja de S. Salvador de Lamas ⁽⁶⁾. Assim, em 28 de Novembro de 1543 é nomeado para a cadeira de Filosofia Moral, com o ordenado de 40 mil réis, nomeação tornada perpétua pela apostilha de 30 de Setembro de 1544 ⁽⁷⁾; ficou sendo, com Vicente Fabrício e João Fernandes, dos únicos mestres de Artes com cargo vitalício.

a que vem nas *N. C.*, P. 1.^a, p. 450. Faleceu, como vimos em 1578; portanto o último ano conhecido da sua vida não é 1574 (T. BRAGA, p. 357), nem 1575 (L. FERREIRA, *Alphabeto*, p. 191).

⁽¹⁾ LUÍS DE MATOS, *Les Port. à l'Un. de Paris*, p. 61.

⁽²⁾ GONÇALVES CEREJEIRA, *ob. cit.*, pp. 110 e 327; vid. ainda M. BRANDÃO, *A Inquisição*, I, p. 170, nota 2.

⁽³⁾ *N. C.*, P. 2.^a, vol. II, p. 42.

⁽⁴⁾ M. BRANDÃO, *Coimbra e D. António*, I, p. 17; vid. na pág. 160 o doc. referente, com o n.º XVII.

⁽⁵⁾ *Docs.*, II, pp. 142-144; vid. também *ob. supra cit.*.

⁽⁶⁾ M. BRANDÃO, *Coimbra e D. António*, doc. n.º XII, p. 152.

⁽⁷⁾ *Docs.*, II, p. 206.

Em carta de 7 de Julho de 1545, Fr. Diogo de Murça lembra ao rei que Bordalo era merecedor de um beneficio eclesiástico, que ele preferia aos 50 mil réis da fazenda real, e que lhe vinham do curso em que substituiu Gaspar Ribeiro, sem o ter terminado, provavelmente⁽¹⁾. Diz-se na missiva que «elle fez este curso para os juristas cõ deligência & ja esta êtroduzido para se poder cõtinar o qll era tã necessario nesta vnjversidade q ã nẽhã cousa era majs polla m^{ta} falta q cõmũm^{te} os q estudavã leis tinhã de latim & artes»⁽²⁾.

Teria Gaspar Bordalo ido ensinar para o Colégio das Artes? L. Ferreira⁽³⁾, partindo do princípio de que os mestres de artes entraram para o Colégio Real, conclui pela afirmativa, admitindo embora a complexidade do caso.

O facto, porém, de o seu nome não aparecer no rol dos respectivos mestres leva a pôr de lado essa conclusão⁽⁴⁾; na verdade, aparece-nos no conselho de 12 de Fevereiro de 1551, em que tomaram posse os deputados⁽⁵⁾.

Vicente Fabrício, ao contrário do que geralmente escreveram L. Ferreira⁽⁶⁾ e Figueiroa⁽⁷⁾, entre outros, não era francês; e Mário Brandão, se chegou a dizer que «talvez»⁽⁸⁾ tenha sido um dos mestres que vieram de Paris em 1535 entendia, embora, dever ponderar-se o que Gonçalves Cerejeira⁽⁹⁾

⁽¹⁾ Que Bordalo substituiu Gaspar Ribeiro é o que parece demonstrar o assento da *prova* de Gomes da Cunha, que afirmou ter ouvido um curso de Artes de Mestre Bordalo em 1545 (vid. M. BRANDÃO, *Os professores dos cursos das Artes*, p. 12).

⁽²⁾ Vid. *Alguns docs.*, pp. 95-96.

⁽³⁾ *N. C.*, P. 2.^a, vol. III, t. 1, p. 7.

⁽⁴⁾ M. BRANDÃO, *O Colégio das Artes*, I, p. 375.

⁽⁵⁾ *Actas*, II, 1.^a Parte, p. 249: «& o m^{ttc} gaspar bordallo»; portanto L. FERREIRA (*N. C.*, P. 2.^a, vol. II, p. 42) enganava-se ao dizer «e consta, que continuou até o de 1548»; vid. ainda *N. C.*, loc. supra cit., p. 7 e P. 2.^a, vol. III, t. 1, p. 29; ainda *Alphabeto*, p. 203.

⁽⁶⁾ *N. C.*, P. 2.^a, vol. I, p. 117 e Adit., pp. 586-89. Já estavam redigidas estas linhas, quando o Sr. Prof. Doutor Costa Ramalho nos chamou a atenção para um outro passo do mesmo L. Ferreira; trata-se do § 1166 (*N. C.*, P. 1.^a, p. 480), onde vem: «...Vicente Fabrício, ao que presume, Alemão...» Este Parágrafo tem o número 1162 na *Collecçam dos Documentos e Memorias de Academia Real da Historia Portugueza*, Lisboa, 1729, Vol. IX; aí o texto é mais explícito: «ao que se presume, Alemão» (p. 543). Leitão Ferreira, porém, parece depois esquecer este dado, pois chega a alvitrar o seu parentesco com Arnaldo Fabrício (*N. C.*, P. 2.^a, vol. III, t. 1, p. 25).

⁽⁷⁾ *Memórias*, p. 76; é certo que este autor diz «que parece era Francez de nação».

⁽⁸⁾ *O Colégio das Artes*, I, p. 35.

⁽⁹⁾ *Clenardo*, cit., p. 99, nota 65; aí se pode ver a argumentação demonstrativa da data de chegada deste mestre.

«escreveu acerca da sua vinda para Coimbra»; mais tarde afirma «que não pertencia aliás ao grupo dos Bordalesses»⁽¹⁾. A sua nacionalidade era alemã. Vimos esta afirmação pela primeira vez em Luís de Matos⁽²⁾, e devemos ao Sr. Prof. Doutor Costa Ramalho a indicação de alguns passos do processo de João da Costa comprovativos desta afirmação.

Aí se encontram passagens como esta, na denúncia que o licenciado Jorge de Sá fez de Fabrício à Inquisição, em 4 de Maio de 1552: «& q̃ ouuyo dizer elle denuncyâte a huũ c^{ri} ado do dito m^{te} fabrycyo q̃ se chama d^o tauares o q̃l elle denuncyâte deixou em salamanca avera dous Annõs & he natural de viseu q̃ ho dito m^{te} fabriçio comya carne Nos dias defesos pella S^{ta} madre Jg^{re} Ja com hũu Amrique de Colonia lya^{ro} q̃ vyuia em CoJmbra [...] & p̃em ho dito m^{te} fabrycyo he m^{to} merencorio & q̃ bebe como Alemão & q̃ p̃ A minham começa logo A beber...»⁽³⁾.

Mas há um testemunho mais valioso: a carta escrita por Inácio de Moraes a D. Sancho em 15 de Outubro de 1537⁽⁴⁾, onde se pode ler esta elucidativa passagem: «fabricium virum eruditissimum velim meo nomine saluere iubeas, quem tametsi nondum noui, cupio tũ cum homine amicitiae foedus percutere, tum q̃r Germanos peculiariter diligo, qui disciplinis et linguarum peritia caeteris mortalibus antestant, longeque excellent, inter quos olim Louani nõnihil profeci, tum quia (ut a familiaribus & amicis accepi) audio ipsum de nobis honorifice loquutum fuisse». (Observação interessante a de Inácio de Moraes sobre a capacidade germânica para o domínio das línguas).

Segundo Gonçalves Cerejeira, Fabrício veio para Portugal em 1533 ou 1534, pois quando Clenardo cá chegou, Fabrício escreveu-lhe. E Mário Brandão⁽⁵⁾ admite a hipótese de que em fins de 1533 já Fabrício ensinasse em Santa Cruz.

Deu aulas, sucessivamente, em Santa Cruz, na Universidade, no Colégio das Artes e, depois da entrega deste aos Jesuítas, de novo na

⁽¹⁾ *O Colégio das Artes*, II, p. 19; vid. ainda *A Inquisição*, I, p. 20 e nota 4; sobre a confusão entre ele e Arnaldo Fabrício, vid. *N. C.*, P. 2.^a, vol. III, t. 1, p. 25.

⁽²⁾ *A Corte literária...*, cit., p. 15 (1956); cfr. JÚLIO DANTAS, *História da Colomização Portuguesa do Brasil*, I (1921), «A Era Manuelina», p. 24 (informação do Prof. Doutor Costa Ramalho). Também o Prof. Doutor Luís de Matos escreveu que Fabrício era alemão; note-se que o termo «alemão» não tinha o sentido actual: à roda de 1533 L. Maríneo Sículo, em castelhano e em latim, chamava «alemão» a Erasmo.

⁽³⁾ *O Processo de Costa*, p. 343.

⁽⁴⁾ *Alguns docs.*, pp. 69-70 (do ms. 84); cit. in *A Inquisição*, I, p. 20, nota 4, e para ela nos chamou também a atenção o Prof. Doutor Costa Ramalho.

⁽⁵⁾ *Duas Cartas de Clenardo*, p. 5, nota 2.

Universidade. Em Agosto de 1537, Clenardo, quando da passagem por Coimbra, tomou conhecimento pessoal com Fabrício; assistiu a uma aula do mestre de grego, em que comentava, na língua original, Homero e os discípulos lhe respondiam quase só da mesma forma, o que o deixou muito admirado⁽¹⁾ com o «novo miraculo» que presenciara.

Segundo informação de L. Ferreira⁽²⁾, ainda em 1538 estava a dar aulas de grego no Mosteiro; nesse ano recebeu o grau de mestre em Artes⁽³⁾.

Em 1540 já está na Universidade, como se vê por uma acta (sem data) desse ano: «*Item* fabriçio hũ dia»⁽⁴⁾. Aqui se manteve até 1551 — tendo recebido aumentos de ordenado em 7 de Setembro de 1541, 20 do mesmo mês de 1544, e no mesmo dia e mês de 1546 a nomeação vitalícia⁽⁵⁾ com 80 mil réis por ano —, quando a 11 de Março⁽⁶⁾ o rei lhe ordenou que passasse a ler no Colégio das Artes.

Ora Fabrício recebera mercê perpétua da cadeira (como Gaspar Bordalo e João Fernandes), e não lhe convinha fazer tal mudança. Nasceu daqui um mal entendido entre ele e João da Costa⁽⁷⁾. Este tentara, na realidade, conseguir de D. João III a transferência do alemão para o Colégio, o que equivalia, para Fabrício, a ir ocupar uma posição inferior, além de perder os seus alunos de grego, teólogos e médicos; e, para cúmulo, em vez de uma aula, passaria a dar seis⁽⁸⁾.

Mas também ao reitor não agradava ficar com a cátedra de grego vazia, pelo que escreveu ao rei⁽⁹⁾; entretanto João da Costa conseguiu duas cartas do rei, em que lhe era dada liberdade na resolução do caso, que não é difícil de adivinhar. Fr. Diogo de Murça ainda fez uma tentativa enviando ao monarca uma carta assinada pelos dez ouvintes do mestre, pessoas qualificadas e doutas, pedindo que o não forçassem a abandonar a Universidade⁽¹⁰⁾.

(1) *Epistola Ad Christianos*, in ob. cit., p. 393.

(2) *N. C.*, loc. e p. cit..

(3) *Ibid.*; assim o testemunharam, em 24 de Outubro de 1558, Diogo de Gouveia e Afonso do Prado, de que havia cerca de vinte e dois anos que recebera esse grau; vid. acta desse dia, publ. in *O Processo de Costa*, p. 344.

(4) *Actas*, I, p. 68.

(5) Vid. *Docs.*, II, pp. 53 e 199; III, p. 34.

(6) *Docs.*, IV, p. 100.

(7) M. BRANDÃO, *A Inquisição*, I, p. 645.

(8) Na carta de 15 de Fevereiro de 1551 pede ao rei que lhe paguem as três terças que lhe deviam, pois com a mudança era-lhe mais difícil recebê-las; vid. *Alguns docs.*, p. 47.

(9) *Alguns docs.*, p. 103.

(10) *A Inquisição*, I, p. 645.

Se o que atrás fica dito denuncia um bom mestre, como homem, Vicente Fabrício era diferente; nunca perdoou aos bordaleses a afronta de o obrigarem a entrar no Colégio, e vingou-se mesquinamente em especial com João da Costa. Caluniou o principal do Colégio perante muitas pessoas, tendo-o como causador do acréscimo de trabalhos e desonras que o ameaçavam, e agoirou-lhe que muito pouco tempo gozaria a sua bela posição; chegou mesmo a escrever uma carta difamatória contra João da Costa. A cenas destas assistiram, entre outros, Francisco Franco e Jorge de Sá.

Em 11 de Dezembro de 1550, na ratificação dos depoimentos, é chamado para dizer «quem sam os frades q̃ elle dise a p^o Anrriquez q̃ vyram ao Re^o almorçar os capoës sexta fr^a demdoenças»⁽¹⁾. Declara ainda que «ho Reo estando no colegyo trabalhava q̃ elle ts^a ffose ler ao colegyo & tyrallo de cyma das escollas honde ele ts^a lya p̃ honde ele ts^a lhe nõ tyuera boa vontade⁽²⁾ & Jnda aguora lha nõ tynha tam boa & q̃ cõtudo dirja uerdade do q̃ soubese & do custume all nõ dyse»⁽³⁾. E nas declarações que se seguem, nem sabe dizer quem eram os frades ao certo, nem pode afirmar se o réu estava entre os lentes que comeram carne nesse dia; portanto, nada de certo tinha Fabrício a dizer; só a vingança mesquinha o teria levado a tomar uma tal atitude.

Foi também chamado a depôr no processo de Diogo de Teive, pelo mesmo motivo: «Item m^{te} v^{te} fabricio pera q̃ declare quem são os frades q̃ elle dise a p^o Anriqz q̃ viraõ ao Rêo almorçar os capoës sesta fe^{ra} demdoenças». E chamado a depor, confessa «q̃ elle allgũs dyas nõ tyuera boa vomtade ao Reo p̃ coussas q̃ sabya q̃ lhe ffyzera & q̃ porẽ ya aguora lha nõ tynha mãã & dyzja a verdade & do dito custume majis nõ dise»⁽⁴⁾.

Mas Fabrício não escapou, por sua vez, ao Santo Ofício. Em 4 de Maio de 1552 é denunciado à Inquisição pelo licenciado Jorge de Sá⁽⁵⁾; acusava-o de levar para a missa aos domingos e dias santos «os dialogos de lucyano o q̃l lucyano he huũ apostata & Jnimigo da ffee seg^{do} elle denuncyante ouuyo a huũ dõ basylio⁽⁶⁾ conego de santa cruz de coJmbra q̃ aq̃le tempo se chamaua fr^{co} da sylua». Acusava-o ainda por em certa sexta-feira em que fora a casa de Fabrício: «Andando elle t^a mal disposto

(1) *O Processo de Costa*, p. 121.

(2) O próprio João da Costa, nas suas *Contraditas*, se há-de referir a isto.

(3) *O Processo cit.*, p. 135.

(4) *O Processo de Teive*, pp. 97 e 108.

(5) In *O processo de Costa*, pp. 342 e ss.; vid. ainda ANTÓNIO BAIÃO, *A Inquisição em Portugal e no Brazil*, p. 47.

(6) Este Dom Basílio aparece frequentemente nos Livros de Notas de St.^a Cruz.

& descorado o dito m^{te} fabrycyo o conuidou pera comer carne», sossegando-o o alemão de que tinha «l^{ca} pera ha comer», e não só para ele, mas «tambem lhe parece q̃ lhe disse tinha A dita l^{ca} pera seus Amigos». É desta declaração o significativo passo sobre a maneira de ser de Fabrício que atrás transcrevemos. Parece, no entanto, que o tribunal não chegou a proceder contra ele ⁽¹⁾.

Uma vez entregue o Colégio das Artes à Companhia de Jesus, foi despedido; fundamentado na provisão de 1546, requereu, no conselho de 2 de Outubro de 1555, que o conservassem na cadeira, no que foi atendido, ficando a dar uma aula diária, como antes ⁽²⁾. Mas por volta de 1559 ⁽³⁾ começa a faltar por doença, pois sofria de gota; lia, então, em sua vez Pedro da Cunha. Na verdade já em 24 de Outubro do ano anterior pedira a aposentação. A última vez que Fabrício aparece, ainda dado como vivo, nos documentos da Universidade, é 28 de Setembro de 1560 ⁽⁴⁾. Faleceu, portanto, entre esta data e a de 11 de Fevereiro do ano seguinte, em que já só aparece o substituto Pedro da Cunha. De 28 de Dezembro de 1562 é uma acta do capítulo de Santa Cruz, referente a «hũas casas q̃ o dito vicente fabriçio trazia aforadas deste m^{to}»; pela acta do mesmo capítulo de 9 de Fevereiro do ano seguinte, ficamos a saber que a «sua liuraria q̃ deixou ã seu testamẽto desẽ a este moest.^{ro}» e que «lhe dissesse o conuẽto hũ nocturno & missa cantada cõ Re.no fim».

Quanto à sua maneira de ensinar, temos o testemunho do auto de 26 de Novembro de 1541, sobre como ensinavam os lentes dos Colégios de Santa Cruz ⁽⁵⁾:

«Item manuel de barros ouuĩte de m^{te} fabricio disse q̃ o dito m^{te} le m^{to} bẽ cõ m^{ta} dilligẽcia & ffaz m^{to} proueito & tẽ ffeyto Item bastião dessa outrosi ouvĩte do dito m^{te} disse o mesmo & quãto as portas que sãpre Estaõ abertas a seu tempo».

Estes dois testemunhos apoiam o que atrás dissemos sobre a sua categoria como mestre.

Vamos agora ver umas cartas existentes no ms. 84 da Biblioteca do Porto ⁽⁶⁾, que em certa medida contrastam com a impressão que dele se faz através dos processos na Inquisição (sem querermos dizer que essa impressão seja menos válida).

⁽¹⁾ O Colégio das Artes, II, p. 19.

⁽²⁾ N. C., loc. cit., p. 177.

⁽³⁾ Vid. O Processo de Costa, pp. 344 e ss.

⁽⁴⁾ *Ibid.*, p. 347; cfr. GONÇALVES CEREJEIRA, p. 101.

⁽⁵⁾ *Alguns docs.*, pp. 162-165.

⁽⁶⁾ Estão publicadas in *Alguns docs.*, pp. 40-46.

Todas são dirigidas a Frei Brás de Braga, com quem Fabrício parece ter tido grande amizade, chamando-lhe «bonignissime (*sic*) Mecaenas (*sic*)» em várias passagens (por ex., p. 40).

Estas cartas não estão datadas, e a sua localização no tempo é arriscada, pois não têm elementos que nos ajudem nessa tarefa; trata-se de cartas não oficiais para Frei Brás; é de crer que, por isso mesmo, sejam posteriores a 1544, data em que as Humanidades se deixaram de ler em Santa Cruz. Sendo assim, já se compreenderia a razão dessas missivas, uma vez que, se ambos estivessem nas mesmas escolas, não teriam motivo para existir. A primeira pede perdão a Fr. Brás por ter faltado a uma aula, precisamente quando o reformador crúzio o ia ouvir; há nela também uma alusão ao dr. Afonso do Prado, e aos «ludos» literários que se faziam em Santa Cruz.

Na segunda carta fala sobre a importância do grego e de um professor dessa língua em qualquer escola: «Nulla est in orbe, prudentissime pater, Academia, quae nõ habeat suũ peculiarẽ graecae linguae professorem, propterea quod ea cathedra mirifice cohonestet vniversitatem». E mais adiante vê-se como Fabrício era admirado, com o seu domínio do grego não só por Clenardo, mas por outras pessoas, esperando que a «Lusitanica Iuuentus aliquã vtilitatem e meis laboribus possit capere» (p. 42).

A terceira carta não contém elementos concretos de qualquer espécie; trata-se de uma simples missiva de um amigo a outro, sem dado que nos aproveite a não ser como mais uma amostra da amizade que os unia.

Mas a quarta epístola é bem mais interessante. Podemos mesmo tentar datá-la de 1544, mais ou menos, pois há aí uma alusão directa a um Gaspar, que não deve ser outro que Gaspar Bordalo, e ao filho do abade de S. Paulo; ambos havia sete ou oito meses que levavam a cabo uma propaganda entre os alunos para os afastar das aulas de Fabrício: «inter quos praecipuus est gaspar et filius Abbatis sancti Pauli, cui nomen est homem». A maneira de os desdizer (e isso pedia Fabrício a Fr. Brás) era mandá-los ir a uma aula sua, esperando que ele comece a *Retórica a Herénio*, já que estavam próximas as férias.

E na quinta, que pede ele a Frei Brás? Nada mais nada menos do que testemunhe a seu favor mais um ano, para que Nicolau Leitão lhe pague certo dinheiro; ora Fr. Brás já acrescentara um mês à provisão (donde, que a carta é seguramente posterior a 1540): «Jn hac syngrapha adiecit tua benignitas mensem vnũ videlicet Aprilem» e agradece-lhe. Fabrício sossega Fr. Brás de que nada dirá: «saltem non prorsus indign^{us} cõperiar». É ainda desta carta uma alusão à sua livraria, que, da forma como está feita, dá a entender que ele queria o dinheiro para comprar livros.

A sexta carta parece aludir a um aumento de salário, talvez o de 20 de Setembro de 1544, conseguido através da influência do reformador dos cruzios: «vt mihi numeret quod ex regia liberalitate, per tuam commendationem, ad me redit».

Na última das cartas, diz a Fr. Brás que para as festas próximas só tem preparado «jsocratem, Ethicum quidem illum sed praeceptis salutaribus refertum» e que podem acrescentar uma carta de S. Basílio ⁽¹⁾.

Vicente Fabrício foi casado com uma Francisca Toscana, como se pode ver na escritura de aforamento de um chão na rua da Sofia que o Mosteiro de Santa Cruz lhe fez em 3 de Abril de 1538 ⁽²⁾. Esta Francisca Toscana devia pertencer a uma família de Toscanos do Porto, pois nas *Actas dos Conselhos* se encontram um António Toscano (1548), um Bernardo Toscano (1554) e um Bento Toscano (1554), pelo menos ⁽³⁾; houve ainda um Sebastião Toscano, frade graciano e teólogo sobre quem está a trabalhar o Dr. Armando Jesus Marques ⁽⁴⁾. Um dr. Francisco Toscano figura em 1542-1543 no Ms. 7201 da B. M. de Lisboa, nos «Corregedores e Provedores do Porto e sua Comarca» ⁽⁵⁾.

Mestre Eusébio, de que L. Ferreira ⁽⁶⁾ aceita a nacionalidade francesa, era italiano. Assim o comprovam alguns passos do processo de João da Costa; no «depoimento» de M^{te} Eusébio, de 23 de Outubro de 1550, diz-se «mãdaraõ vyr perante sy A m^{te} eusebio Jtaliano» ⁽⁷⁾; e em outro passo «& as vezes cõ exebio Jtalyano».

L. Ferreira, no passo em nota transcrito, não tem a certeza se veio com André de Gouveia. Que não veio com os mestres franceses, revela-o a passagem do Depoimento de Eusébio em 23 de Outubro: «E dise majs

⁽¹⁾ A datação destas cartas, como já notámos, é muito discutível; e a data de 1544 que apontámos pode ser perfeitamente anulada por um estudo mais aprofundado da vida de Vicente Fabrício em Coimbra. Referimo-nos, porém, a elas pelo interesse que nos pareceu conterem sobre o homem, despido da toga oficial.

⁽²⁾ Vid. *Alguns docs.*, p. 180; é a este aforamento que se refere a acta do capítulo de St.^a Cruz publ. in *O Processo de Costa*, p. 350; foi o Sr. Prof. Doutor Costa Ramalho quem nos chamou a atenção para esta escritura de aforamento.

⁽³⁾ *Actas*, II, 1.^a parte, p. 137; 2.^a parte, pp. 187-188, respectivamente; vid. ainda LEITE DE VASCONCELOS, *Antroponímia Portuguesa*, p. 319.

⁽⁴⁾ Agradecemos esta informação ao Sr. Doutor P.^e Avelino de Jesus Costa.

⁽⁵⁾ Esta informação foi-nos prestada pelo Prof. Doutor Costa Ramalho.

⁽⁶⁾ *N. C.*, P. 2.^a, vol. II, p. 144: «Mestre Eusebio (que conjectura ser Francez a Informação do Senhor Reformador) foi para Coimbra juntamente com o Collegio das Artes, e naõ consta se veyo de França incorporado nelle».

⁽⁷⁾ *O Processo de Costa*, p. 72.

elle t^a q̃ vyndo ele A este Regno pera ler em cojmbra tinha la em cojmbra conversaçam com m^{te} Jm^o de costa p̃ o Recolher & Agasalhar No collegio quãodo veyo de Jtalya» (1). Além disso, parece que também era cristão-novo.

Leu duas lições de hebraico, uma de gramática na Universidade, e outra de «construção da Bíblia» (Hebraico) no Colégio das Artes, tendo sido nomeado para isso por duas provisões, uma de 16 de Dezembro de 1547, e outra de 16 de Fevereiro de 1548 (2).

Teria sido Mestre Eusébio [que se assina a 19 de Novembro de 1550 «Eusebius imorenus» (*sic*) (3)] o primeiro lente de Hebraico na Universidade? Joaquim de Carvalho (4) crê ser muito provável a resposta afirmativa, ainda que nos faltem elementos para a certeza. Fr. Fortunato de S. Boaventura, na «Memória sobre o começo, progressos e decadencia da litteratura Hebraica entre os Portugueses Catholicos Romanos desde a fundação deste Reino até ao reinado d'El-Rei D. José I» (5) não se lhe refere, afirmando que «os primeiros mestres de Hebraico nos estabelecimentos litterarios de Coimbra foram Pero Henriques (6) e Gonsalo Alvares».

Também Figueiroa (7) refere «Emundo Rozeto, que não sei de que Nação era» como mestre de Hebraico e Grego nos Colégios de Santa Cruz e, depois, nos Paços do Rei, e «se leu taõ bem no Collegio das Artes dos Francezes não me consta». A este Roseto se refere uma provisão de 6 de Abril de 1543 (8), e nas Actas dos Conselhos, em Outubro de 1544, aparece: «m^{te} emũdo Roseto. ebraico lxxx r̃s». (9). Sendo assim, como admitir que Eusébio fora o primeiro lente de Hebraico na Universidade?

Em 1548 (10) Mestre Eusébio vivia no Colégio das Artes, como outros professores, tendo sob a sua vigilância alguns colegiais. Foi talvez na

(1) *Ibid.* p. 73: M. BRANDÃO, *A Inquisição*, I, p. 20. Cremos que Eusébio foi dos mestres contratados em Itália por Diogo de Azevedo, como Fábio Arcas e Ascânio; há, na verdade, referência a outros dois mestres cujos nomes não são citados nas cartas para o rei (vid. o art. já cit., de Ramos Coelho, a propósito de Fábio Arcas).

(2) *Docs.*, III, pp. 124 e 137; tinha o ordenado de 60 mil réis, aumentado para 80 mil em 16 de Fevereiro. (Vid. ainda vol. IV, p. 449).

(3) *Processo*, cit., p. 105.

(4) *N. C.*, P. 2.^a, vol. III, t. 1, Adit., p. 374.

(5) Vid. *N. C.*, loc. supra cit., p. 375.

(6) Deste Pero Henriques, professor de latinidade, há um alvará de 22 de Setembro de 1546; vid. *Docs.*, III, p. 35.

(7) *Memórias*, p. 76.

(8) *Docs.*, II, p. 114 «eu ouue por bem que mestre emũdo Roseto lea huia cadeira dabraico & greguo ã esa vniuersydade».

(9) *Actas*, I, p. 110.

(10) Vid. M. BRANDÃO, *A Inquisição*, I, pp. 581 e ss.

ausência de André de Gouveia, na primavera desse ano, que se deram escandalosos factos, que resultaram na sua expulsão. O subprincipal, João da Costa, suspeitara que M^{te} Eusébio praticava torpe vício na pessoa de alguns moços⁽¹⁾, tendo-lhe chegado mesmo aos ouvidos que Brandão⁽²⁾, irmão de Baltasar de Faria, fora uma das vítimas; baniu-o, por isso, do Colégio, o que não implicou, provavelmente, o abandono da cadeira, que manteve. (Note-se que ele não alude a esta expulsão no depoimento de 19 de Novembro de 1550). Foi viver então para uma casa junto das do deão da Sé, mas de novo é acusado de continuar a má conduta, implicando agora o caso uma criança, filha duma pobre mulher que era sua criada. (É certo que no Santo Ofício declarou ter-se queixado, ele Eusébio, a João da Costa de que a mulher o acusara de bater na criança, quando, dizia ele, não era verdade).

Acabou, com isto, por ser expulso do Colégio, e foi viver, pelo menos em 1549, para um colégio de carmelitas descalços, chamado do Carmo, na rua da Sofia, a troco, talvez, de ensinar hebraico aos religiosos, conforme declara no depoimento.

Mas não se sentindo ainda aí seguro, pede de novo ao rei que o deixe ir para Lisboa⁽³⁾, por não ter alunos suficientes, dizia ele; deve ter ido no verão de 1549, pois em 1550 já não estava em Coimbra: no conselho⁽⁴⁾ de 11 de Janeiro desse ano determina-se o pagamento a Domingos Dias pela regência, como substituto, da cadeira de Hebraico, com o ordenado de 40 mil réis⁽⁵⁾.

Quando, em Agosto de 1550, foram presos pelo Santo Ofício os três mestres bordaleses, Teive, Costa e Buchanan, Eusébio recebeu ter a mesma sorte⁽⁶⁾, e tentou acolher-se a uma casa religiosa, pelo que se dirigiu ao prior de S. Vicente de Fora, que alegou só o poder fazer com autorização do governador dos cruzios, Fr. Brás. No entanto, não se sabe se por recusa do bispo, se por outro motivo, não chegou a vestir o hábito.

(1) «Eusebio era italiano, e transportava para Coimbra o torpe vício de alguns Césares da decadente Roma», GUILHERME HENRIQUES, in *Buchanan na Inquisição*, cit. in *N. C.*, P. 2.^a, vol. III, t. 1, p. 374.

(2) M. BRANDÃO, *O Colégio das Artes*, II, p. 108, nota 1; António Brandão parece ser irmão, e não cunhado, do embaixador.

(3) Como não sabia português, quem lhe escreveu as cartas foi um carmelita Frei Amador, certamente o futuro bispo de Portalegre e autor dos *Diálogos*.

(4) *Actas*, II, 1.^a parte, p. 186; *A Inquisição*, p. 588; o dia deve ser 10 e não 11.

(5) E de Lisboa é a ratificação do seu depoimento no *Processo de Costa*.

(6) Com certeza, por causa dos ascendentes familiares e da conduta social, e não por pertencer ao grupo dos *bordaleses*; vid. a nota 3, da pág. 588, supra cit..

Em 1548 morre André de Gouveia⁽¹⁾, em atitude religiosa considerada pouco ortodoxa. Não faltaram, conseqüentemente, os comentários posteriores, o que originou o interrogatório de várias pessoas. E foi assim que, em 1551, Eusébio foi chamado a prestar declarações sobre os últimos momentos do principal. Mas Eusébio não tinha estado presente. No depoimento do castelhano João Fernandes⁽²⁾ sobre a morte de André de Gouveia, a testemunha disse que não vira Eusébio ter ido visitar o principal «p̃ q̃ elle hya vysytar sua tenda & tornaua de quando ã quãdo»; mas um lente tão conhecido certamente que dava nas vistas, se lá tivesse estado.

Que é que o teria levado a dar tal passo? Talvez visasse comprometer indirectamente João da Costa, e também «o desejo de mostrar serviços à religião, alegando pretensos esforços para arrancar à cegueira herética uma alma em perigo, receoso de que o Santo Ofício um dia lhe viesse pedir contas dos seus débitos»⁽³⁾.

No entanto, João da Costa falava «no dyto exebyo como homẽ q̃ era seu Amigo sem lhe alegar causa de Jmizade»⁽⁴⁾, para certos incidentes, como o da má conduta do italiano no Colégio, e o de um cesto de figos mal calcados que lhe mandara, o que motivou a indignação de Mestre Eusébio.

Se desta vez escapou à prisão que tanto parecia recear, poucos anos depois, em 1553, por motivos distintos, foi ele detido pelo Santo Ofício. Agora a denúncia baseava-se em discussões havidas em Lisboa com um espanhol, o bacharel Bernardino Daza⁽⁵⁾, que o denunciou; não consta, porém, que por parte dos Inquisidores se tenha iniciado qualquer acção contra Eusébio. A denúncia de Daza baseava-se em que, depois de um sermão que o italiano pregara na igreja de Camarate, perto de Lisboa, a 6 de Janeiro de 1553, e que agradara ao espanhol, foram discutir para casa de Gonçalo Fernandes, onde jantariam, sobre a heterodoxia de certas afirmações do sermão⁽⁶⁾.

Dois anos depois é de novo citado, como testemunha, no mesmo tribunal, na denúncia do alfaiate Manuel Fernandes, amigo de um cristão-

(1) M. BRANDÃO, *ob. supra cit.*, pp. 604 e ss.

(2) Trata-se do boticário, e não do orador; vid. *O Processo cit.*, p. 83.

(3) M. BRANDÃO, *ob. cit.*, p. 606.

(4) *O Processo de Costa*, p. 87.

(5) Este Daza publicou em 1549 uma tradução de Alciato: «Los Emblemas de Alciato traduzidos em rymas españolas»; vid. BELL, *El Brocense*, p. 147, nota 167.

(6) Sobre esta interessante discussão, que não podemos aqui desenvolver, vid. M. BRANDÃO, *ob. cit.*, pp. 590-93; à denúncia de Daza se referiu já ANTÓNIO BAIÃO, *ob. cit.*

-novo, o mercador António Fernandes ⁽¹⁾, nascida da discussão havida entre o alfaiate e o mercador. Eusébio foi chamado como árbitro da contenda, e como o mercador não se convencesse, aconselhou o alfaiate a denunciá-lo. Ignora-se, porém, se o tribunal chegou a organizar algum processo contra o mercador, como também nos faltam mais elementos sobre Eusébio.

Este Eusébio, para além do que fora como pessoa, revela-nos um humanismo subjacente ao que «oficialmente» ele próprio ensinava da cátedra; a cultura e o conhecimento dos textos levavam fatalmente estes homens a conclusões que se diriam «avançadas», e que eles só exprimiam «em família».

(1) Também sobre esta disputa veja-se MÁRIO BRANDÃO, *ob. cit.*, pp. 593-597.

(Página deixada propositadamente em branco)

V

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O AMBIENTE
ACADÉMICO DO HUMANISMO

O ano de 1548 foi fértil em Orações académicas: a 21 de Fevereiro, pronunciou Arnaldo Fabrício a sua *De Liberalium artium studii oratio* ⁽¹⁾, na inauguração do Colégio das Artes; em Julho, a 17, João Fernandes a sua *De Celebritate Academiae*; e a 1 de Outubro, Belchior Beleago a *Disciplinarum omnium de studii oratio* ⁽²⁾.

Como estas, muitas outras há, subordinadas a temas mais ou menos semelhantes; o discurso em latim, perante os corpos docente e discente, marcava um acontecimento na vida universitária, desde a visita de uma personalidade importante até à cerimónia académica do início das aulas. Por isso, a intenção do orador é principalmente o estilo, o tom oratório das frases e o laudatorismo do assunto.

Uma oração latina, nestas circunstâncias, não pode ser tomada como um documento representativo, só por si, da cultura e mentalidade da época, mas pode ser considerada, em conjunto com as congéneres, como testemunho de um certo aspecto dessa cultura e mentalidade. Não é viável, olhando ao facto de a personalidade do autor se «diluir» nas citações clássicas, ver nelas, também, uma opinião marcadamente pessoal, embora por trás do enciclopedismo (às vezes aparente) não deixe de haver uma atitude pessoal. Se hoje do século XVI possuíssemos apenas as *Orationes*, fortemente incompleta e bastante deformada seria a visão que faríamos desses

⁽¹⁾ LUÍS DE MATOS, *Quatro Orações Latinas Proferidas na Universidade e Colégio das Artes (Século XVI)*, Coimbra, 1937. Cf. a tese de licenciatura (dactil.), em Filologia Clássica, de Maria José S. Pacheco, Coimbra, 1959.

⁽²⁾ MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA, *Belchior Beleago, Oração sobre o Estudo de Todas as Disciplinas*, Porto, 1959.

tempos; mas, como, até dentro das fontes pròpriamente académicas, nos é possível corrigir os exageros desses textos quinhentistas, o seu estudo tem alguma valia e pode, casualmente, trazer informes interessantes.

Referindo-se à oração de Arnaldo Fabrício, que atrás citámos, e à de Belchior Beleago, escreveu a Prof.^a Doutora Helena da Rocha Pereira: «Mas o paralelismo [que entre elas é visível] não força à conclusão de dependência da Oração de Beleago em relação à de Fabrício, *embora a hipótese não deva pôr-se de parte. A identidade de estudos e leituras basta para o justificar*»⁽¹⁾. Na verdade não pode dizer-se com exactidão até onde vai a elaboração pessoal de um orador em relação a outro (problema, aliás, mais nosso do que deles), pois, além de estudos idênticos, nas escolas humanistas cedo lhes davam colecções abundantes de passagens de autores antigos para serem usadas conforme os casos.

O modelo clássico a que obedecem é Cícero e, dentro deste, o *Pro Archia*; o ideal do orador, homem culto, colhiam-no nas três obras ciceronianas particularmente a ele dedicadas (*Brutus*, *Orator*, e *De Oratore*); mas não esqueçamos Quintiliano, que grande voga teve no Renascimento depois de Poggio o haver editado em 1416. No entanto, para se compreender mais nitidamente qual a posição de uma *Oratio* no meio quinhentista, ou, pelo menos, em alguns meios, é necessário ver que o seu autor não pode adaptar toda a doutrina dos antigos, porque é cristão⁽²⁾; herdeiro do esforço conciliador da Patrística e de alguns momentos da Idade Média, ele apresenta no seu discurso um ideal de homem que pressupõe a harmonização de todas as ciências, de forma a se integrarem na personalidade desse homem perfeito.

Se a influência ciceroniana se nota no aspecto estilístico da prosa dos oradores⁽³⁾, é a divisão aristotélica das ciências que constitui o esqueleto dos discursos. Uns mais nitidamente, outros menos, os esquemas oratórios agrupam-se no *Trivium* e no *Quadrivium*, existindo dentro de cada um uma hierarquia de valores. Quando o autor a introduz, a teologia ocupa

⁽¹⁾ *Ob. cit.*, p. 6; o sublinhado é nosso. Quanto às leituras dos humanistas, ponto que é susceptível de revelar surpresas em alguns casos, é conveniente lembrar que pululavam as colectâneas de sentenças tiradas dos escritores clássicos; vid., a este respeito, entre outra bibliografia, COSTA RAMALHO, «Algumas Observações sobre o Latim de Gil Vicente», *Humanitas*, xvii-xviii, Coimbra, 1965-6, 198-210.

⁽²⁾ A charneira da mentalidade quinhentista estava, em grande parte, neste ponto; o facto é visível no esforço levado a cabo já anteriormente por Boécio, Cassiodoro e Fulgêncio.

⁽³⁾ Isto é palpável na percentagem de citações tiradas de Cícero, contidas nestas orações.

o lugar mais importante, o que não é de admirar. Um rápido olhar pela enumeração dos ramos do saber logo nos revelará que há uma distinção entre as *artes reales* e as *artes liberales*, correspondendo, de resto, à divisão verificável na própria Universidade. Naquelas inseriam-se a matemática, a música, a astronomia e a geometria; nestas a gramática, a retórica e a dialéctica (1). Em plena segunda metade do séc. XVI é quase igual ao que temos na Universidade em fins do séc. XV (2).

Entre nós talvez não seja inexacto dizer que o primeiro discurso deste género conhecido foi a oração pronunciada por Cataldo em Bolonha, em louvor de todas as ciências, editada com a 1.ª parte das *Epistole* em 1500 (3). O que se disse atrás acerca destas peças oratórias aplica-se a esta, cuja influência é difícil de avaliar nos que posteriormente se dedicaram à elaboração de *Orationes*. De qualquer maneira, há que distinguir entre a época em que estes discursos se revestiam de um aspecto mais classicista e mais polémico, na medida em que se tornavam manifestos humanistas contra a mentalidade medieval do gramático insensível à beleza estética, e aqueles discursos que aparecem depois dos anos cinquenta, onde se nota uma orientação mais religiosa, ou melhor dizendo, teológica. São exemplos dos primeiros os de 1534 de André de Resende e de 1539 de João Fernandes.

Em certos pormenores estas orações são índice dos tempos novos; um deles está no gosto pela superlativação, que não deve resultar somente da tendência laudatória, mas também, muito certamente, da necessidade de exprimir o que diferente da medievalidade os humanistas encontravam

(1) É assim que Arnaldo Fabrício as divide: «Hae vero sunt quidam habitus animi ad virtutem, ad quam maxime facti a natura videmur, rectis studiis quasi subacti, et prae-parati: ut Grammatica, Dialectica, Rhetorica: Itemque numerorum, sonorum, mensurae, syderum rationes»; in *Quatro Orações Latinas*, cit., p. 7.

(2) Vid. a introdução de A. Moreira de Sá à *Oração Proferida no Estudo Geral de Lisboa de D. Pedro de Meneses (1504)*, p. 47. COSTA RAMALHO, in *D. Diogo de Sousa e o Introdutor do Humanismo em Portugal*, observa que a diferença entre a *Oratio* de Cataldo em Bolonha (publ. em 1500 com as *Epistole*) «e as que trinta ou quarenta anos depois serão pronunciadas no Estudo Geral lisbonense e na Universidade de Coimbra» é pequena, concluindo que «O Humanismo estava de facto introduzido entre nós em fins do século XV e o seu introdutor fora Cataldo Parisio Sículo».

(3) LUÍS DE MATOS, «Nótulas sobre o Humanista Cataldo Parisio Sículo», cit., p. 8, mostra como a data de 1509 que Barbosa Machado indica para a edição *princeps* das obras completas de Cataldo por António de Castro deve ser gralha por 1569. Castro não conheceu a edição de 1500, pelo que chamou à sua, mais tarde aproveitada por Caetano de Sousa na reedição de parte dos *Poemata*, «primeira edição das obras completas». Quanto à impressão das *Epistolae et orationes secunda pars*, não pode datar de 1500 por conter documentos posteriores a esse ano; mas não pode andar muito longe de 1513 ou 1514. Da mesma altura devem ser as *Visiones*.

na actividade intelectual aplicada aos ramos em que dividiam o saber, herdados do século XIII⁽¹⁾. Outras vezes, documentam-nos pontos importantes, como é o caso do elogio da Itália. Se em casos particulares como o de Resende, isso advém de um conhecimento real do país, noutros (que são a maioria) trata-se de uma tradição testemunhadora da «fonte» mais antiga de humanistas vindos para Portugal⁽²⁾. No entanto, se o autor visa a questão religiosa, Roma perde em piedade o que tem de elevado em classicismo⁽³⁾.

A Universidade foi preenchida com muitos professores que vieram do estrangeiro; por exemplo, a oração de 1548 refere-se a bastantes. Chegavam, eles e os portugueses que lá fora se formaram, habituados a uma convivência ideológica que durante alguns anos deve ter marcado a vida coimbrã. A discussão era a coisa mais importante; discutia-se muito, embora pareça que não; basta consultar os *Processos na Inquisição* de 1550, eles mesmos expressão do ambiente mental e do choque entre duas maneiras de pensar, correspondentes a duas gerações, para imaginarmos como a discussão (muitas vezes ligada à crítica e à maledicência) era elemento correntíssimo naqueles homens⁽⁴⁾. Recordemos o caso

(¹) Um mundo novo requeria uma expressão nova; entre os latinistas era nítido o gosto pela superlativação; cf. COSTA RAMALHO, *A Oração de Sapiência do Conde de Alcoutim*, cit., p. 5: «Ao latim floreado do conde não deve ser alheio o talento humanístico da superlativação, que o *doctor Cataldo*, seu mestre, trouxera de Bolonha para as cortes de D. João II e D. Manuel». A influência de Cataldo está sendo estudada e não deve ter sido pequena; nos oradores latinos pode-se citar Hilário Moreira que, em 1552, se deve ter servido de trechos da que Cataldo proferira em Bolonha. Em Pedro Nunes encontramos um universalismo que ultrapassa bastante as possibilidades de comunicação que as *artes liberales* forneciam: «Diz ho bem auenturado doctor sancto Agustinho no decimo quinto livro q̄ escreueo da trindade muito escrarecido & muito excelente Principe: que os cōceptos & pella razam a sciencia nam tẽ propria lingoagem. Porque sciencia nam he outra cousa senão hum conhecimêto habituado no entendimento: o qual se adquirio per demonstração: e demonstração he aquelle discurso que nos faz saber. E poys a voz não serue de mais que de explicarmos nossos conceptos per ella: manifestamente se segue que a sciencia não tem lingoagem: e que per qualquer que seja se pode dar a entender»; vid. *Tratado da Sphera*, in *Obras*, p. 3. Razões um tanto semelhantes levaram Azpilcueta a escrever em castelhano e traduzir para português o seu *Manuel de Confessores*.

(²) Apesar de a Universidade, ao tempo em que João Fernandes a elogia na pessoa de alguns mestres, comportar grande número vindo de Salamanca e Alcalá, a verdade é que a Itália forneceu sempre professores para Coimbra.

(³) É o que acontece com João Fernandes no discurso de 1548, quando compara Roma dos seus dias com a de Cícero ou Tito Lívio.

(⁴) Vejam-se, a este respeito, as declarações de Mestre João da Costa no seu *Processo*, pp. 78 e 96: «12º Emtemde prouar que elle .R. sempre trabalhou por saber bem disputar & disputou em m^{tas} partes e de diuersas materias...». Vid. ainda MÁRIO

de mestre Eusébio, professor de hebraico, para só referir um dos elogiados na oração de 1548, de forma a idealizarmos o que era a vida de um humanista, peregrinando de universidade em universidade, oferecendo os seus serviços, à espera da recompensa que nem sempre vinha. Então, quando faltava o dinheiro, choviam as reclamações e as lamúrias aos protectores, ora isoladas, ora em conjunto, como as do Senado universitário, que as *Actas* nos conservaram. Um outro assunto, e que a autoridade régia teve de regular por alvarás, era o negócio dos exames, que davam sempre motivo a ofertas de presentes e jantares por parte dos examinandos; o costume, aliás, vinha de Salamanca. Imagine-se o que era o ambiente desses e outros jantares, quantas vezes, mais tarde, transformados em motivos de acusações e suspeitas por parte do Santo Ofício, que, obviamente, se interessava menos pelas viandas aí consumidas (e pelas desculpas de doenças de estômago ou de fígado dadas pelos réus...) do que pelo que lá se dizia ou ouvia dizer para ser contado em momento propício.

A permuta das ideias não se limitava, porém, a essas reuniões; de Luciano debaixo do braço, como o já referido mestre Vicente Fabrício, discutiam-se as questões religiosas, citando-se obras que estavam quase sempre proibidas. E se bem que o que ensinavam da cátedra não contivesse matéria polémica⁽¹⁾, as leituras abundantes de Erasmo, Lutero, Lefèvre e tantos outros davam-lhes imensas oportunidades de troca de pontos de vista. Alguns se arrependiam mais tarde do à vontade com que pensavam certos assuntos religiosos; queira-se ou não se queira esquematizar o pensamento humanista, pelo menos o de formação mais letrada alimenta-se da questão religiosa, fundamentalmente. Tal qual os homens do tempo se mostraram preocupados, a verdadeira questão estava, então, em ser ou não a favor desta ou daquela corrente religiosa. O ambiente coimbrão não foge a isto: depois da morte de André de Gouveia, a qual directamente originou os Processos na Inquisição de 1550, vemos eclodir a oposição entre «parisienses» e «bordaleses», cujo significado no século de quinhentos é bastante mais vasto do que parecerá. Esses Processos são essencialmente um índice comprovativo da importância da atitude religiosa na vida do homem culto do humanismo.

BRANDÃO, *A Inquisição*, I, cit., pp. 589 e ss., sobre a discussão havida entre mestre Eusébio e o espanhol Bernardino Daza em Lisboa; outros exemplos podem ver-se in SILVA DIAS, *Correntes de Sentimento Religioso*, t. 1, vol. II, onde se transcrevem passos de mais processos inquisitoriais.

(1) Nem sempre era assim, como se vê pelas questões surgidas com Morgovejo por causa de umas «conclusões».

Não admira, pois, que o nome mais exaltado por João Fernandes na sua oração seja o de Azpilcueta, o Navarro, mais do que o do próprio Pedro Nunes⁽¹⁾; para além da protecção que tinha da parte do rei e de D. Catarina, este homem de corpo magro impunha-se pela austeridade em matéria de moral; a sua atitude religiosa caracterizava-se pela procura de um sentimento mais sério das manifestações do culto, portanto expressando preocupações cujas soluções estavam no centro das disputas, livros e política (tantas vezes) do século XVI. Não era necessário ser-se teólogo para entrar nestes assuntos; João Fernandes elogia um professor de medicina cujo comportamento é revelador. Era ele António Luís, médico a quem chamavam o *filósofo* porque «não queria vsar de seu officio de medico». A medicina, na altura, debatia-se entre o tradicionalismo aristotélico e galénico⁽²⁾ e a experiência. Não sabemos até que ponto António Luís aderiu à mais recente; cremos, no entanto, que neste campo Rodrigo Reinoso se lhe adiantou⁽³⁾, tendo-se ele encaminhado para o aspecto filológico do comentário do texto; por isso às vezes parece percursor de coisas que certamente nunca lhe passaram pela mente⁽⁴⁾.

A abertura em larga escala do horizonte intelectual, com o conhecimento de uma geografia que não vinha nos tratados e com a divulgação das obras do pensamento antigo, graças à imprensa⁽⁵⁾, obrigou as inteligências a reverem muito do que aprenderam das gerações anteriores. A euforia do saber, de que as *Orationes* são uma amostra formalizada, conduziu ao enciclopedismo e, no campo da linguagem, a uma terminologia bastante carregada de superlativos. Apesar de todos os entusiasmos, a verdade é que um Francisco Sanchez⁽⁶⁾, o nomeado El Brocense, que se dedicou

(1) Pedro Nunes, apesar da sua descoberta da curva loxodrómica, não chegou às aplicações lógicas e práticas das suas investigações, que foram aproveitadas em 1569 por Gerard Mercator no traçado do planistério em latitudes crescentes.

(2) Vid. RICARDO JORGE, *ob. cit.*, pp. 76 e ss. e pp. 98 e ss.

(3) Veja-se o que dele diz João Fernandes; sobre o estudo por meio de autópsias, vid. os alvarás régios de 16 de Outubro de 1546, mandando entregar ao lente de Prima de Medicina os cadáveres dos doentes estrangeiros mortos no hospital e os dos justicados, in *Docs.*, III, pp. 71-72.

(4) Cf. RICARDO JORGE, *ob. cit.*, p. 177, nota 1. ANTÓNIO JOSÉ SARAIVA, *Hist. da Cultura em Portugal*, vol. II, p. 45, emite a hipótese de que, no texto a que nos referimos ao falar de António Luís, haja uma amostra de certa tendência do Renascimento para o Imanentismo.

(5) A importância da imprensa na divulgação das ideias humanistas foi muito grande; basta ver a quantidade de livros editados nos séculos XV-XVI.

(6) Vid. AUBREY BELL, *Francisco Sanchez, El Brocense*, p. 18; não confundir com o português Francisco Sanches, autor do *Quod nihil scitur*.

ao estudo da teologia, música, drama, poesia, arquitectura, arqueologia, cosmografia, astronomia, medicina, direito e filosofia não foi certamente caso corrente no século XVI. O humanista fàcilmente mostrava uma exaltação por tudo o que fosse grandioso, desde o enobrecimento dos estudos que arrancaram o país da barbárie em que eles diziam estar ⁽¹⁾, até ao laudatorismo frequentemente retórico da expansão marítima.

Embora já de fins do século, portanto posterior um pouco ao momento aqui considerado, transcrevamos esta passagem de um espírito curioso como era o de Francisco Sanches: «É inato ao homem o querer saber; a poucos é dado o saber querer; a menos ainda o saber. Para mim não abriu a fortuna excepção. Desde o começo da minha vida que eu, dado à contemplação da Natureza, tudo perscrutava sem descanso» ⁽²⁾. Cada um à sua maneira, quantos homens de quinhentos não se prestariam a subscrever estas palavras?

⁽¹⁾ São muitas as passagens e apreciações de humanistas portugueses e estrangeiros sobre a nossa «barbárie»; eles sentiam que o clima aqui não era como o que conheciam lá de fora. Vid. testemunhos in LUÍS DE MATOS, *O Humanista Diogo de Teive*, p. 53.

⁽²⁾ *Quod nihil scitur in Tratados Filosóficos*, I, trad. de Basílio de Vasconcelos e M. Pinto de Meneses, p. 7.

(Página deixada propositadamente em branco)

VI

A EDIÇÃO DE 1548

A *Oratio Funebris*, de 1543, e a *Oratio de Celebritate Academiae*, de 1548, foram editadas neste mesmo ano em Coimbra. Dessa edição existem dois exemplares nos Reservados da Biblioteca Nacional, com as cotas 792 P e 1481 P.

O primeiro, que designaremos por exemplar *A*, encontra-se roído pela traça no cimo de quase todas as folhas; trata-se, sem dúvida, do livro tal qual foi posto a público em 1548. Tem as dimensões de 95 × 135, e o título: «Ad Ioan / nem Tertium, & Al / garbiorum regem Africum / / Arabicum, Persicum, In / dicum principem pijs / simum. / Ad Principem Lvdovicvm / De Celebritate Academiae Conimbricēn. / Oratio funebris habita in funere inclyti / Eduardi. Filij D. N. R. / Conimbricae. / / M.D.XLVIII».

Não tem indicação de tipografia, e a data de impressão pode colocar-se entre Julho e Dezembro desse ano. O volume termina com uma «Errata» para as duas orações, onde se indicam as seguintes falhas:

«Orationem consecutura. Totum curriculis, coenobio, immatura oceanus superarunt. curriculo. vespillo. quies. reuocate: foeminas, victa, mortnũ⁽¹⁾ vermes adiecisset. Calliditas pomoeria, & illa Aristotelis volueri inaurabat verae».

Na mesma Biblioteca encontra-se um outro exemplar da mesma edição, que designamos por *B*. Este tem a vantagem de se encontrar em bom estado de conservação, o que nos permitiu preencher as lacunas que no anterior a traça havia produzido. Este exemplar tem, no entanto, a curiosa parti-

(1) Gralha por mortuũ.

cularidade de ser constituído por dois. Na realidade, alguém se serviu de dois volumes, a que arrancou as folhas e as cortou quase pela mancha; depois disto, colou-as em outras folhas brancas maiores, de tal forma que, para obter duas páginas do texto, precisou de duas folhas, pois, ao colar, uma das páginas ficava inutilizada.

Este volume apresenta, por isso, um formato maior que o anterior e tem duas folhas trocadas: a folha C está fora do sítio, trocada com a C i j; isto é, de «Dedit nobis eadem» (P. 146) passa-se para «intervallo reuocet» (P. 148).

Não temos conhecimento de nenhum manuscrito das duas orações editadas; de tudo o que tentámos obter, nada nos indicou a existência de algum.

Apesar de o original não possuir parágrafos, resolvemos distribuir alguns, para melhor disposição do texto. Utilizámos a versão de Pinto de Carvalho (in *Biblos*, XVII, 1.^a Parte), por nos parecer que estava bem copiada do original, além de corrigir as gralhas; mas como o texto que publicou apresenta certos lapsos, por se ter servido do exemplar *A*, corrigimo-los pelo exemplar *B*.

Ortografámos *littera* em vez de *litera*, como aparece algumas vezes.

VII
ORAÇÃO

AD IOAN-
NEN TERTIVM IN-

uictissimum Portugalliae, & Al
garbiorum regem Africum
Arabicum, Persicum In
dicum principem pijs
simum

Ad Principem Lvdovicvm
De Celebritate Academiae Conimbricensis

CONIMBRICAE
M. D.XL. VIII.

IOANNI TERTIO, LUSITANIAE ET ALGARBIORVM REGI
INVICTISSIMO, AFRICO, ARABICO, INDICO, PRINCIPI
PIENTISSIMO,

Ioannes Fernandus Rhetor Conimbricensis Salutem,
Victoriam Et aeternam exoptat felicitatem.

Cum princeps Ludouicus Lusitaniae tuae Infans, frater tibi germanus charissimus haec regia gymnasia uiseret, Rex inuictissime, ex more et munere meo, mihi ab amplissimo ordine iniunctum est ut panegyrica oratione unus pro omnibus illum exciperem, et de tam immenso beneficio gratias agerem. Haec mihi consecuturus pro rei dignitate uidebar, si totius orationis nostrae conformatio in regiam munificentiam tuam, qua

A D. JOÃO TERCEIRO

Rei invicto de Portugal, Algarves,
África, Arábia, Pérsia, Índia
e Príncipe muito piedoso

Discurso dirigido ao Infante D. Luís
acerca da Fama da Universidade
de Coimbra

Coimbra
1548

João Fernandes, Mestre Conimbricense de Retórica
deseja saúde, vitória e eterna felicidade
ao Invictíssimo rei de Portugal, Algarves,
África, Arábia e Índia, o Piedosíssimo
Príncipe D. João III

Quando o príncipe D. Luís, Infante do teu reino de Portugal, e irmão muito querido, veio em visita a estas reais Escolas, Rei invictíssimo, conforme é costume e como encargo meu, foi-me mandado pelo Senado que eu só, em nome de todos, o recebesse com um discurso panegírico e por tão grande beneficio lhe desse graças.

Parecia-me que o havia de conseguir conforme a dignidade do assunto, se todo o desenvolvimento do discurso eu o encaminhasse para a tua real

liberalissimus et munificentissimus rem litterariam persequeris, destinaretur. Hic mihi unus scopus petitus est: hanc unam arbitrabar dignam delicatissimis Ludouici auribus materiam. Quam et si aequam humeris meis nesciebam, si tamen lectam potenter curarem nec facundia, nec lucidus ordo desperabantur orationem⁽¹⁾ consecutura.

Versanti, igitur, mihi et exploranti, quando breuiter dicendum esset, quid dicerem potissimum, tandem placuit, non aedificiorum moles, non collegia, non coenobia, non adeo plura et ampla beneficia quibus bonam studiosae iuuentutis partem alis, sed uiros undecunque doctissimos, quos e tam diuersis et longe positis locis huc quasi in mundi theatrum euocasti, laudare et suis quemque coloribus depingere. Qua in re, et si aliter per tabulae angustias non licuit, uix usquam totum⁽²⁾ corpus sed huius caput, illius manus, oculos uel aurem tantum pingo, ut imaginum frequentia umbris etiam et lumine compensetur: quod in singulis absoluta artis elegantia desiderabat. Nam in laudando principe Ludouico uideo plane usu euenisse mihi quod in geographicis picturis, ubi linea Nilus et Roma punctus est. Quantum autem ad exiguum ingenii et eruditionis meae modulum pertinet, utinam, rex inuictissime, illis Callimachi uersibus uere hoc epistolium clauderem.

Ὁ φθόνος Ἀπόλλωνος ἐπ' οὐατα λάθριος εἶπεν·

«Οὐκ ἄγαμαι τὸν ἀοιδὸν ὅς οὐδ' ὅσα πόντος ἀείδη.⁽³⁾»

Τὸν Φθόνον⁽⁴⁾ ὠπόλλων ποδὶ τ' ἤλασεν ᾧδὰ τ' εἶπεν·

«Ἀσσυρίου ποταμοῦ μέγας ὕψος, ἀλλὰ τὰ πολλά

λύματα γῆς καὶ πολλὸν ἐφ' ὕδατι συρφετὸν ἔλκει.

Δηοῖ δ' οὐκ ἀπὸ παντὸς ὕδωρ φορέουσι μέλισσαι,

ἀλλ' ἦτις καθαρὴ τε καὶ ἀχράαντος ἀνέρπει

πίδακος ἐξ ἱερῆς ὀλίγη λιβάς, ἄκρον ἄωτον.»

Χαῖρε⁽⁵⁾ ἀναξ· ὁ δὲ Μῶμος, ἔν' ὁ Φθόνος⁽⁶⁾, ἔνθα νέοιτο.⁽⁷⁾

(1) orationem. Esta palavra falta no texto, mas vem indicada nas erratas, no fim do volume.

(2) totus.

(3) No texto: ἀείδει.

(4) No texto: φθόνον.

(5) No texto: χαῖρε.

(6) No texto: φθόνος.

(7) Εἰς Ἀπόλλωνα, 105-113.

munificência, com que acompanhas as coisas literárias, com a maior liberalidade e generosidade. Só este alvo visei; julgava que só esta matéria era digna dos ouvidos exigentes de D. Luís.

Por outro lado, embora não a julgasse ao nível das minhas forças, contudo, se a abordasse com coragem, depois de escolhida, nem a eloquência nem a ordem clara ficariam sem esperança de fazerem justiça à oração.

Portanto, cabia-me ponderar e examinar, já que era preciso falar com brevidade; enfim, não foi a massa dos edifícios, nem os colégios, nem os mosteiros, nem mesmo os muitos e vastos benefícios com que alimentas boa parte da juventude estudiosa que me agradou louvar ou pintar cada um com suas cores, mas antes os varões doutíssimos em qualquer parte, que tu para aqui chamaste de tão diversos e afastados lugares, como se fora para um teatro do mundo (1).

E nesta matéria, não tendo sido possível de outro modo pela estreiteza da tábua, dificilmente pinto o corpo inteiro, mas apenas deste a cabeça, daquele as mãos, os olhos ou a orelha, de tal modo que a abundância das imagens é compensada pelas sombras e pela luz. Eis aquilo de que, a propósito de cada um, a perfeita correcção da arte sentiria a falta.

É que, ao louvar o príncipe D. Luís, vejo claramente que me acontece como na prática nas cartas geográficas, onde o Nilo é uma linha e Roma um ponto (2).

Mas quanto à exiguidade do meu talento e aos limites dos meus conhecimentos, oxalá, rei invictíssimo, eu feche bem esta minha dedicatória com os famosos versos de Calímaco (3):

«Clandestina, a inveja disse ao ouvido de Apolo:

«Não gosto do poeta que não canta como o mar»;

Apolo afastou com o pé a inveja, e respondeu:

«Poderosa é a corrente do rio da Assíria, mas arrasta

Nas suas águas muitas impurezas da terra e muito monte de imundícies.

As sacerdotizas, porém, não levam a Deo uma água de qualquer parte,

Mas a que, gota a gota, límpida e pura jorra

Da fonte sagrada e mais cristalina.

Salvé, Senhor! A Troça, que vá aonde está a inveja».

Si quas acturus sum tibi gratias, princeps serenissime, uel huic tuo erga nos immortalī beneficio, uel huius amplissimi ordinis uoluntati, cuius iussu et nomine ago, minime responderint, meae infantiae potius quam tuae fortunae horumue animo tribuendum putaueris. Quae enim potest esse tanta ingenii ubertas, unde uis inuentionis emanat? Quae tanta orate dicendi copia, unde lumina orationis petuntur, quod tantum ac tam diuinum orationis genus, cuius philtris quasi hamatis aculeis mortalium animi trahuntur et detinentur? Quae denique agendi ulla tanta suauitas aut uiuae⁽¹⁾ uocis energia; quae hoc decus unicum, hoc lumen quod hodierno die tua praesentia litteris⁽²⁾ nostris irradias, non dicam oratione complecti possit, sed nec adumbrare tantum aut narrando recensere? Quod si ingenii acumen, cui primum res tota litteraria⁽³⁾ debetur, charissimum habere debemus; si memoriae tenacitas, cui tamquam fidelissimo thesauro universam philosophiam credimus, in pretio⁽⁴⁾ futura est; si tot annorum curriculis⁽⁵⁾, quibus in litteris⁽⁶⁾ profecimus, multum nos debere profitemur, si sudoribus⁽⁷⁾, si uigiliis, si diatribis, aliisque hoc genus, quibus aliquod nomen decusque in litteris⁽⁸⁾ gessimus, nos iure addicimus, immensum profecto ac infinitum est quod tibi debemus, princeps serenissime, cuius fauore et munificentia, cuius regia praesentia ingenii acumen, memoriae tenacitas, transacta et impensa functioni litterariae⁽⁹⁾ tempora, sudores, uigiliae, diatribae, aliaque id genus immortalitati consecrantur.

Qui enim fieri potest ut illud mortalitatis conditionem⁽¹⁰⁾ non exuat, quod princeps Ludouicus, dum uisit, prorsus in deos refert: hoc est, modis omnibus reddit immortale? Quo igitur minus mihi uitio detur, si tantarum rerum pondere succumbam, subit animum, P. C., principis uobis Ludouici eximias animi et corporis dotes ponere ante oculos, ipsique Principi de uestra omnium uirtute et singulari eruditione nonnihil dicere. Ita sane fiet, ut nostra haec gratiarum actio ipso materiae nitore nitescat. Et, dum regis inuictissimi inexhaustam munificentiam expono, digna esse nostra quae tantus princeps uisat ostendam, uosque iure et merito, dum eius

-
- (1) uinae.
 - (2) literis.
 - (3) literaria.
 - (4) precio.
 - (5) curricula.
 - (6) sudoribus.
 - (7) literis.
 - (8) literis.
 - (9) literariae.
 - (10) conditionem.

Se os agradecimentos que estou para dar-te, príncipe sereníssimo, muito pouco correspondenderem quer a este teu imortal favor para connosco, quer ao desejo deste ilustre Senado, por cuja ordem e em cujo nome falo, haverás de julgar que deve atribuir-se mais à minha incapacidade oratória do que à tua sorte ou à intenção dos presentes. Com efeito, que fertilidade de talento⁽⁴⁾ é tão grande, que dele possa brotar a força da invenção⁽⁵⁾? Que abundância⁽⁶⁾ de eloquência elegante é tamanha, que dela se tirem as luzes do discurso, que género de oração tão grande e divino, por cujos filtros⁽⁷⁾ os espíritos dos mortais são arrastados e detidos como se por anzóis afiados? E, finalmente, onde há uma suavidade do gesto oratório e energia de viva voz que eu possa dizer que me permite, não abranger com o discurso, mas ao menos esboçar e delinear, narrando, este único ornamento, esta luz que hoje irradia para as nossas letras?

E se devemos prezar a agudeza do engenho⁽⁸⁾, à qual antes de tudo se deve toda a obra literária; se havemos de apreciar a tenacidade da memória, a que, como tesouro fidelíssimo, confiamos toda a filosofia⁽⁹⁾; se proclamamos dever muito a tantas séries de anos, em que progredimos nas letras⁽¹⁰⁾; se justamente nos submetemos a suores, a vigílias, a discussões e a outras coisas deste género, graças às quais obtivemos algum nome e honra nas letras, imenso certamente e infinito é aquilo que te devemos, príncipe sereníssimo, por cujo favor e generosidade, por cuja real presença, a agudeza do engenho, a tenacidade da memória, o tempo passado e gasto na actividade literária, as vigílias, as discussões e outras coisas deste género são consagrados à imortalidade.

Com efeito, como pode suceder que não dispa a condição de mortal aquilo que o príncipe D. Luís, enquanto faz esta visita, regista verdadeiramente entre os deuses, isto é, torna imortal de todos os modos? Portanto, para que menos se me leve como acusação, se succumbir ao peso de matéria tão grande, vem-me ao pensamento, Senadores, pôr perante vossos olhos os exímios dotes de espírito⁽¹¹⁾ e de corpo do príncipe D. Luís, e alguma coisa dizer ao próprio príncipe de vossa virtude e singular erudição. Assim acontecerá, de tal forma que este nosso discurso de graças brilhe com o próprio esplendor da matéria⁽¹²⁾.

E, enquanto exponho a inesgotável munificência do sempre invicto rei, mostrarei que as nossas coisas são dignas de que tão alto príncipe as

immensa promerita erga uos agnoscitis, per me de tam immenso beneficio gratias agere. Quae omnia, princeps serenissime, dum breuiter expono, quae tua semper fuit humanitas, attentissimas mihi aures praestabis.

Illustrat hodierno die uestrum hunc ornatissimum consessum, patres grauissimi, Ludouicus, Lusitaniae infans, cuius generis stemmata si retro ad caput uoluantur, omnes nobilitatis forulos excutias necessum est.

Fuit enim hoc iam olim Lusitaniae regibus consuetum et prudenter factum, et optimas et nobilissimas foeminas in uxores ducere. Nam, si uerum est quod ait Euripides, generosas nuptias praestare opulentis, quid futurum putas, si sint et generosae simul et opulentae? Hinc factum est quod ex Anglia, Celtiberia, Legione, ut Castellam omittamus, satraparum, dynastarum⁽¹⁾ et regum filias Lusitanos reges sibi duxisse legimus. Duxit Alfonsus primus, imperii et dictionis⁽²⁾ Lusitanae propagator et auctor, Mofaldam, non illam quidem regum filiam, ex nobilissima tamen Larensium familiae, cui hodie Manricorum gens illustrissima debetur. Nupsit Sanctio Vrraca, Aragoniae Regis filia; Alfonso secundo iterum Vrraca Alfonsi illius qui innumeram maurorum multitudinem in Nauis Tolosanis prodigiosa uictoria, praeunte diuo Iacobo, superauit. Beatricem Castellae, Regis filiam, sibi matrimonio coniunxit Alfonsus tertius Bononiensis prius comes, uir acer et iustus. Dionysius ille pater patriae, qui primus in hac inclyta urbe musis gymnasia posuit, uxorem habuit Isabellam, Petri Aragoniae Regis filiam, cuius aram et sacellum miraculis etiam illustre in sanctissimo diuae Clarae coenobio solenni cultu et magna frequentia tamquam diuae indigetis celebramus. Beatricem, Sanctii Castellae Regis filiam duxit Alfonsus quartus ille bello strenuissimus qui coniunctis castris cum genere suo Alfonso, Castellae Rege, paribus auspiciis ad quadringenta maurorum milia neci dedit, illo celebratissimo proelio, quod vulgo a Salato appellamus. Petrus, iustus ille ueris quam crudelis, Constançam in matrimonio habuit Emanuelis Ioannis regia apud Castellanos progenie dynastae clarissimi. Philippam, a Lencastri⁽³⁾ ducis filiam, ex antiquissima regum Angliae et Germaniae imperatorum prosapia, uxorem duxit Ioannes primus Portugalliae instaurator et uindex, qui Castellanos uiros bello strenuos⁽⁴⁾ una cum rege et ingente armatorum ui proelio Aliubarrotensi superauit.

(1) dynastarum // filius.

(2) dictionis.

(3) Alencastri.

(4) strenuos.

visite; e vós, enquanto ficais a conhecer, graças a mim, os imensos benefícios que vos fez, de direito e com razão, por meu intermédio, dareis graças por tão grande favor.

Príncipe sereníssimo, enquanto exponho em brevidade tudo isto, com essa humanidade que foi sempre tua, prestar-me-ás atentíssimo ouvido ⁽¹³⁾.

Ilustra hoje esta vossa bem ornamentada assembleia, mestres gravísimos, D. Luís, Infante da Lusitânia; se quiséssemos rever a sua linhagem, teríamos de abanar todas as estantes de livros de nobreza ⁽¹⁴⁾.

Na verdade, já outrora, na Lusitânia, foi costume, que com razão se praticou, tomarem os reis para esposas as melhores e mais nobres mulheres. Assim, se é verdade o que diz Eurípides ⁽¹⁵⁾, que os casamentos nobres são superiores aos ricos, que julgas tu que acontecerá, se forem ao mesmo tempo nobres e ricos?

Daqui resultou o que lemos: que das partes de Inglaterra, de Aragão, de Leão (para não falar de Castela), os reis lusitanos casavam com as filhas dos príncipes, dos dinastas e dos reis ⁽¹⁶⁾.

D. Afonso primeiro ⁽¹⁷⁾, conquistador e fundador da Lusitânia, casou com D. Mafalda, que, se não era filha de reis, era ao menos da notabilíssima família dos Laras ⁽¹⁸⁾, à qual se deve hoje a linhagem ilustríssima dos Manriques. D. Sancho ⁽¹⁹⁾ casou-se com Urraca, filha do rei de Aragão; D. Afonso II ⁽²⁰⁾ casou com outra Urraca, filha daquele famoso Afonso que em Navas de Tolosa, levando à frente o estandarte de S. Tiago venceu incontável multidão de mouros com prodigiosa vitória. D. Afonso terceiro ⁽²¹⁾, antes conde de Bolonha, homem severo e justo, casou com Beatriz, filha do rei de Castela.

O famoso D. Dinis ⁽²²⁾, pai da pátria, e que foi o primeiro a estabelecer nesta ínclita cidade escolas para as artes, teve por esposa Isabel, filha de Pedro, rei de Aragão; nós veneramos o altar dela, devido aos seus milagres, como se fosse uma deusa tutelar, com brilho, culto solene e grande frequência no santíssimo mosteiro de Santa Clara ⁽²³⁾. O nomeado D. Afonso quarto ⁽²⁴⁾ casou com Beatriz, filha de Sancho, rei de Castela; valentíssimo na guerra, levou a morte a cerca de quatrocentos mil mouros naquela celeberrima batalha que nós vulgarmente chamamos do Salado, depois de reunidos os exércitos com o seu genro Afonso, rei de Castela, com iguais poderes ⁽²⁵⁾. D. Pedro ⁽²⁶⁾, na realidade mais justo que cruel, tomou em casamento Constança, filha de João Manuel, ilustríssimo senhor com linhagem real entre os Castelhanos.

D. João primeiro ⁽²⁷⁾, restaurador e defensor de Portugal, e que como rei e chefe dos exércitos venceu valentemente os valorosos Castelhanos na batalha de Aljubarrota, casou com Filipa, filha do Duque de Lencastre,

Nupsit Eduardo Leonora, Aragoniae regis filia, cuius nuptiis splendissimis praesentem felicitatem debemus. Peperit enim illa Fernandum, inuictissimi Emanuelis patrem et Ludouici nostri auum clarissimum. Alfonsus, Eduardi filius, uxorem habuit patruelem Isabellam, Petri infantis tutoris⁽¹⁾ sui filiam, quem intestino bello de medio sustulit. Ioannes secundus, uir impiger et experientissimus, ille non solum bello inuictus, uerum etiam caeterarum rerum pater familias diligentissimus et prudentissimus, Leonoram in matrimonio habuit, patruis Fernandi filiam prudentissimam foeminam, et quae suorum acerbissima funera, immatura et crudelia, o fatorum⁽²⁾ seriem, pro coniugis gloria et incolumitate, forti et aequo animo tolerauit. Inter has tamen omnes⁽³⁾ pari passu cum diua Isabella uadit ad caelestia templa et immortales triumphos Maria, Catholicorum Regum filia, Ludouici mater. Quae non solum regis fuit filia, regis uxor et regis mater, quod tamquam raram et solidam felicitatem Lampido Lacedaemonia⁽⁴⁾ habuisse fertur, uerum etiam eximia sanctitate talis, quod, si accederet pontificis calculus, merite in diuorum numerum relata et esset et haberetur. Patris genus ad eundem fontem refertur, agnatione tamen ad Vngariae reges spectat, idque per Henricum⁽⁵⁾, Vngariae Regis secundum filium, cui ob claritatem gentis et rerum gestarum in mauros dexteritatem Magnus Alfonsus, qui Toletum urbem regiam a mauris recuperauit, Tiresiam filiam in uxorem et Portugalliam in dotem indulserat. Emanuel, igitur, Rex inuictissimus, Ludouici pater, ut taceam deuictas tam longe positas in alio orbe gentes et apertum post tot saecula iterum Hispaniensibus nauibus oceanum⁽⁶⁾; ut taceam bonam Africae partem Lusitanorum armis coactam et recuperatam; ut taceam alias egregias dotes, quas habuit innumeras; animi mansuetudine, morum suauitate et facilitate tantopere enituit, ut in summa regni maiestate priuatum agere uideretur. Inde amari omnibus, coli et suspici, inde de Regis salute magis omnes quam de sua quemque sollicitari.

Mihi, P. C., quoties principem Ludouicum uideo, nam uidi non semel, toties uenit in mentem auus catholicus Fernandus in quem hic mihi regeneratus uidetur. Haec est illa frontis maiestas, haec est illa uultus alacritas, hic est ille corporis status et habitus, haec est illa animi constantia

(1) tutorem.

(2) Ofatorum. A palavra seguinte está comida pela traça no exemplar A.

(3) omnis.

(4) Lacaedemonia.

(5) Enrricum.

(6) oceanum.

da muito antiga estirpe dos reis de Inglaterra e imperadores da Alemanha. D. Duarte ⁽²⁸⁾ casou com Leonor, filha do rei de Aragão; a estas esplendíssimas núpcias devemos a presente felicidade. É que ela deu à luz Fernando, pai do invictíssimo D. Manuel, e preclaro avô do nosso D. Luís. D. Afonso, filho de D. Duarte, casou com a sua prima Isabel, filha do Infante D. Pedro, seu tutor, que destruiu em guerra intestina. D. João segundo ⁽²⁹⁾, homem activo e de grande experiência, nunca vencido não só na guerra, mas ainda nos restantes assuntos, chefe de família cuidadoso e ponderado, casou com Leonor, filha do tio paterno Fernando, mulher muito sensata, e que aguentou com forte e recto ânimo bem penosos funerais, prematuros e cruéis dos seus, oh série de desgraças, em troca da glória e segurança do marido.

Entre todas estas, porém, a par de Santa Isabel, caminha para os templos celestiais e imortais triunfos Maria, filha dos Reis Católicos e mãe de D. Luís. Não foi apenas filha de rei, esposa de rei e mãe de rei — diz-se que tão rara e sólida felicidade só a tivera a lacedemónia Lampido ⁽³⁰⁾ —, mas foi ainda tão exímia na santidade, que, se houvesse aprovação pontifical, com razão seria levada para o número das santas e tida como tal ⁽³¹⁾.

A linhagem do pai ascende à mesma fonte, mas por agnação volta-se para os reinos de Hungria, e isto através de D. Henrique, segundo filho do rei da Hungria ⁽³²⁾, a quem, com base na honra da família e na valentia dos feitos contra os mouros, o grande Afonso, que lhes tomara a real cidade de Toledo, deu em casamento sua filha Teresa, e em dote, Portugal.

Consequentemente, D. Manuel ⁽³³⁾, rei invicto, pai de D. Luís, ainda que eu cale os povos vencidos, em partes tão longe colocadas, no outro lado do mundo ⁽³⁴⁾, e também o oceano aberto, depois de tantos séculos, pelas naus hispânicas ⁽³⁵⁾, ainda que cale boa parte da África dominada e recuperada pelas armas dos Lusitanos, ainda que cale os restantes dotes egrégios, que muitos possui, de tal modo brilhou com a calma do espírito, com a suavidade e limpidez dos costumes, que na majestade suprema do reino parecia viver como um particular. Por isso de todos é querido, estimado e respeitado, por isso todos oram mais pela saúde do Rei, que cada um pela sua.

Por mim, mestres queridos, todas as vezes que vejo o príncipe D. Luís — e, na realidade, não o vi só uma vez ⁽³⁶⁾ — sempre me lembro do avô, Fernando, o Católico, em quem ele me parece ter renascido. É aquela mesma majestade da frente, aquela mesma vivacidade do rosto, aquela mesma compostura e aspecto do corpo, aquela mesma constância do

et sublimitas rerum omnium capax, ut uigorem, dexteritatem, magnanimitatem caeterasque omnes ⁽¹⁾ belli et pacis artes taceam. Et ut ingenue dicam quae sentio, inter tam multos nepotes, omnes ⁽²⁾ imperatores, reges et filios regum, quos ille felicissimus Fernandus superstites reliquit, hunc ego admirari soleo maxime, quia mihi Fernandi maiestatem spirat et refert. Nam Fernandus et Isabella, pace omnium dicam, uirtute et fortuna omnes Occidentis reges superarunt ⁽³⁾. Si igitur ex bonis nascuntur ⁽⁴⁾ boni, et quadmodum uitium olearum caeterarumque rerum semina, sic etiam uirtutes liberis communicantur, tam uasta bonorum omnium silua ⁽⁵⁾ et relictae haereditate auorum uirtutes, ut bono simus animo, pollicentur, P. grauissimi, futurumque ut hanc uestram animi significationem, qua illi gratias agitis immortales, aequi bonique consulat princeps humanissimus. Cuius animi dotes, quae uera sunt hominis bona, expendenti mihi, nulla profecto tanto rerum fastigio par inueniri potest oratio.

Duas tamen contemplari tantum in praesentia uacat: religionis cultum, cuius fons est pietas, et rei militaris scientia, quae maxima quaeque imperia et peperit et stabiliuit. Pietatem principis matris sanctissimae educationi acceptam feramus, longo etiam generis filo quod principes multos piissimos et Christianissimos explicabit. Fuit enim hoc insitum ac pene peculiare Lusitanorum principum maioribus religionis ⁽⁶⁾ sarta ⁽⁷⁾ tecta tueri, aras, templa, sacerdotia in primo loco ducere, ad cultum diuinae maiestatis subditos et exhortari et cogere. Iustum profecto ac pium studium reges, qui a summo sunt rege agnoscere potestatis suae auctorem omnesque belli et pacis conatus eo referre. Quod si feceris, nunquam pacem habeas sine dignitate, nunquam bellum iniustum in eas. Pauca hactenus bella obtinuit temporis ratio quae principis nostri praesentiam desiderarent; fuerunt tamen multa huius consilio et autoritate gesta feliciter. Virtutem etiam militarem caesaris signa secutus exseruit. Nam, cum potuisset iusti adeo exercitus quem cum ingenti classe caesari suppetias inuictissimus frater miserat, summum ducem agere, cum etiam proprio sumptu, qui amplissimam dynastiam exercent magnam militum manum colligere, maluit tamen alienis auspiciis, felicissimis tamen et amplissimis apud caesarem militare. O felicem tanto milite imperatorem. Habebat in concilio Nestorem,

-
- (1) omneis
(2) omnis.
(3) superaruunt.
(4) nascuntur.
(5) sylua.
(6) religione.
(7) sarcta.

espírito e elevação capaz de todos os assuntos; e calo o vigor, a destreza a magnanimidade e todas as outras virtudes de guerra e de paz!

E, para dizer sinceramente o que sinto⁽³⁷⁾, entre tantos netos, tantos imperadores, reis e filhos de reis que aquele felicíssimo Fernando deixou atrás de si, costume admirar muito mais este, porque quanto a mim respeita e retrata a majestade de Fernando.

Realmente, Fernando e Isabel, e oxalá o diga com o acordo tácito de todos, superaram todos os reis do Ocidente na virtude e na fama. Se, portanto, os bons nascem dos bons⁽³⁸⁾, e se, como as sementes das videiras, das oliveiras e das outras plantas, também as virtudes se comunicaram aos filhos, um tão vasto bosque de todos os bens e as virtudes⁽³⁹⁾ vindas dos avós como herança prometem, Mestres gravíssimos, assim confiamos, que o príncipe humaníssimo há-de interpretar da maneira mais favorável esta vossa demonstração dum eterno agradecimento⁽⁴⁰⁾.

E ponderando eu os seus dotes de espírito, que são os verdadeiros bens dos homens, nenhum discurso pode, certamente, encontrar-se que esteja ao nível de tão grandes alturas.

Todavia, para dois há vagar de olhar bem na sua presença: o culto da religião, cuja fonte é a piedade, e a ciência da guerra, que fez nascer e estabelecer os impérios mais poderosos. Refiramos à educação da santíssima mãe do príncipe a piedade recebida ainda de um longo fio genealógico que se desdobrará em muitos príncipes piedosíssimos e cristianíssimos.

Com efeito, isto foi inato e quase que próprio dos antepassados dos príncipes lusitanos: velar pelo bom estado dos edifícios da religião⁽⁴¹⁾, os altares, os templos, considerar em primeiro lugar os sacerdócios, exortar e impelir os súbditos para o culto da Divina Majestade⁽⁴²⁾.

Sem dúvida que uma justa e pia ocupação têm os reis que, vindos do Sumo Rei, reconhecem o autor do seu poder e a ele referem todos os esforços da guerra e da paz. Se fizeres isto, nunca terás paz sem dignidade, nem iniciarás a guerra com injustiça⁽⁴³⁾. O decorrer do tempo poucas guerras mostrou até agora que necessitassem da presença do nosso príncipe; contudo, muitas houve que acabaram bem devido ao seu conselho e autoridade.

Quando seguia de um César⁽⁴⁴⁾ os estandartes na batalha mostrou a coragem militar. É que, embora tivesse podido desempenhar o comando supremo de um exército legítimo, ele que seu irmão invencível enviara em socorro de César com uma enorme armada, ainda que tivesse podido juntar até à própria custa um corpo de exército, ele, que chefia uma família riquíssima, preferiu todavia militar junto do César sob ordens alheias, se bem que felicíssimas e generosíssimas. Oh feliz imperador com tão grande soldado! Possuía, no conselho, Nestor e, na batalha, Aquiles. Que é

in acie Achillem. Quid non erat Carolo Ludouicus? Quid illi non praestabat? Fortitudinem in periculis, in agendo industriam, in conficiendo celeritatem, in prouidendo consilium. Hae sunt genuinae militum artes et uerae imperatoris uirtutes. O si licuisset hic mihi oratorem agere, hoc est, amplificare et exornare omnia nihilque⁽¹⁾ sine honore uerborum praeterire! Cuiam deesse posset oratio? In hac materia, Menelaus esset Vlysses et Nestoris suauiloquentia suum haberet campum. Quia uero ad clepsydrum dicimus, utamur nostris horis, et dum singula tum infantia, tum ingenii culpa deterimus, quod secundo proposuimos loco latius exequamur.

Dum altius regum et imperatorum opera contemplor, princeps serenissime, illa uideo quosdam admirari magis quae minus mortalium usui patuerunt. Barbaras enim Aegypti pyramides et Cariae Mausolea⁽²⁾, colossos, et amphitheatra, quaeque alia nomine miraculorum admiramur, omnia uetustate confecta, absoluerunt, facta nimirum ad ostentationem uel ingenii, uel opum, marmore, auro et argento, quae omnia uana sunt et caduca, mortalibus commendata. Quae uero et colendo hominum animo principes, aut praeclerissimas quasque respublicas fecisse legimus, aut stant prorsus, aut si eius sunt ingenii, ut stare non possint, mirum, quae sui posteris monumenta⁽³⁾ reliquerint. Vix hodierno die urbis Atheniensium uestigia uidemus, uiuentes tamen Athenas ac sentientes, idque multo melius, quam cum floruerunt maxime quis non uideat, cui ad Platonis, uel Aristotelis sacraria pateat aditus? Expressa mihi magis Roma et augustior aureis illis Ciceronis et lacteis Liuii eloquiis est quam ea quae hodie a tam multis ambitionis potius quam pietatis causa uisitur. Cum igitur hoc amplissimum et plane regium opus quod uides, princeps serenissime, et munificentiae inuictissimi Regis nostri fratris tui et prudentiae debeatur, uellem ego ita graphice singula describere, ut non Apellem superasse, sed diuinum illud orationis genus, quo Africanus, apud Ciceronem, Scipioni filio, de excelso, pleno stellarum, illustri et claro loco, templa haec quae respicimus aut incolimus, quaeque ab elegantia mundum dixere latini, ostendebat, aliqua ex parte referre possem⁽⁴⁾. Et o utinam quemadmodum illi, dum singula

(1) nihilque. A palavra está em parte roída pela traça no exemplar A.

(2) Mansolea.

(3) monumenta.

(4) possem.

que não era D. Luís para Carlos? Que é que não lhe facultava? Valé-
tia nos perigos, destreza na acção, celeridade no actuar, conselho no
prever.

Estas são as artes genuínas e verdadeiras qualidades do comandante
supremo. Oh, se me fosse possível fazer aqui um discurso, isto é, ampliar
e enfeitar tudo, nada deixando sem o brilho das palavras! Mas a quem
poderia fazer falta a oração? Nesta matéria, Menelau seria Ulisses, e a
suave eloquência⁽⁴⁵⁾ de Nestor teria o seu campo.

Mas porque falamos a olhar para a clepsidra, aproveitemos as nossas
horas e, enquanto gastamos os assuntos um por um, quer por culpa da
minha incapacidade oratória, quer por culpa do meu talento, aquilo que
dispusemos para segundo lugar, cumpramo-lo mais largamente.

Ao contemplar, do fundo dos tempos, as obras dos reis e imperadores,
Príncipe sereníssimo, vejo que alguns admiram mais aquelas que menos
ilustres são para uso dos mortais.

Realmente, as bárbaras Pirâmides do Egipto e os Mausoléus da
Cária⁽⁴⁶⁾, os colossos e anfiteatros e outras coisas que admiramos com
nome de milagres, todas, consumidas pelos anos, pereceram, feitas, eviden-
temente, para ostentação quer do talento quer da riqueza, de mármore,
ouro e prata, que tudo são coisas vãs e caducas⁽⁴⁷⁾, agradáveis aos
mortais.

Quanto às que lemos que príncipes ou repúblicas ilustríssimas fizeram
para o verdadeiro e venerando⁽⁴⁸⁾ espírito dos homens, essas quer se
mantenham, quer sejam de natureza tal que não se possam manter, é admi-
rável a recordação que de si deixaram aos vindouros.

Difícilmente hoje vemos vestígios da cidade de Atenas, e contudo quem
não há — todo aquele a quem se patenteia a entrada para os santuários
de Platão e Aristóteles — que não a veja viva e pensante, e isto muito
melhor do que nos dias do seu apogeu? Roma tem para mim um valor
muito maior e mais solene no verbo áureo de Cícero ou no verbo puro de
Lívio⁽⁴⁹⁾, do que aquela que hoje é visitada por tantos mais por ambição
que por piedade.

Devendo-se, portanto, esta obra, que vês, grandiosa e verdadeiramente
real, príncipe sereníssimo, à munificência do nosso invictíssimo Rei, teu
irmão, e à sua prudência, eu gostaria de descrever de algum modo cada
coisa de forma tão exacta, que pudesse exceder não só Apeles⁽⁵⁰⁾, mas
aquele divino género de discurso, com que, em Cícero, o Africano, de
um lugar excelso e cheio de estrelas, ilustre e brilhante, mostrava a seu
filho⁽⁵¹⁾ estas regiões sagradas que vemos ou habitamos e que, pela sua
beleza, os latinos chamaram mundo⁽⁵²⁾.

enarrat, ipsa mundi lumina in orationem descendunt, ita mihi dum ex hoc excelso loco singulas regiae liberalitatis partes uelut membra ad unum corpus reuoco, non rei maiestatis luminibus officeret, sed perspicuitatis et ornamentorum luce tota nostra colluceret oratio.

Primum, ut laetis ominibus musarum studia procederent, hanc aulam, templum regiae maiestatis pulcherrimum, musis in museum concessit. Qua parte Caesares omnes mihi superasse uidetur. Qui pulchre et honorificentissime dum litteris⁽¹⁾ egisse uidebantur, si urbe Roma litterarum⁽²⁾ professores donassent. Noster tamen rex munificentissimus, urbem, regnum et regiam ipsam musis largitur. Neque erat alioqui locus qui regios professores deceret. Par profecto erat, eos honestaret regia, qui illi uicissim honori essent futuri. Et quid, quaeso, non illustrabit tam uaria eruditio, tam absoluta rerum omnium cognitio, tam sacrosancta in quacunque philosophiae parte maiestas, tot anni impensi erudiendae ingenuae iuuentuti, idque in clarissimis totius orbis gymnasiis, in florentissimo auditorum coetu?

At stultus ego, qui crassiori quadam minerua generatim loquor. Cur non singulas potius species enumero? Cur ad splendidissima ipsa indiuidua non descendo? Caput est ordinis Andreas Noronius, uir nobilissimus non minor litterarum⁽³⁾ et morum celebritate quam fuit fortitudine et armorum dexteritate pater ille inclytus Ioannes Noronius, frater Petri Villaregalensis marchionis, qui me externum hominem sic fouebat et subleuabat, ut non minora mihi otia⁽⁴⁾ faceret, quam suis quondam Flacco⁽⁵⁾ et Maroni Mecae-nas. Andreas tamen iure hereditario fidele in regem suum nostramque hanc academiam obsequium praestabit. Vtinam felicius quam pater. Quanquam non debet infelix censer fatum illius incomparabilis herois, qui tot rebus feliciter ac fortiter gestis in mauros, pro Domini cruce, pro Regis sui gloria transfixus maurorum hostis animam exhalauit.

Claudit huic dextrum latus Pratum uernis theologiae et suaue olentibus eruditionis floribus ornatissimum. Quem adeo habuit insignem Complu-tensis academia, adeo in Philosophia et cathedraria Theologiae functione

(1) literis.

(2) literarum.

(3) literarum.

(4) otia.

(5) Flaco.

Mas, da mesma maneira que a ele, enquanto conta as coisas uma a uma, as próprias luzes do mundo descem sobre o discurso⁽⁵³⁾, assim no meu caso, enquanto deste lugar elevado recordo as partes da régia liberalidade⁽⁵⁴⁾, como membros de um só corpo, oxalá todo o nosso discurso não prejudicasse o brilho da matéria, as luzes da majestade, antes resplendesse com o fulgor da clareza e dos ornamentos!

Em primeiro lugar, para que os estudos das artes prosperassem com alegres precipícios, cedeu às Musas este palácio para museu, bellissimo templo de majestade digna de um rei⁽⁵⁵⁾. No que me parece que superou todos os Césares. Estes parecia terem agido bem e honradamente com as letras, se na cidade de Roma tivessem oferecido professores de literatura; e, contudo, o nosso magnânimo rei cedeu uma cidade, um reino e o próprio palácio às Artes! E além disso não havia outro lugar que conviesse aos professores régios⁽⁵⁶⁾.

Era justo com certeza que o palácio honrasse aqueles que por sua vez viriam a ser-lhe motivo de honra. E então, pergunto eu, não ilustrarão tão vária erudição, tão absoluto conhecimento de todas as coisas, tão santa majestade em qualquer ponto da filosofia⁽⁵⁷⁾, tantos anos gastos em instruir a nobre juventude, e isto nas mais ilustres escolas de todo o mundo, entre a florentíssima assembleia dos ouvintes?

Mas sou louco, com certeza, pondo-me a falar no geral, com uma tal ou qual rudeza⁽⁵⁸⁾. Por que não enumero antes os aspectos particulares? Por que não desço mesmo até aos indivíduos ilustres?

À frente da Academia temos D. André de Noronha⁽⁵⁹⁾, varão não menos notável nas letras e costumes do que o foi, pela força e destreza das armas, seu ínclito pai, D. João de Noronha, irmão de D. Pedro de Meneses, marquês de Vila Real⁽⁶⁰⁾, que me acarinhava, sendo eu estrangeiro, e auxiliava de forma que não me proporcionasse menos ócios que outrora Mecenas aos seus Flaco e Marão. Todavia D. André há-de mostrar obediência para com o seu rei e esta nossa Academia, segundo o fiel costume da família. Oxalá seja mais afortunado que o pai, posto que se não deva ter por infeliz a sorte daquele incomparável herói, que tantas façanhas obrou com valentia contra os mouros, e que pela cruz do Senhor, em nome da Glória do Rei, perdeu a vida trespassado pelas lanças dos maometanos.

A seu lado direito senta-se⁽⁶¹⁾ Afonso do Prado, todo ele ornamentado das flores primaveris suavemente perfumadas da Teologia e da erudição. Antes possuía a Universidade de Alcalá este ilustre mestre, tão versado em Filosofia e no ensino catedrático da Teologia que no-lo transmitiu

uersatum ut iamiam rude donandum ad nos transmiserit; ubi per quindecim circiter annos quanta cum dexteritate, primaria functione Thomam sit interpretatus, testes sunt multi eruditorum greges, qui talem pastorem incomparabili ingenii acumine, quo ille plurimum ualet, referunt et imitantur.

Hunc sequitur Marcus ille Romerus, alter profecto Nathanael in quo dolus non est. Haec est illa simplicitas quae decet ueros diuinae legis interpretes. Nam quemadmodum omnes diuinae litterae⁽¹⁾ a spiritu paracleto profectae sunt, ita sane nunquam bene per aures in pectora transmittuntur, nisi per illos uiros quos idem mouet spiritus. Merito itaque veteris testamenti mysteria huic uiro credita sunt, cuius eruditio nihil non sollicitabit, cuius sanctitas ita discipulis tradet omnia, ut intellegant latere in cortice nucleum eruendum labore et pietate.

Adest statim Martinus Ledesmius, uir non minus litteris quam monastica religione suspiciendus. Cuius animi candor ita cum eruditione certat, ut non minus uinci quam uincere gaudeat. Qui a primis, ut Graeci aiunt, unguiculis, in praeclara ac uere theologica Aquinatis doctrina, hoc est in domestica luce uersatus, eam partem maxime coluit, quae moribus hominum componendis, quae utrique iuri enuncleando nata uidetur. Quod primum felicissimum doctrinae genus inuexit Salmanticam magnus ille Victoriensis Franciscus, e cuius fonte Martinus hausit.

Quo te piaculo taceam Pai Roderice, uir omnibus numeris absolutissime? Hic est ille, qui in media Parisiorum Academia lectissimos primum iuuenes Aristotelica philosophia felicissime instituit, qui per omnes eruditionis gradus et diatribas ad summum doctoralis Coronae apicem ita peruenit, ut omnibus fere anteiret. Qui hanc nostram Academiam ingenio, doctrina, prudentia ita exornat, ut nulli mihi postponendus uideatur. Qui denique ad Noui Testamenti sacraria et adyta sic penetrat, ut etiam si nondum scissum⁽²⁾ esset uelum antiqui templi, ex mediis tamen cherubim, ex arca et typicis mysteriis Christi crucem extorqueret. Quam semper cum Paulo, cum Ioanne et caeteris canonicis scriptoribus tanta facundia praedicat, ut etiam aliarum disciplinarum mystas magna frequentia ad se trahat.

Quis tamen ille est, quem sic comitantur reliqui fere omnes filii magna cum stirpe nepotum? At, quis strepitus circa uirum. Quantum instar in ipso est. O ueneranda hominis canities. Sed cruda illi uiridisque senectus.

⁽¹⁾ litterae.

⁽²⁾ cissum.

já perto da jubilação; até aqui, durante cerca de quinze anos, com que habilidade não interpretou S. Tomás na cadeira de prima, de que são testemunhos inúmeros rebanhos de eruditos, que referem e imitam um tão ilustre pastor, pela incomparável agudeza do espírito, em que muito vale!

Segue-se-lhe o afamado Marcos Romeiro, sem dúvida um segundo Natanael⁽⁶²⁾, em que não há artifício. É essa mesma simplicidade de que precisam os verdadeiros intérpretes da Lei Divina. Na verdade, assim como todos os Textos Sagrados nasceram do Espírito Santo, assim também, com razão, nunca são bem transmitidos ao coração pelos ouvidos, a não ser por meio daqueles homens a quem o mesmo espírito move. E por isso, com justiça, os mistérios do Velho Testamento foram confiados a este homem, a cuja erudição tudo dará cuidado; cuja santidade de tal modo dá tudo aos discípulos, que eles compreendem que dentro da casca está escondida uma noz⁽⁶³⁾ que é preciso extrair com trabalho e piedade.

Aí está, porém, Martinho de Ledesma, homem que não deve ser menos admirado nas letras que na vida monástica. A brancura do seu espírito rivaliza tanto com a erudição, que não menos folgará com ser vencido do que com vencer⁽⁶⁴⁾. Desde as primeiras unhas⁽⁶⁵⁾, como dizem os gregos, que, na ilustre e verdadeiramente teológica doutrina de S. Tomás de Aquino, ou seja, versado na glória de casa, cultivou aquela parte que parece criada para compor os costumes dos homens e para explicar ambos os direitos. Esse afortunado género de doutrina levou pela primeira vez para Salamanca aquele famoso Francisco de Vitória⁽⁶⁶⁾, fonte em que bebeu Martinho.

Com que sacrifício eu te calaria, Paio Rodrigues, sem dúvida o homem digno de todas as perfeições? Foi ele que em plena Academia Parisiense começou por ensinar com êxito na filosofia de Aristóteles os jovens que acorriam em grande número; e de tal forma alcançou o cimo da coroa doutoral, através de todos os graus de erudição e discussão, que quase a todos se adiantou. Ornamenta esta nossa Academia com talento, doutrina e sabedoria, tão bem que me parece que não se deve colocá-lo atrás de ninguém. Enfim, tão profundamente penetra nas capelas e santuários do Novo Testamento, que, se o véu antigo do Templo⁽⁶⁷⁾ ainda não tivesse sido rasgado, também ele arrancaria o querubim⁽⁶⁸⁾ do seu meio e da arca e dos mistérios figurados a cruz de Cristo. Mostra-a sempre com tanta eloquência, com Paulo, João e os outros escritores canónicos, que com frequência atrai para junto de si os alunos das outras disciplinas.

Mas quem é aquele que assim acompanham quase todos os descendentes que deixou com a grande stirpe dos netos⁽⁶⁹⁾? E que grande estrondo em volta desse homem! Quanto valor há nele! Ó venerandas

Vix corpus habet, quia spiritu ad deos monogrammos⁽¹⁾ accedit. Quis non venerabitur hominem etiam de facie tantum notum, tam multis alioqui nominibus clarum? Hic est Nauarrus ille, cuius nomine, cuius gloria, cuius eruditione plenum est quidquid litteris⁽²⁾ nobilitatum est. Non Gallia cuius amplissimam Tolosam docuit, non Complutum ubi Philosophiam et Theologiam didicit, non Salmantica⁽³⁾ quam multis annis multis discipulorum myriadibus exornauit, non denique Conimbrica quam per duodecim circiter annos erudiuit, nullus locus, nullus angulus, quem modo hominum uestigia presserint, tuum nomen silebit, Nauarre, litterarum⁽⁴⁾ et sanctitatis decus eximum. Silentium non emit, qui liberos et libros edit. Clamant liberi, clamant libri Nauarrum in terris agere, natum ad hominum utilitatem, non solum studiorum cultorem, sed studiosorum mecaenam. Adeo quidquid habet in medio habet. Caeterum, ut insigne aliquid dicam et elogium de te faciam, sit hic titulus tuus uerissimus: Navarrus ius canonicum consecrauit. Quis, quaeso, ante Nauarrum, inter iuris canonici candidatos, aut ipsius diuinae Scripturae nomen aut Scholasticae Theologiae ullam legit paginam? Postquam uero tua, Nauarre, pietas utrumque alteri coniunxit, hoc est riuulos retulit ad fontem, iam inter iuris canonici studiosos Petrus, et Paulus, Thomas, et Gersonius, frequentius quam Baldus, Abbas, et Philinus audiantur, canonistarumque controuersiae non longe absunt a theologorum Palestra. Macte igitur esto hoc diuino inuento, Nauarre uir undecunque doctissime, perge, perge ut coepisti de genere humano bene mereri.

Caeterum, ut ostendam uerum esse quod dudum dixi, Nauarrum liberis et libris celebrari, en sequitur haud paenitendi magistri discipulus item haud paenitendus.

Hic est Morgus ille vegius, librorum Helluo, cuius pertinax in utroque iure studium tam multas commoditates nostris hominibus peperit, ut iuuenes studiosi bonam profectus sui partem huius summae diligentiae acceptam referant. Latet semper domi margaritas colligens. Non potest tamen latere tam insignis probitas, tanta uitae in tegeritas. Denique is Morgus vegius est cuius candore et euangelica simplicitate atri interdum adolescentiae mores in candorem christianum⁽⁵⁾ uertantur. Adeo uerum est quod

(1) monogrammos.

(2) literis.

(3) Salmanticam.

(4) litterarum.

(5) christiannum.

ças de varão! A velhice, porém, é para ele ainda fresca e verdejante⁽⁷⁰⁾. Com dificuldade conserva o corpo, porque pelo espírito se aproxima dos deuses ténues⁽⁷¹⁾. Quem não venerará, assim, um homem, ainda que conhecido apenas de rosto, tão ilustre, além disso, pelos muitos títulos? Este é o famoso Navarro, de cujo nome, glória e erudição está cheio tudo quanto foi notabilizado pelas letras.

Nem a França, cuja Tolosa muito ilustre ensinou, nem Alcalá, onde aprendeu Filosofia e Teologia, nem Salamanca, que durante muitos anos ornamentou de miríades de discípulos, nem enfim Coimbra, que durante cerca de doze anos tem vindo a ensinar, nenhum lugar, nenhum canto, em que os homens tenham deixado as suas pegadas, calará o teu nome, Navarro, exímio ornamento das letras e da santidade.

Quem apresenta livros e filhos não compra o silêncio⁽⁷²⁾. Clamam os filhos, proclamam os livros que Navarro está na terra para o bem da Humanidade, não só como cultor dos estudos, mas também como mecenas dos estudiosos. E de tal forma, que quanto possui é para todos. Aliás, a dizer de ti algo de novo e fazer-te um elogio, seja este o teu título de honra mais verdadeiro: Navarro consagrou o direito canónico⁽⁷³⁾.

Quem, pergunto eu, antes de Navarro, entre os candidatos ao direito canónico, leu quer o nome da própria Sagrada Escritura, quer alguma página de Teologia escolástica? Realmente, depois que a tua piedade, Navarro, juntou as duas à outra, isto é, de novo trouxe à sua fonte os ribeiros, já entre os estudiosos do direito canónico Pedro e Paulo, Tomás e Gersão⁽⁷⁴⁾, ainda mais do que Baldo⁽⁷⁵⁾, Abas⁽⁷⁶⁾, e Filino⁽⁷⁷⁾, são ouvidos, e já as controvérsias dos canonistas não andam muito longe da Palestra dos teólogos. Portanto, Navarro, louvado sejas por esta divina descoberta, varão doutíssimo em qualquer parte; continua, continua, como começaste, a merecer a glória do género humano⁽⁷⁸⁾.

Quanto ao resto, para mostrar que é verdade o que afirmei há pouco que Navarro é célebre pelos filhos e pelos livros, eis que ao mestre — o qual com isso não deve estar desgostoso — se segue o discípulo — que também com isso não deve estar pesaroso. Trata-se do famoso Morgovejo, devorador⁽⁷⁹⁾ de livros; seu pertinaz estudo em ambos os direitos tantos proveitos trouxe aos nossos homens, que os jovens estudiosos hão-de restituir boa parte do que proveio⁽⁸⁰⁾ do seu supremo zelo.

Sempre juntando pérolas se esconde em casa. Não pode esconder tão insigne probidade, tamanha integridade⁽⁸¹⁾ de vida. Em suma, Morgovejo é aquele cuja beleza do espírito e evangélica simplicidade muitas vezes encarreiram os adolescentes, quanto a costumes, para a mansidão cristã. E é mesmo verdade o que costuma dizer-se, que os estudos conduzem

dici solet, studia abeunt in mores. O felicem hominem, a quo nemo discedit non doctior et melior!

Hunc sequitur Manuelus Andrade, uir in iure canonico consultissimus, cuius summam in docendo diligentiam amamus et memoriae tenecitatem admiramur.

Et quoniam eo loci uentum est, unde iam Caesareos duces contueri possumus, non possum iterum atque iterum inuictissimi et liberalissimi regis nostri non admirari pectus illud tantopere in rem litterariam⁽¹⁾, hoc est in R. P. amplitudinem et usum propensum. Qui exemplum Caroli Magni secutus, non contentus suis quos habet ad miraculum usque doctissimos, ex Germania, Scotia, Gallia, ipsaque denique matre omnium litterarum⁽²⁾ Italia uiros doctissimos magnis beneficiis et amplissimis salariis euocarit.

Inter quos primas partes⁽³⁾ tenet primus iuris ciuilis interpres Fabius suo iure maximus, qui amplissimo rectori latus sinistrum claudit. Qui primum, quidue postremum in hoc doctissimo uiro celebrem? Si iurisprudenciam in eo consideres, huic tantum rei natus uidetur, nihilque aliud in toto uitae curriculo⁽⁴⁾ meditatus. Ita iuris uniuersi loca memoria foecundissima complectitur. Ita labyrinthos auctorum⁽⁵⁾ certo iudicii filo expedire solet, et multa confusa ac dispersa ad suos fontes reuocando colligere et exponere. Si rursus ad melitissimam hominis consuetudinem animum conuertas, non desiderabis illam eutrapeliam, quam praedicat Aristoteles, illam urbanitatem, quae ipsam urbem Romam redolet, ut loquitur Quintilianus. Dices hominem non inter tetricas musas, sed inter illas mansuetiores in media aula natum et educatum. Si rursus tam multas legationes quas ad Caesarem, ad magnum Turcarum Pharaonem, in Damascum usque et Memphim penetrando obierit, animo sequaris, ut non poteris non laudare Vlyseam prudentiam, ita profecto crescet magis et magis admiratio: qui potuit superesse locus litteris⁽⁶⁾ in tam longinquis peregrinationibus? Nam haec rara eruditio, mihi credite, non solet per temporis interuala non imminui et debilitari. Post tot igitur peragratas terras, post tot florentissimas academias, quas in Germania et Italia nobilitauit, hanc nostram in orbis fine ad Herculeas Columnas positam, hoc regium opus multis de

(1) literariam.

(2) literarum.

(3) parteis.

(4) caniculo.

(5) auctorum.

(6) literis.

aos bons costumes. Ó afortunado varão, de junto do qual ninguém sai senão mais douto ou melhor!

Segue-se-lhe Manuel de Andrade, profundamente versado no direito canônico cuja extrema diligência em ensinar nós amamos e admiramos a tenacidade da sua memória.

E pois que chegámos a este ponto, em que já é possível prestar atenção aos lentes de Direito Romano, não posso deixar de admirar repetidamente o coração do nosso invictíssimo e muito generoso Rei, tão inclinado aos assuntos literários, ou seja, à grandeza e utilidade da república. Seguiu ele o exemplo de Carlos Magno; não contente com os que tinha, profundamente cultos, atraiu homens doutíssimos da Alemanha, Escócia, França, e, finalmente, da própria mãe de todas as letras, da Itália, oferecendo grandes mercês e largos salários⁽⁸²⁾.

Ora entre estes ocupa o primeiro lugar o principal intérprete do direito civil, Fábio Arcas, por direito próprio, o máximo, e que se senta do lado esquerdo do magnífico reitor. Por onde hei-de eu começar para celebrar este doutíssimo varão? Se alguém considerar nele a jurisprudência, parecer-lhe-á que nasceu mesmo para ela e que em toda a sua vida não meditou em mais coisa alguma, de tal forma a sua fecundíssima memória abarca todo o direito, de tal forma, com um certo estilo de juízo, costuma desembaraçar os labirintos dos autores, e coligir e expôr muitas coisas confusas e dispersas, chamando-as às suas fontes.

Se voltarmos o espírito para o feitio suavíssimo do homem, não sentiremos a falta daquela graça espirituosa⁽⁸³⁾ de que fala Aristóteles, nem aquela urbanidade que cheira mesmo à cidade de Roma, como diz Quintiliano⁽⁸⁴⁾. Poder-se-á dizer que se trata de um homem nascido e educado, não entre as musas sombrias, mas entre as mais suaves no interior de um palácio.

Se na mente revires as muitas embaixadas que desempenhou junto do César, do grande Faraó dos Turcos, penetrando até Damasco e Mênfis⁽⁸⁵⁾, tantas que não poderás deixar de louvar a sua prudência digna de Ulisses, assim a admiração crescerá indubitavelmente cada vez mais: que ocasião pode ter sobrado para as letras em tão longínquas peregrinações?

É que esta rara erudição, acreditei-me, não costuma passar sem diminuir nem debilitar-se com os intervalos do tempo⁽⁸⁶⁾. Depois de tantas terras haveres percorrido, depois de tão florentíssimas academias teres notabilizado na Alemanha e na Itália, ilustrarás esta nossa, colocada cá nos confins do mundo, junto às Colunas de Hércules; ilustrarás uma obra

causis illustre, illustrabis et ipse quod ad felicitatis tuae Colophonem pertinere putaueris, Fabi eruditissime.

Hunc sequitur ⁽¹⁾ Costensis Emanuel, uir ad ius ciuile non minus quam ipse natus Papinianus. Nam et latini sermonis proprietate, quae in iuris ciuilis auctoribus plurimum eminet et ingenii acumine quo non praesantior alius, nihil est tam abstrusum et abditum quod non feliciter depromat, depromptum illustret, illustratum ea facilitate discipulis tradat, ut aperte intelligant in ea re multos antiquitatis proceres falsos fuisse: uerumque esse illud, tempus perficere atque sapere, et iuniores pumillionses esse in collo gigantum⁽²⁾. Declarant, haec, quae dicimus, hominis scripta nuper in lucem edita, tersa, et expolita, sublimes et recondita eruditione plena.

Qui ut fortius stet in acie, ut etiam cum Achille manus conserat, non gregario aliquo milite, sed Hectore ipso claudit latus. Hic non Hectoreis tantum, sed Herculeis uiribus cum iure ciuili concreditur. Quid potest esse tam impeditum, quod Hector non expediat, tam obscurum quod non illustret, tam reconditum quod non inueniat? Iudicio nimirum pollet, cuius ope inter caeteras disciplinas ius utrumque maxime eget, ne ingenii celeritate quae prisci summo cum consilio et prudentia stabiliuere corruant et eneruentur.

Sequitur alterum Italiae lumen, spes altera Romae, Ascanius, qui ita sobrie ac prudenter ius ciuile tractat, ut qui antiquitatis candorem desideramus, qui omnes disciplinas ad fontes reuocatum iri gaudemus, qui sophisticas nugas a quacunque Philosophiae parte per uiros prudentes exulare triumphamus, iure illud Maronis de Ascanio nostro aliter usurpemus: Omnis in Ascanio magni stat cura senatus. Quid non poterit haec iuris peritia ex Alciati fontibus deriuata? Quid non poterit haec eloquentia ad uiuam Ciceronis imaginem expressa? Certe si fieri posset, ut relicto illo loco in hunc deuolaret, non Hercules Atlanti, sed Vlysses succederet Astianacti, consultumque melius, esset auribus tuis delicatissimis, Princeps serenissime, tanta ille suauitate erat peroraturus.

Sed iam tandem iurisperitorum classem imo uero totam iurisprudentiam absoluit Pinellus non solum iuris, sed iustitiae etiam consultus. Quantus

⁽¹⁾ sequeretur.

⁽²⁾ gygantum.

real, illustre por tantos motivos, que tu próprio já terás podido avaliar quanto pertence ao cume⁽⁸⁷⁾ da tua felicidade, ó eruditíssimo Fábio.

Segue-se-lhe Manuel da Costa, homem não menos nascido para o direito civil que o próprio Papiniano⁽⁸⁸⁾. Com efeito, quer com a propriedade do discurso latino, que nos autores do direito civil muito sobressai, quer com a agudeza do espírito, em que ninguém é mais excelente, nada está tão secreto e escondido que ele não traga à luz com êxito⁽⁸⁹⁾, que não abrilhante o que descobriu, que não transmita aos discípulos o que ilustrou com tal felicidade, que eles compreendem que nesta matéria muitos foram os falsos corifeus ilustres da Antiguidade, e que é verdade o seguinte, a saber, que o tempo completa e sabe, e que os pósteros são anões ao pescoço dos gigantes⁽⁹⁰⁾. Testemunham o que dissemos os escritos do homem saídos há pouco, esmerados e polidos⁽⁹¹⁾, de uma sublime e alta erudição.

Este, para que mais seguramente se firme na batalha, e para lutar até com um Aquiles, protege o flanco, não com um reles soldado, mas com o próprio Heitor Rodrigues que peleja com o direito civil, não apenas com as forças de Heitor, mas com as de Hércules.

Que haverá de tão emaranhado que Heitor não desembarace, de tão obscuro, que não ilumine, de tão escondido que não o encontre? É fortíssimo no julgamento, de cujos recursos ambos os direitos muita necessidade têm, entre as outras ciências, para que, com a vivacidade do talento — que os antigos fortalecem com supremo discernimento e sabedoria — não se precipitem e enervem.

Segue-se outra luz da Itália, outra esperança de Roma⁽⁹²⁾, Ascânio, que maneja o direito civil com tanta moderação e sabedoria, que todos os que ambicionamos a pureza da Antiguidade, que ficamos contentes por ir buscar às fontes todas as ciências, que exultamos ao retirar de todas as partes da Filosofia as ninharias sofisticadas⁽⁹³⁾, graças a homens doutos, a propósito do nosso Ascânio usamos por outro modo a afirmação autorizada de Marão: todo o cuidado do grande Senado está em Ascânio⁽⁹⁴⁾.

De quanto não será capaz esta perícia do direito derivada da fonte de Alcíato⁽⁹⁵⁾? De quanto não será capaz esta eloquência expressa à imagem viva de Cícero? Com certeza que se isto chegasse a acontecer, que deixado aquele lugar voasse para este, não seria Hércules a suceder a Atlas, mas Ulisses a Astianacte⁽⁹⁶⁾, e melhor se atenderia, príncipe sereníssimo, aos teus delicados ouvidos, tamanha era a suavidade com que ele havia de falar.

Eis que finalmente, Aires Pinhel, jurisconsulto tanto do direito como da justiça, termina a classe dos juristas, e o que é mais, toda a jursiprudência.

hic in iure ciuili sit, mox audies, Princeps serenissime, qui huius amplissimi ordinis decreto apud te de iure disputabit ea eruditione et prudentia, qua iam non semel ex hoc suggesto propositis supra mille thesibus nominis sui gloria uniuersam Hispaniam impleuit.

Succedunt medicorum filii, qui ut melius habeat animus, corpus animi domicilium reficiunt et recreant. Horum aciem Reynosus auspicatur, uir incomparabili eruditione praeditus, graecis iuxta atque arabicis familiaris in Gallia et Italia ad pedes Leoniceni diu ac multum doctus, ipsa etiam ἐμπειρία, et ueneranda canitie⁽¹⁾ ita clinicus ut non sit uespillo⁽²⁾, hoc est empiricus, et litteris⁽³⁾ et experimentis alter Aesculapius.

Dedit nobis eadem Complutensis schola Francum uirum mehercule medicorum peritia tinctum humanitate, et industria omnibus charissimum, bene natum, bene educatum, uirtutibus exornatum. Qui cultus, dispeream, si non maxime decet medicos; medicus enim Dei optimi maximi instrumentum est, quo ille utitur ad seruandum genus humanum per illa omnia quae summus ipse rerum parens in usus nostros condiderat.

Allicit ad se omnes summa modestia, et uaria litteratura⁽⁴⁾ Ludouicus graecus Galeni graeci interpret ingenii monumentis magna cum laude doctissimis quibusque uiris Charus et suspiciendus.

At quo te crimine tacebam, Petre Nuni eruditissime? Putabamne inferiorem rem medicam ista tui ingenii felicitate? Certe nulla disciplina est hominis quamlibet sublimi ingenio inferior. Rapuit te tamen diuinae Matheseos amor a terris in Caelum, ubi cum non sit morbis locus, merito non scientiam, sed medicinae usum repudiasti. Felices animi, quibus curae fuit caelum hereditate posteris transmitters. Multos habuit antiquitas Archimedes, nostra tamen aetas uno Petro contenta est, non enim nascuntur frequenter adamantes, ut raritas in pretio⁽⁵⁾ sit. Quid dicam de tua in uniuersae matheseos diuinitate omnibus numeris absoluta eruditione? Vno uerbo omnia complectar. Per te factum est, ut princeps noster Ludouicus, cui terra punctus est, latissimos illos mundi orbis contempletur. Dignam profecto Principe contemplationem, in qua nititur animi quies⁽⁶⁾,

(1) canice.

(2) uespullo

(3) literis.

(4) litteratura.

(5) precio.

(6) qui es.

De quanto é ele capaz no direito civil, em breve o ouvirás, Príncipe sereníssimo, pois dissertará sobre o direito na tua presença, por incumbência do muito autorizado Conselho, e vai fazê-lo com aquela erudição e sabedoria graças à qual já mais de uma vez deste estrado, apresentando para cima de mil teses, encheu a Espanha inteira com a glória do seu nome.

Sucedem-se os filhos dos médicos, que compõem e reparam o corpo, domicílio da alma, para que esta fique melhor⁽⁹⁷⁾.

Destes abre o cortejo Reinoso, homem instruído e muito provido de incomparável erudição, familiarizado ao mesmo tempo com gregos e árabes em França e na Itália junto de Leoniceno⁽⁹⁸⁾ durante muito tempo; além disso, tão clínico pela própria *ἐμπειρία* e venerandas cãs, que não pode ser um simples violador de sepulturas⁽⁹⁹⁾, isto é, um empírico, mas um segundo Esculápio nas letras e na prática.

Deu-nos a mesma escola de Alcalá Francisco Franco, varão, por Hércules, imbuído da perícia dos médicos, de todos amado pela humanidade e aplicação, bem nascido, bem instruído, de virtudes exornado. Educação essa, morra eu, se não é muito necessária aos médicos; o médico, de facto, é um instrumento de Deus bom e grande, de que ele se serve para conservar a raça humana, por meio de tudo aquilo que o próprio Autor supremo criou para nosso uso.

Cativa a todos, pela enorme modéstia e variadas letras, António Luís, o grego, tradutor do grego Galeno, e muito louvado, querido e admirado por todos os homens mais cultos, pelos monumentos do seu engenho.

Mas por que motivo de queixa te calava eu, sapientíssimo Pedro Nunes? Julgava acaso que a matéria médica era inferior a essa abundância do teu talento? Com certeza que nenhuma ciência é inferior ao talento humano, por mais alto que ele seja. E, contudo, o amor da divina Matemática⁽¹⁰⁰⁾ arrebatou-te da terra para o céu, onde, já que não há lugar para as enfermidades, com razão afastaste, não a ciência, mas a prática da medicina.

Felizes as almas que se preocupam em deixar o céu como herança aos vindouros. A antiguidade possuiu vários Arquimedes, e contudo a nossa época contentou-se com um só Pedro; é que não aparecem com frequência os diamantes, para que o seu valor esteja na raridade⁽¹⁰¹⁾. Que hei-de eu dizer da tua completa erudição na excelência de toda a matemática? Tudo resumirei numa palavra. É graças a ti que o nosso Príncipe D. Luís, para quem a terra é um ponto, pode contemplar os vastíssimos orbes do mundo⁽¹⁰²⁾. É uma contemplação inteiramente digna de um Príncipe, na qual assenta a paz do espírito, lá onde, depois

ubi postea a corpore laxato certus futurus est et definitus locus, quo beatus aeuo sempiterno fruatur.

Sequitur moralis philosophiae interpres doctissimus Bordalus, qui censoria grauitate uitam politicam ab Aristotelico et Platonico praescripto longo positam interuallo reuocet ad sobrietatem et morum compositionem. Haeret huic Fabricius non ille Romanus paruo potens, sed graecus omnium doctissimus, cuius absolutissimae eruditioni multum debet helenismus, sicut hebraismus Eusebio uita et litteratura⁽¹⁾ pio, per cuius manus ueros et illibatos diuinae Scripturae latices ex fonte bibunt sacrarum litterarum⁽²⁾ studiosi.

Reliqui omnes quorum immensus est numerus, ne taedio tam prolixa oratione sim, silentio praetermittantur. Quos tamen de R. P. olim benemerentes non tacebit grata posteritas. Deficeret me profecto dies, si collegia, coenobia, gymnasia, alia super aliis Regis nostri priuata et publica beneficia recenserem; si illos uiros ad hunc catalogum uocassem, qui in Regio Collegio humanitatis et Philosophiae litteras⁽³⁾ profitentur; omnes profecto summos, omnes in erudienda bona iuuentute dextere uersatos, inter quos, eloquentissimos esse oratores, dulcissimos poetas⁽⁴⁾, grauissimos etiam libris editis historicos certo scimus.

Quare, agite, uiri Lusitani, pristinam auorum uirtutem iterum ad uitam reuocate, Africam, Indiam, et tam longe sepositas gentes uincite, et in formam prouinciae reuocate⁽⁵⁾. Nascantur iterum Menesii, Noronii, Cotinii, et alia gentius uestrae lumina in Turcas⁽⁶⁾, in Cambaios, inque uniuersi Christi euangelii hostes, Castri et Mascarenii res supra omnem fidem gerant. Excitetur rursus Diensis arx⁽⁷⁾, quae prudentia, constantia et fortitudine omnes ubique res praeclare gestas superet. Habetis hic oratores, qui uestra praeclara facinora orationis maiestate exornent et amplificent, poetas qui diuino Carmine immortalitati consecrent, historicos qui uicturis chartis posteris transmittant. Agite, uiri Lusitani, Templa dedicate, arces erigite, urbes munite, uias sternite⁽⁸⁾, leges ferte, ad euangelii Lucem Barbaras gentes uocate, et tandem liberos uobis dignos procreate. Theologos habetis, iureconsultos, medicos, Philosophos et grammaticos, quorum prudentia

(1) litteratura.

(2) litterarum.

(3) literas.

(4) poetas.

(5) reuocata.

(6) turcas.

(7) arux.

(8) sternite.

do abandono do corpo, há-de haver um lugar certo e definido, em que, afortunado, desfrutará vida eterna⁽¹⁰³⁾.

Segue-se o doutíssimo intérprete da Filosofia Moral, Gaspar Bordalo; oxalá que com censória gravidade chame de novo a vida política, distanciada com largo intervalo, do preceito de Aristóteles e Platão, para a sobriedade e organização dos costumes.

Vem atrás Fabrício, não o célebre romano⁽¹⁰⁴⁾, poderoso com pouco, mas o grego bem conhecedor de tudo, a cuja profunda erudição muito deve o helenismo, como o hebraísmo a Eusébio, piedoso na vida e nas letras, por cujas mãos os estudiosos das sagradas letras bebem, da origem, as linfas verdadeiras e puras da Sagrada Escritura.

Para não causar enfado com tão prolixa oração, que todos os restantes — dos quais o número é enorme — sejam passados em silêncio. Todavia aqueles que uma vez bem merecerem o reconhecimento público não os calará a grata posteridade.

Talvez o dia não me chegasse, se referisse os colégios, conventos, escolas e, uns atrás dos outros, benefícios privados e públicos do nosso Rei, se tivesse chamado a esta enumeração aqueles varões que no Colégio Real professam as letras de Humanidades e Filosofia, todos decerto do mais alto nível, todos experimentados na instrução da boa juventude, entre os quais sabemos perfeitamente existirem oradores muito eloquentes, suavíssimos poetas, eminentes historiadores⁽¹⁰⁵⁾, até com livros publicados.

Portanto, vamos, Lusitanos, chamai de novo a antiga virtude de vossos avós, a África, a Índia, as gentes tão longe desterradas vencei-as e reduzi-as a províncias⁽¹⁰⁶⁾.

Que nasçam de novo os Meneses⁽¹⁰⁷⁾, os Noronhas, os Coutinhos e as outras estrelas da vossa raça, contra os Turcos, os Cambaios e contra inimigos de todo o Evangelho de Cristo. Que os Castros e Mascarenhas⁽¹⁰⁸⁾ realizem prodígios acima do verosímil. Que se erga de novo a fortaleza de Diu, e que ela, pela sabedoria, perseverança e valentia ultrapasse tudo quanto com lustre guerreiro se fez em qualquer parte.

Tendes aqui oradores que adornem os vossos preclaros feitos com a majestade do discurso e os ampliem; poetas que os consagrem para a imortalidade com o canto divino⁽¹⁰⁹⁾; historiadores que em textos imorredouros transmitam às gerações futuras.

Vamos, Lusitanos, ofereci templos, erguei fortalezas, fortificai cidades, construí estradas, fazei leis, chamai para a luz do Evangelho as gentes bárbaras⁽¹¹⁰⁾; enfim, gerai filhos dignos de vós.

Tendes teólogos, jurisconsultos, médicos, filósofos, gramáticos; com a sua sabedoria, que tudo vos aconteça com felicidade.

omnia uobis cadant felicius. Post Deum⁽¹⁾, igitur, optimum maximum, cuius prouidentia omnia gubernantur, Regi nostro inuictissimo immortales gratias agite. Cuius animi benignitas et altissima sapientia in medio huius amplissimi regni hoc museum tanta eruditionis et bonarum artium luce conspicuum, in tam multos R. P. usus erexit. Quas tibi easdem agimus, Princeps serenissime, qui tantum fratris opus, nosque tibi deditissimos hodierno die tua praesentia illustrasti.

(¹) deum.

Portanto, depois de Deus, muito bom e poderoso, por cuja Providência tudo é governado⁽¹¹¹⁾, dai graças imortais ao nosso invicto Rei⁽¹¹²⁾. A altíssima sabedoria e a bondade da sua alma ergueram, no meio deste grande reino⁽¹¹³⁾, este Santuário das Musas, o presente notável por tamanha luz da erudição e das belas letras, para tão grande proveito do País.

E são esses mesmos agradecimentos que nós, Príncipe sereníssimo, te dirigimos, a ti que ilustraste hoje, com a tua presença, a obra tão grande de teu irmão e a nós que te somos dedicadíssimos.

(Página deixada propositadamente em branco)

VIII

NOTAS

(¹) Trata-se de um lugar-comum no panegirismo dos humanistas; cfr., por exemplo, ARNALDO FABRÍCIO(¹): «Quibus hic Rex Inclutus ut populum suum florentissimum redderet, Gymnasium hoc futurum breui totius Hispaniae celeberrimum [refere-se ao Colégio das Artes] litteris dicauit» (p. 21). Mais adiante voltaremos ao mesmo assunto.

(²) É muito provável que esta afirmação esteja relacionada com certo tipo de cartas existentes na época; ocorre-nos a seguinte passagem de Gomes Teixeira (que lemos in ARMANDO CORTEZÃO, *Cartografia*, cit., p. 126, tirada da *História das Matemáticas em Portugal*, 1934): «Para uso das navegações por distância e rumo, tinham-se primitivamente construído cartas náuticas, onde os lugares eram representados por pontos, os rumos pelas direcções de segmentos de recta».

(³) Sobre o conhecimento de Calímaco por parte dos humanistas, citemos o testemunho de ANTÓNIO LUÍS: «elegias longissimas condidit callimachus» (p. 775). Os versos transcritos por João Fernandes pertencem ao *Hino a Apolo*, 105-113. Usámos *Deo* em vez de *Deméter*, ainda que aquela forma não apareça nos dicionários de latim.

(⁴) Vid. QUINTILIANO, *Inst. Orat.*, X, 1, 109: «Omnes ex se ipso virtutes extulit immortales ingenii beatissima ubertate».

(⁵) CÍCERO, *Tuscul.*, I, 25, 61: «Quid? illa vis quae tandem est, quae investigat occulta, quae inventio atque excogitatio dicitur?»

(⁶) Vários passos clássicos se aproximam do do texto; por exemplo, CÍCERO, *De Orat.*, III, 31, 125: «Rerum enim copia verborum omnia gignit...»; QUINTILIANO, *Proem.*, 12: «dubitatur, ubicumque vis ingenii et copia dicendi postulatur, ibi partes oratoris esse praecipuas». Lembremos ainda JERÓNIMO CARDOSO, *Carta a António Luís*: «...multarum disciplinarum scientiam ad hoc torrentem dicendi copiam incredibilemque humanitatem prosequatur» (p. 747, dos Adit. às *C. N.*(²)).

(¹) Para efeitos de indicação das páginas dos extractos que fizemos das Orações académicas, consideramo-las em dois grupos: as que já se encontram estudadas, e a paginação é a da publicação citada, e as que se encontram nos Aditamentos às *N. C.*; exceptua-se a Oração de 1539 de João Fernandes, do ms. 84 do Porto. Sempre que se conheça só uma oração de um autor, prescindimos de lhe indicar o nome.

(²) O mesmo autor usa esta expressão na sua *Oratio pro rostris* (1539): «Orationem fluere habiturum torrentiore dicendi copia...»

(7) Reminiscências de JUVENAL, *Sátiras*, VI, 610-12: «Hic magicos adfert cantus, hic Thessala uendit / philtira, quibus ualeat mentem uexare mariti / et solea pulsare natis...», ou de PLÍNIO, *Nat. Hist.*, XI, 62, 1: «...ut scorpionum aculei, venenum infundentes?»

(8) Entre numerosos passos de CÍCERO, pode citar-se *Pro Flaco*, IV: «tribuo illis literas, do multarum artium disciplinam, non adimo sermonis leporem, ingeniorum acumen, dicendi copiam...»

(9) CÍCERO, *De Orat.*, I, 5, 18: «Quid dicam de thesauro rerum omnium memoria? quae nisi custos inventis cogitatis rebus et verbis adhibeatur, intelligimus, omnia etiamsi praeclarissima fuerint in oratore, peritura.»

Note-se a interessante atitude de FRANCISCO SANCHES, *Quod nihil scitur*, em 1581: «Fateor quidem haec in mente necessario esse debere, ut quis ea sciat: non tamen id scientia est, sed memoria» (p. 34, *passim*).

(10) Lembremos as palavras de CÍCERO, *De Inventione*, I, 25, 36: «studium est animi adsidua et vehemens ad aliquam rem applicata magna cum voluntate occupatio, ut philosophiae, poeticae, geometricae, litterarum». O movimento da frase lembra o *Pro Archia*.

(11) Cfr. *Oratio Funebris*⁽¹⁾: «Has tamen & alias hos genus animi dotes vincebat orationis maiestas...» (p. 696).

(12) Cfr. CÍCERO, *Orator*, 32: «Haec tenenda sunt oratori: saepe enim occurrunt. Sed quia sua sponte squalidiora sunt, adhibendus erit in his explicandis quidam orationis nitor.»

(13) Cfr. *Oratio Funebris*: «& dum eum depinguimus cuius crudele & immaturū funus celebramus, aures quaeso vestras mihi. quae vestra humanitas est, praestabis attentissimas» (p. 692).

(14) PLÍNIO, *Nat. Hist.*, 35, 2, 3: «Aliter apud majores in atriis haec erant quae spectarentur, non signa externorum artificum, nec aera, aut marmora: expressi cera vultus singulis disponebantur armariis; ut essent imagines, quae comitarentur gentilitia funera [...]. Stemmata vero lineis discurrebant ad imagines pictas...». Cfr. QUINTILIANO, X, 1 104: «...sed non genera degustamus, non bibliothecas excutimus.»

O termo *stemmata* é corrente entre os humanistas; por exemplo, ANTÓNIO LUÍS: «Haec praeclara stemmata que nec fortuna dare nec eripere potest» (p. 794).

(15) É muito difícil dizer qual a fonte de João Fernandes para este tema. Podemos admitir que o mestre sevilhano não haja lido Eurípides, mas que conhecesse a citação por via indirecta. AUBREY BELL, no seu livro sobre *El Brocense*, pp. 69 e 70, refere que Sanchez conhecia Eurípides através da tradução latina de Erasmo. Pode isto muito bem ter sucedido com o sevilhano. É também de supor que o tema fazia parte de qualquer colecção de citações de autores antigos, coisa abundante na época, embora não tenhamos encontrado frase alguma em colectâneas existentes nos Mss. 318, 476 e 493 da Biblioteca da Universidade que satisfizesse para identificação. O Senhor Prof. Doutor Américo da Costa Ramalho, porém, forneceu-nos quatro versos do final da *Andrómaca* de Eurípides (versos 1279-1282) que já foram transcritos na página 33 deste volume. Com muito menores

(1) Assim passaremos a designar a oração de 1543 de João Fernandes; por *Oratio pro rostris* indicaremos a de 1536 do mesmo autor.

probabilidades de ser conhecido pelo quinhentista João Fernandes, já anteriormente a Eurípides o poeta Teógnis de Mégara tratara semelhantemente o assunto; e o próprio Eurípides, noutros locais, como *Electra*, 394-395 e *Orestes*, 601-604, se aproxima da mesma ideia, conforme nos informou a Senhora Prof.^a Doutora D. Maria Helena da Rocha Pereira.

(¹⁶) Onde teria ido buscar João Fernandes os elementos para esta parte do discurso? É difícil, se não impossível, indicar a fonte certa desta passagem, até pelo carácter vago de que se reveste. Como já atrás referimos, Fernandes conheceu crónicas antigas, pelos quais se interessou, atitude que não foi isolada entre os humanistas. Já transcrevemos um passo de Manuel da Costa a esse respeito, e vimos também que o infante D. Duarte traduzira para latim a *Crónica de D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão (¹).

Para além das obras que Pedro de Mariz cita como fontes («Stephan' Garibay Cãthabrésis in suo cõpendio Historiarum Hispaniae Et Ioã. Mariana, toletanus in historia Hisp...»), havia a *Crónica Geral* e outros escritos de que Acenheiro já se havia servido, incluindo os de Fernão Lopes.

Ora dentre esses escritos, há os que constituem a chamada *Crónica de Sete Reis* (que Mariz deve ter conhecido). Trata-se da Crónica dos sete primeiros reis de Portugal, de que em 1499 Duarte Galvão mandou tirar cópia; é essa a opinião de Carlos da Silva Tarouca, que as encontrou no códice da Biblioteca de Cadaval, n.º 965. Outra cópia foi tirada mais tarde, vindo a ser descoberta no códice 886 da Biblioteca do Porto, e publicada pelo Dr. Magalhães Basto sob o nome de *Crónica de Cinco Reis* (²).

Ora cremos que Fernandes conheceu a *Crónica de Sete Reis*, ou a de Galvão; o que nos leva a afirmar isto, insinuando este texto como fonte da Oração, não é só a ideia de que Portugal fazia parte do dote de D. Teresa e que D. Henrique era filho do rei da Hungria (³), que são opiniões correntes na época, mas principalmente a ligação genealógica de D. Mafalda, mulher de Afonso Henriques, com a família dos Laras. Eis a passagem elucidativa: «E estando asy elRey D. Afonso em Cojmbra, foylhe cometido casamento com D. Mafalda, [filha do Conde D. Amrjque de Lara]. E a ele prouve muito de casar com ela por estas cousas: a huma por da linhagem que era, porque os de Lara foram teudos por [ser] de majs alta linhagem d Espanha. Dise que em toda a Espanha não auja mulher que da linhagem dos Reis viesse, que a ele não fose muy chegada em parentesquo» (Cap. XV, p. 52).

Este passo encontra-se na *Crónica de Cinco Reis* nas pp. 79-80; na de Galvão corresponde ao cap. XXVI (p. 124). Parece-nos que este trecho ajudou a concretizar um pouco

(¹) Por sua vez adaptação de outra mais antiga, como se sabe; cf. PEDRO DE MARIZ, *Diál.*, II, cap. 5, ed. de 1598: «E como esta Chronica ha mais de oytenta anos ã foy recopilada de outra antiquíssima, por Duarte Galvão Chronista Mór d'estes Reynos, & per mandado delRey Dom Emanuel» (p. 42).

(²) Vid.: *Crónica de Sete Reis*, ed. pela Academia Portuguesa de História, 1952, com introdução de Carlos da Silva Tarouca, S. J.; e *Crónica de Cinco Reis*, ed. pelo Dr. Magalhães Basto, Livraria Civilização, Porto, 1945, vol. I.

(³) Não transcrevemos estas passagens para não alongar demasiado a nota; aliás já atrás citámos a da tradução latina de D. Duarte; podem, entretanto, ver-se: *Crónica de Sete Reis*, pp. 6-8, *Crónica de Cinco Reis*, p. 48, e em Duarte Galvão (ed. de José de Bragança), p. 12.

mais o que havíamos afirmado no Capítulo III. João Fernandes, se não leu a *Crónica* de Duarte Galvão, conheceu os textos em que este foi beber⁽¹⁾. Julgamos tratar-se de um dado interessante dentro do Humanismo, revelador de uma faceta ainda mal conhecida.

A redacção desta nota foi possível graças à preciosa ajuda das informações que o Sr. Doutor Salvador Dias Arnaut nos forneceu.

(17) *Oratio Funebris*: «En tibi a tergo Alfonsi Primi ossa: qui hoc florētissimū regnū proprio diademata insigniuit...» Como vimos, em 1548 João Fernandes não fala do milagre de Ourique; esta alusão, que nas orações latinas remonta pelo menos à de Vasco Fernandes de Lucena em 1485⁽²⁾, foi por ele abordada em 1543. Mas já nessa altura espíritos houve que reagiram contra a pretensa veracidade desse facto; Pedro de Mariz fez-se eco (na 2.^a edição de 1598) das críticas cépticas de alguns à certidão do juramento de Afonso Henriques, com que ele queria demonstrar a veracidade desse acontecimento: notavam uns que a letra do texto era a mesma das assinaturas, a que Mariz respondia que isso se devia ao facto de se tratar de uma cópia; outros, porém, observavam subtilmente que o latim era demasiado puro para recuados tempos... (vid. pp. 42-42v). Neste passo de Mariz assenta um outro de D. Nicolau de Santa Maria (*Crónica dos Cónegos Regrantes*), quando fala do desaparecimento do Cartório de St.^a Cruz em 1411 devido à grande cheia do rio.

Se lermos HERCULANO (*Opúsculos*, vol. III, «Solemmia Verba») vemos que existiam em Santa Cruz dois cronicões: *Como e donde descenderom os reis de Portugal e Aqui se compeça a istoria dos reis de Portugal* que se encontram no Ms. 79 da Biblioteca do Porto; se o primeiro não ultrapassa D. Afonso Henriques, o segundo inclui um breve resumo até D. Dinis⁽³⁾. Não custa nada a crer que João Fernandes os tenha conhecido.

Herculano refuta, como argumento a favor do milagre, os depoimentos que os frades cruzios fizeram em 1556; foi, sem dúvida, sobre essas declarações que se escreveu a carta a D. João III que está no Ms. 84 do Porto, e da qual não vimos notícias em Herculano.

Portanto, ao tempo da Oração, andavam os cruzios empenhados no estabelecimento dos milagres de D. Afonso I, com vistas à sua canonização. É de admirar, por isso, que João Fernandes, bastante ligado a Santa Cruz, tenha omitido esse ponto ao falar de D. Afonso Henriques; a explicação mais plausível está no facto de ter escrito este discurso em curto espaço de tempo.

(18) Em nota, Pinto de Carvalho declara não saber qual a ligação genealógica dos Laras e Manriques com D. Mafalda, filha de Amadeu II, conde de Saboia. Ora a explicação do facto está no passo acima transcrito na nota 17: Fernandes foi atrás do que dizia este texto, ou da cópia de Galvão.

(19) *Oratio Funebris*⁽⁴⁾: «vt nō possit iā diuos nō augere Sāctius qui viā munitus est, qua Fernādus ingrederetur». (p. 693).

(1) Havia ainda as *Crónicas*, de ACENHEIRO, compilação de escritos anteriores, uns conhecidos, outros não, feita nos princípios do séc. XVI.

(2) Veja-se HERCULANO, *Opúsculos*, vol. III, ed. 1876, pp. 175 e ss.

(3) Estes dois cronicões, que em 1834 passaram de Santa Cruz para o Porto, nada dizem do milagre de Ourique, embora falem da batalha. Quanto ao interesse manifestado pelos humanistas pelas crónicas antigas, lembre-se que Diogo de Teive exprimiu várias vezes as intenções de escrever uma História de Portugal; e já em Cataldo há referência ao assunto.

(4) Apresentamos aqui e nas notas seguintes algumas passagens da Oração de 1543 para mostrar o paralelismo e as diferenças com a de 1548.

D. Sancho I não casou com D. Urraca, mas com D. Dulce de Aragão, em 1174; este lapso já foi anotado por alguém no exemplar A.

Fernandes confundiu a mulher do rei com a filha; na verdade, D. Sancho teve uma filha D. Urraca: «E a outra ouue nome D^a Oraca, que foy casada com elRey D. Fernando de Liam» (cap. XXVI, p. 88, da *Crónica de Sete Reis*).

(²⁰) Id.: «Vbi Alfonsus secūdus cuius auspicijs sanctissimae Hierosolimorum vrbi instructa classis auxilio fuit?» (p. 693).

(²¹) Id.: «Vbi Alfonsus tertius Algarbiorū titulo clarus?» (p. 693).

(²²) Id.: «vbi Dionysius ille poeta Lusitaniae libertate & ãmunitate inclytus?» (p. 693).

(²³) Sobre estas solenidades, vid., por ex., do próprio João Fernandes, a «pro conuocandis musarum cultorib^{us} ad solemmen pōpam / quae ad templum Diuae clarae primum indicta est. M. / Johānis fernandi literae denuntiatoriae». Há um outro édito de Vicente Fabrício sobre o mesmo assunto (vid. *Alguns docs.*, pp. 153 e 154).

A figura da Rainha Santa Isabel foi tema de bastantes exercícios escolares dos Jesuítas; no ms. 993 da Biblioteca da Universidade encontram-se alguns, datáveis de entre 1572 e 1579.

(²⁴) *Oratio Funebris*: «vbi Alfōsus quartus illustri illo ad salsas aquas praelio desideratio quadringentis maurorū millibus nulla vnquã aetatis iniuria obliterandus?» (p. 693).

(²⁵) VIRGÍLIO, *Aen.*, IV, 341: «Communem hunc ago populum paribusque regamus / Auspiciis...»

(²⁶) *Oratio Fumibris*: «Vbi Petrus cognomento crudelis, insigni tamẽ iusticia venerãdus?» (p. 693).

(²⁷) Id.: «Vbi Ioannes ille primus heroica virtute & genio vocatus ad regni fastigium? Hic est ille ter maximus qui collatis signis Castellanos gentem bello strenuam vna um Rege fortiter superauit. Huic debet Lusitania Affricae accessionẽ, huic debet Castella suam incolumitatem» (p. 693).

Na Oração de 1543 realça-se a importância do reinado de D. João I para o início da Expansão em África e para a Independência relativamente a Castela. Cfr. MANUEL DA COSTA, Oração de 1557: «Ille enim ne nostra hac patria in exteri Regis ditionẽ veniret, non dubitauit in Algibarrotae cãpis, se quodãmodo pro libertate nostra deuouere».

(²⁸) *Oratio Funebris*: «Non potuit a fati necessitate vindicare Alfonsum Eduardi filium egregia & viuuda bello virtus» (p. 694).

(²⁹) Id.: «Nõ Ioãnem secūdum virum tamẽ impigrum & in suos non iniuria saeuientem. Non tamen fugit diram mortem...» (p. 694).

(³⁰) João Fernandes foi buscar o exemplo a PLÍNIO, VII, 42, 1: «Una feminarum in omni aevo Lampido Lacedaemonia reperitur, quae regis filia, regis uxor, regis mater fuit.» A fonte, porém, é PLATÃO, *Alcibiades*, 124: «Οἶμαι δὲ καὶ Λαμπιδῶ, τὴν Λεωτυχίδου μὲν θυγατέρα, Ἀρχιδάμου δὲ γυναῖκα, Ἄγιδος δὲ μητέρα, οἱ βασιλῆς γεγονόασιν...». Note-se que Agido, filho de Arquidamo e Lampido, só foi rei em 427 ou 426, três ou quatro anos depois deste suposto diálogo que Platão constrói.

(³¹) O sentido deve ser: a rainha já estava «canonizada» pelo voto popular. Note-se o sentido de *calculus* («pedra; voto; sufrágio») e o valor irreal da forma *accederet*.

(32) Cfr. a tradução da *Crónica de D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão, feita pelo infante D. Duarte: «ac D. Hen / rricus huius comitis a Tolosa [...?...] & eius favoris, / Vngariaeque regis, cui fuerat nupta, filius secūdus, qui ab rege...» (in *Boletim Intern. de Bibl. Luso-Brasileira, loc. cit.*).

Vid. ainda CAMÕES, *Os Lusíadas*, III, 25: «Destes Henrique, dizem que segundo / Filho de um Rei de Hungria experimentado / Portugal houve em sorte, que no mundo / Então não era ilustre, nem prezado; / E para mais sinal de amor profundo, / Quis o Rei castelhano, que casado / Com Teresa sua Filha o Conde fosse; / E com ela das terras tomou posse».

Era esta, na verdade, a teoria corrente na época sobre a independência do Condado Portucalense, que teria feito parte do dote de D. Teresa.

Nestes versos de Camões capta-se ainda um outro tema do século XVI, consequência imediata dos Descobrimentos⁽¹⁾: o de que a fama de Portugal, quase desconhecida antes, se espalhou pelo Mundo; lembremos, a propósito, o *Auto da Fama*, de GIL VICENTE.

(33) *Oratio Funebris*: «Nactus est auitū regnum Manuellus vir mansuetudino ingenio, altissimo cōsilio, summa felicitate».

(34) Cfr. Reminiscências de PLÍNIO, III, *Proem.*, 4: «Terrarum orbis uniuersus in tres dividitur partes, Europam, Asiam, Africam».

(35) Cfr., por exemplo, ANTÓNIO LUÍS: «At nostris lusitanis tuis auspitijs [fala de D. João III]: tuoque numine atque felici sidere sepius per annos singulos Oceano delati: ad innumeros populos: qui tuo imperio colla subdiderunt: tam maritimos quam a mari longissime remotos: necnon et insulares et isthmis angustis habitantes: nullo cursus vieque impedimento proficiscuntur» (p. 780); e: «et nomẽ Lusitanū per omnem mūdi oram gloriosum fecerunt» (p. 781).

(36) *Oratio Funebris*: «Vidi ego cū agerem Vlyssiponi [...] Ludouicus qui vtinã nestoreos viuat annos» (p. 698).

(37) Cfr. *Oratio pro rostris*: «vt dicam ingenue quod sentio».

(38) Cfr. ANDRÉ DE RESENDE, Oração de 1551: «Et ostendit Plutarchus gravis cum primis auctor, a parentibus semina quaedam, latentiaque virtutis principia in ipsa liberis communicari» (p. 57). Cfr. ainda GARCIA DE RESENDE, *Miscelânea*, est. 264: «Pollas ruas nouas hia, / & ho Iffante irmão / com estoque alto na mão; / rey do mundo parecia / em poder & perfeçam: / nos alpendres foy descido / de sam domingos, & subido / nũ estrado triumphal, / por nosso rey natural / foy alli obedescido».

(39) Reminiscências de CÍCERO, *De Officiis*, I, 15, 46: «Ut quisque maxime his virtutibus lenioribus erit ornatus, modestia, temperantia hae ipsa, de qua jam multa dicta sunt iustitia».

(40) Cfr. Plancus, apud Cic. *Fam.*, 10, 11: «Immortales ago tibi gratias...»

(41) Reminiscências de CÍCERO, *Fam.*, 13, 50, 2: «Hoc mihi da, ut M. Curium «sartum et tectum», ut aiunt, ab omnique incommodo integrumque conserves».

O que é de estranhar no texto é a ortografia *sarcta*; nos dicionários aparece *sarcte*, mas o particípio vem sempre sem o *c*; deve tratar-se de uma hipercorreção do orador, levado pela analogia com outros casos, como *arctus* e *artus*. Falsas etimologias são frequentes

(1) O tema aparece na *Oratio funebris in laudem Ioannis tertij Lusitaniae Regis*, de DIOGO DE TEIVE.

nos humanistas, que se dedicaram muitas vezes a esses problemas; do nosso texto podemos indicar como exemplos *sylua, caetera*. Ocorre-nos a crítica de FRANCISCO SANCHES (*Quod nihil scitur*): «Et asinus unde? a te, quia sine sensu es: a enim Graece, et Latine saepe privat: sinus, quasi sensus: ergo asinus, idem est quod sine sensu: et hoc idem quod tu. An non bona est etymologia?» (p. 64).

Na verdade os textos dos humanistas não apresentam uma ortografia unitária: ou se guiam pelo ouvido, representando *ae* por *e* (ex. *sepe*, etc.) ou retocam as palavras com hipercorreções.

A primeira parte desta nota devemo-la à ajuda do Sr. Doutor Walter Medeiros.

(42) João Fernandes deve querer significar Deus, embora no texto não venha em maiúsculas.

(43) Trata-se do tema da «guerra justa». É certo que os humanistas são adversários da guerra: em Petrarca já é tema a condenação da guerra (embora admitida como defesa) e a ideia de que o valor do homem está na sabedoria (vid. TOFFANIN, *Historia del Humanismo*, trad. esp., pp. 222-224). DIOGO LOPES REBELO, no seu *De republica gubernanda per regem*, em particular no cap. XII, afirma que o rei deve evitar a guerra, tentando viver em amizade com os estados vizinhos (p. 141), mas que, sendo a honra vexada, a pode fazer; além disso, opina que a guerra justa é a dirigida contra os infiéis (p. 143; cf. p. 75). Entre nós, a doutrina explicava as guerras no Oriente como uma prolongação da cruzada contra o infiel; não admira, por isso, que mesmo um Nicolau Clenardo, se pensava que «fides suadenda est, non imponenda», não excluísse o emprego da força contra os «luteranos» (vid. GONÇ. CEREJEIRA, *Clenardo*, cit. 3.^a ed., p. 259; no entanto, não faltaram críticas às guerras durante o século XVI, mesmo em autores portugueses).

(44) Facto da vida do Infante bastante versado no século XVI; entre outros, vid. PEDRO NUNES, prefácio-dedicatória do «De Crepusculis» (in *Obras*, vol. II, p. 7): «Nec enim satis esse putavit, ad expugnandam Tunetem, munitissimam Aphricae urbem, cum Carolo Imperatore transfretasse, in omni belli expeditione, et praelii incursu, strenuissimum se praebuisse».

Vid. ainda ANDRÉ DE RESENDE, Oração de 1551: «Recentior multo est Tunetensis expugnationis memoria. Quae classis auxilio missa? Ducem commemorare nollem equidem. Nam videtur indignum brevi tantum oratione attingere» (p. 63).

O Infante D. Luís quisera já ir à Índia, projecto a que se opôs sempre D. João III; quando Carlos V pediu auxílio ao rei português, este enviou-lhe uma esquadra chefiada por António Saldanha. O Infante, porém, foi juntar-se secretamente ao Imperador, que o recebeu com grandes manifestações de simpatia (vid. *Encicl. Luso-Brasileira*, s. v.).

(45) Termo usado por ÉNIO no fragmento do Liber IX dos *Annales*: «Additur orator Cornelius suaviloquenti / Ora Cethegus Marcus Tuditano collega / Marci filius», e a que aludem CÍCERO, *Brutus*, XV, 58, e *De Senect.*, 50 e QUINTILIANO, XI, 3, 31, entre outros.

(46) PLÍNIO, 36, 16: «Dicantur obiter et pyramides in eadem Aegypto, regum pecuniae otiora ac stulta ostentatio». Id., 36, 4: «Secanti marmor in crustas nescio an Cariae fuerit inventum. Antiquissima, quod equidem inveniam, Halicarnassi Mausoli domus Proconnesio marmore exculta est, lateritiis parietibus». Cfr. *Oratio Funebris*: «Quid aliud clamant barbariae aegypti Pyramides, cariae mausolea, nostrae etiã aetatis ad insaniam vsque picta spulchrorum marmora?» (p. 692).

(47) CÍCERO, *De Amic.*, 27: «Sed quoniam res humanae fragiles caducaeque sunt, semper aliqui anquirendi sunt, quos diligamus, et a quibus diligamur».

(48) Ideia que se pode aproximar de CÍCERO, *Brutus*, 91, 315: «Cum uenisset Athenas, [...] studiumque philosophiae numquam intermissum a primaque adulescentia cultum et semper auctum hoc rursus summo auctore et doctore renouauit. Id., *Pro Archia*, 7, 16: «...qui profecto si nihil ad percipiendum colendamque uirtutem litteris adiuuarentur...»

(49) Cfr. QUINTILIANO, 10, 1, 32: «illa Liui lactea ubertas», em que o adjectivo tem o sentido de «pura» (inform. fornecida pelo Sr. Prof. Doutor Costa Ramalho).

(50) PLÍNIO, 35, 36: «Verum omnes prius genitos futurosque postea superauit Apelles Cous, Olympiade CXII. Picturae plura solus prope, quam caeteri omnes, contulit, voluminibus etiam editis, quae doctrinam eam continent. Praecipua ejus in arte venustas fuit, quum eadem aetate maximi pictores essent: quorum opera quum admiraretur, collaudatis omnibus, deesse iis illam suam Venerem dicebat, quam Graeci Charita vocant: caetera omnia contigisse, sed sola tibi neminem parem».

Cfr. *Oratio pro rostris*: «... sed expresse depingerem non μονοχρόμασι sed τόνοις sed ἀρμογάιε [sic] tuis coloribus, tuis ombris, tuis pigmentis. Inuideret appelles, cederet parhasius, Induceret edictum Alexander, et in celebrādis picturae miraculis harpocratem ageret plinius».

(51) CÍCERO, *De Republ.*, VI, 10: «Hic mihi (credo equidem eram locuti: fit enim fere, ut cogitationes sermonesque nostri pariant aliquid in somno tale, quale de Homero Ennius de quo uidelicet saepisse vigilans solebat cogitare et loqui) Africanus se ostendit ea forma, quae mihi ex imagine ejus, quam ex ipso, erat notior; quem ut agnovi, equidem cohorrui: sed ille, Ades, inquit animo et omitte timorem, Scipio, et quae dicam, trade memoriae».

A seguir preconiza a Cipião Emiliano, mostrando-lhe a Via Láctea, que dentro de dois anos será cônsul e que destruirá Cartago.

(52) PLÍNIO, II, 4: «Equidem et consensu gentium moveor. Non quem κόσμον Graeci, nomine ornamenti appellare, eum nos a perfecta absolutaque elegantia, mundum».

(53) Reminiscências de CÍCERO, *De Orat.*, III, 13, 50: «ita confusa est oratio, ita perturbata, nihil ut sit primum [...] ut oratio, quae lumen adhibere rebus debet, ea obscuritatem et tenebras adferet...»

QUINTILIANO, VIII, 5, 34: «Ego vero haec lumina orationis, velut oculos quosdam esse eloquentiae credo». Cfr. ANTÓNIO LUÍS: «vbi lux (vt inquit ille) splendida solis non adsit. nam quanuis (vt ait Cicero) suas habeat nox voluptates: attamen in ea nec sine fulgore viuere: et degere possumus» (p. 756).

(54) Diogo Lopes Rebelo, no tratado já citado, apresenta no Cap. IX o esquema da liberalidade régia: o «dar» abrange a liberalidade e a magnificência; pergunta ele para que servem os exemplos estrangeiros, se na tradição dos antecessores de D. Manuel, a quem se dirige, não faltam: «...cum tot exempla interna tot regum et principum progenitorum et avorum vestrorum in regno Portugaliae habemus, qui nimia liberalitate et magnificentia floruerunt, de quorum omnibus et singulis bonum esset recensere?», (p. 118).

(55) ARNALDO FABRÍCIO: «Qua quidem in re magna laus est Ioannis Regis huius illustrissimi: qui cum uideret boni Principis officium esse, eos, qui in ipsius imperio sunt, quam beatissimos efficere: [...] litterarum ornamento tanto, et tam necessario carere noluit» (p. 19).

BELEAGO: «Sed major Joannis hujus nominis tertii Lusitanorum Regis Christianissimi gloria [...] ut virtute etiam, quemadmodum et fortuna reliquos principes longe superaret», (p. 46).

MANUEL DA COSTA: «Enimvero vt bonarum artium dignitatem, quae antea erat in obscuro, ad Regiae dignitatis fastigiū prouehere videretur: haec Regia palatia, ludos literarios, hanc aulam Regiam, literarū emporium esse voluit».

(⁵⁶) Na verdade, a fixação em Coimbra da Universidade (e mais tarde do Colégio das Artes) não foi sem disputas. O tema do elogio da amenidade da cidade onde se estuda é literário; cfr. o que diz Cataldo sobre Bolonha, ou o que escreve Luís Vives acerca de Valência (sobre este, vid. FOSTER WATSON, *Luís Vives, El gran valenciano*, p. 7).

(⁵⁷) QUINTILIANO, VI, 2, 8: «Horum autem, sicut antiquitus traditum accepimus, duae sunt species: alteram Graeci πάθος vocant, quam nos vertentes recte ac proprie *affectum* dicimus; alteram ἡθος, cuius nomine, ut ego quidem sentio, caret sermoro manus; mores appellantur: atque inde pars quoque illa philosophiae ἡθικὴ, *moralis* est dicta».

(⁵⁸) HORÁCIO, *Sat.*, II, 2, 2-3: «nec meus hic sermo est, sed quae praecepit Ofellus / rusticus, ab normis sapiens crassaque Minerva».

QUINTILIANO, I, 10, 28: «Libet propter quosdam imperitiores, etiam *crassiore*, ut vocant, *musa*, dubitationem huius utilitatis eximere». JERÓNIMO CARDOSO, *Carta a António Luís*: «cui ne Attica quidem facundia nedum crassa hac et triuali Minerva satisfactorum abunde me putabam» (*N. C.*, P. 2.^a, vol. III, t. 1, p. 747).

Cfr. ANDRÉ DE RESENDE, *Oratio pro rostris*, p. 48: «adeo tamen a plaerisque infelicitate id studium agitur, ut non injuria in proverbium venerit, crassa canonistarum, ita enim vulgo nominatur, Minerva».

(⁵⁹) D. André de Noronha, que nos aparece em 22 de Junho de 1548 entre os bacharéis canonistas que andavam a examinar-se para licenciados, foi escolhido para o cargo de reitor, na ausência de Fr. Diogo de Murça e de D. João de Portugal, em 15 de Julho (vid. *Actas*, II, 1.^a parte, pp. 136 e 140).

(⁶⁰) Na família dos Marqueses de Vila Real os filhos primogénitos tinham o apelido Meneses, enquanto aos outros se dava o de Noronha. Um D. João de Noronha (¹), a que já nos referimos ao falar da estadia de João Fernandes em Santa Cruz, foi eleito prior do mosteiro dos Cruzados com certeza em 1480, como pôde deduzir na sua tese de licenciatura Maria Beatriz Silvestre (tese cit., p. 25). O humanista Cataldo Sículo trocou correspondência em latim com ele, chegando a dizer-lhe: «Se responderes, como principiaste a fazer, a todas as minhas cartas, conseguirás em poucos dias tornar-te mais eloquente do que os outros, e darás aos teus, e a mim sobretudo, extraordinária satisfação» (trad. do Prof. Doutor Costa Ramalho, in *D. Diogo de Sousa e o Introdutor do Humanismo em Portugal*). Este D. João, que parece ter sido bom músico e cantor, faleceu em 1506. Era tio de um outro D. João de Noronha, pai de D. André de Noronha, e tio de D. Pedro de Meneses, 3.^o Marquês de Vila Real, que o sevilhano trata por «mecenás», homem muito culto, que apenas com doze anos sabia escrever em árabe e dominava suficientemente bem o latim para, em 18 de Outubro de 1504, proferir uma *Oração* nos Estudos Gerais de Lisboa, na presença de D. Manuel; deve ter-se interessado por um professor que vinha dos meios humanistas espanhóis de Alcalá e Salamanca; falta saber em que medida o protegeu. (Sobre a data da *Oração* de D. Pedro, vid. LUÍS DE MATOS, «Nótulas sobre o Humanista Italiano Cataldo Parisio Sículo», in *A Cidade de Évora*, n.º 35-36, p. 12, nota 47; este D. Pedro de Meneses não era aquele que em Março de 1517 concorria a uma cadeira de lógica na Universidade de Lisboa, como pensa A. MOREIRA DE SÁ, na introdução à *Oração Proferida no Estudo*

(¹) Sobre ele há D. NICOLAU DE SANTA MARIA, *Crónica dos Regrantes*, Livro IX, caps. 29 e 30.

Geral de Lisboa, pois nessa altura o conde de Alcoutim era «capitão» de Ceuta. Vid, a tese supra cit. e COSTA RAMALHO, *A Oração de Sapiência do Conde de Alcoutim*. É de notar que a edição de Moreira de Sá safu, realmente, depois de 3 de Maio de 1965, apesar de ser datada de 1964).

(61) Construção do tipo de JUVENAL, *Sat.*, III, 131: «Diuitis hic seruo claudit latus ingeniorum filius».

(62) «Personagem bíblica (cf. Io. I, 45 segs.), do qual disse Cristo: «Ecce uerus Israelita in quo dolus non est». Destas palavras de Cristo se serve o orador para enaltecê-lo a simplicidade e clareza com que Romeiro interpretava a escritura» (Nota de Pinto de Carvalho). Devia ser natural do Funchal; vid. p. 50 deste volume.

(63) Provérbio que se pode ler em PLAUTO, *Curculio*, I, 1, 55 ou MACRÓBIO, *Saturn.*, II, 14: «Qui nucleum e nuce esse vult⁽¹⁾, frangit nucem».

(64) Tratar-se-á de reminiscência de PLUTARCO, *De educatione puerorum*, XIV: «Nam non tantum egregium est scire vincere, sed etiam posse vinci pulchrum est, ubi victoria est damnosa...».

(65) CÍCERO, *Fam*, I, 6: «Sed praesta te eum qui mihi «a teneris», ut Graeci dicunt, «unguiculis» es cognitus; inlustrabit, mihi crede tuam amplitudinem hominum iniuria». Cfr. ANTÓNIO LUÍS: «Hanc itaque a teneris (quod aiunt) unguiculis ut ita complexus es...» (p. 794).

(66) Sobre a escola salmantina de Vitória, vid. a obra já citada a propósito deste mestre, do Cardeal Francisco Ehrle (in *N. C.*, P. 2.^a, vol. II, p. 170 e segs.) e da qual transcrevemos estas passagens: «En la escuela fundada por Vitoria encontramos, efectivamente, a pesar de toda la continuidad del desarrollo doctrinal, después de haver eliminado muchas inútiles e impertinentes cuestiones de escuela, cuya excrecencia caracteriza el período decadente, una serie de nuevos puntos doctrinales desarrollados con arreglo a los antiguos y acreditados principios»; «Finalmente, la introducción de la Suma de Santo Tomás en la mayor parte de las escuelas, después de haber desalojado de ellas al Libro de las Sentencias de Lombardo, fue otro nuevo y grande beneficio, tanto para la elección de las opiniones doctrinales, como para él método de la exposición». Essa escola nasceu, portanto, da crítica textual, da procura do texto original; aproximamos estas palavras das do Prof. Joaquim ds Carvalho, in *António de Gouveia*, por exemplo.

(67) Cfr. *Exodus*, cap. XXVI, 1: «Et tabernaculum facies, decem aulae de bysso torta, et hyacintho, et purpura, et cocco torto Cherubim: opere textoris facie ea». Mateus, 27, 51: «Et uelum templi scissum est».

(68) Cfr. *Salmo* 79: «2 — Qui parcis Israel, intende, qui deducis velut oves Joseph. Qui sedes super Cherubim; 3 — coram Ephraim et Benjamin et Manasse, excita potentiam tuam venit ut salvos facias nos».

(69) Cfr. VIRGÍLIO, *Aen.*, VI, 864-66: «Qui pater, ille, virum qui sic comitatur euntem? / Filius, anne aliquis magna de stirpe nepotum? / Qui strepidus circa comitum! quantum instar in ipso! / Sed nox atra caput tristi circumuolat umbra». Note-se como Fernandes se serviu só da parte do verso a seguir à cesura pentemímera.

(70) Cfr. *Id.*, *ibid.*, VI, 302-304: «Ipse ratem conto subigit uelisque ministrat / Et ferruginea subnectat corpora cumba, / Iam senior, sed cruda deo uiridisque senectus».

(1) Em Plauto *vol.*

(71) CÍCERO, *De Nat. Deor.*, II, 23: «Non enim venis, et nervis, et ossibus continentur, nec iis escis, aut potionibus vescuntur, ut aut nimis acres, aut nimis concretos humores colligant: nec iis corporibus sunt, ut aut casus, aut ictus extimescant, aut morbos metuant ex deflagatione membrorum. Quae verens Epicurus monogrammos Deos, et nihil agentes commentus est».

VERGÍLIO, *Aen*, VI, 292-3: «Et ni docta comes tenuis sine corpore uitas / Admoneat uolitare caua sub imagine formae». Cfr. Cael. *Rhod*, 8, 19 (vid. *Thesaurus*): «Monogrammi dicuntur homines macie praetenuis ac decolores strigosique; ac incurtiores et vesculi, deflexo nomine a lineari pictura quae, priusquam coloribus corporetur, lineis ad umbram fingitur».

Imagine-se a que ponto Navarro era magro...; correspondia, de resto, ao ideal físico do filósofo.

(72) Note-se a aproximação de *libros* e *liberos*; cfr. CÍCERO, *De Fato*, I, 1: «Quod autem in aliis libris feci, qui sunt de Natura Deorum, itemque in iis, quos de Divinatione edidi...»

(73) Reminiscências, talvez, de CÍCERO, *Att.*, 12, 18: «...quae innumerabiles fieri possunt in infinita posteritate (si modo haec stabunt) illud quasi consecratum remanere possit».

(74) «João Gersão, teólogo da Idade Média, que deixou vasta obra literária, notável sobretudo pelos seus escritos de espiritualidade» (Nota de Pinto de Carvalho).

(75) Ou se trata de Ângelo Baldo de Ubaldis (1328-1407) ou de Pedro Baldo de Ubaldis (1327-1406), irmãos e ambos célebres juristas. André de Resende no *De Vita Aulica* (1535) queixa-se a Damião de Góis dos jurisconsultos «que aconselhavam D. João III a preferir os medievos Bártolo, Baldo e Acúrsio, dissuadindo-o [...], dos poetas, dos oradores e dos filósofos da modernidade» (cit. de Joaquim de Carvalho, *Estudos sobre o séc. XVI*. vol. II, p. 59).

(76) Chamado Antiquus, para o distinguir de Nicolau de Tudeschis, Abbas Panormitanus; canonista que ensinou em Bolonha na 2.ª metade do séc. XIII.

(77) Não se trata, evidentemente, do Filino apontado na nota de Pinto de Carvalho; em todas as Enciclopédias que consultámos não encontramos ninguém desse nome ligado ao direito canónico.

(78) Reminiscências de CÍCERO, *Fam.*, 10, 5: «nec quidam ex omnibus rebus humanis est praeclarius aut praestantius, quam de republica bene mereri».

(79) Reminiscências de CÍCERO, *Pison.*, 17: «Nam ille gurgis atque helluo, natus abdomini suo, non laudi atque gloriae...»

(80) Construção do tipo de CÍCERO, *Att.*, 11, 1, 2: «Ut possim — salutem meam benevolentiae tuae acceptam referre».

(81) Cfr. QUINTILIANO, VII, 2, 33: «Probi uero omnes, et anteaetate vitae integritas, nunquam non plurimum profuerint».

(82) Cfr. ARNALDO FABRÍCIO: «honestisque praemiis, ac conditionibus Praeceptores doctissimos longe gentium huc euocauit, qui optimis artibus iuuentutem erudirent» (p.21).

BELEAGO: «Nec ijs contētus, ex uerijis nationibus homines doctissimos, sūmis praemijs illectos accer siuit: qui Lusitanam iuuentutem bonis artibus erudirent...» (p. 47).

ANDRÉ DE RESENDE, *Oração de 1551*: «Conquistos undique viros excellent. eruditione praestantanteis [sic] magnis propositis praemiis honoribus convocavit» (p. 64).

HILÁRIO MOREIRA (1552): «Ubi innumeris positis musarum sedibus, praeceptores doctissimos est magnis congiariis, amplissimisque muneribus prosequutus» (p. 91).

LEDESMA, *Prima*, 4: «Tu enim doctissimos homines decreto stipendo, qui tuos ciues omnibus artibus erudirent, longe gentium euocasti, veteres lacunas extirpasti, omnes disciplinas pure ac liquide fluere fecisti, collegia, coenobia, gymnasia numero infinita» (dedicatoria).

Trata-se de um dos temas por nós apontados atrás, como comuns ao Humanismo de meados do século XVI.

(83) ARISTÓTELES, *Rhet.*, 2, 12: «Καὶ φιλογέλωτες (οἱ νέοι), διὸ καὶ εὐτράπελοι· ἡ γὰρ εὐτράπελία πεπαιδευμένη ὕβρις ἐστίν.»

João Fernandes, porém, pode ter colhido o passo em CÍCERO, *Ad Fam.*, 7, 32, 1: «Deinde εὐτράπελία literarum fecit ut intelligerem tuas esse». O tema é antigo e várias vezes explorado durante o séc. XVI. Já Boccaccio se referia ao «homem silvestre ou selvagem», falando de quatro habitantes das Canárias que uma expedição portuguesa, com italianos, antes de 1341, trouxera. HENRIQUE CAIADO, nas *Éclogas*, formula já a teoria do «bom selvagem»; não esqueçamos que o tema tem raízes clássicas em HORÁCIO, *Carm.*, III, 24.

(84) QUINTILIANO, VI, 3: «Meo quidem iudicio illa est urbanitas, in quae nihil absonum, nihil agreste, nihil inconditum, nihil peregrinum neque sensu neque verbis neque ore gestuve possit deprehendi, ut non tam sit in singulis dictis, quam in toto colore dicendi: qualis apud Graecos Atticismos ille redolans Athenarum proprium saporem».

(85) Apesar de Pinto de Carvalho remeter para o vol. 33 de *O Instituto* sobre estas viagens diplomáticas, nada aí vimos que explicasse este passo, a não ser o epitáfio na antiga Igreja de S. Cristóvão de Coimbra, do qual constavam as seguintes palavras: «...consiliis grauibus, ac etiam legationibus universam per Europam celebris» (vid. *loc. cit.*, p. 133; houve quem acrescentasse à mão ter visto uma cópia manuscrita antiga deste epitáfio, na qual a abreviatura «prio» parece dever desdobrar-se em *primo*, notando-se que Arcas fora lente de Prima em Coimbra).

(86) Passo com certeza inspirado em certas passagens de CÍCERO, *De Senect.*, por ex. XI, 36: «et corpora quidem exercitationem defatigatione ingrauescunt, animi autem se exercendo leuantur».

(87) Cfr. JERÓNIMO CARDOSO, *Oratio pro rostris*: «Superest, quando ad Colophonem nostra jam properat Oratio...»

(88) Sobre o conhecimento que Manuel da Costa tinha de Papiniano, jurista latino do séc. II d. C., lembremo-nos da exclamação que teve em Salamanca, quando aí concorria por oposição com Aires Pinhel: «Audite, Audite, alium Papinianum auditis, et non auditis Emanuelum à Costa».

(89) Cfr. CÍCERO, *De Finibus*, 4, 4, 10: «Nam e quibus locis, quasi thesauris, argumenta depromerantur, vestri ne suspicati quidem sunt; superiores autem artificio et via tradiderunt».

(90) A fonte terá sido PLÍNIO, X, 77, 1: «Est et pumilionum genus non sterile in his, quod non in alio genere alitum, sed quibus centra, fecunditas rara et incubatio ouis noxia»; noutros passos o mesmo autor fala dos *pumiliones* (ex.: XI, 49); também COLUMELA (que João Fernandes conheceu a ponto de citar na carta a João Rodrigues de Sá, in *Alguns docs.*, p. 65) a eles alude in *Rerum Rusticarum De Agricultura*, VIII, 2, 14. A imagem deve referir-se ao contributo dos posteriores para com as obras dos Antigos. É, pelo menos, esse o sentido que fomos encontrar em Francisco Sanches, que a usa no *Quod nihil scitur*:

«...aliquid de suo insuper addunt: hisque alii: tum et de dubiis iudicium proferunt: itaque augetur ars: posterioresque hac ratione comparatur puero in collo Gigantis existenti...» (pp. 145-6). A imagem é muito antiga, de resto; remonta pelo menos a Bernardo de Chartres: «nous sommes, dit-il, comme des nains juchés sur les épaules des géants», querendo com isto significar que os Antigos «élèvent et ajoutent à notre taille leur stature gigantesque»; vid. PAUL RENUCCI, *L'Aventure de l'Humanisme Européen au Moyen-Age (IV^e-XIV^e siècle)*, p. 57 e nota 27 da p. 105.

(⁹¹) João Fernandes deve referir-se à edição, em 1548, do tratado feito à moda de comentário, *In § quid si tantum. L. Gallus*.

(⁹²) Como já frisámos atrás, não cremos que a interpretação que Pinto Carvalho dá a esta passagem seja a melhor; Ascânio era «alterum Italiae lumen, spes altera Romae» porque era, na realidade, italiano.

(⁹³) Trata-se de uma atitude base do Humanismo: o repúdio da escolástica silogística medieval. Já nos referimos à Oração de 1539 de João Fernandes, onde critica, entre outras coisas, as «nugae» dos gramáticos medievais; embora posterior, não é descabido registar a interessante atitude de humanista de Francisco Sanches: «Nulla his [sylogismis] unquam parta scientia, imo deperditae multae, turbataeque sunt horum causa» (*Quod nihil scitur*, p. 28).

(⁹⁴) Trata-se da adaptação de VIRGÍLIO, *Aen.*, I, 645-6: «Ascanio ferat haec ipsumque ad moenia ducat; / omnis in Ascanio cari stat cura parentis».

(⁹⁵) Como já se disse, Ascânio Escoto veio recomendado por André Alciato; veja-se a carta de D. João III para Alciato, do ano de 1547 (in *Docs.*, III, p. 129): «cõ [micer] asquanio Scoto Reçebi m^{to} cõtenta m^{to} he posto [q̃ suas] ho q̃ mostrou de suas lletras he vi de sua p^a bastase per^a eu delle ter m^{to} boa hopiniaõ [...] & ho q̃ delle me espreueis he saber q̃ foy voso deçypollo he ouuiu vosa doutrina».

(⁹⁶) Cfr. *Oratio Funebris*: «Quod ut faciam permittite me pauxillum Regiam personam induere hoc est Herculis Astyanacta» (p. 699).

(⁹⁷) Cfr. ARNALDO FABRÍCIO: «qui [homo] cum constet ex animo et corpore, perspicuum est primas esse animi partes, secundas corporis. In corpore sunt membra sic inter se ipsa constituta, ut figuram, formam, staturam ad naturam quam maxime aptam habeant» (p. 6). Note-se o que diz JERÓNIMO CARDOSO (*Oratio pro rostris*): «Nam ut Philosophia animi Medicina dicitur: ita Medicina humani corporis quaedam philosophia».

Cfr. CÍCERO, *De Leg.*, I, 9, 26: «...intelligentias inchoavit quasi fundamenta quadem scientiae figuramque corporis habilem et aptam ingenio figuramque corporis habilem et aptam ingenio humano dedit...». Id. *Cluentius*, 21, 57: «in morbis corporis, ut quisque est difficillimus, ita medicus nobilissimus atque optimus quaeritur».

(⁹⁸) «Nicolau Leoniceno, médico e filólogo muito ilustre (1428-1524)» (nota de Pinto de Carvalho); a ele se refere, como grande autoridade, João Fernandes na *Carta a Rodrigues de Sá*, acerca do *Liber De Platano*.

(⁹⁹) Percebemos aqui o encontro de duas ciências médicas: a baseada na prática em reacção com a livresca até aí usada.

Em 1534 dissera ANDRÉ DE RESENDE, na *Oratio pro rostris*: «Nostrae hujus aetatis medici, hanc extremam [a cirurgia] tamquam vilem rejiciunt in eos quos ipsi per fastidium chirurgos vocant, homines totius philosophiae ignoros, sicut etiam herbarum plantarumque cognitionem ad se pertinere non putant, magno tamen humani generis incommodo».

Properant enim ad lucrum, qujus unius caussa sectantur arteis, ut initio dixeram» (p. 44). Estas palavras concordam com o estado geral da Medicina na Península. Apesar de em 1488 D. Fernando ter concedido um privilégio aos médicos de Saragoça para dissecarem algum corpo morto, não consta que daí tenham vindo quaisquer frutos⁽¹⁾. Em Portugal, já o vimos, D. João III autorizara a anatomização dos estrangeiros falecidos no Hospital e dos justicados (vid. *Docs.*, III, p. 71 e 72). Mas não se foi muito longe, pois tanto aqui como em Salamanca, no fundo havia sempre o que Amato Lusitano exprimira nas *Cent.*, VI, cur. 51: «si modo vobis proesertim Hispanis quibus piaculum est cadaver concidere non contingat aliter experiri».

Houve, é certo, um movimento para uma Medicina prática, que no campo da anatomia ficou marcada, em Coimbra, com Afonso Rodrigues de Guevara, a quem foi dada em 8 de Junho de 1556 (*Docs.*, IV, p. 277) a cadeira de Anatomia e, a 26 de Setembro do ano seguinte, a de Cirurgia, criada para ele, e no campo do estudo das ervas medicinais com Francisco Franco e Rodrigo Reinoso. Este movimento, que levou Amato a dizer que a «herbaria medicina, apud Hispanos jam in pretio haberi incipiat» (*Dioc.*, L. I, en. 135), foi sol de pouca dura; mais tarde Verney e Sanches hão-de pugnar ainda pelo mesmo que Amato.

No fim de contas, isto está de acordo com o que dissemos atrás sobre a observação da Natureza pelos nossos humanistas; ora já no fim do séc. XVI (1581) escrevera FRANCISCO SANCHES no *Quod nihil scitur*: «Et horum quidem maxima in scientia multitudo: qui autem naturam ipsam in se scrutetur, vix ullus, aut saltem admodi pauci, quique apud illos, et vulgum indocti indicantur» (p. 128). Veja-se, por exemplo, o esquema da Faculdade de Medicina, que se manteve sensivelmente até ao Marquês de Pombal (vid. R. BRITO, cit.):

Prima	{	Tegne de Galeno De locis affectis De morbo et symtomate De defferentis febris De simplibus
Véspera	{	Aphorismos de Hipócrates O nono ad Almansorem (Rhazés) De Ratione Victus (Hipócrates) Epedemias e prognósticos (Hipócrates)
Terça	—	Cadeira de Avicena
Noa	—	Anatomia: De usu partium (Galeno)
Catedrilhas	{	De methodo medendi — Galeno De Aristóteles.

João Fernandes, ao falar de *uespillo*, parece mostrar que Amato tinha razão, pois, se louva a experiência de Reinoso (com certeza que no uso de plantas medicinais: vid. R. Jorge, p. 99), no fundo revela aquele *piaculum* de que entre os espanhóis é «cosa fea

⁽¹⁾ Seguiremos, para esta nota, a já citada obra de RICARDO JORGE, *Amato Lusitano*, pp. 98-108; e A. ROCHA BRITO, *O primeiro dia d'aula*, em especial p. 26.

cortar los cuerpos»⁽¹⁾ como também, diz Juan Valverde, outro afamado médico. Por outro lado, é até muito provável que Fernandes tivesse conhecimento destes versos de Marcial, I, 47-48: «Nuper erat medicus, nunc est uespillo Dialulus: / Quod uespillo facit, fecerat et medicus».

⁽¹⁰⁰⁾ Cfr. HILÁRIO MOREIRA (1552): «Sine quo [matheseos quadriui]o] nemo se putet recte philosophari, quoniam mathematicae disciplinae subsellia quaedam sunt et elementa quibus altiora conscenduntur, et quaedam praeludia ad diuinorum perpensionem» (p. 79). É muito possível que nas palavras de João Fernandes haja uma ligeira alusão a Pedro Nunes, por qualquer afirmação sua sobre a Medicina, ou até pelo facto de a ter trocado pela Matemática.

⁽¹⁰¹⁾ Cfr. PLÍNIO, 37, 15, 1: «Maximum in rebus humanis, non solum inter gemmas, pretium habet adamas, diu non nisi regibus et is admodum paucis cognitus». Como se pôde ir notando, é a Cícero e a Plínio que João Fernandes mais elementos foi buscar para esta Oração.

⁽¹⁰²⁾ Cfr. Id., 2, 68, 4: «Hae tot portiones, immo vero, ut plures tradidere, mundi punctus (neque enim est terra in uniuerso), haec est materia gloriae nostrae, haec sedes». Id., 1, 1: «Mundum, et hoc quod nomine alio caelum appellare libuit, cuius circumflexu teguntur cuncta, numen esse credi par est, aeternum, immensum, neque genitum, neque interitum unquam».

A referência de Fernandes aos «latissimos illos mundi orbis» está relacionada com a divisão do mundo em *esferas*, isto é, em círculos concêntricos; cfr., por exemplo, AVELAR, *Reportório dos tempos* ou *Chronographia* (1585), que tem origem no de Hieronymo de Chaves (1548): «Também os orbis, sphaeras dos outros planetas, são chamados ceos...» Muitos eram estes *reportórios*, que bebiam em Afonso X o Sábio, e deles se serviram Gil Vicente e Camões; e Fernandes, como já vimos, possuira um exemplar do *De Triangulis* de Regiomontano, autor que também aborda questões astronómicas. (Para maior conhecimento destas questões, vid., por exemplo, Dr.^a AUGUSTA F. G. VENTURA, *Estudos Vicentinos, I — Astronomia-Astrologia*, pp. 25-40 especialmente). Pode ainda recordar-se o que dissemos na nota 2.

⁽¹⁰³⁾ Reminiscências de CÍCERO, *De Republica*, VI, 7: «certum esse in caelo definitum locum, ubi aevo sempiterno fruuntur».

⁽¹⁰⁴⁾ Trata-se de Gaius Fabricius Luscinus, herói da guerra contra Pirro, famoso pela sua pobreza, austeridade e incorruptibilidade, ao qual Cícero alude em passos diversos: *De Off.*, III, 4: «...aut quum Fabricius aut Aristides justus nominantur»; vid. ainda *De Orat.*, I, 66, e *De Senect.*, XII, 43.

Quanto a Vicente Fabricio, é claro que não era francês, como vem na nota de Pinto de Carvalho.

⁽¹⁰⁵⁾ Passo semelhante na *Oratio Funebris*: «Quem hodie deflemus doctores grauissimi, theologici sacratissimi, philosophi sagacissimi, dialecti acutissimi, grāmatici eruditissimi?»

⁽¹⁾ Não deixa de ter o seu interesse transcrevermos aqui as divisões da Medicina, segundo JERÓNIMO CARDOSO, na *Oratio pro rostris* (1536): «Illud vero silentio praeteruendum non est, videlicet Medicinae artem in tria esse membra divisam, in Logicen, Empiricem, Methodicem. Logice, quae Latine dicitur rationalis medicina, quae causas morborum abditas serutatur [sic]: Empirica ab experientia nomen accipit, tanquam ab experimentis medicina deductavit, cuius professores Empiricos vocant. Methodice vero est intermedia, ac uelut in confinis collocata».

(p. 691). Dos mestres que vinham com André de Gouveia, foram poetas Buchanan Teive, orador Arnaldo Fabrício, e pela história se interessaram Grouchy e Buchanan.

(106) Construção que se pode ver em SÜETÓNIO, *Caes.*, 25: «Omnem Galliam [...] in provinciae formam redegit...»

(107) Lembremos a estância 165 da *Miscelânea* de GARCIA DE RESENDE: «Vijmos muyto prosperados / hos almeidas, & meneses, / muitos senhores hõrados, / tantos hirmãos, tã prezados / na corte & nos arneses...». CAMÕES, X, 53: «Virá despois Meneses, cujo ferro / Mais na África que cá terá provado». Id., X, 57: «Trás este vem Noronha, cujo auspício / De Dio os feros afugenta».

(108) Cfr. Id., X, 56: «Mas despois que as estrelas o chamarem, / Sucederás, ó forte Mascarenhas...». Id., X, 67: «Suceder-lhe-á ali Castro, que o estandarte / Português terá sempre levantado...»

(109) Cfr. ANTÓNIO LUÍS: «Quid futurum fuisse speramus? cum illis nõ infelici profecto ingenio scriptoribus: vel mille scribendarũ Iliadum argumentũ hec tua tempora: et copiosissimam suppeditent materiam» (p. 775).

(110) Cfr. Id.: «...et nomẽ Lusitanũ per omnem mũdi oram gloriosam fecerunt: et deos quos plures habuit superstitionibus semper dedita gentilitas: ejicientes: vnus dei Christi cultum et virginis intemerate ampliarũ» (p. 781).

ARNALDO FABRÍCIO: «quo eas ab impio simulachrorum cultu ad ueram religionem: ab immanitate, ad bene, beateque uiuendi rationem traducat» (p. 21). CATALDO SÍCULO, na *Oratio habita bononie*, desenvolve o tema da «barbaridade» das gentes da África, que viviam sem leis nem jurisconsultos, e não possuíam normas morais de conduta; vid. ed. de 1500, f.º 49.

(111) Cfr. CÍCERO, *De Divinat.*, I, 51: «esse deos, et eorum providentia mundum administrari eosdemque consulere rebus humanis, nec solum universis, verum etiam singulis»; Fernandes, porém, fala do lado cristão.

(112) Muitas são as alusões a este aspecto do reinado de D. João III. Por ex., ANTÓNIO LUÍS: «vt hic princeps noster quẽ optimũ humano generi nedũ populo Lusitano dedistis: longissimas in terris viuat etates et ad pilij triseclis annos perueniat» (p. 801). Passos semelhantes se podem ler em Fabrício, Beleago, Resende, Camões, etc.

(113) Cfr., entre outros autores, ANDRÉ DE RESENDE (1551): «Igitur Conimbrica, quujus venerabilior jam erat ipsa antiquitatis memoria, quã moenium, aedificorumque species venustior, pleniorve celebritas...» (p. 65). HILÁRIO MOREIRA (1552): «Optimo autem consilio, Rex Prudentissimus suam hic Academia instituti, in urbe amoenissima et opulentissima» (p. 91).

IX

APÊNDICE

Em aditamento transcrevemos o mais antigo documento referente a João Fernandes em terra portuguesa: a carta do emprazamento feito pelo Mosteiro de Santa Cruz a Mestre João Fernandes em 4 de Fevereiro de 1536.

Encontra-se nos *Livros de Notas de Santa Cruz*, Livro 14, fls. 70-71v. (tomo 7). Como dissemos no devido lugar, a ele já se referiu Mário Brandão⁽¹⁾, mas, que saibamos, não foi publicado integralmente. Aqui o fazemos mantendo a grafia do documento, mas tendo desdobrado as abreviaturas.

João Fernandes o mestre os lagares de Vale de Custas.

Saibã quantos este instrumento de emprezamento deste dia para todo o sempre virem como em os 4 dias do mês de Janeiro do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil quinhentos e trinta e seis em a cidade de Coimbra e o mosteiro de S.^{ta} Cruz em a Casa do Conselho dele lugar acostumado onde os semelhantes autos se soem fazer estando aí presentes e juntos em Cabido e cabido fazendo como é de seu costume chamados per campãa tangida especialmente para o auto de que abaixo fará menção — a saber — os muitos honrados padres e o padre D. Manuel prior Crasteiro do dito mosteiro e os outros três conegos deputados dele para as semelhantes cousas poderem fazer e também estando aí o muito prasado mestre João Fernandes Catedrático em os estudos do dito mosteiro⁽²⁾ logo pelos ditos priores Crasteiro e deputados foi dito em

⁽¹⁾ in *Duas Cartas de Nicolau Glenardo*; na p. 8, nota 2 diz: «No ms. o escrivão datou o documento de Janeiro, mas certamente por erro».

⁽²⁾ O escrivão tinha escrito antes «e universidade da dita cidade», lapso que emendou depois.

presença de mim escrivão publico e das testemunhas que ao diante vão nomeadas que a Casa dos lagares de vinho da Quintaã de Vale de Custas com bacelo e oliveiras, junto dos ditos lagares os quais lagares bacelo e oliveiras trazia Pero Lopes Sineiro que foi do dito Mosteiro e estão ora vagos per renunciação que delas fez o dito Pero Lopes e que por estarem ora as ditas propriedades vagas havendo eles respeito ao dito João Fernandes ser pessoa que mui bem as há-de aproveitar e por os serviços que faz ao dito Mosteiro e ao diante esperam que fará e por o amor que lhes tem por lhe fazer caridade e por o sentirem por serviço do dito Mosteiro e sua mesa conventual a que insólido pertence eles emprazado como de feito logo emprazaram as ditas casas dos lagares com o dito bacelo e oliveiras por suas confrontações ao diante declaradas e com todas suas serventias e logradouros asi e tão enteiramente como pertence ao dito mosteiro e como o dito Pero Lopes dele andava em posse e melhor se o com direito melhor poder haver ao dito João Fernandes para ele e sua mulher Ana da Cruz e para um filho ou filha dantre ambos e não tendo filho nem filha para uma pessoa que o deradeiro deles nomear até ora de sua morte que seja da sua condição e não maior os quais lagares e bacelo com suas oliveiras partem do Suã com prazo da Se e da outra com estrada publica e da outra com vinha que foi de Rui Dalvelo e com outras confrontações com que de direito devem partir e quanto a uma casinha que está pegada com as casas dos lagares lhe não emprazam por que é emprazada a Diogo de Matos com as condições declaradas em seu prazo as quais propriedades lhes emprazavam como dito é com tal condição que eles foreiros e pessoa que após eles vier tragam para sempre os ditos casas e lagares mui bem reparados de todo o que lhe necessario for e ao bacelo podaram cavaram e amargulharam e lhe daram todos os adubos necessarios e acostumados e as oliveiras arrotaram e escavaram e a todo daram todollos adubo necessarios e acostumados a seus tempos e sazoões e às próprias custas e despesas deles foreiro em tal maneira que para sempre as ditas propriedades andem aproveitadas melhoradas e não peoradas e que as não possam vender dar nem doar nem em outra alguma maneira alhear sem expressa licença e consentimento do dito mosteiro nem outro si as partiraõ mas para sempre andaraõ conjuntas em uma pessoa e que tragam os lagares limpos e consertados em tal perfeição que possam em eles fazer todo o vinho das vinhas da dita Quintaã e os inquilinos O viraõ aí fazer e pagaraõ suas lagaragens segundo se contem em seus titulos que das ditas vinhas têm e com tal condição e entendimento que por todo o vinho a si do bacelo como lagaragens e fruto e novidades que lhes Deus der em as ditas propriedades dêem de renda e pensão ao dito Mosteiro dentro em adegas deles 10 almudes de

vinho mole de 9 meias o almude pagos em paz e em salvo dentro do dito mosteiro por todo o mês de Setembro e mais o dizimo das novidades segundo o costume e com tal condição que por todas as cousas a este aforamento tocantes sejam obrigados a responder perante o ouvidor das terras do dito mosteiro sem poderem declinar seu foro e juizo e que findas e acabadas as ditas três vidas o dito prazo com todas suas benfeitorias fique livre e desembargado ao dito mosteiro sem nenhuma contenda e que do dia que cada uma das pessoas deste prazo falecer da vida deste mundo e seis meses primeiros seguintes o que ficar nomeado o fará saber ao dito mosteiro em como é pessoa sob pena de não o cumprindo a si por este mesmo feito perderem todo o direito que neste aforamento tiverem e que sejam sempre bons e leais amigos do dito mosteiro e seus prelados e convento e não vão contra seu serviço em favor doutra nenhuma pessoa sob pena de fazendo o contrário por este mesmo feito perderem o dito prazo e o dito mestre que asi presente estavam disse que ele por si e por a dita mulher filho ou filha ou pessoa que o deradeiro deles até ora de sua morte nomear recebia e accitava em si este prazo com todas as clausulas condições penas e obrigações acima conteudas e se obrigava por si e todos do seus bens móveis e de raiz havidos e por haver e da dita sua mulher e pessoa a todo a si cumprirem e manterem e pagarem a dita pensão e dizimo como tido é e os ditos prior e deputados obrigaram suas rendas a lhe fazerem este prazo durante as vidas dele bom e de paz de quem quer que lho embargar quizer cumprindo eles foreiros as condições deste contrato o que todo as ditas partes a si louvaram e outorgaram e prometeram de cumprirem e manterem e em fé e testemunho de verdade mandaram fazer esta nota de que pediram senhos instrumentos e os que lhe cumprirem testemunhas que foram presentes Afonso Gonçalves de cabia cidadão da dita cidade e escrivão dos orfãos em ela e Fernão Vaz livreiro e porteiro do dito mosteiro e eu Henrique de Parada publico escrivão que o escrevi.

Dom Manuel
P. c. s. t

Dom Bento

donus Laurentius

Donus Dionisius

El mr^o
Io.^o fernã

Fernam Vaz

Afonso Gonçalves
de Cabia

(Página deixada propositadamente em branco)

SIGLAS E ABREVIATURAS MAIS USADAS

Actas — Actas dos Conselhos da Universidade de 1537 a 1557.

Alphabeto — Alphabeto dos Lentes da Insigne Universidade de Coimbra desde 1537 em diante.

Alguns docs. — Alguns Documentos Respeitantes à Universidade de Coimbra na Época de D. João III.

A. N. T. T. — Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Cartas — Duas Cartas de Nicolau Clenardo.

Clenardo — O Humanismo em Portugal — Clenardo.

Études — Études sur le Portugal au temps de l'Humanisme.

A Inquisição — A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes.

Docs. — Documentos de D. João III.

Memórias — Memórias da Universidade de Coimbra.

N. C. — Notícias Chronologicas da Universidade de Coimbra.

Processo de Costa — O Processo na Inquisição de Mestre João da Costa.

(Página deixada propositadamente em branco)

BIBLIOGRAFIA

Dividimos a Bibliografia de que nos servimos para este trabalho nos seguintes grupos:

I — MANUSCRITOS :

Ms. 84 da Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Mss. 318, 455, 476, 493 e 993 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Livros de Notas de Santa Cruz, Livro 14.^o (tomo 7).

II — ORAÇÕES LATINAS :⁽¹⁾

BELEAGO, Belchior — *Disciplinarum omnium de studiis Oratio*; ed. de Maria Helena Rocha Pereira — Centro de Estudos Humanísticos, Porto, 1959.

CARDOSO, Jerónimo — *Oratio | pro rostris | habita calendis Octobris Olissiponensi | Academia, de laudibus omnium Disciplinarum. | Anno 1536. | Authore Hieronymo Cardoso | Georgio Ferdinando utriusque Iury Doctori, | Regio Senatori | S. P. D.* (Servimo-nos do Ms. 455, mas há outra cópia no Ms. 527; segundo Barbosa Machado, foi editada pela primeira vez em Coimbra, em 1550).

COSTA, Manuel da — *Oratio Funeris habita in exequiis serenissimi Portugalliae Regis Ioannis Tertij anno M.D.L.VII. XXV die Iunij.*

FABRÍCIO, Arnaldo — *De Liberalium artium studiis oratio*; tese de licenciatura dactilografada de Maria José de F. Sousa Pacheco; Coimbra, 1959.

⁽¹⁾ Para as orações publicadas por LUÍS DE MATOS, in *Quatro Orações Latinas*, as citações fazem-se por esta edição.

- FERNANDES, João — *Oratio funebris habita in funere inclyti Eduardi. Filij D. N. R. Conimbricae. M.D.XLVIII*; está publicada nos Adits. às N. C., P. 2.^a, vol. III, t. 1.
- FERNANDES, João — *Oratio pro rostris*; está no Ms. 84 do Porto.
- LUÍS, António — *Panagyrica Oratio*; está publicada nos Adits. às N. C., P. 2.^a, vol. III, t. 1.
- MOREIRA, Hilário — *De omnium Philosophiae partium laudibus et studiis oratio*; tese de licenciatura dactilografada de Albino de Almeida Matos; Coimbra, 1962.
- RESENDE, André de — *Oratio habita Conimbricae in Gymnasio Regio anniversario dedicationis ejus die. Quarto Calendas Julii. M.D.LI*; prefácio e tradução de Gabriel de Paiva Domingues; Coimbra, 1945.
- RESENDE, André de — *Oratio pro rostris*; ed. de Moreira de Sá, com tradução de Pinto de Meneses; Instituto de Alta Cultura; Lisboa, 1956.
- SÍCULO, Cataldo Parisio — «Oratio habita bononiae publice a cataldo / in omniū scientiarū: & in ipsius bononiae laudes»; in *Poemata et Epistolae*; Valentim Fernandes, *Vlyxbone, M. D.*
- SÍCULO, Cataldo Parisio — «Oratio habita a cataldo in aduentu Helisabet / principis portugaliae: ante ianuā vrbis ebure». *Ibid.*
- SOARES, Cipriano — *Oratio habita a Patre Docto | re Cypriano Soares in exequijs | sebastioni Regis primi huius nominis in bello Africo | non sine maximo regni incōmodo interpte | anno 1578*; está no Ms. 993 da Bibl. da Universidade.
- TEIVE, Diogo de — «Oratio in laudem Nuptiarum Ioannis ac Ioannae illustrissimum Principum Rectoris concilijque iussu Conībricae habita aedito Vndecimo Calend. Iannuarij a Iacobo Teuio Lusitano authore», in *Opuscula aliquot*, 1558.

III — OBRAS CONSULTADAS DIRECTAMENTE :

- ANDRADE, Jacinto Freire de — *Vida de D. João de Castro*, Lisboa, 1839.
- ANSELMO, António Joaquim — *Bibliografia das Obras Impressas em Portugal no século XVI*, Lisboa, 1926.
- ANTÓNIO, D. Nicolau — *Bibliotheca Hispana (Nova)* — Matriti, apud Joachimum De Ibarra *Typographum regium MDCCLXXXIII*.
- ARISTÓTELES — «Rhetorices», in *Opera Omnia* — Editoribus Firmin — Didot et Sociis, Parisiis.
- ASENSIO, Eugenio — «El Erasmismo y las Corrientes Espirituales Afines (Conversos, Franciscanos, Italianizantes)», in *Revista de Filologia Española*, tomo XXXVI, Madrid, 1952.
- AZPILCUETA, Martinho de — *Commento en romance*, Coimbra, 1545.
- BARBOSA, Aires — «Antimoria (Contra a loucura), seguido dalguns Epigramas; tradução de José Pereira Tavares, notas de António Gomes da Rocha Madahil», in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, tomo XXVI, 1960.

- BATAILLON, Marcel — *Études sur le Portugal au temps de l'Humanisme* — Coimbra, 1952.
- BELL, Aubrey — *Francisco Sanchez, El Brocense* — Hispanic Notes and Monographs — Oxford University Press, 1925.
- BELL, Aubrey — *O Humanista Dom Jerónimo Osório* (trad. de Álvaro Dória) — Coimbra, 1934. *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*.
- BRAGA, Teófilo — *História da Universidade de Coimbra Nas Suas Relações com a Instrução Pública Portuguesa*. Lisboa, 4 tomos, 1892-1902.
- BRANDÃO, Mário — *Actas dos Capítulos do Mosteiro de Santa Cruz* — Coimbra, 1946.
- BRANDÃO, Mário — *Actas dos Conselhos da Universidade de 1537 a 1557* — Coimbra, 1941, 1951, 1955.
- BRANDÃO, Mário — *Alguns Documentos Respeitantes à Universidade de Coimbra na Época de D. João III* — Coimbra, 1937.
- BRANDÃO, Mário — *Coimbra e D. António Rei de Portugal. I — A educação de D. António* — Coimbra, 1939.
- BRANDÃO, Mário — *O Colégio das Artes*, 2 vols. — Coimbra, 1924-1933.
- BRANDÃO, Mário — *Documentos de D. João III*, 4 vols. — Coimbra, 1937-1941.
- BRANDÃO, Mário — *Duas Cartas de Nicolau Clenardo* — Coimbra, 1936.
- BRANDÃO, Mário — *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes*, vol. I — Coimbra, 1948.
- BRANDÃO, Mário — *O Processo na Inquisição de M.^{lre} Diogo de Teive* — Coimbra, 1943.
- BRANDÃO, Mário — *O Processo na Inquisição de Mestre João da Costa*, vol. I — Coimbra, 1944.
- BRITO, A. da Rocha — «O primeiro dia d'aulas» — in *Cursos e Conferências da Biblioteca Geral da Universidade*, vols. III e IV.
- CALÍMACO — *Épigrammes-Hymnes*. Texte établi et traduit par Émile Cahen. Paris. Société d'Édition «Les Belles Lettres». Troisième édition revue et corrigée. 1948.
- CAMÕES, Luís de — *Os Lusíadas*, ed. Sá da Costa — Lisboa, 2 vols.
- CAMPOS, Aires de — «Cartas dos Reis e dos Infantes» — in *O Instituto*, vol. 36.
- CARVALHO, Joaquim de — *António de Gouveia e o Aristotelismo da Renascença*, vol. I — Coimbra, 1916.
- CARVALHO, Joaquim de — *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do Século XVI*, 2 vols. — Coimbra, 1944 e 1948.
- CARVALHO, Pinto de — «Uma Oração Latina de Mestre João Fernandes» — in *Biblos*, vol. XVII, 1.^a parte — Coimbra, 1941. (Seguimos a paginação da Separata).
- CEREJEIRA, Gonçalves — *O Humanismo em Portugal — Clenardo* — Coimbra, 1926.
- CÍCERO — *Caton l'Ancien (De la Veillesse)*. Texte établi et traduit par P. Weilleunier. Deuxième édition revue et corrigée. Paris. Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1955. *Correspondance*. Tomes I-IV. Texte établi et traduit par L.-A. Constans (tomes I-III) et Jean Bayet (tome IV). Paris. Id., id., 1950.

Discours. Tome XII. «Pour le Poète Archias». Texte établi et traduit par Félix Gaffiot. Paris. Id., id., 1947. Tome VIII. «Pour Cluentius». Texte établi et traduit par Pierre Boyancé. Paris. Id., id., 1953.

De l'Orateur. Livre premier. Texte établi et traduit par Edmond Courbaud. Paris. Id., id., 1950. Livre deuxième. Id., id., 1950. Livre troisième. Texte établi par Henri Bornecque et traduit par E. Courbaud. Deuxième édition. Paris. Id., id., 1956.

Tusculanes. Tome I (Libri I-II). Texte établi par Georges Fohlen et traduit par Jules Humbert. Deuxième édition. Paris. Id., id., 1960. Tome II (Libri III-IV). Id., ibid.. Deuxième édition. Paris, 1960.

De Divinatione. Bibliotheca Classica Latina. Curante et emendante M. N. Bouillet. III Pars, Volumen Quartum. Parisiis. Colligebat Nicolaus Eligius Lemaire MDCCCXXXI.

De Fato. Ibid. III Pars. Volumen Quartum. Id., id. Parisiis. MDCCCXXXI.

De Finibus. Ibid. III Pars. Volumen Secundum. Id., id. Parisiis. MDCCCXXXIX.

De Natura Deorum. Ibid. III Pars. Volumen Quartum. Id., id., Parisiis. MDCCCXXXI.

Orator. Ibid. I Pars. Volumen Alterum. Id., id. Parisiis. MDCCCXXXII. «Discours contre L. C. Pison». *Oeuvres Complètes de Cicéron*, publiées sous la direction de M. Nisard. Tome troisième. Paris. Chez Firmin-Didot Frères, Fils. et Cie. MDCCCLXXV.

«De l'Amitié». Ibid. Tome quatrième. Id., id. MDCCCLXXV.

«De Republica Librorum sex quae manservvnt qvartvm recognovit K. Zieler. Accedit Tabula». *M. Tulli Ciceronis Scripta Quae Mansuerunt Omnia*. Fasc. 39. Lipsiae in Aedibus B. C. Tevbnieri. MCMLVIII.

COELHO, Ramos — «Fábio Arcas e Sebastião Stochamer» — in *O Instituto*, vol. 33, 1885-1886, pp. 116-140.

CORREIA, Virgílio — *Obra*. 2 vols. Coimbra, 1946-1949.

CORTESÃO, Armando — *Cartografia Portuguesa Antiga* (Coleção Henriquina) — Lisboa, 1960.

Crónica de Cinco Reis — ed. do Dr. Magalhães Basto — Livraria Civilização, vol. I — Porto, 1945.

Crónica de Sete Reis — ed. de Carlos da Silva Tarouca, S. J. — Academia Portuguesa de História — Lisboa, 1952.

DIAS, José Sebastião da Silva — *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal (Séculos XVI a XVIII)*. 2 tomos — Coimbra, 1960.

Enciclopédia Luso-Brasileira.

Enciclopédia Verbo.

ÉNIO — *Annales*, in A. Ernout, *Recueil de Textes Latins Archaïques*. Paris, 1957.

EURÍPIDES — *Electre*. Texte établi et traduit par Léon Parmentier et Henri Grégoire. Paris. Société d'Édition «Les Belles Lettres». 1948.

Oreste. Texte établi et annoté par Fernand Chapouthier et traduit par Louis Méridier. Paris. Société d'Édition «Les Belles Lettres». 1959.

FERNANDES, João — *Erasmii Colloquia ad Meliorem Mentem Reuocata*. Coimbra. S. d.

FERREIRA, Francisco Leitão — *Alphabeto dos Lentes da Insigne Universidade de Coimbra desde 1537 em diante* — Coimbra, 1937.

- FERREIRA, Francisco Leitão — *Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra, escriptas pelo beneficiado Francisco Leitão Ferreira* (1.^a parte, 2.^a ed.; 2.^a parte, 1.^a ed.) publicação de Joaquim de Carvalho — Coimbra, 1937.
- FIGUEIROA, Francisco Carneiro de — *Memórias da Universidade de Coimbra* — Coimbra, 1937.
- FORCELLINI, Aegidio — *Lexicon Totius Latinitatis*. Patavii, 5 volumes MCMXXX.
- GALVÃO, Duarte — *Crónica de D. Afonso Henriques segundo o Manuscrito da Torre do Tombo*. Com notas e glossário de José de Bargaça. Livraria «Portugália». Lisboa, S. d.
- HERCULANO, Alexandre — *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal* (13.^a edição) — Livraria Bertrand, Lisboa, 3 vols.
- HERCULANO, Alexandre — *Opúsculos*, vol. III, ed. de 1876.
- HOMERO — *Iliade*. Texte établi et traduit par Paul Mazon, avec la collaboration de Pierre Chantraine, Paul Collart et René Langumier. Paris. Société d'Édition «Les Belles Lettres». 1955.
- HORÁCIO — *Satires*. Texte établi et traduit par François Villeneuve. Paris. Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1951.
- JORGE, Ricardo — *Amato Lusitano. Comentos à sua vida, obra e época (Ciclo Peninsular)* — Lisboa — Edição do Centenário. S. d. (1963).
- JUVENAL — *Satires*. Texte établi et traduit par Pierre Labriolle et François Villeneuve. Paris. Société d'Édition «Les Belles Lettres». Quatrième édition revue et corrigée. 1950.
- MACHADO, Barbosa — *Bibliotheca Lusitana Historica, Critica e Chronologica*. Lisboa Ocidental. Na Officina de Antonio Isidoro de Fonseca. Anno de MDCXXXXI-MDCCLIX.
- MACRÓBIO — *Oeuvres Complètes*. Collection des Auteurs Latins. Paris. Chez Firmin-Didot, MDCCCLXIII.
- MARCIAL — «De Spectaculis Libellus». *M. V. Martialis Epigrammata* — Volumen Primum. Bibliotheca Classica Latina. Parisiis, MDCCCXXV.
- MARIZ, Pedro de — *Dialogos de Varia Historia* — ed. de 1598.
- MATOS, Luís de — *A Corte literária dos Duques de Bragança no Renascimento* — Fundação da Casa de Bragança, 1956.
- MATOS, Luís de — «O Humanista Diogo de Teive». *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XIII (Separata, Coimbra, 1937).
- MATOS, Luís de — «Nótulas sobre o Humanista Italiano Cataldo Parisio Sículo». *A Cidade de Évora*, 35-36 (1954), pp. 2-13.
- MATOS, Luís de — *Les Portugais en France au XVI^e siècle* — Coimbra, 1952.
- MATOS, Luís de — *Les Portugais à l'Université de Paris entre 1500 et 1550* — Coimbra, 1950.
- MATOS, Luís de — *Quatro Orações Latinas Proferidas na Universidade e Colégio das Artes (Século XVI)*. Coimbra. 1937.

- MONZON, Francisco de — *Libro Primero del Espejo del Principe Christiano*. 1544.
- NUNES, Pedro — *Obras* — Academia das Ciências de Lisboa, 1940-1950.
- PACHECO, Maria José Freitas Sousa — *A Oração Inaugural do Colégio das Artes de Arnaldo Fabricio*. Coimbra. 1959. (Tese dactilografada).
- PEREIRA, M. Helena Rocha — vid. *Beleago* (II).
- PERES, Damião — *História Monetária de D. João III* — Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1957.
- PIMPÃO, A. J. Costa — *História da Literatura Portuguesa*, Coimbra — vol. II, 2.^a ed.
- PLATÃO — «Alciade». *Oeuvres Complètes*. Tome I. Texte établi et traduit par Maurice Croiset. Paris. Société d'Édition «Les Belles Lettres». 1949.
- PLAUTO — *Curculio*. Texte établi et traduit par Alfred Ernout. Paris. Société d'Édition «Les Belles Lettres». Deuxième édition. 1961.
- PLÍNIO — *Naturalis Historiae libri XXXVII*. Bibliotheca Classica Latina. Parisiis. MDCCCLX.
- PLUTARCO — *Scripta Moralia ex Codicibus Quos Possidet Regia Bibliotheca Omnibus ab KONTΩ cum Reiskiana editione collatis Emendavit Fredericus Dubner*. Paris. Tomo I. 1841.
- QUINTILIANO — *De Institutione Oratoria cum integris commentariis Georgii Ludovici Spalding quibus Novas Lectiones et Notas Adjecit Joannes Josephus Dussault*. Paris. Firmin-Didot. MDCCCXXI-MDCCCXXIII.
- RAMALHO, Américo da Costa — «Coimbra do Renascimento. Um texto pouco conhecido» — in *Panorama*, n.º 15, III Série, Lisboa, 1959.
- RAMALHO, Américo da Costa — «A Propósito do «Amato Lusitano» de Ricardo Jorge». *Revista Portuguesa de História*, tomo X. Coimbra. 1962.
- RAMALHO, Américo da Costa — «Algumas Relações Italianas de Cataldo Sículo», *Humanitas*, XV-XVI (Coimbra, 1963-1964), pp. 367-379.
- RAMALHO, Américo da Costa — «Uma Bucólica Grega em Gil Vicente». *Humanitas*, XV-XVI (1963-1964), pp. 328-347.
- RAMALHO, Américo da Costa — «A Oração de Sapiência do Conde de Alcoutim», *Letras e Artes* (jornal *Novidades*), Lisboa, 3 de Maio de 1965 (Separata, Coimbra, 1965).
- RAMALHO, Américo da Costa — «Cataldo Sículo em Santarém». *Panorama*, n.º 11/IV Série (1964).
- RAMALHO, Américo da Costa — «Investigações sobre Cataldo Sículo», *Humanitas*, XVII-XVIII (Coimbra, 1965-66), pp. 139-158.
- RAMALHO, Américo da Costa — «D. Diogo de Sousa e o Introdutor do Humanismo em Portugal», *Bracara Augusta*, XX, n.º 43-44 (Braga, 1966), pp. 6-24.
- REBELO, Diogo Lopes — *Do Governo da República pelo Rei (De Republica Gubernanda per Regem)*. Reprodução fac-similada de 1496. Tradução do Dr. Miguel Pinto de Meneses. Introdução e notas do Doutor Moreira de Sá — Lisboa. 1951.

- REIS, António dos — *Corpus Illustrium Poetarum Lusitanorum, qui latine scripserunt*. Lisboa, 1745, 7 tomos.
- RENUCCI, Paul — *L'Aventure de l'Humanisme Européen au Moyen-Age (IV^e-XIV^e Siècle)*. Les Classiques de l'Humanité. Société d'Édition «Les Belles Lettres»—Paris, 1953.
- RESENDE, Garcia de — *Miscellanea* — ed. de Mendes dos Remédios—Coimbra, 1917.
- RÉVAH, I. S. — *La Censure Inquisitoriale Portugaise au XVI^e siècle* — Lisboa, 1960.
- SANCHES, Francisco — *Tratados Filosóficos* (prefácio e notas do Dr. Moreira de Sá) — Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1955.
- SANTA MARIA, D. Nicolau de — *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do patriarcha Santo Agostinho*, Lisboa — Ioam da Costa, 1668.
- SARAIVA, António José — «História da Cultura em Portugal» — (ed. do *Jornal do Foro*). Lisboa. 3 vols.. 1950, 1955, 1962.
- SÍCULO, Cataldo Paríseo — *Epistolae et Orationes Quaedam Cataldi Siculi*. Lisboa. Apud Valentim Fernandes. 1500.
- SILVA, Dulce Cristina da — «Cataldo Áquila Sículo e o Poema Arzitinge». *Revista Gil Vicente*, I, 2.^a Série, 1950.
- SILVESTRE, Maria Beatriz — *A Correspondência de Cataldo com os Condes de Alcoutim*. Coimbra. 1965. (Tese dactilografada).
- SOUSA, Caetano de — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, edições de 1735 e Coimbra, 1946-1954.
- SOUSA, Caetano de — *Provas da História Genealógica* — Coimbra, 1946-1954.
- SOUSA, Frei Luís de — *Primeira parte da história de S. Domingos particular do reino e e conquistas de Portugal*, António Rodrigues Galhardo, 4 vols., 1767.
- STEPHANUS — *Thesaurus Graecae Linguae*. Akademische Druck-U. Verlagsanstalt. Graz. 9 volumes. 1954.
- SUETÓNIO — *Vies des Douzes Césars*. Texte établi et traduit par Henri Ailloud. Paris. Société d'Édition «Les Belles Lettres». 1931.
- TOFFANIN, Giuseppe — *Historia del Humanismo desde el siglo XIII hasta nuestros dias*. Editorial Nova. Buenos-Aires.
- VALDÉS, Juan de — *Diálogo de Doctrina Cristiana*. Introduction et notes par Marcel Bataillon — Coimbra. 1925.
- VASCONCELOS, J. Leite de — *Antroponímia Portuguesa*. Imprensa Nacional — Lisboa 1928.
- VENTURA, Augusta F. Gersão — *Estudos Vicentinos. I — Astronomia e Astrologia*. Edições de «Biblos», Coimbra, 1937.
- Vetus Testamentum Graecum juxta Septuaginta Interpretes, ex Auctoritate Sixti Quinti Pontificis Maximi*. Cura et studio J. N. Jager. Editore Ambrosio Firmin-Didot. Parisiis. 1878.
- VIRGÍLIO — *Énéide*. Texte établi par Henri Goelzer et traduit par André Bellessort. Paris. Société d'Édition «Les Belles Lettres». Sixième édition revue et corrigé. 1948.

IV — OBRAS OU ARTIGOS DE QUE TOMAMOS CONHECIMENTO EM CITAÇÃO.

- BAIÃO, António — «A Inquisição em Portugal e no Brazil» — *Arquivo Historico Portuguez*, vol. VI, Lisboa, 1908.
- BOAVENTURA, Fr. Fortunato de — «Memoria sobre o começo, progressos e decadencia da litteratura Hebraica entre os Portugueses Catholicos Romanos desde a fundação deste Reino até ao reinado d'El-Rei D. José I» — in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo IX.
- BRITO, Rocha — «A Faculdade de Medicina e o Renascimento» — in *A Biblioteca da Faculdade de Medicina de Coimbra*, vol. III, Coimbra, 1937.
- CARVALHO, Teixeira de — «Um livro raro» — in *Boletim Bibliográfico da Universidade de Coimbra*, vol. II, 1902.
- CARVALHO, Teixeira de — «A Universidade de Coimbra no Século XVI — Guevara» — in *Revista da Universidade de Coimbra* — vols. III, IV e V.
- DIAS, Pedro A. — «A Universidade de Coimbra. Os primeiros mestres da Faculdade de Medicina, 1537-1566» — in *Archivo de Historia da Medicina Portuguesa*, vol. V, (1895).
- EHRLE, Cardeal Francisco — *Los manuscritos vaticanos de los teólogos salmantinos del siglo XVI* (trad. de P.^a José March — Madrid, 1930).
- FREIRE, Castro — *Primeiro ensaio sobre a história literária de Portugal* — Lisboa, 1848.
- HENRIQUES, Guilherme — «Buchanan na Inquisição» — in *Archivo Historico Portuguez*, vol. IV.
- LEMONS, Maximiano — *História da Medicina em Portugal. Doutrinas e Instituições* — Lisboa, 1899.
- TEIXEIRA, Gomes — *História das Matemáticas em Portugal* — Coimbra, 1934.
- VITERBO, Sousa — *Artes e Artistas em Portugal. Contribuição para a história das artes e industrias portuguezas* — Lisboa, 1892.
- VITERBO, Sousa — «A Litteratura Espanhola em Portugal» — in *Historia e Memorias da Academia das Sciencias*. Nova Série, 2.^a classe. Tomo XII, Parte II — Lisboa, 1918.
- VITERBO, Sousa — «Notícias sobre alguns médicos portuguezes ou que exerceram a sua profissão em Portugal» — in *Jornal da Sociedade das Sciencias de Lisboa*, Tomo LVII, Anno LVIII, 1893.
- VITERBO, Sousa — «Um filho de Sebastião Stochamer» — in *Archivo Historico Portuguez*, vol. I, 1903.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- ABAS, o Antigo — 140, 141, 163
ACENHEIRO, Cristóvão Rodrigues — 155, 156
ACÚRSIO — 163
D. AFONSO I—vid. HENRIQUES, D. Afonso
D. AFONSO II — 128, 129, 156
D. AFONSO III — 128, 129, 157
D. AFONSO IV — 128, 129, 157
D. AFONSO V — 38, 130, 131
AFONSO VI, de Castela — 130, 131
AFONSO VIII, de Castela — 128, 129
AFONSO X, de Castela — 171
AFONSO, Álvaro — 13
AFONSO, Mestre — 89
D. AFONSO, Príncipe — 131
AFRICANUS, Cornelius Scipio — 134, 135, 160
AGIDO — 157
S. AGOSTINHO — 28, 43, 114
AGRIPA, Cornélio — 28, 42
ALARCÃO, Luís de — 61
ALCÁÇOVA, Pero de — 81, 83
ALCIATO, André — 67, 72, 80, 108, 144, 145, 165
ALCOR, Arcediago del — 7
ALDERETE, Diego Gracián de — 7
ALEXANDRE Magno — 38, 55
ALJARO, Diogo de — 93
ALMANSOR — 166
ALVELO, Rui de — 175
AMADEU II — 156
ALMARAZ, Jerónimo — 6
ALMEIDA, D. Garcia de — 46, 73
ALMEIDA, D. Jorge de — 14, 48, 67, 73
ALMOFARA — 5
ALVA, D. Julião de — 42
ÁLVARES, Gonçalo — 106
ÁLVARES, João — 15, 64
S. AMBRÓSIO — 28
ANACREONTE — 42
ANDRADE, João de — 70
ANDRADE, Manuel de — 36, 68, 69-71, 142, 143
ANSELMO, António Joaquim — 17
ANTÓNIO, D. Nicolau — 16, 48, 65, 82, 92
D. ANTÓNIO, Prior do Crato — 35, 48
APELES — 134, 135, 160
APOLO — 124, 125
APOLÓNIO de Rodes — 42
AQUILES — 133, 135, 144, 145
ARAÚJO, António Rodrigues de — 66
ARCAS, Fábio — 13, 36, 71-73, 80, 106, 142, 143, 144, 145, 164
ARISTÓTELES — 42, 88, 89, 93, 134, 135, 139, 142, 143, 148, 149, 164, 166
ARNAUT, Salvador Dias — 34, 156

- ARQUIDAMO — 157
 ARQUIMEDES — 146, 147
 ARRAIS, Fr. Amador — 57, 107
 ARTEAGA, Henrique Esperabá — 68
 ASCÂNIO — 79, 165
 ASTIANACTE — 144, 145
 ATAÍDE, D. Jorge de — 47
 ATLAS — 144, 145
 AVELAR, André de — 167
 AVICENA — 85, 166
 AZAMBUJA, Fr. Jerónimo de — 18
 AZPILCUETA, Martinho de — 20, 23, 36, 49, 50, 58, 59, 60-67, 72, 73, 77, 80, 82, 114, 116, 140, 141, 163
 BALDO — 140, 141, 163
 BARBOSA, Aires — 21
 BARBOSA, Pedro — 56, 78
 BARBUDO, Fr. Pedro — 51
 BARREIRA, João — 15, 64
 BARREIROS, Gaspar — 69
 BARRERA, Afonso de la — 87
 BARROS, João de — 90, 91, 92, 93
 BARROS, Manuel de — 103
 BÁRTOLO — 163
 D. BASÍLIO — 102
 S. BASÍLIO — 105
 BASTO, Magalhães — 155
 BATAILLON, Marcel — 2, 6, 7, 16, 17, 18, 20, 23
 D. BEATRIZ, mulher de Afonso III — 128, 129
 D. BEATRIZ, mulher de Afonso IV — 128, 129
 BEDA — 28
 BELEAGO, Melchior — 25, 39, 47, 55, 66, 111, 112, 160, 163, 168
 BELL, Aubrey — 3, 154
 D. BENTO — 171
 BENVITIS, Marco de Mântua — 71
 BERNOULLI, Joham — 96
 BOAVENTURA, Fr. Bartolomeu de São — 106
 BOCCACCIO — 164
 BOÉCIO — 112
 BORDALO, Gaspar — 12, 36, 39, 52, 98-99, 101, 104, 148, 149
 BRAGA, Fr. Brás de — 4, 26, 46, 49, 51, 52, 63, 90, 104, 105, 107
 BRAGA, Teófilo — 13, 17, 19, 47, 81, 96
 BRAGANÇA, Duque de — vid. D. TEODÓSIO
 BRAGANÇA, D. Jaime de — 47
 BRANDÃO, irmão de Baltasar de Faria — 107
 BRANDÃO, Mário — 4, 8, 10, 12, 14, 23, 36, 46, 49, 59, 99, 100, 169
 BRANDÃO, Pedro — 85
 BRITO, Rocha — 88, 93
 EL BROCENSE — vid. SANCHEZ, Francisco
 BUCHANAN, Jorge — 24, 42, 53, 67, 107, 169
 CABIA, Afonso Gonçalves de — 171
 CAETANO, Cardeal — 48, 49, 55
 CAIADO, Henrique — 168
 CALÍMACO — 32, 42, 90, 124, 125, 153
 CAMINHA, João de Tovar — 14
 CAMÕES, Luís de — 34, 158, 167, 168
 CANO, Melchior — 55
 CÁRCERES, Constança de — 14
 CARDOSO, Jerónimo — 26, 73, 93, 153, 161, 164, 165, 167
 CARLOS V — 35, 45, 60, 61, 73, 75, 84, 134, 135, 159
 CARLOS Magno — 142, 143
 CARVALHO, Joaquim de — 36, 42, 46, 48, 49, 54, 63, 70, 86, 93, 96, 106
 CARVALHO, Pinto de — 10, 37, 79, 120, 156, 162, 163, 164, 165, 167
 CASSAULT, Petrus — 57
 CASSIODORO — 112
 CASTANHEDA, Fernão Lopes de — 97
 CASTANHEIRA, Conde da — 35
 CASTILHO, García del — 5
 CASTRO, Álvaro Gomez de — 5
 CASTRO, António de — 113
 CASTRO, D. João de — 84, 95, 96, 168
 CASTRO, Luís de — 69
 CATALDO Parisio Sículo — 8, 9, 30, 37, 38, 113, 114, 156, 161, 168
 D. CATARINA — 47, 48, 52, 56, 57, 65, 66, 72, 75, 76, 77, 80, 116
 CATÓLICOS, Reis — 34, 40
 CEREJEIRA, Gonçalves — 6, 51, 61, 99, 100
 CHARTES, Bernardo de — 165
 CHAVES, Jerónimo de — 167

- CÍCERO — 28, 32, 33, 42, 90, 112, 114, 134, 135, 144, 145, 153, 154, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 167, 168
- CIPIÃO, Africano — vid. AFRICANUS
- CLENARDO, Nicolau — 4, 5, 6, 8, 62, 77, 98, 100, 101, 104, 159
- COELHO, Ramos — 106
- COLÓNIA, Henrique de — 100
- COLUMELA — 164
- D. CONSTANÇA — 128, 129
- CONTREIRAS, Diogo de — 63, 95
- CORPORE CHRISTI, Mancio de — 55
- CORREIA, Virgílio — 8
- CORTÉS, N. Alonso — 5
- COSTA, Avelino de Jesus — 105
- COSTA, João da — 74, 76, 100, 105
- COSTA, Mestre João da — 3, 20, 24, 39, 42, 53, 63, 67, 79, 101, 102, 107, 108, 114
- COSTA, Manuel da — 13, 35, 36, 41, 47, 56, 63, 69, 71, 72, 73-77, 78, 82, 144, 145, 155, 157, 161, 164
- COSTA, Pedro Álvares da — 62
- COUROS, Rui de — 13
- COUTINHO, Diogo de Azevedo — 71, 79, 80, 106
- COUTINHO, D. Fernando — 9
- CRISÓSTOMO, S. João — 90
- CRUZ, Ana da — 4, 170
- CRUZ, D. Bernardo da — 10, 31, 63, 68
- CUELHAR, Henrique — 83, 84
- CUNHA, Gomes da — 99
- CUNHA, Pedro da — 103
- CUSA, Nicolau de — 1
- DAZA, Bernardino — 108, 115
- DEMÓSTENES — 28
- DEMÉTER — 153
- DEO — 125, 153
- DIAS, Domingos — 107
- DIAS, José Sebastião da Silva — 18, 19, 49, 53
- DIAS, Pedro A. — 84, 93
- DIAS, Simão — 9
- DIASUS, Ioannes — 57
- D. DINIS, — 54, 68, 128, 129, 156, 157
- D. DIONÍSIO — 171
- DONHAS, Gracia de — 5
- D. DUARTE — 130, 131, 157, 158
- D. DUARTE, Infante — 25, 29, 30, 31, 34, 35, 40, 41, 51, 73, 75, 98, 156
- D. DULCE de Aragão — 34, 157
- EÇA, Bastião — 103
- EGUIA, Miguel de — 48
- EHRLE, Francisco — 162
- ENEIAS — 27
- ÊNIO — 159, 160
- EPICURO — 163
- ERASMO, Desidério — 1, 7, 11, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 33, 40, 42, 54, 89, 100, 115, 154
- ESCOTO, Ascânio — 13, 36, 71, 72, 79-80, 106, 144, 145, 165
- ESCOTO, Duns — 57
- ESCULÁPIO — 85, 146, 147
- ESPINOSA, Nuno — 77
- ESTÊVÃO, Henrique — 42
- ÉTAPLES, Lefèvre d' — 115
- EURÍPIDES — 33, 128, 129, 154
- EUSÉBIO, Mestre — 36, 79, 105-109, 115, 148, 149
- FABRÍCIO, Arnaldo — 11, 12, 25, 32, 39, 92, 99, 100, 111, 112, 113, 153, 160, 163, 165, 168
- FABRÍCIO, Vicente — 4, 8, 9, 11, 12, 26, 36, 39, 98, 99-105, 115, 148, 149, 157, 167
- FARIA, Baltasar de — 48, 62, 71, 107
- FARIA, Manuel Severim de — 92
- FERDINANDEZ, Joannes — vid. FERNANDES, Mestre João
- FERNANDES, António — 109
- FERNANDES, Belchior — 14
- FERNANDES, Diogo — 89
- FERNANDES, Francisco — 8, 46
- FERNANDES, Gonçalo — 108
- FERNANDES, Mestre João — 1-44, 45, 48, 49, 54, 55, 75, 79, 94, 98, 101, 111, 113, 114, 116, 122, 123, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171
- FERNANDES, João (Bacharel) — 3
- FERNANDES, João (Boticário) — 3, 108
- FERNANDES, João (Rendeiro) — 3
- FERNANDES, Manuel — 108
- FERNANDO, o Católico — 34, 130, 131, 132, 133, 166

- D. FERNANDO, de Leão — 157
D. FERNANDO, de Portugal — 34
D. FERNANDO (filho de D. João de Castro) — 84
D. FERNANDO, pai de D. Manuel — 130, 131
FERREIRA, António — 13
FERREIRA, Leitão — 1, 10, 12, 15, 46, 51, 52, 61, 62, 63, 70, 72, 73, 74, 78, 79, 81, 82, 86, 88, 91, 95, 98, 99, 101, 105
FIGUEIREDO, Simão de — 72
FIGUEIROA, Carneiro — 1, 47, 50, 79, 99, 106
FILINO — 140, 141, 163
FILIPE II — 67, 74, 75, 76
FILIPE, Bartolomeu — 69, 70, 71, 77
FINEU, Orôncio — 95
FLAMENGO, Fr. João — 94
FONSECA, Álvaro da — 50, 52, 59
FONSECA, Manuel da — 13
FRANCO, Francisco — 36, 85-88, 102, 146, 147, 166
FRIGONI, Alessandro — 84
FULGÊNCIO — 112
D. FULGÊNCIO — 13, 47, 87
GALENO — 88, 89, 92, 93, 146, 147, 166
GALHARDE, Germão — 15, 95
GALVÃO, Duarte de — 30, 41, 155, 156, 158
GERSÃO — 140, 141, 163
GÓIS, Damião de — 41, 163
GOMES, Álvaro — 28, 60
GOMES, António — 46, 82
GONÇALVES, Gaspar — 56
GONÇALVES, Jorge — 53
GOUVEIA, Álvaro de — 69
GOUVEIA, André de — 3, 11, 12, 20, 59, 105, 107, 108, 115, 168
GOUVEIA, António de — 58
GOUVEIA, Diogo de (Junior) — 50, 69, 101
GOUVEIA, Diogo de (Senior) — 46, 50, 52, 57, 58, 59
GRACIA, Francisco de — 45
GREGÓRIO XIII — 58
GREGORY — 96
GROUCHY, Nicolas de — 97, 168
GUEVARA, Afonso Rodrigues — 168
D. GUIOMAR (filha de Pedro Nunes) — 97
HEITOR — 44, 144, 145
D. HENRIQUE, Cardeal — 4, 15, 17, 18, 21, 24, 56, 58, 62, 69, 95, 98
D. Henrique, Conde — 29, 31, 34, 130, 131, 155, 158
D. HENRIQUE, Infante — 30, 34, 40
HENRIQUES, D. Afonso — 9, 29, 30, 31, 41, 76, 128, 129, 155, 156
HENRIQUES, Isabel — 74
HENRIQUES, Pero — 102, 106
HERCULANO, Alexandre — 9, 33, 156
HÉRCULES — 144, 145
HERNANDEZ, Juan — vid. FERNANDES, Mestre João
HERON, Godefredus — 57
HERYER, Iulianus — 50
HÍPIAS — 27
HIPÓCRATES — 166
HOLANDA, Francisco de — 34, 76
HOMERO — 30, 42, 90, 101, 160
HORÁCIO — 27, 33, 136, 137, 161, 164
HORTIZ, Gaspar — 6
ISABEL (mulher de Afonso V) — 130, 131
ISABEL, a Católica — 73, 130, 131
D. ISABEL, Infanta — 35, 38, 73, 75
ISABEL, Santa — 54, 128, 129, 130, 131, 157
ISÓCRATES — 105
D. JAIME de Bragança — 47
JASÃO — 27
S. JERÓNIMO — 28
D. JOANA — 67, 75, 81
D. João (Duque de Bragança) — 13, 14, 16
D. João, Infante — 15, 17, 18, 19, 21, 48, 52
D. João I — 128, 129, 157
D. João II — 9, 38, 114, 130, 131, 157
D. João III — 1, 10, 11, 12, 13, 15, 19, 25, 29, 30, 31, 32, 35, 39, 41, 43, 45, 46, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 58, 59, 61, 62, 64, 65, 66, 68, 71, 72, 73, 75, 76, 78, 80, 81, 83, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 93, 94, 95, 97, 98, 101, 107, 116, 122, 123, 128, 131, 153, 156, 158, 159, 160, 163, 165, 166, 168

- S. João — 28, 138, 139
 JORGE, Ricardo — 84, 93
 D. José I — 106
 JUVENAL — 154, 162
 LAGUNA, André — 84
 LAMEGO, Bispo de — vid, COUTINHO,
 D. Fernando
 LAMPIDO — 130, 131, 157
 LANAY, Guillaume de — 50
 LARA, Henrique de — 155
 LÁTOMO — 62
 LEÃO, Duarte Nunes de — 77, 78
 LEDESMA, Fr. Martinho de — 19, 20, 24,
 36, 48, 49, 53-57, 64, 69, 138, 139, 164
 LEIBNIZ — 96
 LEITÃO, Nicolau — 71, 104
 LEMOS, Maximiano — 84, 86
 LENCASTRE, D. Filipa de — 128, 129
 LEON, dr. — 87
 LEONICENO, Nicolau — 84, 146, 147, 165
 D. LEONOR (mulher de D. Duarte) — 130,
 131
 D. LEONOR (mulher de D. João II)
 — 130, 131
 D. LEONOR (vid. Rodrigo Reinoso) — 85
 LEROUX, Renatus — 50
 LISBOA, Fr. Francisco de — 59
 LÍVIA — 76
 LÍVIO, Tito — 33, 114, 134, 135
 LOBOS, Gil de Vila — 77
 LOMBARDO — 162
 LOPES, Antónia — 14
 LOPES, Diogo — 89
 LOPES, Fernão — 41, 155
 LOPES, José Carlos — 93
 LOPES, Pedro — 4, 170
 LOTHON, Ioannes — 50
 D. LOURENÇO — 171
 LUCENA, Vasco Fernandes de — 37, 156
 LUCIANO — 102, 115
 LUÍS, António — 32, 36, 37, 83, 88-94,
 116, 146, 147, 153, 154, 158, 160,
 161, 162, 168
 D. LUÍS, Infante — 13, 19, 25, 29, 31,
 32, 33, 34, 35, 37, 40, 47, 48, 64, 95,
 97, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128,
 129, 130, 131, 134, 135, 146, 158, 159
 LUSCINUS, Gaius Fabricius — 167
 LUSITANO, Amato — 84, 85, 95, 166
 LUTERO, Martinho — 21, 115
 MACHADO, Barbosa — 1, 16, 36, 60, 82,
 83, 85, 89, 113
 MACHADO, João — 62
 MACRÓBIO — 162
 MADRID, Mícia de — 45
 MADUREIRA, Sebastião — 68
 D. MAFALDA — 128, 129, 155, 156
 MANRIQUE, D. Alonso — 7
 D. MANUEL — 9, 34, 37, 38, 114, 128,
 130, 131, 155, 158, 160, 161
 D. MANUEL, Prior de Santa Cruz — 169,
 171
 MANUEL, João — 129
 MANUEL, D. Juan — 7
 MARCIAL — 167
 MARGALHO, Pedro de — 95
 MARIA, Infanta — 76
 D. MARIA (mulher de D. Manuel)
 — 34, 130, 131
 MARIZ, Pedro de — 12, 15, 30, 48, 52,
 77, 85, 87, 155, 156
 MARQUES, Armando de Jesus — 105
 MARTINEZ (?) — 6
 MASCARENHAS, Francisco — 14
 S. MATEUS — 28
 MATOS, Diogo de — 170
 MATOS, Luís de — 14, 26, 30, 50, 51,
 83, 84, 90, 100, 161
 MECENAS — 136, 137
 MEDEIROS, Walter de Sousa — 159
 MEDINA, Bartolomeu de — 55
 MEDINA, Juan de — 61
 MELO, Francisco de — 58
 MENDES, M.^{te} António — 60
 MENDIOLA, Juan de — 6
 MENDONÇA, D. Álvaro — 6
 MENELAU — 134, 135
 MENESES, João Rodrigues de Sá e — 9,
 42, 164, 165
 MENESES, D. Manuel de — 47, 48, 56
 MENESES, D. Pedro de (1.^o Marquês
 de Vila Real) — 9, 37, 113, 162
 MENESES, D. Pedro de (3.^o Marquês
 de Vila Real) — 9, 36, 37, 136, 137,
 161
 MENESES, D. Pedro de — 9, 161

- MERCATOR, Gerard — 96, 116
MERCATOR, Ioannes — 58
MIRÃO, Diogo — 64
MONÇON, Francisco de — 5, 14, 46, 48, 53, 61
MONTEIRO, Manuel — 15
MORAIS, Inácio de — 57, 74, 75, 76, 85, 100
MORAIS, Jaime de — 56, 68, 70
MOREIRA, Hilário — 32, 114, 157, 158, 164
MORENO, João — 13
MORGOVEJO, João — 36, 59, 67-69, 77, 115, 140, 141
MOSCOSO, Alvaro — 98
MURÇA, Fr. Diogo de — 19, 29, 30, 36, 40, 47, 51, 52, 60, 63, 65, 71, 72, 98, 99, 101, 161
NARNIA — vid. ARCAS, Fábio
NATANAEL — 138, 139
NAVARRO, o — vid. AZPILCUETA, Martinho de
NESTOR — 132, 133, 135
NEWTON — 93
NIACONUS, Beneditus — 50
NORONHA, D. André de — 36, 44, 136, 137, 161
NORONHA, D. João de — 8, 37, 161
NORONHA, D. João de (pai de D. André) — 9, 36, 136, 137, 161
NORONHA, D. Sancho de — 49, 50, 54, 100
NUNES, Leonardo — 87
Nunes, Pedro — 33, 34, 36, 38, 87, 88, 91, 92, 93, 94-98, 114, 116, 146, 147, 159, 167
NÚÑEZ, Hernán — 5, 61
OLMEDO, Mestre — 49, 59, 62
OPIANO — 90
ORTA, Garcia d' — 88, 92, 93
PAPINIANO — 74, 144, 145, 164
S. PAULO — 28, 138, 139, 140, 141
PEDRAZA, Juan de — 46, 53
D. PEDRO, de Aragão — 128, 129
D. PEDRO, de Portugal — 128, 129, 157
D. PEDRO, Infante — 130, 131
S. PEDRO — 140, 141
PEREIRA, Francisco Caldas — 79, 82
PEREIRA, Maria Helena da Rocha — 112
PEREIRA, Nuno Álvares — 15, 16
PEREIRA, D. Rodrigo — 49
PETIT, João — 98
PETRARCA — 159
PICCOLLELI — 80
PINA, Rui de — 41
PÍNDARO — 90
PINELO, Matia — 6
PINHEIRO, António — 59, 92
PINHEIRO, Fr. João — 48, 56
PINHEL, Aires — 36, 74, 78, 80-83, 92, 144, 145, 164
PINTO, Fr. Heitor — 26
PIO IV — 14
PLATÃO — 134, 135, 148, 149, 157
PLAUTO — 164
PLÍNIO — 33, 42, 44, 90, 154, 157, 158, 159, 160, 164, 167
PLUTARCO — 42, 158, 164
POGGIO — 112
PORTO, Fr. Rodrigo do — 65
PORTUGAL, D. João de — 36, 44, 161
PRADO, Afonso do — 9, 19, 24, 36, 44, 45-50, 54, 56, 62, 101, 104, 136, 137
PTOLOMEU — 37, 95
PURBÁQUIO — 95
QUINTAL, Dona Aires do — 85
QUINTANA, Rodrigo — 46
QUINTILIANO — 28, 32, 33, 42, 112, 142, 143, 153, 154, 169, 160, 161, 163, 164
RADINO, Júlio — 72
RAMALHO, Américo da Costa — 13, 33, 84, 91, 93, 99, 100, 105, 113, 114, 154, 160, 161, 162
RASCAS, Guillaume — 97
REBELO, Diogo Lopes — 159, 160
REBELO, Pero Gonçalves — 6
REGIOMONTANO, João — 1, 42, 167
REINOSO, Diogo — 84
REINOSO, Rodrigo — 36, 83-85, 116, 146, 147, 166
REIS, Gaspar dos — 50
RESENDE, André de — 26, 36, 82, 89, 113, 114, 158, 159, 161, 163, 165, 168
RESENDE, Garcia de — 158, 168

- RIBEIRO, Gaspar — 99
 RIBEIRO, João — 94
 RODRIGUES, Antónia — 70
 RODRIGUES, Luís — 95
 RODRIGUES, Heitor — 36, 44, 72, **78-79**,
 144, 145
 ROMEIRO, Marcos — 12, 17, 19, 24, 36,
 43, 44, 48, **50-53**, 59, 60, 69, 138,
 139, 166
 ROSETO, Edmundo — 106
 RUPEUS, Hieronymus — 57
 SÁ, Diogo de — 96
 SÁ, Jorge de — 100, 102
 SÁ, Moreira de — 161, 162
 SABRETANO, João — 60
 SACROBOSTO, João — 95
 SALAMANQUES, Pero — 6
 SALDANHA, António — 159
 SALLYDO, Francisco — 6
 SANCHES, Francisco — 93, 116, 117, 154,
 159, 164, 165, 166
 SANCHES, Pedro — 85
 SANCHES, Ribeiro — 166
 SANCHEZ, Francisco (El Brocense) — 33,
 67, 116
 SANCHEZ, Ioannes — 50
 SANCHO, de Castela — 128, 129
 D. SANCHO I — 128, 129, 156, 157
 D. SANCHO II — 34
 SANCHO, Francisco — 18
 SANTA MARIA, D. Nicolau de — 1, 4,
 156
 SANTARÉM, Fr. Lopo de — 54
 SANTIAGO, Fr. Jorge de — 52
 SARAIVA, António José — 116
 D. SEBASTIÃO — 47, 56, 67, 76, 95, 97
 SEGURA, Licenciado — 45
 SÍCULO, Cataldo Parisio — vid. CATALDO
 SÍCULO, Lúcio Maríneo — 100
 SILICEO, Juan Martinez — 62
 SILVA, Aires da — 54
 SILVA, D. António da — 63
 SILVA, Cristóvão da — 89
 SILVA, Francisco da — vid. D. BASÍ-
 LIO
 SILVA, João Gomes da — 63
 SILVA, Nuno J. E. Gomes da — vid.
 ESPINOSA, Nuno
 SILVEIRA, António da — 72
 SILVESTRE, Maria Beatriz — 8, 161
 SIMÃO, Fernandes (?) — 14
 SOARES, António — 62, 63, 80
 SOARES, Fr. João — 69, 85
 SOARES, Pedro — 13
 SÓCRATES — 90
 SOTO, Domingo — 55
 SOUSA, Caetano de — 113
 SOUSA, Fr. Luís de — 55, 57
 SOUSA, Martim Afonso de — 96
 STEPHANUS, Henricus — 42
 STOCHAMER, Sebastião — 71, 72
 SUETÓNIO — 168
 TAPIA, dr. — 6
 TAROUCA, Carlos da Silva — 155
 TARTAS, Ioannes — 50
 TAVARES, Diogo — 100
 TEIVE, Diogo de — 3, 24, 41, 42, 53,
 59, 60, 67, 69, 75, 76, 102, 107,
 156, 158, 168
 TEIXEIRA, Gomes — 96, 153
 D. TEODÓSIO — 13, 14, 16, 73, 75
 TEOFRASTO — 9, 27, 37
 TEÓGNIS de Mégara — 154
 D. TERESA — 130, 131, 155, 158
 TOLEDANO, João Pedro — 5
 S. TOMÁS — 20, 23, 48, 49, 54, 55,
 138, 139, 140, 141, 162
 TORRE, Hernando de la — 5
 TOSCANA, Francisca — 105
 TOSCANO, António — 105
 TOSCANO, Bento — 105
 TOSCANO, Bernardo — 105
 TOSCANO, Francisco — 105
 TOSCANO, Sebastião — 105
 TRIGONI, Alessandro — vid. FRIGONI
 TUDELA, Andrés de — 55
 ULISSÉS — 134, 135, 142, 143, 144, 145
 D. URRACA (mulher de D. Sancho I)
 — 34, 128, 129, 157
 D. URRACA (mulher de Afonso II) —
 128, 129
 VALDÉS, Alonso de — 7
 VALDÉS, Juan de — 24
 VALDAURA, Gabriel — 58
 VALENCIOLA, Padre — 59
 VALVERDE, Juan — 167

VASCONCELOS, Diogo Mendes de — 58, 63
 VASCONCELOS, Jorge Ferreira de — 17
 VASEU, João — 16
 VAZ, Aires — 63
 VAZ, António — 49
 VAZ, Fernão — 171
 VEIGA, Tomás Rodrigo da — 85
 VERDUN, Claudius de — 57
 VERNEY, Luís António — 166
 VICENTE, Gil — 158, 167
 VIDEIRA, Bento da — 13
 VILARINHO, Paio Rodrigues de — 36, 50,
 51, 57-60, 138, 139
 VILARINHO, Pedro Lopes de — 57
 VINCENSIUS, Symon Rodoricus — 58
 VINET, Elias — 97
 VIRGÍLIO — 33, 138, 139, 144, 145, 157,
 162, 163, 165
 VITERBO, Sousa — 15, 19, 54, 92, 97
 VITÓRIA, Francisco de — 20, 24, 43, 48,
 55, 62, 138, 139, 164
 VIVES, Luís — 161
 XAVIER, S. Francisco — 64
 XENOFONTE — 42
 ZURARA, Gomes Eanes de — 30

ERRATA

Página	Linha	Onde se lê:	Deve ler-se:
9	36	ao contrário, da	ao contrário da
15	32	<i>Libro primeiro</i>	<i>Libro primero</i>
28	última	prelegendi	praelegendi
34	11	D. Sancho I	D. Sancho II
49	30	<i>Ibid.</i>	<i>Ob. cit.</i>
56	33	substituia	substituía
68	15	2. ^a terço	2. ^a terça
114	35	<i>Manuel</i>	<i>Manual</i>
122	1-2	IOAN-NEN	IOAN-NEM
123	18	panegírico	panegórico
127	2	correspondenderem	corresponderem
137	8	precípios	auspícios
145	19-20	forti-simo	fortis-simo
146	29	Vno	Uno
157	21	VIRGÍLIO, <i>Aen.</i> , IV, 341: «Communem hunc ago populum paribusque regamus / Auspiciis...»	VIRGÍLIO, <i>Aen.</i> , IV, 102-103: «Communem hunc ergo populum paribusque regamus / Auspiciis...»
161	10	sermoro manus	sermo romarus
161	23	cardo	cargo

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE

	Págs.
<i>Apresentação, de Américo da Costa Ramalho</i>	VII
<i>Prefácio</i>	XI
I — João Fernandes. Mestre de Retórica em Coimbra.	1
II — João Fernandes. A Edição dos «Coloquia Erasmi».	17
III — João Fernandes — As Suas Três Orações	25
IV — Alguns Mestres Conimbricenses de Meados do Século XVI.	45
V — Algumas Considerações sobre o Ambiente Académico do Humanismo	111
VI — A Edição de 1548	119
VII — Oração	121
VIII — Notas	153
IX — Apêndice	169
Siglas e Abreviaturas mais Usadas	173
Bibliografia	175
Índice Onomástico	183
Errata	191

(Página deixada propositadamente em branco)

COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS DA
GRÁFICA DE COIMBRA
BAIRRO DE S. JOSÉ, 2—COIMBRA

